



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

DANIELE CRISTINA CARQUEIJEIRO DE MEDEIROS

**ENTRE ESPORTES, DIVERTIMENTOS E
COMPETIÇÕES: A CULTURA FÍSICA NOS RIOS
TIETÊ E PINHEIROS (SÃO PAULO, 1899 – 1949)**

Campinas
2021

DANIELE CRISTINA CARQUEIJEIRO DE MEDEIROS

**ENTRE ESPORTES, DIVERTIMENTOS E
COMPETIÇÕES: A CULTURA FÍSICA NOS RIOS
TIETÊ E PINHEIROS (SÃO PAULO, 1899 – 1949)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração educação.

Orientadora: CARMEN LUCIA SOARES

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA DANIELE CRISTINA
CARQUEIJEIRO DE MEDEIROS E ORIENTADA PELA
PROFESSORA CARMEN LUCIA SOARES

CAMPINAS 2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

M467e Medeiros, Daniele Cristina Carqueijeiro de, 1991-
Entre esportes, divertimentos e competições : a cultura física nos rios Tietê e Pinheiros (São Paulo, 1899-1949) / Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Carmen Lucia Soares.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Remo (Esporte). 2. Natação. 3. Educação física. 4. Esportes. 5. Natureza. I. Soares, Carmen Lucia, 1956-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Between sports, amusement and competitions : physical culture in Tietê and Pinheiros rivers (São Paulo, 1899-1949)

Palavras-chave em inglês:

Rowing

Swimming

Physical education

Sports

Nature

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Carmen Lucia Soares [Orientador]

Heloisa Helena Pimenta Rocha

Marcelo Moraes e Silva

Edivaldo Góis Junior

Carolina Fernandes da Silva

Data de defesa: 11-03-2021

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5493-1618>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6922008080454206>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**ENTRE ESPORTES, DIVERTIMENTOS E
COMPETIÇÕES: A CULTURA FÍSICA NOS RIOS
TIETÊ E PINHEIROS (SÃO PAULO, 1899 – 1949)**

Autora: Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros

COMISSÃO JULGADORA:

Carmen Lucia Soares
Heloisa Helena Pimenta Rocha
Edivaldo Góis Junior
Marcelo Moraes e Silva
Carolina Fernandes da Silva

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2021

AGRADECIMENTOS

À Carminha;

Ao Grupo de Pesquisa e todos aqueles que por ele passaram;

Aos bibliotecários dos clubes visitados, que abriram as portas dos acervos e permitiram que esta pesquisa fosse construída;

Ao André Navarenho, que guardou consigo toda a documentação do C.R. Tietê mesmo após a falência do clube, e que teve a disponibilidade de me atender em sua casa;

À Letícia Queiroz, que me colocou em contato com pessoas e clubes;

Aos professores Marcelo Moraes e Silva e Heloisa Rocha, pelas contribuições na qualificação;

Aos professores Edivaldo Góis Júnior e Carolina Fernandes da Silva, que junto aos professores Marcelo e Heloisa contribuíram enormemente para a versão final desta tese;

Aos amigos Evelise e Marcelo - meus “maninhos” - pelos debates enriquecedores;

Aos funcionários dos museus e bibliotecas tantas vezes consultados ao longo deste trabalho;

À Frá, pela leitura atenta de todos os rascunhos do texto. Seguimos juntas enfrentando os desafios da vida.

RESUMO

A cidade de São Paulo foi fundada no entroncamento entre os rios Pinheiros, Tietê e seus afluentes, caminhos de água fundamentais ao crescimento da cidade e à instalação do núcleo populacional. Local de diversificadas práticas recreativas e de divertimentos, especialmente entre fins do século XIX e início do XX, os rios testemunham a passagem do sentimento de temor da natureza por aquele do prazer aliado aos desafios corporais que as águas aportam. O objetivo central desta tese é analisar as transformações ocorridas no âmbito dos usos dos rios Pinheiros e Tietê que culminaram na consolidação de uma cultura física paulistana, sobretudo, a partir do surgimento de clubes e de competições esportivas entre as décadas de 1890 e 1940. As fontes utilizadas foram: atas, documentos e revistas dos clubes esportivos; legislações; jornais *A Gazeta* e *Correio Paulistano*; memorialistas; imagens, poesias e outros artefatos da cultura material.

Nesse período, em que a cidade de São Paulo passava por transformações profundas em seu traçado e na forma de viver de seus habitantes, emergiu uma cultura física, que assinalava os benefícios de exercícios físicos e esportivos ao ar livre como possibilidade de divertimento, promoção de saúde, higiene e combate às mazelas da vida urbana. No âmbito dessas ideias, os rios começam a ser utilizados para inúmeras atividades recreativas, sobretudo com o surgimento de clubes esportivos. No final da década de 1890, os primeiros desafios aquáticos passaram a ser noticiados nos jornais e os primeiros clubes foram instalados às margens dos rios.

Espaço de prazer e diversão, os rios foram transformados brutalmente pela construção de largas avenidas que destruíram a possibilidade de desfrute de natureza a partir da década de 1940. Foi também nesse período que a poluição tornou impraticável o uso das águas. Este período marca, portanto, o limite final desta pesquisa.

ABSTRACT

The city of São Paulo was founded between the rivers Pinheiros, Tietê, and their affluent. These waterways were fundamental for the development of the city and settlement of the population core. Both rivers were places for various recreations and amusements, especially between the end of the 19th century and the beginning of the 20th, and they witnessed how feelings regarding nature changed from an initial fear to a pleasure combined with the bodily challenges provided by water. The central aim of this thesis is to analyze how the transformation in the use of these rivers culminating in the consolidation of a local physical culture, mainly with the appearance of sports clubs and competitions between the decades of 1890 and 1940. The sources were minutes, clubs' documents and registers, legislation, newspapers *A Gazeta* and *Correio Paulistano*, memorialists, images, poetry and other artifacts of material culture.

In this period, while the city of São Paulo passed by intense transformations in its architecture and in its inhabitants' lifestyle, a new physical culture had emerged, that emphasize the benefits of open air physical and sportive exercises as possibilities of amusement, health, hygiene and fighting illnesses produced by urban. Under these ideas, people began to use these rivers for numerous recreational activities, especially with the emergence of sports clubs. This analysis starts in the end of 1890, decade when the first aquatics challenges appeared in the pages of newspapers and the first clubs were installed in the banks of the rivers.

As places for pleasure and amusement, from the 1940's on rivers were brutally transformed by the construction of wide avenues, which destroyed the possibility of benefiting from nature. Also, in this period, pollution makes impracticable the use of waters. This period marks, consequently, the final limit of this research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Equipe vencedora Prova Washington Luís, 1919	36
Figura 2 - Pintura que retrata dois pescadores no rio Tietê, 1894	44
Figura 3 - Pintura que retrata uma inundação na Várzea do Carmo, 1892	44
Figura 4 - Pintura que retrata um rio e um barco na região da Ponte Grande, 1895	45
Figura 5 - Pintura que retrata um piquenique na região do Rio das Pedras, 1899	45
Figura 6 - Pintura que retrata o Salto de Itu e visitantes, 1886	46
Figura 7 - Cartão-postal, título Lembrança de São Paulo [1900]	49
Figura 8 - Concentração de clubes esportivos no rio Tietê - SP, décadas 1900-1940	59
Figura 9 - Carteira de associado do Sport Club Germânia [1909]	83
Figura 10 - Entardecer no Clube de Regatas Tietê, [1907]	94
Figura 11 - Associados do Clube de Regatas Tietê na Festa “Banho à fantasia”, [1932]	96
Figura 12 - Grupo de associados às margens do rio Pinheiros [1920-1929]	97
Figura 13 - Inundação do barracão de barcos, 12 mar. 1923	101
Figura 14 - Enchente no barracão de barcos do Clube de Regatas Tietê, 1929	101
Figura 15 - Clube Esperia, 1924	107
Figura 16 - Regata no rio Tietê e vista da Chácara da Floresta	108
Figura 17 - Entrada principal C.R. Tietê, 1919	108
Figura 18 - Passeio em Cubatão, realizado pelos associados do E.C. Germânia, 1902	114
Figura 19 - Vista do Parque da Cantareira	117
Figura 20 - O convescote do Azul Club	120
Figura 21 - Piquenique realizados por associados do C.R. Tietê, 1915	121
Figura 22 - Associados fazendo piquenique na sede do C.R. Tietê, 1939	121
Figura 23 - Troféu de remo partido ao meio	126
Figura 24 - Chegada da primeira Travessia de São Paulo a nado do Rio Tietê, 1924	133
Figura 25 - Travessia de São Paulo a Nado, região da Ponte da Vila Maria, 1924	134
Figura 26 - Percurso da prova da Travessia de São Paulo a Nado, 1933	135
Figura 27 - Travessia de São Paulo a Nado – Saída Feminina [s/d]	141
Figura 28 - Piscina flutuante C.E. da Penha [1940]	144
Figura 29 - Natação nos cochos do rio Pinheiros, [1920-1929]	163
Figura 30 - Cocho no rio Tietê, [1940]	164
Figura 31 - Jogo de Polo Aquático no rio Tietê	167
Figura 32 - Associados na piscina do C.R. Tietê, 1936	180
Figura 33 - Associadas na piscina do C.R. Tietê, 1936	181
Figura 34 - Natação no cocho no rio Tietê, 1929	182

Figura 35 - Competição de Natação no Tietê	185
Figura 36 - Regata Oficial no rio Tietê, 12 out. 1921	186
Figura 37 - Piscina da Associação Atlética São Paulo [1933]	186
Figura 38 - Ponte sobre o rio Tietê. 1865	207
Figura 39 - Ponte Grande vista do Clube Esperia, [1912]	208
Figura 40 - Ponte Grande e Ponte Das Bandeiras, antes da demolição, 1942	208
Figura 41 - Inauguração da Ponte das Bandeiras, 1942	209
Figura 42 - Inauguração da Ponte das Bandeiras e Prova Fundação da Cidade de São Paulo, 25 jan.1942	216
Figura 43 - Salto no rio Tietê	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBD: Confederação Brasileira de Desportos
C.E. da Penha: Clube Esportivo da Penha
C.R. São Paulo: Clube de Regatas São Paulo
C.R. Tietê: Clube de Regatas Tietê
DEF-SP: Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo
FINA: *Fédération Internationale de Natation*
FPN: Federação Paulista de Natação
FPR: Federação Paulista de Remo
FPSR: Federação Paulista das Sociedades do Remo
FRSP: Federação do Remo de São Paulo
JO: Jogos Olímpicos Modernos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. RIOS: A NATUREZA EM MEIO A UMA CIDADE QUE CRESCE	28
1.1 ÁGUAS: ENTRE O “LINDO ESPETÁCULO” E O “PERIGO IMINENTE”	31
1.2 DESAFIAR AS ÁGUAS, REFRESCAR OS CORPOS, DIVERTIR A ALMA	42
2. A CULTURA FÍSICA NOS RIOS PAULISTANOS	54
2.1 CULTURA FÍSICA: UMA DEFINIÇÃO ADEQUADA?.....	54
2.2 OS CLUBES DE REMO E NATAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A CONSTITUIÇÃO DO “VERDADEIRO ESPORTISTA”	59
2.3 A PROMOÇÃO DA CULTURA FÍSICA PELOS CLUBES DE REGATAS: PELA “HIGIENE DO ESPÍRITO E O REVIGORAMENTO FÍSICO”	76
2.4 A PROGRAMAÇÃO SOCIAL DOS CLUBES DE REMO E NATAÇÃO	89
2.5 A CULTURA FÍSICA DESEJADA E A CULTURA FÍSICA “PERMITIDA”	98
3. A NATUREZA E OS CLUBES: UMA RELAÇÃO VERTIGINOSA	101
3.1 RIOS E CLUBES: RELAÇÕES NEM SEMPRE AMISTOSAS.....	103
3.2 PASSEIOS, EXCURSÕES, PIQUENIQUES: A NATUREZA DESEJADA	112
3.3 OS RIOS PAULISTANOS: ENTRE NATUREZA E URBANIDADE	122
4. A ESPORTIVIZAÇÃO DAS PRÁTICAS AQUÁTICAS	126
4.1 A ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES	128
4.1.1 A travessia de São Paulo a Nado	130
4.1.2 Outras provas e travessias	142
4.1.3 As competições náuticas	146
4.1.4 A criação das federações	150
4.1.5 A escolha de novos locais para as provas	155
4.2 O IDEAL OLÍMPICO	159
4.2.1 Treinar	161
4.2.2 O problema dos barcos	168
4.3 “PISCINAS... PISCINAS!”	179
5. SANEAR, RETIFICAR, TRANSFORMAR: OS PLANOS URBANOS, OS RIOS E OS CLUBES DE REGATAS NA DÉCADA DE 1940	200
5.1 À PROBLEMÁTICA DOS RIOS, AS REFORMAS URBANAS	201
5.2 OS CLUBES FRENTE ÀS NOVAS OBRAS	210
5.3 OUTRO REVÉS DA URBANIZAÇÃO – A POLUIÇÃO	217
5.4 A URBANIZAÇÃO EXTINGUIU OS ESPORTES NOS RIOS?	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	228

APÊNDICE A – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO USO DAS FONTES DO CLUBE ESPERIA	263
APÊNDICE B – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO USO DAS FONTES DO CENTRO PRÓ-MEMÓRIA HANS NOBILING – ESPORTE CLUBE PINHEIROS	264

INTRODUÇÃO

É um susto. E num momento o rio
 Esplende em luzes inumeráveis, lares, palácios e ruas,
 Ruas, ruas, por onde os dinossauros caxingam
 Agora, arranha-céus valentes donde saltam
 Os bichos blau e os punidores gatos verdes,
 Em cânticos, em prazeres, em trabalhos e fábricas,
 Luzes e glória. É a cidade... É a emaranhada forma
 Humana corrupta da vida que muge e se aplaude.
 E se aclama e se falsifica e se esconde. E deslumbra.
 Mas é um momento só. Logo o rio escurece de novo,
 Está negro. As águas oliosas e pesadas se aplacam
 Num gemido. Flor. Tristeza que timbra um caminho de
 morte.
 É noite. E tudo é noite. E o meu coração devastado
 É um rumor de germes insalubres pela noite insone e
 humana.
 Meu rio, meu Tietê, onde me levas?
 [...]
 (ANDRADE, M. **A meditação sobre o Tietê**. 1946, p. 54)

Os rios Tietê e Pinheiros foram espaços privilegiados de inúmeros acontecimentos na cidade de São Paulo. Entre o final do século XIX e início do século XX, das suas profundezas foram retirados areia, pedras e outros materiais que deram forma à cidade que nascia. Foram, também, meios de transporte de mercadorias e pessoas, proveram alimento, produziram energia. Em outra perspectiva menos ligada à economia, foram palco de brincadeiras, momento de alegria e meditação, benevolência e enfrentamento. Foram, em suma, personagens indispensáveis na construção da cidade de São Paulo, tanto nas relações econômicas quanto na produção de novas ideias sobre divertimento e natureza.

É destes rios e seus usos que esse trabalho trata; porém, não a partir de seu valor econômico, tampouco da poluição e da degradação ambiental que se fizeram presentes ao longo do século XX, ainda que essas perspectivas sejam importantes para as análises aqui realizadas. O caminho será pelas águas na forma dos divertimentos: trataremos de seus usos através de piqueniques, passeios, desafios, festejos, competições, esportes.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as transformações ocorridas no âmbito dos usos dos rios Pinheiros e Tietê que culminaram na consolidação de uma cultura física paulistana, sobretudo, a partir do surgimento de clubes e competições esportivas entre 1899 e 1949, recorte temporal desta pesquisa. Os objetivos específicos são:

- Identificar as transformações de sentidos nas práticas de divertimento, que passaram a ser incorporadas aos discursos de uma cultura física promotora de saúde e higiene.
- Compreender como o advento dos clubes, das ligas e das federações promoveu transformações nas práticas corporais realizadas nos rios, que tenderam cada vez mais para uma especialização esportiva.
- Examinar as mudanças nas práticas realizadas, que adquiriram características mais esportivizadas e que as aproximaram de espaços em que as variáveis tempo e espaço podiam ser mais bem controladas, como as piscinas e as represas.

Os rios coabitavam uma cidade em modificação fremente. Em 1885, São Paulo já tinha 40% da produção nacional de café, o principal produto de exportação do país, e a demanda exterior só aumentava. Aliada às questões econômicas, o contingente populacional que chegava à capital do estado fazia com que a cidade, já em 1910, tivesse 375 mil habitantes, perdendo em tamanho apenas para o Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2004).

Embora a riqueza e o desenvolvimento do estado se fizessem à custa de um produto de exportação agrícola, era nas cidades que esse dinheiro era trocado, contado, guardado e principalmente, despendido; ainda que os lucros da indústria fossem menores que o do café, já se mostrava, na virada do século, o dinamismo que a economia de São Paulo começava a ganhar (SAES, 2004). A cidade despontava como núcleo urbano, recebendo suas primeiras intervenções estruturais ainda no Império. A crescente demanda global por café provocou inicialmente um rápido afluxo urbano, e a criação de uma extensa rede ferroviária, que interligava a cidade a todo o estado, também apoiou o desenvolvimento industrial, lançando as bases para seu crescimento futuro.

A formação das cidades envolvia, para além das estruturas físicas, uma concepção de novos modos de vida, que combinassem com a modernização desejada naquele momento. De acordo com Lapa (1996), no final do século XIX se começa a desenhar transformações de sentidos para as palavras “velho” e “moderno”, uma ganhando um significado pejorativo e a outra apontando os trilhos do novo século que chegaria.

Um dos elementos evidenciados era o divertimento da população. Nesse período, surgiram na cidade espaços destinados exclusivamente aos passeios e aos piqueniques, como era o caso dos parques municipais, da Ilha dos Amores e da Chácara Floresta. Ao mesmo tempo, construíram-se velódromo, jôqueis e riques de patinação, os primeiros espaços idealizados exclusivamente para práticas mais esportivizadas (BRUNO, 1954). São Paulo se transformava e a relação de parte de seus habitantes com a cultura física não parava de evoluir:

As ciências caminham ao lado do progresso, e o *Sport*, esta pequena partícula, tem ganho também, nestes últimos tempos extraordinário impulso no nosso meio, e este desenvolvimento nos deve vangloriar, pois demonstra o perfeito conhecimento de sua utilidade, o que é, sem dúvida, originado do cultivo intelectual de um povo. (O SPORTMEN, 1906, p. 3)

Os esportes começaram a emergir como prática corporal em aglomerações urbanas no Brasil. A tríade ciência, progresso e esporte, relatada no extrato da revista *Sportmen*, demonstra indícios de transformações nos hábitos de vida que culminariam nos primeiros “ventos esportivos” dessa prática nas cidades brasileiras, já no final do século XIX. Para Schpun (1999), na década de 1920 o elogio à juventude aliado à utopia pelo progresso fez com que os esportes passassem a figurar como indicações médicas, higiênicas e educacionais em São Paulo, além de contarem com o apelo popular. Sevcenko (1992) corrobora essa afirmação e enumera uma infinidade de práticas que foram adotadas nesse período com o intuito de combater a obsolescência e incentivar atividades relacionadas a essa nova cultura física que chegava e fazia morada na cidade. Para Gois Júnior, Lódola e Dyreson (2016), o aumento no interesse pelos esportes modernos foi um dos claros sinais de mudança social na cidade. As elites e outros membros da classe média urbana ficaram fascinados com as novas práticas, e construíram narrativas dominantes a respeito do significado desses hábitos esportivos, especialmente através da crescente imprensa que se formava na cidade.

Assim, a pergunta que recai é: de que forma transformações tão amplas em São Paulo modificaram os rios Pinheiros e Tietê? Jorge (2006a), Sant’Anna (2007) e Santos (2011) apontam que os rios não ficaram isentos ao crescimento da cidade: o traçado, as margens e até mesmo o sentido para o qual as águas corriam foram alterados; além disso, pontes, parques e uma infinidade de novos prédios urbanos mudaram o entorno dos rios (JORGE, 2006a). Todas essas mudanças possibilitaram aos habitantes novas formas de usufruir desse espaço.

Esses rios, que por muito tempo foram evitados por grande parte da população, tiveram seus usos atravessados por novas sensibilidades com relação à natureza. Esta tese se vale da ideia de que a natureza não é um fato dado, e sim uma construção humana; as características atribuídas aos elementos e aos espaços da natureza não são inerentes, mas produto de reflexões humanas (LENOBLE, 1990; THOMAS, 1996). Considera-se, portanto, que novos usos e interpretações da natureza, acompanhados de novas sensibilidades ligadas aos usos das águas (VIGARELLO, 2014) permitiram outra aproximação da população paulistana com os rios que cortavam a cidade.

Assim, se outrora os rios foram espaços de trabalho e valor econômico, ou de depósito de dejetos e medos, as mudanças de sensibilidade permitiram que eles fossem

associados também aos divertimentos. A contemplação das águas, os passeios, os piqueniques e os desafios corporais paulatinamente passaram a ser atrações para os paulistanos.

Outra pergunta que guia este trabalho é: como foram as transformações das práticas realizadas nesse espaço da natureza? Inicialmente, usos mais restritos e menos perigosos eram estimulados, como a observação e contemplação das águas; os saltos na água dos rios, ao contrário, eram proibidos e desaconselhados pelas autoridades, já que havia riscos até mesmo de afogamentos. O final do século XIX foi o período em que uma nova forma de se comportar perante esse espaço da natureza entrou em voga, por meio dos desafios corporais. Diversos deles começaram a ser realizados, rio abaixo ou acima, para o pagamento de apostas ou para simples diversão (NATAÇÃO..., 1898a). É certo que, nesse ínterim, muitas tragédias e afogamentos foram noticiados (MENOR..., 1907) como indicativo do uso inadequado das águas. Contudo, uma cultura física que se apresentava à cidade invadia os espaços aquáticos sem pretensão de se curvar aos impedimentos.

O conceito de cultura física, desenvolvido por Kirk (1999) e amplamente utilizado por Scharagrodsky (2014) e Reggiani (2014), é de suma importância neste trabalho. Para os autores, a cultura física, que se institucionaliza nos divertimentos, nas ginásticas e nos esportes, é uma chave de entendimento multidimensional do corpo, que ultrapassa sua dimensão biológica. Isso significa que, ao evocá-la, consideram-se questões sociais, políticas, econômicas e demográficas pensadas em um sentido mais amplo, além de questões sexuais, éticas e morais. Assim, identificou-se que há um amplo repertório de práticas e construções discursivas sobre o corpo, que se engendram em redes de significados. Nos estudos aqui realizados, é possível verificar que, sob a égide da cultura física, os exercícios náuticos receberam ora legitimações ora desaprovações de órgãos públicos, clubes e outras instituições, esportivas ou não.

Diversos setores da sociedade sejam as autoridades, os médicos sanitaristas, os clubes ou mesmo a opinião pública, conduziram determinações a respeito daquilo que era realizado nas águas dos rios, e essas discussões se alteraram sobremaneira ao longo das primeiras décadas do século XX. Alteraram-se, principalmente, a partir do advento esportivo e da paulatina transformação e esportivização das atividades aquáticas, realizadas, sobretudo pelos clubes náuticos.

A instalação dos clubes esportivos às margens dos rios Pinheiros e Tietê, sendo o primeiro o Clube Esperia, em 1899, foi importante para as constantes mudanças dos divertimentos em curso. Mundo afora, os clubes tiveram grande relevância na institucionalização das práticas esportivas (ARNAUD, 1986; VIGARELLO, 2008), e, às margens dos rios paulistanos, não foi diferente: inúmeros deles foram inaugurados nas

primeiras décadas do século XX, estimulando o desenvolvimento de competições, regatas e provas aquáticas.

Os quatro clubes escolhidos para serem abordados nesta pesquisa foram: a) Clube de Regatas Tietê (C.R. Tietê); b) Associação Atlética São Paulo (Atlética); c) Clube Esperia; d) Esporte Clube Germânia (Germânia)¹. Os três primeiros se localizavam na região da Ponte Grande, reduto dos clubes náuticos esportivos que se localizavam no rio Tietê, em São Paulo. De acordo com Nicolini (2001), foi nesse pequeno trecho a margear o rio que a maioria das práticas aquáticas paulistanas foi desenvolvida. O Germânia foi escolhido por ser o único clube paulitano, no período estudado, instalado às margens do rio Pinheiros (a partir de 1921). O intuito dessa seleção foi analisar o desenvolvimento da cultura física promovida pelos clubes esportivos nos dois principais rios da cidade. Outros clubes aparecem esporadicamente ao longo da análise, seja como participantes das provas, seja como parte dos discursos federativos. Entretanto, eles não foram objeto central de nossa investigação.

As transformações dos divertimentos realizados nos rios paulistanos, encadeadas, sobretudo pela presença dos clubes esportivos, mudou a forma como as práticas eram realizadas. Se os jornais do final do século XIX apontavam-nas como desinteressadas, não demorou para que um discurso em relação aos benefícios da cultura física, conduzido por representantes dos clubes e de forma oficial através de porta-vozes do Estado, transpassasse-as. Festas de carnaval, bailes ao ar livre, passeios de pedalinho; eventos aparentemente desvinculados de uma moral esportiva passaram a ser associados aos benefícios ligados à prática de exercícios físicos, especialmente quando promovidos pelos clubes de regatas. Assim, é possível perceber uma ressignificação dos usos dos rios, a partir de valores morais atribuídos aos esportes.

Nessa transformação dos divertimentos nas margens dos rios, foi de grande importância o papel dos clubes esportivos, que, diversas vezes, tomavam para si as tarefas morais ligadas à difusão de uma cultura física na cidade. Por isso, o cotidiano das agremiações náuticas é frequentemente retomado nesta tese, para que seja possível perceber as sutis mudanças na forma como os divertimentos eram programados, reprogramados, ou, ainda, eliminados.

Nesse ínterim, aquilo que era realizado fora do âmbito dessa cultura física desejada e incentivada era repetidamente considerado impróprio, especialmente as atividades dos

¹ Ainda que esses clubes não tenham se dedicado exclusivamente à prática do remo, são referidos como “clubes de regatas” ou “clubes náuticos”, já que, de forma mais ou menos central em sua história, as regatas foram práticas presentes.

ribeirinhos ou dos não associados. Sobre os silenciamentos e os apagamentos também há interrogações nesta tese: como as práticas nos rios paulistanos eram ora incentivadas, ora proibidas pelos discursos oficiais? Ou ainda, como auxilia Rago (2004): como foi possível que a instalação dos clubes às margens mais disputadas dos rios tornasse seus usos quase particulares e voltados a seus próprios interesses?

Os esportes, práticas institucionalizadas, contam com uma variedade muito ampla de narrativas. Elas podem ser encontradas nos jornais, nas memórias dos clubes, nas revistas que tratam de temáticas ligadas à educação física, nas revistas especializadas que surgiram ao longo do século XX e nas revistas de variedades, que consideravam essa prática um signo da urbanidade e modernização (MARTINS, 2001). De acordo com Gois Júnior, Lódola e Dyreson (2016), a pujante imprensa paulistana, através de publicações especializadas ou jornais cotidianos, lançou as bases para a rápida disseminação de um novo modelo esportivo na cidade. Porém, práticas mais cotidianas, como passeios nas margens dos rios, excursões em batelões, caminhadas contemplativas, o nado ou outras brincadeiras realizadas fora do espaço dos clubes não eram, com frequência, registrados. Para Vigarello (2002), a prática de divertimentos populares não institucionalizados é muito mais difícil de ser analisada nos estudos sobre a cultura física, pois deixa menos traços tanto no discurso quanto na iconografia. E são essas práticas que ganham importância para o desenvolvimento desta tese. Foram fundamentais, portanto, estudos de memorialistas, livros de memórias dos clubes e fotografias para tentar capturar essas práticas que insistem em ficar encobertas. Ainda assim, o volume de narrativas a respeito do esporte é muito maior, o que reflete os incentivos e os apagamentos que cada prática recebeu ao longo do tempo considerado nesta pesquisa.

A tendência à esportivização dos divertimentos operou uma mudança na forma como os rios eram entendidos e utilizados. Nas duas primeiras décadas do século XX, o Tietê buscava se consolidar como espaço ideal para a realização de provas competitivas, em contrapartida ao mar ou a represas, como era o caso de Santo Amaro².

Os esportes, como definem Gutmann (2004) e Bourdieu (2003a) são práticas ligadas a uma sociedade pautada nos paradigmas da ciência e da indústria. Assim, algumas de suas principais características são a racionalização e a especialização, que os aproximam de regras cada vez menos flexíveis e mais universais. A burocratização, ou seja, a formação de ligas, federações e confederações que se responsabilizam pela organização e pelo controle das práticas esportivas, também foi um dos elementos importantes na formação do esporte moderno

² Quando a represa de Guarapiranga (Santo Amaro) foi construída, em 1908, ela fazia parte da cidade de Santo Amaro. Em 1935 essa cidade foi anexada à capital paulista (JORGE, 2020)

(GUTMANN, 2004). Com isso, o tempo, e, para esportes como a natação e o remo, o tempo transformado em recorde, tornou-se uma variável cada vez mais determinante nas práticas esportivas. Logo, ele deveria ser medido, quantificado e divulgado. Nessas mudanças de paradigmas, tudo aquilo que atrapalhasse o controle das variáveis esportivas foi, pouco a pouco, sendo substituído por aparatos de melhor tecnologia e espaços nos quais elas pudessem ser mais bem determinadas (BOURDIEU, 2003a).

A constante normatização e burocratização dos divertimentos, aproximando-os das práticas esportivas, acabou por diminuir a importância dos rios para os fins esportivos ao longo das primeiras décadas do século XX. Nos rios, não era possível medir, quantificar ou avaliar da mesma forma que em uma represa ou uma piscina. Essas nuances também foram consideradas na percepção da diminuição dos usos dos rios como espaços de práticas de competição e outros divertimentos.

Não se pode desconsiderar, ainda, as transformações que o crescimento da cidade impôs a esses espaços de natureza. Os autores que pesquisaram o rio Tietê e sua relação com os esportes afirmam que a poluição foi um dos principais fatores que separou os esportes aquáticos dos rios na capital paulista. A partir da década de 1940, de acordo com Jorge (2006a), já era impossível praticá-los no Tietê e no Pinheiros, dado o mau cheiro e a quantidade de dejetos em suas águas. Nesta tese, associa-se à poluição um outro empecilho às práticas esportivas na década de 1940: as obras de retificação, que acabaram afastando os clubes das margens e cortando o elo entre eles e as práticas fluviais.

Assim, esta tese toma como recorte temporal inicial o ano de 1899, data de instalação do primeiro clube às margens do rio Tietê, o clube Esperia. O recorte final se dá na década de 1940, quando a retificação do rio já impedia a realização de esportes e outros divertimentos, e essas práticas se encontravam consolidadas em outros espaços. As provas de remo no Tietê encontradas nas fontes analisadas foram realizadas até o início da década de 1940; já as provas de Travessia tiveram seu fim respectivamente em 1944 (a Travessia de São Paulo a Nado, maior prova esportiva disputada nas águas do Tietê) e 1951 (a Travessia da Penha a Nado).

As perguntas que guiam esse trabalho são:

1. Como os jornais, as revistas ou os documentos produzidos pelos clubes noticiavam a prática de exercícios físicos nos rios? O conteúdo das notícias veiculadas nestes documentos variou ao longo das décadas analisadas nesta pesquisa?

2. Havia um pensamento homogêneo dos clubes instalados às margens do Pinheiros e do Tietê sobre o uso desses rios para as práticas esportivas? Havia resistência com relação a estes usos por parte dos clubes ou outras autoridades ligadas aos esportes aquáticos?

3. Quais razões levaram ao silenciamento por parte da imprensa acerca de outras práticas de divertimento realizadas nos rios após o advento dos clubes?

4. Quais transformações efetuadas nos rios levaram a uma significativa alteração nas práticas de divertimentos? Houve influência da esportivização do remo e da natação na forma como os rios foram interpretados e utilizados?

5. O que levou ao abandono dos rios como espaço de práticas diversas no final da década de 1940?

Considerando a complexa rede de significados presente neste objeto e a escassez de estudos mais detalhados acerca dessas práticas nos rios paulistanos, o conjunto diversificado de fontes constituído ancora-se na ampliação da noção de documento histórico (LE GOFF, 1998; BLOCH, 2001). Para tanto, fez-se necessário buscar, em meio à extensa gama de testemunhos históricos, aqueles que permitiam analisar as práticas de divertimento e de esportes realizadas nos rios paulistanos.

Quando se olha para a documentação produzida pelos clubes ao longo do período aqui recortado, observa-se uma diversidade de publicações que permite levantar um *corpus* documental amplo e rico para o estudo das práticas esportivas e de divertimentos. Esta pesquisa toma como fontes as revistas produzidas mensalmente pelas associações, publicações festivas produzidas em eventos especiais e documentos de caráter mais oficial (tais como atas de reuniões e relatórios de atividades). Nesse conjunto de fontes foram considerados tanto os registros escritos que variam desde notas publicadas em jornais a documentos de caráter mais oficial dos clubes ao lado de uma análise dos registros imagéticos, especialmente fotografias.

O uso de documentos produzidos e guardados pelos próprios clubes, tal qual todo documento, exige cuidados do pesquisador. Isso se deve principalmente porque esses acervos podem ser entendidos como “metáforas do poder” (JOHNES, 2015), ou seja, locais onde são armazenados elementos que corroboram com certa visão da história que os clubes pretendem contar de si mesmos. Isso significa que a grande maioria dos documentos armazenados são compêndios da história do clube, utilizados para engrandecer os grandes feitos, grandes heróis e grandes conquistas de cada associação. Determinados materiais, que trariam à tona questões que contrariariam o tom dos museus e acervos, não fazem parte do escopo de documentação armazenada. É preciso compreender, como afirma Le Goff (1992; 1998), que os documentos não são inócuos, mas sim resultantes de montagens, conscientes ou inconscientes, do passado.

Essas montagens têm, em geral, o objetivo de impor uma imagem deste passado, e o historiador deve desestruturar esta documentação para compreender os meandros de sua produção.

Além da documentação dos clubes, os jornais constituíram as fontes desta pesquisa. Foi nos primeiros anos do século XX que um mercado impresso em ascensão começou a valorizar os elementos da cultura física, dedicando páginas e publicações específicas a eles. A difusão do esporte em um cenário mundial, no início do século XX, fez com que essa prática fosse cobiçada por aqueles responsáveis por “fazer opinião”, já que, de acordo com Vigarello (2008), era possível associar ao esporte mensagens e propagandas, tornando-o um meio de focalização bastante poderoso. Para o autor, a nova arte de narrar o esporte, pautada nas emoções suscitadas e na criação de mitos e heróis, foi muito importante para a difusão do esporte mundo afora. Ao mesmo tempo, o esporte foi capaz de movimentar o mercado de jornais e revistas, dado seu amplo consumo pela população. (VIGARELLO, 2002).

Na constituição das fontes desta pesquisa³ relativas à imprensa foram selecionados os jornais *Correio Paulistano* e *A Gazeta*. A imprensa, em seus mais diversos formatos, foi uma força ativa na história do capitalismo e das cidades, e não mera coadjuvante. Isso significa que, para além de ser influenciada pelas inovações do mundo moderno, ela foi produtora de novos signos e discursos (CRUZ E PEIXOTO, 2009). O modo de vida urbano rapidamente se associou a elementos como velocidade, mobilidade e eficiência, e a imprensa, lugar privilegiado de difusão de informações, tornou-se parte ativa desse processo (LUCA, 2005). Para Cruz (2000), a expansão da imprensa periódica foi a faceta cultural mais importante do processo de formação e transformação da vida urbana em São Paulo.

Dentre os discursos produzidos e difundidos pela imprensa paulistana, encontrava-se o esporte. Gois Júnior, Lódola e Dyreson (2016) analisaram diversos periódicos paulistanos surgidos no início do século XX que, aliados a projetos nacionalistas e da construção de um “novo brasileiro”, tinham como objetivo narrar o esporte e seus benefícios morais, higiênicos, físicos e educativos à sociedade. Dessa forma, e através de inúmeros outros trabalhos que tomam as revistas e os jornais da época como fonte para os estudos dos discursos ligados aos exercícios físicos e aos esportes⁴, é possível perceber a importância da imprensa na difusão dessa prática pela cidade.

³ Esses dois jornais foram encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A seleção dos artigos utilizados como fontes foi feita através de palavras-chave. O jornal *A Gazeta – Caderno esportivo* foi encontrado na Sala de Coleções Especiais da Faculdade de Educação Física da Unicamp, em formato compilado, organizado por anos; entretanto, para cada ano, não estavam disponíveis todas as edições do jornal. Assim, foram analisadas todas as edições encontradas concernentes ao período desta pesquisa.

⁴ Ver, dentre outros: Dalben *et al.* (2019), Santos Neto e Gois Júnior (2019), Dalben e Gois Júnior (2018), Gois Júnior (2017), Soares e Santos Neto (2018), Machado (2016), Franzini (2005).

O jornal *Correio Paulistano* surgiu na imprensa em 1854, e circulou até 1963. Seu primeiro número foi impresso em quatro páginas e teve uma tiragem de 450 exemplares (FERREIRA E GARCIA, 2013). Logo em sua primeira edição, o jornal foi apresentado, através de um editorial, como um periódico apartidário e dirigido aos interesses populares. Entretanto, essa perspectiva não foi duradoura, já que em 1870 ele foi adquirido por um grupo de republicanos e tornou-se órgão oficial de divulgação de política partidária. Em 1890, o subtítulo do jornal passou a ser “órgão do Partido Republicano”, o que deixava clara sua parcialidade editorial (FAGGION, SOUZA, 2019).

Isso significava, em termos editoriais, que o jornal difundia alguns princípios liberais, mas sem abandonar o conservadorismo proposto pelas elites (THASALLA, 2007). Em diversas pesquisas realizadas sobre o periódico, ele costuma ser dividido em quatro fases, sendo que sua consolidação e seu relativo sucesso editorial foram alcançados após 1882 (OLIVEIRA, 2012). Ainda que, ao longo de sua trajetória, os discursos políticos e editoriais tenham sido alterados, em geral o jornal foi um grande apoiador das ideias dominantes das elites paulistanas (FAGGION, SOUZA, 2019).

Em relação aos esportes, Gois Júnior (2017) afirma que o fato de o jornal se autoproclamar porta-voz de uma visão política liberal e, dessa forma, representar uma identidade paulista, torna-o uma fonte relevante para a análise do projeto moderno proposto à cidade, em que se incluíam, certamente, a educação física e o esporte. Nesta pesquisa, encontrou-se, no jornal, um forte apoio às ações dos clubes de regatas paulistanos. A partir de 1904, uma seção chamada *Rowing* passou a ser publicada no periódico, com o objetivo de promover pequenas notas a respeito dos eventos promovidos pelos clubes. Algum tempo depois, essas notas começam a narrar também as questões ligadas às federações esportivas e outras práticas promovidas pelos clubes, para além das aquáticas.

Ao longo dos anos analisados nesta pesquisa, foi possível perceber que o jornal foi um grande incentivador da prática esportiva na cidade, diferenciando-a de outras práticas consideradas menos higiênicas e educativas. O jornal foi palco, inclusive, de diversos debates e disputas estabelecidos no seio dos clubes de remo e natação, especialmente nas disputas por locais de realização das provas esportivas. Isso permitiu compreender as representações que passaram a ser associadas aos esportes na sociedade paulistana ao longo das primeiras décadas do século XX.

Outro jornal que compõe nossas fontes nessa pesquisa foi *A Gazeta*. O jornal foi fundado em 1906, mas seu esplendor ocorreu após sua compra por Cásper Líbero, jornalista e

membro da elite paulistana, que trabalhou por certo tempo no jornal e resolveu adquiri-lo em 1918, momento em que uma grave crise financeira assolava o periódico (STYCER, 2008).

De acordo com Jayo (2003), Líbero pode ser definido como uma pessoa politicamente adaptável. Ele manobrava suas relações de poder de forma a conseguir concretizar seu objetivo: viabilizar seu projeto de jornal. Assim, no limite da tolerância das elites paulistanas, das quais o jornal nunca se desvinculou, Líbero apresentou um projeto de jornal que incorporava equipamentos inovadores e remodelava instalações, muitas vezes noticiados como “de primeira linha”.

O projeto editorial do jornal, carregado de novidades, era definido como uma retroalimentação simbólica com a cidade, ou seja, pretendia-se entregar um jornal moderno a uma cidade que “não podia parar” (TOLEDO, 2012, p. 54). Nesse ínterim, o esporte foi um elemento bastante utilizado para a difusão dos benefícios da vida urbana. Para tal, constantemente essa prática era desvinculada de outros divertimentos, principalmente dos mais moralmente condenáveis pela opinião pública, como os jogos de azar (TOLEDO, 2012). A proximidade de Cásper Líbero com os clubes paulistanos, especialmente de futebol, também foi explicitada com o amplo espaço destinado a narrar o cotidiano das agremiações paulistanas, inclusive as aquáticas.

Esse incentivo aos esportes se materializou na criação de um suplemento exclusivo para a temática. Em 1928, surgiu *A Gazeta* – caderno esportivo, suplemento semanal do jornal. Na década seguinte, foi rebatizado como *A Gazeta Esportiva* e, em 1947, tornou-se um jornal independente e diário (STYCER, 2008; TOLEDO, 2012). Ainda que a criação de suplementos voltados a públicos específicos tenha sido uma característica comercial bastante explorada por Cásper Líbero, é possível perceber, com essa iniciativa, a importância que os esportes assumiam dentro da linha editorial do periódico.

Nesta pesquisa, se considerou ainda uma outra característica do jornal: a promoção e a criação de grandes eventos esportivos. Cásper Líbero tinha um grande tino comercial e rapidamente percebeu, com a experiência de outros países, que o patrocínio de grandes eventos esportivos geraria lucros ao jornal e ajudaria a promover os esportes na cidade. Assim, *A Gazeta* foi responsável por patrocinar três grandes eventos esportivos na cidade: a Corrida de São Silvestre, a Prova Ciclística 9 de Julho e a Travessia de São Paulo a Nado. Destaca-se especificamente a Travessia e toda a centralidade que essa prova assumiu para a aquática paulistana do período.

Em resumo, o caráter central atribuído aos esportes por esse periódico, o espaço dado à divulgação das provas aquáticas e a promoção da Travessia são elementos que fazem que esse jornal seja fonte importante para as investigações realizadas nesta tese.

Outro tipo de fonte tratada nesta pesquisa são as imagens fotográficas. Autores como Sontag (2004), Kossoy (2012) e Le Goff (1992; 1998) nos ajudam a compreendê-las como vestígios do passado, que nos permitem ampliar as análises empreendidas. Assim, esta tese conta com significativo conjunto de imagens (pinturas, mapas e fotografias) que representaram os rios Tietê e Pinheiros no período estudado. Neste conjunto de imagens encontram-se também fotografias dos clubes e competições, provas esportivas, eventos, festejos, piqueniques e passeios.

Em suma, o conjunto de fontes constituído compreende:

- obras produzidas por memorialistas, ligados ou não aos clubes de regatas;
- poesias sobre os rios paulistanos;
- atas, documentos e relatórios oficiais presentes nos clubes esportivos pesquisados;
- revistas mensais e/ou periódicas produzidas pelos clubes;
- jornal *A Gazeta*;
- jornal *Correio Paulistano*;
- imagens (fotografias, mapas e pinturas);
- recortes de jornais e outros artefatos da cultura escrita presentes nos acervos dos clubes;
- artefatos da cultura material presentes nos acervos.

Esta ampla documentação constitui-se como um rico conjunto de fontes que possibilita olhar para as práticas realizadas nos rios a partir de diferentes perspectivas. Por um lado, documentos como estatutos, relatórios e atas de reuniões dos clubes permitem avaliar o que era instituído de forma mais “oficial”. Por outro, existe uma série de vestígios que conduz a uma aproximação mais estreita do cotidiano das agremiações náuticas tais como: suas atividades; festas realizadas; diretrizes que pautavam o direcionamento das práticas da cultura física e os embates ideológicos que cercavam essa discussão; iniciativas voltadas ao aumento do número de associados.

A partir dos dados das fontes da imprensa (jornais e revistas), também é possível analisar de que forma outros discursos, quer sejam os oficiais ou aqueles de opinião pública, se

alteravam de acordo com os valores e ideais médicos e higiênicos. Parece-nos, ainda, ser possível perceber as aproximações e os distanciamentos desses setores da sociedade com aquilo que era postulado a respeito das práticas esportivas e dos distintos usos dos rios.

A documentação aqui elencada foi encontrada nos seguintes acervos:

- Acervo do Clube de Regatas Tietê⁵;
- Centro Pró-Memória Hans Nobiling (Acervo do Esporte Clube Pinheiros, antigo Sport Clube Germânia);
- Acervo do Clube Esperia;
- Museu do Tietê;
- Acervo da Associação Atlética São Paulo;
- Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- Coleções Especiais da Faculdade de Educação Física da Unicamp;
- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional;

Com base em tais fontes, foram investigadas as transformações nos divertimentos realizados nos rios, conforme os capítulos descritos na sequência.

1. Rios: a natureza em meio a uma cidade que cresce

Neste capítulo, são discutidas as concepções de natureza e as transformações nas sensibilidades em relação aos seus elementos e espaços. Um vasto caminho de interpretações e sentidos atribuídos ao meio natural permitiu que novos significados fossem atribuídos às águas e, mais especificamente, aos rios.

Em seguida, são analisados os diversos discursos a respeito dos rios Tietê e Pinheiros promovidos pelos médicos, engenheiros, sanitaristas. Esses rios figuravam entre espaços de “lindos espetáculos” e “perigo iminente”, ora tendo seu uso recreativo incentivado, ora proibido. Nesse ínterim, desafios aquáticos começaram a ser realizados e noticiados nos jornais da cidade, e logo houve a instalação de clubes esportivos em suas margens, o que acabou por mudar sobremaneira a forma como esses desafios eram realizados.

2. A cultura física nos rios paulistanos

⁵ A documentação da antiga biblioteca do clube encontra-se em posse do ex-bibliotecário, André Navarenho. O clube fechou as portas em 2013, e o bibliotecário guarda consigo diversos documentos históricos que faziam parte do acervo e da biblioteca do clube.

Neste capítulo, abordou-se como uma cultura física nascia na cidade de São Paulo, permeada pela instalação dos clubes náuticos e da frequente transformação de sentidos nas práticas realizadas nos rios.

No início do capítulo, define-se o conceito “cultura física”, para operar com as práticas e as transformações nelas ocorridas. Na sequência, verifica-se a instalação dos primeiros clubes náuticos às margens dos rios Tietê e Pinheiros. A inauguração desses clubes seguia o ideal da construção de espaços de prática esportiva na cidade, e as diretrizes eram bastante direcionadas à moral esportiva e aos benefícios dessa prática. Havia, sobretudo, diálogos com médicos higienistas e até mesmo ideais eugênicos, sempre associados à promoção dos esportes.

Em um segundo momento, observam-se as práticas realizadas pelos clubes. Percebe-se, por meio da análise de folhetos de programação, revistas dos clubes e jornais da cidade, que essas atividades nem sempre eram condizentes com a “prática esportiva” descrita pelos documentos oficiais. A ação dos clubes ia muito além da realização de regatas e páreos e incluía piqueniques, festas, excursões, carnavais. Foi possível compreender a tentativa de atribuição de uma “moral” ligada aos esportes e à cultura física também em relação a essas atividades, que passaram a não ser mais consideradas simples divertimentos.

3. A natureza e os clubes: uma relação vertiginosa

Neste capítulo, pretendeu-se discutir qual a relação entre os clubes estabelecidos às margens dos rios Pinheiros e Tietê e a natureza.

As proximidades e os distanciamentos estavam em constante transformação. Nos primeiros anos analisados nesta pesquisa, os rios serviam perfeitamente aos intentos dos clubes, que se instalavam em suas margens para serem providos de espaços para a realização de práticas esportivas e competitivas, especialmente as aquáticas. Ao longo dos anos, houve uma mudança nessa relação, e os rios começaram a ser considerados empecilhos às práticas esportivas. As cheias, as mudanças de volume e as inundações às sedes foram consideradas elementos que prejudicavam a prática dos esportes incentivados pelos clubes.

Ao mesmo tempo, uma outra relação com a natureza existia: a natureza dos passeios, piqueniques e excursões. Espaços à beira-mar, distantes da cidade ou com clima de montanha eram destinos frequentes de excursões proporcionadas pelos clubes náuticos. Assim, é possível perceber como existiam diversas nuances na relação entre os clubes e a natureza, e como o rio foi, gradativamente, perdendo o *status* de local mais apropriado aos associados.

4. A esportivização das práticas aquáticas

Pouco a pouco, ao longo do século XX, as práticas realizadas nos rios Pinheiros e Tietê tenderam a uma esportivização: regras mais rígidas, contagem do tempo mais específica, criação de ligas e federações náuticas. A burocratização e a racionalização constante das práticas realizadas no rio fizeram com que esses espaços fossem considerados de pouca valia para a prática dos exercícios esportivos.

Os diálogos estabelecidos no interior dos clubes apontavam para uma necessidade quase urgente da criação de piscinas para a prática de natação e polo aquático. Fez-se uma disputa entre os clubes náuticos para a construção desses espaços, o que garantia um certo *status* às agremiações.

Outra questão constantemente presente nas fontes era a construção de raias mais adequadas à prática do remo. Em geral, essas discussões foram resolvidas com a transferência dos páreos ao litoral ou à represa de Santo Amaro, considerados espaços mais adequados.

Paulatinamente, a importância dada pelos clubes a elementos como os recordes, as classificações para regatas maiores e participação nas olimpíadas, em níveis nacionais e internacionais, direcionava a prática dos esportes para outros locais que não fossem mais os rios.

5. Sanear, retificar, transformar: os planos urbanos, os rios e os clubes de regatas na década de 1940

Esse capítulo discute de que maneira as reformas urbanas das décadas de 1930 e 1940 acabaram tornando os rios locais inadequados para as práticas esportivas e de divertimentos.

Essas transformações, somadas à mudança de paradigmas com relação às práticas, fez que muros fossem erguidos entre as agremiações náuticas e os rios paulistanos – simbólica e concretamente. Os passeios, os piqueniques e outros divertimentos também foram deslocados para lugares distintos, já que os rios passaram a fazer parte muito mais de uma paisagem urbana degradada do que um espaço ligado aos sentimentos e às sensibilidades voltados à natureza.

O capítulo discute, ainda os problemas decorrentes da poluição que tornou as práticas impossíveis de serem ali realizadas. Inúmeros autores associam o aumento na poluição das águas ao fim das práticas nos rios, mas, de acordo com as fontes aqui elencadas, a essa questão se somam as obras de retificação do Tietê proporcionadas pelo Plano Prestes Maia, que estabeleceram um distanciamento físico entre rios e clubes.

1. RIOS: A NATUREZA EM MEIO A UMA CIDADE QUE CRESCE

Tietê é grande rio de São Paulo, aquêle de que logo nos primeiros contactos com a escola nos falam que não corre para o Oceano [...]. Desta circunstância feliz nasce a glória do rio Tietê, rio paulista, amoroso da terra paulista. Suas águas são nossas amigas, pois ao invés de apressarem sua marcha em busca do mar [...] rasgam distâncias em busca do interior, levando a felicidade e a vida às mais longínquas paragens. [...]. Nas suas águas, milhares de jovens se exercitam diariamente, formando-se colmeias onde os esportes náuticos são a fonte de força e de saúde da juventude paulista. (EDITAL, 1940, p. 1)

Foi preciso um longo percurso na história para que adjetivos como “amoroso” e “amigo” pudessem ser atribuídos a um rio. Desde muito antes do advento da ciência moderna, a humanidade se ocupa em construir compreensões e conhecimentos acerca da natureza e seus fenômenos. O medo, o entusiasmo, os castigos; depois, a observação, o manuseio, a ciência: as rupturas e as continuidades na relação humana com o meio natural não cessam de se alterar. Robert Lenoble (1990, p. 37), em livro intitulado *História da ideia de natureza*, afirma que “como todas as nossas ideias, a imagem de natureza que prevalece em cada época e em cada meio toma assim o peso de um valor social”. Assim, o imaginário a respeito dos fenômenos provenientes dos céus, dos mares, ou os segredos guardados nos cumes das montanhas não é algo dado e perpetuado ao longo do tempo; ele se transforma e altera consigo as possibilidades de compreensão dos acontecimentos observados, desde a magia, passando pelo empirismo, e, de forma mais recente, através da ciência moderna. Pode-se afirmar, então, que as ideias e conceitos construídos a respeito da natureza são históricos, que se alteram com o percurso da humanidade.

Foi necessário um extenso e intenso processo de criação e transformação de noções e conceitos para que o mundo natural fosse reabilitado, já que as considerações a respeito dele eram bastante negativas. As representações da natureza e seus fenômenos são estabelecidas a partir de conhecimentos disponíveis em cada época; dependem daquilo que é possível entender, perceber e vivenciar naquele período (LENOBLE, 1990). Isso significa que, a partir de processos complexos e, diversas vezes, conflituosos, cada época inventa sua ideia de natureza e, conseqüentemente, as atitudes a ela direcionadas.

Thomas (1996) afirma que o período entre 1500 e 1800 foi aquele em que foram encontradas mudanças profundas na forma como a natureza era interpretada e classificada pela humanidade. Esta mudança começou a ser operada a partir do momento em que se estabeleceu a ideia de um domínio da humanidade sobre a natureza, ou seja, de que a natureza deveria ser conhecida e contida para estar à serviço da humanidade (WILLIAMS, 2011; THOMAS, 1996).

Ao mesmo tempo, a percepção de domínio da natureza foi expandida, para além daquela ligada ao uso dos recursos naturais. Foi nesse período que a humanidade, através de princípios científicos, desenvolveu conceitos e interpretações diversas a respeito da natureza e seus elementos. Novas sensibilidades também passaram a mediar esta relação, o que fez com que o domínio do meio natural já não significasse mais seu extermínio.

Ainda que os traços mais evidentes dessas novas configurações e sensibilidades tenham se mostrado no limiar do século XVIII, vestígios dessas transformações já podiam ser verificados entre 1500 e 1800 (THOMAS, 1996). A natureza já era auxiliar do que os médicos chamavam de “combate à melancolia” no século XVII, e a beira-mar indicada como destino dos passeios urbanos (CORBIN, 1989). Em relação ao seu uso pedagógico, ela não tardaria a ser encarada como auxiliar do desenvolvimento moral e intelectual das crianças⁶.

Foi no século XVIII o momento em que essa reconciliação com a natureza tomou traços mais nítidos. Houve a acentuação do desejo de conquista, mediado pela arte e pela ciência. Houve, ao mesmo tempo, profundas transformações nas sensibilidades estabelecidas frente ao meio natural. Tais transformações se configuraram em uma extensa utilização dos elementos da natureza para a promoção de pedagogias, ou mesmo para o combate de males da humanidade e auxiliares da saúde (CORBIN, 1989). À natureza, passa-se a associar características como generosidade e benevolência, que seriam de suma importância para os novos usos atribuídos a ela.

É possível pensar que, no bojo de tais transformações, novas sensibilidades com relação à natureza e seus elementos se tornaram possíveis. Para Corbin (2001), a história das sensibilidades está intimamente relacionada à ligação dos seres humanos com os elementos da natureza e às sensações produzidas a partir daí. Assim, a evocação de elementos naturais em quadros e poesias foi relevante nessas transformações e permitiu, por exemplo, que a água pudesse ser apreciada em sua transparência e temperatura; as montanhas, por seu ar puro e rarefeito; a relva, pela sensação que provocava à pele.

Adveio dessas novas interpretações o conceito de paisagem, “uma maneira de experimentar e apreciar o espaço” (CORBIN, 2001, p. 9). Para o autor, a paisagem é uma maneira de ler, analisar e representar o espaço, normalmente através da apreciação estética, associada aos significados e à emoção. Corbin (2001) utiliza como exemplo o canal da Mancha

⁶ No livro *Emílio, ou da Educação*, publicado em 1762, Rousseau expõe um modelo de educação do ser humano, desde o nascimento, em que a natureza aparece como premissa educadora e como o princípio final do processo pedagógico. Veicula-se, nesta obra, uma educação pela e para a natureza, para o completo desenvolvimento do corpo e do espírito (SOUZA, 2016).

para pensar nas distintas interpretações a respeito do mundo natural. Se, no século XVII, o autor encontrou associações terapêuticas a este espaço, nos anos 1940 ele era procurado muito mais pela oportunidade de banhos de sol do que pela apreciação do poder medicinal das águas.

O fim do século XVIII reservou, ao ocidente, o desenvolvimento de novas sensibilidades no que dizia respeito às relações entre seres humanos e natureza. O extensivo domínio humano sobre ela deu espaço também a interpretações que a consideravam bela e benéfica, portadora de virtudes cruciais para o desenvolvimento da humanidade. Dessa interpretação, posta em marcha nesse período, surgiu a concepção de que a vida ao ar livre seria provedora de inúmeros benefícios aos seres humanos.

No Brasil, um ideário de vida ao ar livre, que elegia determinadas características da natureza como provedoras de educação, cura e regeneração, se instituiu entre fins do século XIX e início do XX (SOARES, 2016). São Paulo e outras grandes cidades brasileiras se valeram de discursos que elegiam a vida em meio à natureza como moralmente mais benéfica que aquela na cidade. Esses discursos, postulados por médicos, higienistas, sanitaristas, arquitetos e professores, promoviam estratégias de aproximação e aproveitamento da natureza, como a criação de parques e jardins urbanos (SEGAWA, 1996; MOTA, 2012), clubes e associações esportivas, novos e amplos espaços escolares (SOARES E ROCHA, 2020). Ainda, desenvolveu-se a partir desse ideário uma cultura de viagens de férias (ASSUNÇÃO, 2012; MARRICHI, 2015; MEDEIROS, 2016; SANTOS FILHO, 2008) e do veraneio em cidades onde a natureza era auxiliar das curas e regenerações, como as estâncias hidrominerais e aquelas do litoral (MARRICHI, 2009; MEDEIROS E SOARES, 2017; SCHOSSLER, 2013).

A própria relação com o tempo era considerada nessa comparação. O tempo da cidade era aquele mecânico, do trabalho, das pausas pré-definidas; ao contrário, o tempo da natureza era o cíclico, marcado pelo dia e a noite, pelas estações do ano. O advento das férias e a crescente procura pela natureza nesse período, estimulada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, permitiram que os tempos da natureza passassem a figurar como a forma ideal e utópica de organização da vida, diferente do frenesi vivido na cidade (MARTIN-FUGIER, 1991).

Assim, foi necessário um longo período para que novos sentidos fossem atribuídos à natureza e seus elementos. O século XIX trouxe, somado ao interesse pelo campo, um novo gosto por paisagens menos simétricas e menos trabalhadas pela mão humana. Dessa forma, as montanhas, os cumes, os mares, que outrora proporcionavam receio e distanciamento, passaram a compor, também, o imaginário de apreciação e mesmo de usufruto (THOMAS, 1996). Novas

concepções a respeito da natureza foram sendo construídas e elas compreendem tanto aspectos curativos, relacionados à vida na cidade e a cura de doenças, quanto diversão e relaxamento.

A relação com as águas não foi diferente. Foi necessária a produção de novas sensibilidades com relação a este elemento para que rios e mares passassem por transformações de sentidos e fossem reabilitados como espaços de diversão. Os rios passaram por um longo período de reabilitação e deixaram, aos poucos, de serem locais de perigo e incerteza para tornarem-se refúgio de contemplação e, mais tarde, de inúmeras práticas realizadas.

É preciso compreender os meandros da produção de conhecimentos e saberes a respeito dos elementos da natureza e, mais especificamente, da água, para a aproximação de novas compreensões produzidas a respeito dos rios aqui pesquisados. Houve um longo percurso até que, de “furiosos” ou “vertiginosos”, eles passassem a bucólicos, doces, singelos, amorosos. Os itens que compõem este capítulo demonstram que as transformações ocorridas culminaram em novas produções de conhecimentos e sensibilidades a respeito da natureza. Esses conhecimentos contribuíram para que os rios fossem entendidos e vivenciados como espaços em que práticas esportivas se consolidaram, ainda que convivessem com outras interpretações.

1.1 Águas: entre o “lindo espetáculo” e o “perigo iminente”

Corbin (1989), em seu livro *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*, analisa as mudanças de sensibilidades e representações a respeito dos mares, mudanças essas responsáveis por promover um desejo pela beira-mar entre os anos de 1750 e 1840. Embora, ao longo de muito tempo, o mar tenha se associado à impureza, ao medo e à tormenta, na aurora do século XVII um grupo de poetas ingleses começou a evocar as alegrias de estar à beira do mar. As sensibilidades forjadas no século XVIII começavam a operar, também em relação às praias, uma mudança na forma como estes espaços eram entendidos e apreciados. O bucolismo das representações atraía turistas interessados em vivenciar as sensações representadas: para Corbin (1989), a cena de praia difundiu, entre essas pessoas, um modelo social de utilização da beira-mar.

Nas análises empreendidas pelo autor, são sublinhados, além da apreciação estética, o esboço de novos prazeres, ligados às sensações experimentadas nesse espaço. Essas sensações exprimiam a completa oposição àquilo que era vivido na cidade, e a apreciação da beira-mar passou também por uma oposição ao meio urbano.

As práticas de imersão, cura e nado, que foram desenvolvidas ao longo do século XVIII, nasceram de um projeto terapêutico que tomava as águas frias do mar como terapia aos

males do corpo e “da alma”. Havia uma intenção de cura associada ao ideal de moralização através do contato com os elementos da natureza, maneiras bastante demarcadas de mostrar a total oposição ao meio urbano (CORBIN, 1989).

Entretanto, as práticas realizadas no mar passavam pelo receio desse espaço não completamente dominado pela mão humana. Havia, a cada pulo na água, o medo de afogamentos e sumiços. Não era possível dominá-lo e esquadrihá-lo por completo:

[...] não se pode subjugar o oceano, rebelde a toda domesticação; ali o homem não pode encontrar um autêntico abrigo, construir uma segunda casa. O elemento líquido, irremediavelmente selvagem, representa o estado primitivo do mundo. A própria beira mar escapa à ação do homem; presta-se mal à aparência de desordem arrumada que tanto agrado no jardim inglês. Acima de tudo, esse lugar insubmisso não conserva o vestígio da história humana; a areia e a água apagam os signos da mesma forma que escapam aos planos. Excetuando-se o porto e o dique, frequentemente precários, e o espetáculo móvel das velas, a beira mar não pode oferecer ao olhar provas de uma natureza domesticada. (CORBIN, 1989, p. 73)

As águas dos rios, assim como as águas dos mares, também passaram por transformações em seus sentidos e significados. De acordo com Vigarello (1985) e Terret (1994), ainda que a humanidade tivesse tido contato com a água de diversas formas ao longo de sua história, no século XVI as atividades aquáticas começaram a ser julgadas como inquietantes, invasivas; o banho era perigoso porque tornava o corpo suscetível, abria os poros aos males do ambiente. Foi apenas no final do século XVII e no início do século XVIII que essas atividades voltaram a ser reabilitadas, primeiro em relação à ação que a água quente ou fria poderia gerar no organismo e, algum tempo depois, pelos discursos que associavam os exercícios sistemáticos à saúde e higiene.

Entretanto, o uso dos rios para atividades, brincadeiras e exercícios físicos não foi sempre associado aos benefícios da saúde e da higiene; ao contrário, por muito tempo esse uso foi permeado pela ideia de nudez e perversão. Vigarello (1985) aponta que, embora a prática dos banhos de rio fosse paulatinamente reabilitada na França do século XIX, as leis que os regiam ainda se pautavam em quesitos morais provenientes do Antigo Regime. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, inúmeras leis foram sancionadas na tentativa de afastar a prática do nado dos rios e lagos que banhavam as cidades, ou que margeavam os bairros mais ricos (TERRET, 1994; WILTSE, 2007). Diversos embates foram travados para que o uso dos rios fosse entendido sob a ótica da higiene e da utilidade, e não sob os desígnios da vadiagem, outrora atribuídos a eles.

Não se pode analisar os rios Tietê e Pinheiros, delimitação geográfica desta pesquisa, tomando, de forma mecânica, as análises feitas pelos autores europeus e norte-

americanos que se debruçaram sobre as transformações nos usos da natureza. Contudo, essas análises e, principalmente, o extenso conjunto de dados acerca dos usos da natureza para distintas finalidades que empreendem esses autores, ao lado de uma circulação de obras literárias bem como de artes plásticas em que se destacam pinturas que evocam uma natureza boa e generosa, certamente tiveram influência sobre as maneiras de perceber, conceber e vivenciar a natureza no Brasil, sejam praias, montanhas ou rios.

Este estudo, que tem como objeto e como problema de pesquisa as práticas que compunham uma cultura física desenvolvidas nos rios Tietê e Pinheiros, pode ser colocado no contexto de uma nova concepção de natureza, que ora se aproxima, ora se distancia daquela produzida na Europa desde o século XVIII. Em primeiro lugar, esses rios faziam parte, no período aqui estudado, de uma área urbana, e as relações e as oposições entre natureza e urbanização no Brasil foram bastante particulares⁷. Se na Europa esse ideário de uma vida ao ar livre já estava amadurecido, e inúmeras transformações nos usos e nas apreciações puderam ser percebidas ao passar do tempo, no Brasil, sua incorporação foi mais lenta e girou em torno de outras questões que se faziam aqui presentes. Foi em meados do século XIX e, mais acentuadamente, no início do século XX que a vida ao ar livre e a valorização dos elementos da natureza como o ar, o sol, as águas, se afirmou como ideário médico e pedagógico no país (SOARES, 2016; DALBEN E SOARES, 2011; SOARES E SANTOS NETO, 2018).

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo viveu um acelerado crescimento urbano e industrial, que, somado ao grande aumento populacional, proveniente do êxodo rural e da imigração, tornou este um espaço com novas dinâmicas sociais. Essas transformações proporcionam uma nova preocupação com a forma de vida nas cidades. Ao mesmo tempo em que este era o lugar que representava o país modernizado que o Brasil desejava ser e mostrar ao mundo, era preciso impedir que o modo de vida urbano se tornasse responsável por definhar os corpos e os nervos de seus habitantes. Logo, novas preocupações com a saúde e a doença da população se fizeram presentes, na afirmação de um ideário higienista (SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 2001; ROCHA, 2003; MASTROMAURO, 2010).

Nascia, no Brasil, em meados do século XIX, uma ciência médica, embasada pela instalação das primeiras escolas de medicina do país (SCHWARCZ, 1993). Um dos principais apelos à nova carreira era o combate às doenças e epidemias que se espalhavam pelos centros

⁷ Cabe também assinalar aqui que estes rios foram utilizados de diversas formas anteriormente a esta urbanização, entre os primeiros habitantes do Brasil, indígenas pertencentes a diferentes etnias. Para maiores informações consultar Guidon e Pessis (2004)

urbanos. Advém desses esforços a ideologia da higiene (CHALHOUB, 2001), pautada na ideia de que um dos principais requisitos para que a nação brasileira atingisse grandeza e prosperidade e caminhasse em direção à civilização era a solução dos problemas de saúde pública (CHALHOUB, 2001). Em São Paulo, a partir da década de 1890, houve a intensificação dos debates a respeito da relação entre doenças infectocontagiosas, a crescente urbanização e o aumento demográfico, traduzido em ações executadas pelo poder público em relação aos espaços e à população, ações estas nem sempre democráticas, mas disfarçadas sob a aparência da moral, do progresso e da estética (MASTROMAURO, 2010; BRESCIANI, 2010).

Soares (2016) afirma que é no bojo do surgimento dessas preocupações relativas à vida na cidade que a natureza e seus elementos são eleitos como lugares de cura, educação e regeneração dos corpos, apoiada por determinadas vertentes médicas e higienistas. Logo, concepções e ideias a respeito de uma natureza brasileira benéfica foram incorporadas e transformadas, adequando-se às urbanidades aqui produzidas e às ideias que se pretendia promover ou ocultar.

Era imperativo que o país se mostrasse conectado à vida urbana, símbolo de prosperidade. Logo, a apatia do mundo rural – símbolo de mazelas e degenerescência – deveria ser evitada. O mundo rural “à brasileira” não era aquele idealizado na contraposição entre campo e cidade, e sim aquele onde havia miséria, doenças e cidadãos considerados pouco civilizados (HOCHMAN, 2013). Ainda, as montanhas e as florestas desconhecidas, que habitavam o imaginário da população brasileira e compunham o vasto território nacional, também despertavam receio e medo, pois, pareciam ser obstáculo perigoso e incontrolável.

A natureza idealizada e aceita como lugar de divertimento, cura e educação, era uma natureza amistosa e benevolente em que se poderia encontrar conforto, higiene e ordem proporcionados pela mão humana em meio ao mundo natural. Segundo Soares (2016, p. 19):

A natureza que educa, regenera, fortalece o corpo e o espírito, a vida ao ar livre, que expressa uma nova ordem urbana, industrial e moderna, não poderia ser aquela do Jeca Tatu, não era, com efeito, aquela do Brasil rural. [...]. O que se buscava, o que era retomado pela cidade eletrizante, pela nova ordem urbana dessa São Paulo, era uma vida ao ar livre penetrada pela quantificação, pelas medidas, pela duração dos exercícios físicos, bem como de tempos muito precisos de exposição ao sol e de mergulhos em distintas águas.

Dalben e Soares (2011), ao analisarem as colônias de férias no Brasil, explicitam que a proposta de uma educação pela natureza passou, em um primeiro momento, pela ideia de que o clima tropical brasileiro era responsável pela degeneração humana, e, mais tarde, que as más condições higiênicas e sanitárias das casas e cidades, bem como da zona rural, é que seriam as responsáveis pelas mazelas. Uma das soluções encontradas por esse setor do pensamento

médico higienista foi a indicação de tratamentos em meio à natureza, uso de terapias que tinham tais elementos como protagonistas e que recomendavam o descanso.

Havia a circulação das ideias médicas a respeito de uma natureza que curava e regenerava, que indicava métodos, elementos e espaços que proporcionariam as curas. Medeiros e Quitzau (2018), ao analisarem a revista *Educação Physica*, periódico que circulou entre 1932 e 1945 e tinha como objetivo promover discussões sobre esportes e exercícios físicos, encontraram diversas indicações médicas que associavam a prática de exercícios ao ar livre em relação aos usos de elementos da natureza. Em inúmeras seções, foram encontrados conselhos relativos ao tempo de exposição ao sol, a forma adequada de tomar banhos de mar, indicações de praias e outros destinos em meio à natureza para o período das férias e mesmo de práticas como o montanhismo e o excursionismo. Inúmeras foram as maneiras em que os saberes a respeito de um uso terapêutico da natureza circularam, símbolo de uma medicalização da vida ao ar livre pretendida por determinados setores da classe médica e higienista.

No contexto aqui eleito de discussão a respeito da natureza, em que um determinado discurso médico higienista a toma para si como cura e regeneração dos males causados pela vida urbana, as águas são inseridas também ao rol de elementos responsáveis por esta tarefa presentes no receituário médico. Era preciso, para isto, desligar toda a aura mística e mágica que envolvia este elemento e dotá-lo de cientificidade para que, enfim, ele figurasse como adequado às curas e à regeneração do corpo. (MARRICHI, 2009)

No Brasil, Marrichi (2009, 2015) e Medeiros (2016) analisaram os discursos médicos e higiênicos que, nas décadas de 1920 a 1940, procuraram validar os usos das águas termais como elementos de cura e regeneração dos corpos. Em suas análises, as autoras perceberam que as novas sensibilidades produzidas com relação à natureza e às viagens rumo às estâncias hidrominerais tornavam a estadia um momento de prazer, o que fazia com que elas fossem procuradas para além da ingestão das águas. Elas concluíram que as águas termais foram legitimadas como elementos de cura e regeneração por certo ramo da medicina brasileira, ainda que outros usos tivessem sido também atribuídos às estâncias hidrominerais.

As águas salgadas também tiveram convalidação e indicação por meio do discurso médico. Pesquisas sobre os novos significados atribuídos às praias brasileiras no início do século XX, como as de Schossler (2013; 2016) também apontam uma mudança de significados com relação às práticas, que foram atravessadas, não sem resistências e ressignificações, por um discurso médico que previa cura e regeneração do corpo.

Já as práticas da cultura física desenvolvidas junto aos rios aqui estudados não constituíram unanimidade nos discursos que prescreviam as águas como elementos ligados à

saúde e ao tratamento do corpo. No que se refere especificamente às águas dos rios, o discurso médico, no Brasil entre o fim do século XIX e início do século XX, parece ter funcionado ora como um impedimento, ora como um vetor de incentivo.

Por um lado, os discursos ligados à higiene e regeneração da raça, bastante presentes nas discussões sobre o espaço urbano paulistano no período aqui analisado, elegiam esportes e outras práticas de educação física como maneiras adequadas de atingir tais objetivos. Schwarcz (1993, p. 256) menciona que Washington Luís, enquanto prefeito da cidade de São Paulo, apadrinhou uma regata disputada no rio (“a popular Regata Washington Luís no Tietê”) com o objetivo de incentivar o que o próprio político chamou de “aperfeiçoamento das populações”. Dessa forma, ainda que mais atrelado ao esporte do que ao rio de forma mais direta, o discurso proferido por uma autoridade pública legitimava o espaço como adequado à realização de atividades que contribuíssem ao caráter higiênico propalado por certo setor da medicina.

Figura 1 – Equipe vencedora Prova Washington Luís, 1919



Fonte: Acervo do C. R. Tietê

Por outro lado, não havia consenso sobre as possibilidades que um rio que margeava a cidade oferecia para além daquela de ser um espaço de trabalho e uma via de deslocamento. Os rios Pinheiros e Tietê eram, na maioria das vezes, compreendidos apenas como lugar em que se extraía areia e pedras, peixes e pequenos crustáceos para a alimentação. Mesmo depois que práticas mais institucionalizadas passaram a ser realizadas em suas águas, nunca houve uma chancela médica aos benefícios do uso das águas dos rios, diferentemente do que ocorria com relação às práticas realizadas nas águas dos mares, que, no Brasil, promoveram até mesmo

novas representações a respeito do corpo e da higiene (SCHOSSLER, 2013; MELO, 2015; MEDEIROS E MONTENEGRO, 2020).

Uma das questões urbanas cruciais para uma análise acerca dos rios refere-se ao problema da sujeira e das doenças que assolavam a população urbana, frequentemente associadas a suas águas. Em muitas análises do poder público, os rios que atravessam a cidade de São Paulo eram considerados vetores de doenças e responsáveis pela disseminação de muitas delas (SANTOS, 2011).

Em meados do século XIX, os rios e as várzeas paulistanos ainda eram bastante semelhantes ao século XVI em seu traçado, embora do ponto de vista ecológico muitas alterações já tivessem sido realizadas. Para Jorge (2012), mesmo que as intervenções fossem modestas, a fauna e a flora já tinham sido bastante afetadas, com uma redução importante da mata ciliar. Além disso, a poluição das águas já preocupava os cientistas, que associavam a sujeira às doenças e às epidemias que assolavam a cidade na época.

Santos (2011) e Mastromauro (2010) afirmam que um dos primeiros serviços surgidos na cidade de São Paulo com a finalidade de regulamentar a vida urbana e suas demandas em expansão foi o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Esse serviço tinha suas ações pautadas na ideia dos miasmas, ainda que a teoria microbiana começasse a se fazer presente em algumas análises⁸. As ações pautadas nessa teoria presumiam que as doenças tinham origem no mal cheiro presente na cidade, ou nos rios contaminados, ou ainda em outros vetores ligados aos fluidos. Dessa forma, os rios Tamanduateí e Anhangabaú, mais centrais, e mais tarde os rios Pinheiros e Tietê sofreram severas intervenções e críticas baseadas nessa concepção.

Nas fontes analisadas neste trabalho, artigos encontrados procuraram alertar a população para as questões ligadas à saúde e o contato com as águas dos rios. Em 1898, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem intitulada “A água do Tietê”. Nela, havia uma extensa análise dos relatórios sobre os exames microbiológicos realizados no trecho do rio Tietê que passava pela cidade de São Paulo, publicados pelos médicos Arthur de Mendonça e Bonilha de Toledo.

Para os autores da análise, dois dos grandes problemas do rio eram o percurso sinuoso, que fazia a água correr com menor velocidade e se acumular nas várzeas, e a grande

⁸ Mastromauro (2010) afirma que, durante muito tempo, as duas vertentes atuantes do higienismo em São Paulo – os miasmáticos e os bacteriológicos – agiram de forma concomitante nos serviços públicos de saúde. Assim, médicos higienistas e engenheiros sanitaristas utilizaram ambas para intervenções sanitárias nos espaços públicos e privados.

quantidade de habitantes que começava a se aglomerar em suas margens, fato que tornava a água “sujeita á contaminações de toda a espécie: recebe agua servidas, dejecções de homens e de animaes, nas margens encontram-se lavadeiras e tudo isso colloca a agua deste rio em condições perigosas.” (A AGUA..., 1898, p. 2).

Os médicos encontraram também alta concentração do *bacillus coli*, agente causador da cólera, bem como vetores de outras doenças, como o tifo. Para eles, os surtos de doenças ocorridas em diversas cidades brasileiras eram advindos do consumo de água contaminada, e, no caso do Tietê “nem mesmo pela filtração se encontrará um correctivo efficaz – é mais um processo clarificador do que purificador.” (A AGUA..., 1898, p. 2)

O resultado da análise foi enfático ao afirmar que as águas deste rio não deveriam ser utilizadas pela população paulistana:

Achamos, pois, que a agua do rio Tiete não deve ser lançada ao consumo publico, visto que a hygiene ficaria privada de um de seus melhores recursos: a agua pura, isempta de micro-organismos suspeitos. A agua do rio Tiete constituiria sempre sim perigo imminente. (A AGUA..., 1898, p. 2)

Para além das orientações e debates médicos, as transformações urbanas que São Paulo experimentava na aurora do século XX traziam consigo mudanças também nos rios e afluentes que rasgavam a paisagem urbana. De acordo com Santos (2011), inúmeras foram as alterações que os rios sofreram para não impedir o crescimento da cidade, e isso modificava, certamente, a forma como esses rios eram entendidos, apreciados e utilizados.

Sant’Anna (2007) afirma que diversos foram os mananciais, bicas e chafarizes utilizados para abastecer com água limpa a cidade de São Paulo até o século XIX. Entretanto, em meados desse século, a “providência divina” já não era mais suficiente para a manutenção do abastecimento de água a todos os moradores daquelas paragens, e problemas de abastecimento de água começaram a ser relatados, especialmente nos bairros mais pobres (MOROZ-CACCIA GOUVEIA, 2016).

Uma grande crise hídrica emergia no horizonte, e as autoridades paulistanas precisavam resolver esta questão com rapidez. Muitas eram as indicações de médicos e sanitaristas para o uso de águas das serras, que seriam mais limpas e potáveis. Mas havia também quem indicasse que, com algum investimento em tratamentos químicos, as águas dos rios da cidade serviriam para este fim.

Em 1904, Octávio Pacheco e Silva publicou no jornal *O Estado de São Paulo* uma análise sobre a possibilidade de utilização das águas do rio Tietê para uso doméstico. De acordo com o médico, o uso destas águas resolveria os problemas higiênicos, econômicos e técnicos

da cidade, já que seria muito mais barato utilizar as águas do rio do que captar águas serranas e transportá-las à cidade. Sobre a questão higiênica, afirmava o médico que:

A parte hygienica desta questão de águas já foi discutida por outros mais competentes. Antes dessa época, já tínhamos percorrido o rio Tietê para verificarmos o estado do seu leito e margens e podemos asseverar que as suas condições hygienicas são optimas comparadas com as dos muitos outros rios e lagos que conhecemos. (SILVA, 1904, p. 3)

O principal argumento do médico era que as várzeas do rio eram pouco habitadas e que, dessa forma, poucos dejetos eram lançados em suas águas, mesmo na parte mais urbana. De acordo com Jorge (2012), no final do século XIX a água do Tietê foi utilizada para abastecer alguns bairros mais pobres da cidade, o que provocou, já naquela época, uma grande reação contrária nos círculos médicos paulistanos. A contrariedade da opinião médica reflete as discussões científicas, que há muito já apontavam a extensão da poluição do rio.

Neste mesmo período, algumas alterações haviam sido feitas nos rios Tamanduateí, no ribeirão do Anhangabaú e no Tietê para estancar essa problemática e permitir um abastecimento contínuo ao longo do ano, mesmo nos períodos de estiagem. Entretanto, Sant'Anna (2007) e Moroz-Caccia Gouveia (2016) reiteraram que as obras realizadas até aquele momento não haviam sido suficientes, e que, para além do abastecimento, um outro problema começava a assolar a população em todos os verões: as cheias.

Para Jorge (2011), desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as enchentes apresentaram inúmeras continuidades em seus aspectos, especialmente no que diz respeito aos problemas gerados no deslocamento de pessoas e mercadorias. Os resultados negativos dessas intempéries eram sentidos principalmente pela população mais pobre, a qual foram relegadas as moradias em terras baixas, junto aos rios e córregos.

A inundação de várzeas, como a Várzea do Carmo, também gerava grandes problemas. Moroz-Caccia Gouveia (2016) aponta que, já em 1822 o curso do rio Tamanduateí havia sofrido intervenções, que, no entanto, só serviram para o agravamento da situação. Os problemas relativos à várzea acompanharam a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX (SEGAWA, 2004). Nos limites do rio Tietê, embora nenhuma obra de grande envergadura tivesse sido feita até o momento, suas margens já se encontravam bastante alteradas. As enchentes faziam com que retornasse, também, o medo da população com relação às epidemias, associadas à má qualidade da água (JORGE, 2012).

Quanto mais a cidade crescia, maiores eram os problemas relacionados a esta questão. Na década de 1920 em São Paulo, em que o espaço destinado à área urbana se expandia

e seus habitantes se multiplicavam, o problema das cheias se tornava crônico, e proporcionava verdadeiras calamidades públicas:

O Tietê está cheio. Há dez dias que chove sem cessar e o grande rio, recebendo as águas do Tamanduatehy e do Pinheiros, que lhe são tributários, extravasa pelas margens, em todo o curso que faz através da cidade [...]. De longe, é lindo o espetáculo [...] De perto, a realidade é medonha. Os prejuízos que a enchente e o extravasamento das águas do Tietê trazem à população pobre de S. Paul, todos os anos, são incalculáveis. (NAS MARGENS..., 1923, p. 1)

O “medonho” estado dos rios explica algumas transformações que já eram propostas em meados do século XIX. Jorge (2006a) aponta que, entre 1848 e 1851, houve uma retificação do Tamanduateí, no trecho que cortava a região mais central da cidade. Houve, no mesmo período, outra retificação, agora de um trecho do Tietê, nas proximidades da Ponte Grande. De acordo com Santos (2011), havia, por parte da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a expectativa de uma série de consequências positivas ligadas a tais ações, como, por exemplo, as questões estéticas e econômicas.

Em 1886, outra preocupação se uniu àquelas antes colocadas: o início de uma desenfreada especulação imobiliária às margens dos rios paulistanos, que acabaram exercendo grande influência na forma como esses espaços foram transformados ao longo do tempo. Para Jorge (2006a) e Santos (2011), a contenção de águas em alguns rios da cidade, como o Tamanduateí, tinham como intenção principal liberar hectares às margens do rio Tietê para a especulação imobiliária, ainda que essas obras fossem justificadas como necessidades ligadas às cheias.

Foi no final do século XIX que ações mais diretas começaram a ser estipuladas pelo poder público a respeito dos rios que cortavam as cidades e os problemas por eles ocasionados. Em 1893, de acordo com Jorge (2006a), foi formada a primeira Comissão de Saneamento do Estado para obras de retificação do Tietê. Comissões como esta assinalavam a urgência que a salubridade dos rios exigia do poder público, não só pelos debates científicos acalorados a respeito dos miasmas e micróbios, mas principalmente por conta da trágica realidade das endemias e epidemias que flagelavam os moradores da cidade (JORGE, 2012). Os estudos dessa comissão apontaram, por meio de estudos minuciosos, a necessidade da retificação do rio desde a Ponte Grande até Osasco, especialmente com a intensiva ocupação das margens do rio, que aumentava com o passar do tempo.

É possível perceber que águas do Tietê foram motivo de investigação e preocupação dos cientistas desde o fim do século XIX. Nesse momento, entidades foram criadas para analisar a relação entre as águas dos rios e as epidemias que assolavam as cidades. Embora um debate

profícuo tenha ocorrido naquele momento, Jorge (2012) aponta que a questão perdeu forças no cenário público, e a saúde deixou de ser a preocupação primordial para orientar a intervenção estatal nos rios, embora nunca tenha sido plenamente esquecida. Ao longo da década de 1930, as águas, que já possuíam problemas diversos causados pela poluição, passaram a receber uma carga cada vez maior de dejetos industriais, agravando a situação. Nesse ínterim, medidas legislativas foram sancionadas pelo poder público, mas sua ação não foi capaz de interromper a degradação crescente. Para Jorge (2012), não havia mais dúvidas, na década de 1940, que o rio Tietê representava um risco à saúde dos habitantes da cidade.

Se um discurso médico apontava os problemas existentes no rio, isso não significa que seus usos foram abandonados pela população no momento em que a cidade crescia de forma exponencial ao redor de suas margens. Muito pelo contrário, as águas dos rios paulistanos, especialmente o rio Tietê, foram de suma importância para a obtenção de materiais para as construções urbanas, para o transporte de itens necessários à construção civil, e, principalmente, para a produção de energia.

Em 1899, chegava a São Paulo a *São Paulo Tramway Light and Power Company Limited*, mais conhecida como *Light*, que atuou no setor de energia paulista por mais de oitenta anos (JORGE, 2006a). A empresa, um conglomerado canadense-anglo-americano, carregava consigo, em seu nome e em suas operações, o cerne da modernização pela qual a cidade ansiava. A energia elétrica, pressuposto prioritário da empresa, era a força necessária para ascender – e acender – a cidade que se formava no início do século XX. De acordo com Saes (2004), a trajetória da empresa em São Paulo foi marcada, por um lado, pelas benfeitorias realizadas e, por outro, pelas polêmicas geradas.

O crescimento da empresa foi exponencial, e rapidamente ela estabeleceu o monopólio do transporte coletivo urbano e do fornecimento de energia elétrica. Em pouco tempo, os serviços públicos urbanos da capital, com exceção da água e do esgoto, haviam sido monopolizados pela empresa (SAES, 2004).

Em 1901, a companhia inaugurou a usina de Parnaíba, e alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1908, a represa de Santo Amaro, depois conhecida como represa de Guarapiranga. O funcionamento da represa se dava da seguinte forma: nos meses de cheia, ela era responsável por acumular as águas das chuvas, evitando as cheias no rio Pinheiros, e no período de estiagem, a água era despejada neste mesmo rio chegando até o Tietê, para aumentar a produção hidrelétrica da usina (JORGE, 2006a).

As operações da *Light* nos rios da Bacia do Tietê não se restringiram a construção desta represa e da usina. Um sem número de transformações foi proporcionado aos rios,

mudando inclusive o sentido para o qual as águas corriam. Para além dos benefícios ligados ao crescimento da cidade, transformações nas margens, inundações propositais, mudanças na fauna e flora e mesmo o aumento do alcance da poluição dos rios foram também efeitos colaterais da extensa exploração desta empresa nos rios paulistanos (JORGE, 2006a). Para Santos (2011, p. 112), as ações da *Light* podem ser assim resumidas:

Tanto a geração de energia quanto a incorporação de áreas caminhavam paralelamente, sob duas razões: enquanto negócio imobiliário e como áreas de reserva para a construção de sua infraestrutura, como previa seu direito de desapropriação para esta finalidade.

De formas distintas, todos os rios aqui citados sofreram interferências decorrentes da urbanização brasileira e, mais especificamente paulistana, no início do século XX. Foram modificações no traçado dos rios, na forma como suas águas eram utilizadas; houve a construção de novas pontes e foram inventadas outras formas de acessá-las; mesmo a rota dos rios foi alterada em prol do crescimento urbano. Diversas ações foram realizadas, ora reafirmando o “lindo espetáculo” produzido pelas águas, ora procurando dissipar o “perigo iminente”. A aurora do século XX procurou inaugurar um novo modo de enxergar os rios paulistanos, não mais como lugares urbanos, mas como espaços⁹ que poderiam ser utilizados para refrescar, desafiar, divertir. Estava em marcha uma maneira moderna de aproveitar essas águas para o benefício do próprio corpo, e essa novidade invadiu o novo século com a volúpia de uma corredeira.

1.2 Desafiar as águas, refrescar os corpos, divertir a alma

De acordo com Thomas (1996), as sensibilidades estabelecidas com relação à natureza após o século XVIII normalmente se baseavam em uma oposição na qual, de um lado, se situavam as zonas urbanas, e, de outro, o meio rural ou a natureza das grandes paisagens. Mas como localizar nessas sensibilidades a natureza que perpassa o meio urbano? Os rios paulistanos e suas águas, tantas vezes analisados, estudados, quantificados, modificados, estariam à serviço das sensibilidades voltadas à natureza?

Havia uma diferença entre a natureza ajardinada, produzida e moldada pelas mãos humanas, e aquela mais rude. Certamente, ainda que engenheiros, sanitaristas e autoridades

⁹ Certeau (1998) aponta que há diferenças entre “lugar” e “espaço”. O lugar é uma configuração instantânea de posições, indica uma estabilidade, um “estar-aí”. Já o espaço é o lugar “praticado”, tomado pelas ideias de direção, velocidade e tempo; ou seja, o espaço é cerceado por operações dos sujeitos históricos.

quisessem transformar os rios aqui estudados em lugares visíveis de uma natureza controlada, eles seguiam escorregadios por esses arranjos humanos.

Assim, esse descompasso entre a fúria das águas e as artimanhas da engenharia moderna permitiu que os rios fossem, ainda, exóticos em meio ao cenário urbano que se desenhava. Um entendimento carregado de novas sensibilidades para com a natureza era o que permitia que os rios fossem admirados e contemplados nesse cenário.

Williams (2011) pontua que essas novas sensibilidades ligadas aos elementos da natureza ao mesmo tempo produziram e foram produto de narrativas românticas, quer seja através da poesia quer seja através das pinturas. Para Corbin (2001), essas narrativas foram ainda responsáveis por redefinir dimensões de noções como paisagem e bucólico, e ajudaram a promover um elogio a este modo de vida diferente daquele das cidades, estas que começavam a mostrar seus primeiros indícios de crescimento.

Em São Paulo e outras cidades do interior paulista, os rios, as corredeiras e as cachoeiras começaram a fazer parte de obras iconográficas e textuais. Dentre os inúmeros pintores que retrataram a paisagem de São Paulo, encontrava-se Almeida Júnior que, desde a segunda metade do século XIX, anunciava os rios e suas margens como espaços de divertimento e contemplação.

Brito (2017) afirma que Almeida Júnior foi um dos artistas que ajudou a afirmar o arquétipo do homem rural do interior paulista; para tal, valeu-se de elementos do tempo e espaço em sua obra, elementos estes que eram parte de um pensamento maior sobre a ideia de natureza que se construía no período. O tempo, em suas obras, promovia uma ideia de subjetividade, especialmente relacionada ao contato dos corpos com os elementos e os espaços da natureza. O espaço também não remete às grandes paisagens que prevaleciam em pinturas sobre a natureza; pelo contrário, a ideia é que o espaço é de íntimo conhecimento daquele que o frequenta, mostrando, de certa forma, que havia certo controle mesmo sobre aquela natureza rude.

Figura 2 – Pintura que retrata dois pescadores no rio Tietê, 1894



Fonte: JUNIOR, A. **Pescando**, 1894

Figura 3 – Pintura que retrata uma inundação na Várzea do Carmo, 1892



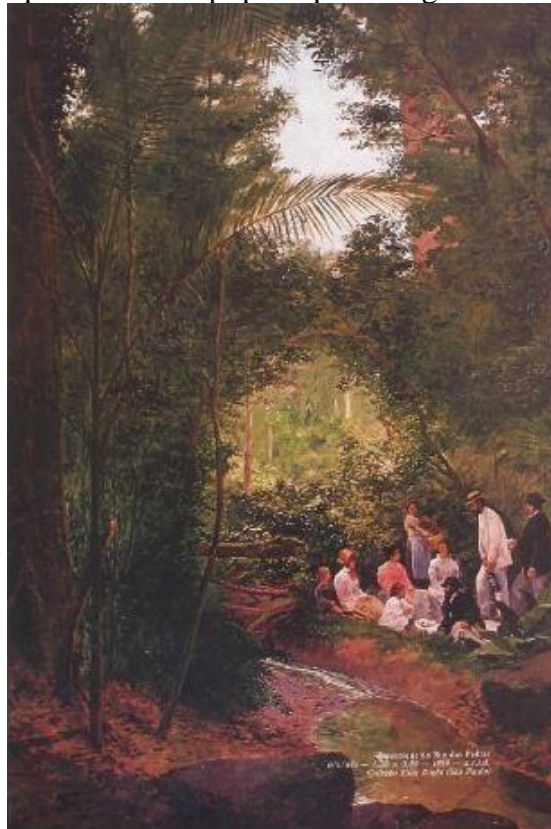
Fonte: CALIXTO, B. **Inundação da Várzea do Carmo**. 1892

Figura 4 – Pintura que retrata um rio e um barco na região da Ponte Grande, 1895



Fonte: CASTAGNETO, G. B. **Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo *Ponte Grande***. 1895

Figura 5 – Pintura que retrata um piquenique na região do Rio das Pedras, 1899



Fonte: ALMEIDA, J. **Piquenique no Rio das Pedras**. 1899

Figura 6 – Pintura que retrata o Salto de Itu e visitantes, 1886



Fonte: ALMEIDA, J. **Salto de Itu**. 1886.

O bucolismo das imagens aponta uma das formas que os rios paulistanos, especialmente o Tietê, eram percebidos na virada do século XX: como espaços de contemplação e cumplicidade, seja em atividades consideradas mais modernas, como os piqueniques, seja nas atividades que remetiam a memórias afetivas mais antigas, como a pescaria; mesmo as inundações eram retratadas como espetáculos fascinantes da natureza.

Os rios como objeto nas telas de Almeida Júnior, Benedito Calixto e Giovani Castagneto representam sentimentos e sensibilidades que foram, mais tarde, retomados na década de 1920 pela arte literária (poesias e romances), especialmente, em São Paulo, pela literatura produzida pelo movimento modernista.

Este foi um período de grande ruptura da representação bucólica encontrada anteriormente na arte brasileira. O movimento modernista considerava o rio Tietê não mais com o bucolismo próprio do século XIX, mas como elemento constitutivo do vertiginoso crescimento da cidade na década de 1920, crescimento esse percebido como benéfico para a imagem civilizada do país. Ainda que esse movimento tivesse o intuito de buscar um nacionalismo, através de uma volta àquilo que se pensava ser “originalmente” brasileiro, havia a intenção de sintonizar essa realidade com o ritmo veloz e febril das inovações urbanas (BUENO, 2004).

Queiroz (2004) também ressalta a influência que o meio urbano-industrial exerceu sobre o movimento modernista. Como exemplo, é possível notar que os principais temas desenvolvidos estiveram ligados ao fluxo e à intensidade da vida na cidade e à importância do tempo marcado pelo relógio. De acordo com a autora, foi na cidade que uma atmosfera abordada nos textos se estabeleceu, com os cinemas, os barulhos, as massas populacionais, e tais fatores foram amplamente exortados pelos artistas.

De acordo com Pinto (2001, p. 436):

[...] a busca de uma nova nação passava necessariamente pela “oposição ao passadismo, a busca da atualização e modernização cultural, em sintonia com as vanguardas européias”, além da adesão aos novos ritmos da vida urbana. A cidade de São Paulo com seu dinamismo, suas fábricas, seu progresso, espírito pragmático, sua realidade urbano-industrial, a incorporação das novas tecnologias da sociedade de massas e a imigração européia representava a base para superação do atraso e garantia da entrada do país na modernidade

A autora pontua ainda que os modernistas paulistanos procuraram captar o ritmo frenético e, ao mesmo tempo, contraditório da urbanização de São Paulo que se mostrava totalmente híbrida (PINTO, 2001). Uma das maiores expressões literárias dessas angústias frente as transformações urbanas da cidade foi o livro *Paulicéia desvairada*, de Mario de Andrade (ANDRADE, 1946). Neste conjunto de poemas, o autor percorre as transformações urbanas com um misto de temor, angústia e estonteamento. Ao mesmo tempo em que os espaços são percebidos e compõem as narrativas, a subjetividade do observador frente às transformações também é colocada em cena. Essas reconfigurações urbanas e mudanças de hábitos, incluindo-se a presença dos elementos da cultura física, são narradas nos diversos trechos que compõem o poema.

Quatro passagens são nomeadas como “Paisagens”. As três primeiras paisagens têm relação com a questão climática da cidade. A primeira delas narra as mudanças de temperaturas que ocorrem na cidade o tempo todo, característica marcante da cidade (“Minha Londres das neblinas finas... Pleno verão. Os dez mil milhões de rosas paulistanas, Há neves de perfumes no ar. Faz frio, muito frio...”). A terceira, as neblinas e as chuvas que surpreendem os pedestres de surpresa. A segunda narra o inverno paulistano e as cores do céu, sempre cinzas:

Escuridão dum meio-dia de invenia.
Marasmos ... Estremeções ... Brancos.
O céu é toda uma batalha convencional de confetti brancos
[...]
Deus recortou a alma de Paulicéia num cor de cinza sem odor ...

A última tem como objetivo narrar os descompassos do “orgulho paulistano”, que se encontra entre os elementos urbanos e a riqueza produzida pelas sacas de café. Para Pinto (2001, p. 448), essa passagem “ressalta o caráter diversionário do empenho de arregimentação do orgulho cívico paulista”.

É interessante notar que o autor retoma elementos ou fenômenos da natureza ao retratar o contraste presente na produção do mundo urbano paulistano, mas não menciona, em nenhum momento, os rios da cidade ao fazer essa retomada. Entretanto, há um poema, intitulado *Tietê*, que narra as trajetórias do rio¹⁰.

De acordo com Marques (2014), esse poema de Mario de Andrade projeta um paradoxal encontro do passado bandeirante paulistano com o presente. Através da rememoração do passado e da inserção dos usos presentes do rio, a exemplo do uso feito pelos esportistas, o autor postula o rio Tietê como um elo entre o passado “grandioso” dos paulistanos e o futuro que se mostrava da mesma forma positivo.

Cabe uma reflexão sobre o lugar que o rio Tietê ocupa, nos anos de 1920, particularmente, nos poemas de Mario de Andrade. O autor se preocupa com a crescente urbanização e as transformações que ocorrem no trecho urbano, e insere tais elementos em sua narrativa. Ao mesmo tempo, as paisagens são descritas ora como produtos da excessiva modernização, ora como um contraste entre a chuva, o vento, o frio e o urbano. O rio, quando evocado, é pensado através da ligação entre o presente e o passado, como se as águas transportassem a cidade para o futuro. Não há, nesse poema, a evocação de uma sensibilidade distinta com relação à natureza.

Além de constar na obra de Mario de Andrade, o rio foi homenageado em inúmeros outros poemas, escritos na capital ou no interior, marcados ora pela pujança do rio, de largas margens e grande extensão, ora pelo saudosismo das atividades que eram outrora realizadas em suas águas e que ficavam cada vez mais comprometidas com o avanço da urbanização¹¹.

Entre poemas e quadros, novos entendimentos e usos se mostraram possíveis para os rios da cidade. Para além da observação, os passeios começaram a fazer parte dos usos das

¹⁰ *Era uma vez um rio... Porém os Borbas-Gatos dos ultra-nacionais esperiamente! Havia nas manhãs cheias de Sol do entusiasmo as monções da ambição...E as gigânteas! As embarcações singravam rumo do abismal Descaminho...*

Arroubos... Lutas... Setas... Cantigas... Povoar!...Ritmos de Brecheret!... E a santificação da morte!...

Foram-se os ouros!... E o hoje das turmalinas!...– Nadador! vamos partir pela via dum Mato-Grosso?

– Io! Mai!... (Mais dez braçadas. Quina Migone. Hat Stores. Meia de seda.) Vado a pranzare com la Ruth.

¹¹ Entre as obras pode-se citar: “O Tietê” (Afonso Schmidt), “O Tietê” (Manuel Baptista Cepellos), “O Tietê” (Cornélio Pires) e “Trecho rústico” (Paulo Setúbal), dentre inúmeros outras.

margens dos rios. Os caminhantes passaram, então, a aproveitar a natureza a partir de novos ângulos e através de novas sensações.

Homens e mulheres, vestidos em trajés de passeio, desciam rio afora, em geral conduzidos por barqueiros. Uma apreciação mais próxima entre a água caudalosa e a pele começava a se estabelecer: respingos, o roçar das gotas nos braços e nas pernas, os aromas presentes nos passeios. Até os riscos de atravessá-los passam a fazer parte das novas atribuições dadas aos rios. Tudo isso constituía novas relações entre os homens e mulheres e as águas, que sempre correram naquele lugar, mas que, a partir de uma nova sensibilidade, ganharam novos entendimentos e percepções.

Os rios passaram, dentre outras interpretações, a ser considerados também paisagens, dignas inclusive de estampar cartões postais da cidade de São Paulo.

Figura 7 – Cartão-postal, título *Lembrança de São Paulo* [1900]



Fonte: LIMA, S. F., [Cartão-postal], 2010.

Soares (2016) sugere que os significados atribuídos às práticas corporais junto à natureza são diversos. Ao mesmo tempo em que os discursos e as prescrições médicas e educativas penetravam, quantificavam e moldavam essa relação, outros usos e outras apropriações eram feitas dos elementos da natureza disponíveis.

Uma natureza que tonificava e fortalecia os corpos dos habitantes das cidades poderia ser aquela proclamada pelos médicos e encontradas nas vilegiaturas rumo a montanhas,

à beira-mar ou às estâncias hidrominerais, ou – para aqueles que não poderiam usufruir de tais oportunidades – aquela dos rios que cortavam as cidades.

Essa natureza convivia em constante tensão com outras interpretações do rio, ligadas às tragédias, aos medos, às incertezas e aos pudores. Nesse período, conflituosas relações ainda se estabeleciam com aqueles que desejavam desafiar as águas correntes, gerando punições por desacatarem a ordem pública.

De acordo com Bruno (1954), a década de 1880 foi um período em que algumas leis foram promulgadas na tentativa de impedir a natação nos rios Tietê e Tamanduateí, prática bastante desejada, principalmente por aqueles que pretendiam desafiar as autoridades. Para o autor, a ação policial contra os nadadores – que em suas memórias eram estudantes – se dava por conta dos espetáculos de nudismo, ou pelos perigos que ofereciam aos menos adaptados à correnteza:

Os policiais chegavam a cercar as duas margens do Tamanduatei, no trecho da rua Glicerio. Os nadadores, quando percebiam a presença dos Urbanos, apoderavam-se das roupas – já deixadas amarradas na margem – e nadavam para o meio do rio. Muitas vezes os Urbanos acampavam à beira da corrente, à espera dos infratores. Mas eles nadavam rio abaixo até as matas da chácara de Dona Ana Machado [...] e assim conseguiam burlar às vezes a vigilância dos perseguidores. (BRUNO, 1954, p. 1246)

Encarado como brincadeira e divertimento para os estudantes, esses saltos e brincadeiras na água preocupavam a opinião pública, especialmente quando o resultado deles eram os afogamentos. Em 1914, *A Gazeta* publicou uma reportagem contendo uma longa lista de reclamações a respeito da ausência de controle das margens do rio Tietê. De acordo com a reportagem, as tragédias ocorriam “quasi sempre com menores que foram banhar-se por mero prazer esportivo, com a circunstancia de ainda não saberem nadar” (EMPREITADA..., 1914, p. 1). Em 1921, o mesmo jornal anunciou que, após chuvas que provocaram enchentes, seis pessoas foram tragadas pelas águas (NOS ULTIMOS..., 1921). Em ambas as reportagens, havia a súplica de que o poder público aumentasse a vigilância e o policiamento dos rios nos trechos mais utilizados a fim de evitar novos afogamentos.

Muitos desavisados, especialmente crianças, costumavam frequentar os rios mesmo durante os meses de cheia, e acabavam sofrendo reveses fatais, como apontavam os jornais da época:

Nos últimos dias, pereceram afogados, nesta capital, nada menos de seis pessoas, victimas da própria imprudência. Como se sabe, devido as ultimas enchentes, augmentaram desmedidamente o volume e a força da agua dos rios Tietê e Tamanduatehy, que se tornaram perigosos para os próprios nadadores. Mas, não obstante isso, rapazes e crianças não hesitaram em aventurar-se em

sua correnteza, a pretexto de se banharem. (NOS ÚLTIMOS DIAS..., 1921, p. 1)

Além do divertimento do salto nas águas – que por vezes se mostrava um perigoso passatempo – a pescaria também era elemento presente no uso das águas dos rios ora analisados. De acordo com Jorge (2006b), a pesca era elemento constante nas lembranças dos moradores da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Apesar de muitas pessoas terem realizado essa atividade como trabalho, ela também remetia a momentos de divertimento dos moradores das regiões das várzeas. Nicolini (2001) também relata a infinidade de espécies de peixes encontradas em suas águas, especialmente após as enchentes, que tornavam o trabalho do pescador mais fácil.

Em depoimentos realizados por associados do Esporte Clube Pinheiros, no momento de comemoração dos cem anos do clube, inúmeras vezes as pescarias no rio homônimo foram relatadas. Jurandyr Goldschmidt e Irineu Fabichack, dois antigos associados, contaram, em entrevista ao *Jornal da Tarde* (2000), transcrita no acervo do clube, que costumavam pescar diversos tipos de peixe no rio Pinheiros na década de 1930, como os mandis, acarás e tabaranas. As iscas eram obtidas com o corte de cupinzeiros que se localizavam ao redor do rio, ou com minhocas obtidas no mesmo local. Além dos peixes, uma imensa fauna se apresentava na região, com capivaras, aves pernaltas e até jaguatiricas.

Nota-se que, às águas dos rios, diversos usos eram dados, desde as brincadeiras, os passeios até as pescarias. Entretanto, essas práticas não contavam com um apoio das autoridades públicas, que, em geral, agiam no sentido de proibir determinadas ações.

Certamente, toda essa nova sensibilidade estabelecida com relação ao contato entre corpo e natureza e, como extensão, às águas dos rios, transformou os sentidos atribuídos às práticas realizadas. Se antes elas eram tratadas com desconfiança e cercadas de impedimentos, a aurora do século XX inaugurou, nas páginas dos jornais paulistanos, novos usos das águas dos rios, agora não mais guiados pelo medo e pela desconfiança, e sim pelo sentimento do desafio. E os desafios não paravam de se multiplicar nos rios.

O jornal *Correio Paulistano* publicou em março de 1898, uma matéria intitulada “Natação”, título raro de ser encontrado em páginas não policiais. Foram divulgados dois desafios de natação que ocorreriam naquele dia, no rio Tietê. Os dois primeiros desafiantes deveriam percorrer o trecho entre a Floresta e a Ponte Grande, e aquele que atingisse a ponte em primeiro lugar e pegasse a bandeira nela enfiada seria o vitorioso. O desafio dos outros dois seria diferente: “Nadarão rio abaixo, cahindo ambos na Ponte Grande. Vencido será o que

primeiro der parte de fraco, sahindo da água” (NATAÇÃO, 1898b, p. 2). De acordo com o jornal, esse desafio gerava grandes apostas entre os partidários de cada nadador, tornando famosas as disputas.

O outro desafio noticiado pelo jornal havia ocorrido alguns dias antes, em 27 de fevereiro do mesmo ano (NATAÇÃO, 1898a, p. 2). Quatro competidores se dividiram em dois desafios distintos. Os dois primeiros deveriam subir o rio Tietê, desde a Floresta até a Ponte Grande, e o vencedor ganharia a aposta no valor de 500 réis. Os outros dois desafiantes desceriam o rio no sentido contrário e em favor da correnteza. Para esses competidores, a quantia seria menor, pois era mais fácil o desafio: 200 réis.

É interessante perceber que houve transformações no sentido dado a estes desafios aquáticos realizados nos rios. A inserção de apostas e a regulamentação do desafio, conferindo à prova mais rigor, mudava a relação da polícia e dos jornais com os banhistas que decidiam desafiar uns aos outros e às águas.

A mesma notícia já dava indícios das intenções da publicação de tais desafios nos jornais: o caráter regulamentado dessas provas era de interesse daqueles que prezavam pelos exercícios físicos e as boas moralidades relacionadas a eles: “Oxala que estes desafios sejam o inicio da fundação de um club de natação, tanto assim que este útil *sport*, é dos mais despresados pela nossa sociedade” (NATAÇÃO, 1898b, p. 2).

Um olhar mais aligeirado para esses desafios entenderia que as práticas realizadas pelos banhistas, pelos estudantes e pelas crianças havia “evoluído” e se tornado base para o estabelecimento da natação esportiva, com regras e prêmios. Entretanto, essas mudanças não se deram de forma tão direta e linear. Não é possível determinar com exatidão quando essas transformações de sentidos com relação às práticas nos rios – dos afogamentos e das proibições para o esporte – começaram a existir, afinal, por muito tempo, ao longo da primeira metade do século XX, os impedimentos e os incentivos em relação aos usos dos rios para divertimentos e exercícios físicos conviveram lado a lado.

Terret (1994), ao analisar a construção das bases da natação esportiva na França, traz algumas considerações que auxiliam a entender essa questão também em São Paulo. O autor identificou duas formas diferentes de nadar nos rios franceses: a primeira era o nado tradicional, realizado por crianças, pescadores e habitantes do entorno, que utilizavam o rio para brincadeiras, festa, trabalho e desafios. A segunda era a natação utilitária, prática mais esportivizada associada aos benefícios da saúde e higiene. A conclusão de Terret foi que a natação esportiva, no contexto por ele analisado, não era uma derivação das práticas mais

tradicionais, e sim uma importação de costumes esportivos largamente desenvolvidos na Inglaterra, que envolviam códigos e representações totalmente distintos.

No caso paulistano, essa divisão entre práticas tradicionais e práticas utilitárias também é encontrada nas fontes analisadas. Havia um empenho visível nas reportagens dos jornais que preconizava a importância da construção de clubes de natação e regatas, que seriam responsáveis pelo ensino de uma natação mais utilitária. Ao mesmo tempo, esses periódicos divulgavam e legitimavam a opinião do poder público a respeito de práticas mais tradicionais no rio que, de acordo com as reportagens, eram sinônimo de tragédia e afogamentos.

Fica clara, portanto, a dualidade na representação dos rios aqui analisados. Ao mesmo tempo em que novas sensibilidades voltadas à natureza eram atribuídas aos rios, eles eram também entendidos como lugar da impureza, incerteza e tragédia. Nesse ínterim, as atividades realizadas em suas águas sofriam ora interdições ora aprovações, as quais se tornaram mais proeminentes quando os clubes de regatas se dispuseram a ressignificar essas práticas e promover uma cultura física, voltada a outras bases morais, sociais e educativas.

Foi a partir do nascimento de um novo pensamento mais utilitário voltado às práticas nos rios que clubes de natação e remo passaram a existir: em 1889, o Esperia foi inaugurado ao lado da Ponte Grande, e nos anos subsequentes inúmeros outros clubes também surgiram. E, com esses clubes, novas formas de utilizar o rio emergiam, mudando o cenário desses locais.

2. A CULTURA FÍSICA NOS RIOS PAULISTANOS

O surgimento dos clubes esportivos náuticos da cidade de São Paulo possibilitou a aparição de novas formas de divertimento nas margens dos rios paulistanos. As transformações que lentamente ocorriam nas sensibilidades a respeito das águas foram aceleradas com a promoção de novos exercícios físicos e atividades aquáticas.

É possível afirmar que a instalação de tais clubes no início do século XX na cidade de São Paulo colocou os rios, e mais especificamente suas águas, em evidência. O olhar dos paulistanos, especialmente aqueles que participavam do cotidiano dos clubes e das provas por eles elaborados, foi transformado, e os rios passaram de desafiantes espaços de natureza a parceiros de eventos e competições.

Apresenta-se, a partir das próximas linhas, como a constituição desses clubes modificou a forma de praticar exercícios físicos e se relacionar corporalmente com os rios. Será discutida, portanto, uma cultura física que nascia na cidade de São Paulo, alavancada por todas as transformações frementes que a cidade sofria.

2.1 Cultura física: uma definição adequada?

Nas universidades americanas, como se sabe, a *cultura physica* racional merece tanta atenção quanto a instrução intellectual [...] (A EDUCAÇÃO..., 1911, p. 8)

O objetivo da *cultura física* sob o ponto de vista da higiene é ativar e regularizar a circulação do sangue e desenvolver harmonicamente o aparelho muscular. (MARCONDES, 1932, p. 7)

A educação physica occupa, nos nossos dias, um lugar preponderante na educação geral da mocidade. [...]. Outrora, elles não tinham essa idéa: a influencia da *cultura physica* no progresso da civilização. (A EDUCAÇÃO..., 1913, p. 1)

Curso de cultura physica – Plena satisfação nos deu o Sargento Alfresco Fernandes Costa dirigindo a turma de numerosos alunos que frequentaram o curso de gymnastica sueca e preparando aquelles que se dispuseram a disputar provas athleticas. (CLUB ATHLETICA S. PAULO, 1920, p. 9)

Inúmeras vezes foi encontrada a expressão “Cultura física” nos documentos presentes nos clubes paulistanos, em notícias publicadas nos jornais ou em documentos produzidos pelo Estado, com sentidos e significados bastante distintos. Nos casos da epígrafe, seria possível associar a ideia de cultura física a algo inerente à prática esportiva e de ginásticas, a ideia de uma cultura local voltada à prática constante de exercícios físicos ou ainda práticas sistematizadas que são ensinadas a um grupo de alunos. É possível inferir que, embora essa denominação fosse bastante utilizada na época, havia pouca precisão em relação aos seus possíveis significados.

Kirk (1999) estudou e elaborou esse conceito com pesquisas mais específicas na Austrália e na Inglaterra. Ao abordar a passagem do século XIX para o XX, o autor procurou localizar os primeiros usos do termo *physical culture*, associados aos métodos ginásticos alemão e sueco.

Para o autor, o emprego do termo nesse momento buscava respaldar com certa respeitabilidade as práticas que eram abrigadas sob essa denominação, já que sua utilização era associada a uma herança greco-romana ligada à ideia de educação do homem completo (KIRK, 1999).

No início do século XX, na Austrália, a educação física na escola se pautava no treinamento físico¹², baseado nos modelos ginásticos que previam a reabilitação dos corpos e produção de indivíduos fortes e sadios (KIRK, 1996). Somava-se a isto uma medicalização da educação física oferecida na escola, pautada em ideais da eugenia positiva (KIRK & TWIGG, 1994).

A análise das fontes do período permitiu que Kirk concluísse que havia uma concentração de saberes, conhecimentos e práticas que operacionalizavam uma regulamentação do corpo (KIRK, 1996). A somatória dos saberes médicos e militares mostrava a sofisticação dos produtos de uma sociedade disciplinar¹³, que se valia, dentre outras medidas, da educação física que ocorria dentro da escola.

Reggiani (2014) se vale do conceito elaborado por Kirk e analisa essa difusão de saberes concernentes à cultura física na América Latina. De acordo com o autor, após a primeira guerra mundial, houve, especialmente na Argentina, uma grande aproximação entre a eugenia positiva e a cultura física, já que esse ramo da medicina acreditava na potencial transformação do fenótipo humano através do exercício físico. Reggiani (2016) afirma ainda que outros setores

¹² *Drill: exercise in marching* (OXFORD, 2005).

¹³ As pesquisas de Kirk (1996; 1995) dialogam com conceitos abordados na obra de Foucault (2002).

menos radicais da sociedade também voltaram à atenção aos exercícios físicos como medidas profiláticas para o fortalecimento do corpo e do caráter.

Esses autores encontram, portanto, o nascimento de uma cultura física no início do século XX, sendo tal termo uma denominação associada aos exercícios físicos imersos em discursos que se apropriavam, modificavam e ressignificavam práticas de exercícios e jogos, especialmente ligadas aos saberes médicos e militares.

Essa investigação sobre as origens e a etimologia do termo é utilizada por Kirk para o desenvolvimento de uma história dos saberes que compuseram, ao longo do século XX, a Educação Física na escola. Para ele, a partir da década de 1950, com um paradigma voltado às habilidades esportivas, houve uma profunda transformação na forma como a cultura física – e mais especificamente a educação física – eram entendidas nas sociedades ocidentais.

O que Kirk (2008) sublinha é que esse novo paradigma significou mais do que uma transformação naquilo que era ensinado na escola; significou, sobretudo, uma mudança profunda nas crenças e nos valores sobre o corpo nas sociedades ocidentais, ainda que essas transformações tenham se dado em momentos diferentes, de acordo com as sociedades analisadas.

O objetivo dessa reflexão histórica realizada por Kirk foi permitir uma análise mais refinada sobre a forma como a educação física na escola foi conduzida ao longo do século XX e, ao mesmo tempo, produzir reflexões sobre o futuro da educação física no século XXI (KIRK, 2010). A partir do entendimento da historicidade da disciplina, Kirk passou a sistematizar um conceito que permitiria a reflexão a respeito das diretrizes ligadas às produções de conhecimentos dessa disciplina: a cultura física. O autor define cultura física como uma fonte de produção e reprodução do discurso corporal que se refere a uma seleção completa de um sistema de símbolos interconectados, os quais procuram legitimar significados voltados ao corpo humano (KIRK, 1995).

Assim, o conceito de cultura física permite ampliar as compreensões acerca dos exercícios físicos, esportivos e recreativos, primeiramente porque legitima a ideia de que essas práticas estão referenciadas na cultura. Para Kirk (2010), uma característica importante desse conceito é que ele contraria a tendência da educação física em considerar, exclusiva ou principalmente, o corpo natural, biológico, e ignorar as esferas da cultura.

Outra questão importante que pode ser pensada por meio desse conceito é a ideia de que, para além das práticas, existe um discurso sobre o corpo. A cultura física refere-se às maneiras pelas quais se fala do corpo, não só verbalmente, mas também o que se escreve, pensa ou se silencia a respeito dele. Scharagrodsky (2014) e Reggiani (2016), ao analisarem a cultura

física na Argentina, perceberam que os discursos médicos foram de vital importância na construção de saberes a respeito do corpo no início do século XX. Para ambos os autores, os discursos médicos foram reguladores da cultura física, e buscaram estabelecer um “regime de verdade”¹⁴.

Kirk (1999; 2010) afirma que existem três formas institucionalizadas de exercícios físicos voltadas à manutenção, à representação e à regulação do corpo: os esportes, a recreação e o exercício físico. Entretanto, ao mesmo tempo em que a cultura física representa a esfera das práticas institucionalizadas, ela ultrapassa esse caráter quando é associada, pelo autor, à ideia de técnicas do corpo, noção essa já difundida por Marcel Mauss (2003). Para Kirk, ao pensar nas técnicas do corpo produzidas em cada cultura, associa-se a cultura física à ideia de tradição e eficácia simbólica. Assim, os elementos da cultura física são transmitidos, aprendidos e ressignificados não só por meio da escola ou das instituições. A cadeia de significações da cultura física nem sempre é educativa.

Assim, e para os propósitos desta pesquisa, tomam-se as sínteses que realizou Scharagrodsky (2014, p. 9) pensando a cultura física como:

[...] un terreno altamente conflictivo en el que distintos agentes, actores, insituiciones y grupos sociales pusieron en circulación, distribución, transmisión y producción un conjunto complejo y heterogéneo de significados vinculados no sólo con el cuerpo orgánico y su ‘normal’ funcionamiento, sino muy especialmente con temas y problemas que excedieron al universo biológico.

No Brasil, esse conceito foi operacionalizado contemporaneamente por alguns autores para analisar a história dos esportes e da educação física. Moraes e Silva, Quitzau e Soares (2018) investigaram a emergência de uma cultura física em meio a uma natureza ajardinada na cidade de Curitiba nas duas primeiras décadas do século XX. Ali, para além da institucionalização das práticas, os autores pensaram no repertório de construções discursivas a respeito do corpo e da natureza, e dos modos de subjetivação aos quais estes corpos estavam submetidos.

Uma compreensão mais ampla dos sentidos atribuídos à cultura física na história da educação física fez parte também do escopo de pesquisa de Moraes e Silva (2011, 2015). O autor concluiu que, na passagem do século XIX para o XX, houve uma crescente esportivização na cidade de Curitiba, especialmente ligada aos discursos de modernização. Suas análises permitiram o entendimento de que havia intenções distintas de regulamentação e direcionamento dessas práticas, de forma mais ou menos explícita. Dentre eles, o autor aponta

¹⁴ As pesquisas desses autores tomam por base conceitos e noções desenvolvidos por Foucault (1994; 2008).

os discursos médicos, científicos, higiênicos e pedagógicos que procuravam incutir sentidos às práticas do corpo.

Moraes e Silva e Quitzau (2018) analisaram também os significados da implementação de uma cultura física em Curitiba. Para os autores, não houve uma simples adaptação de um dispositivo esportivo importado da Europa, e sim variadas reações frente à cultura física que se instalava na cidade. Para os autores, o despertar da cultura física nessa localidade teve relação com os processos de modernização, seguindo uma nova ordem urbana que se instalava no país. Conclui-se que esse novo modelo de pedagogia corporal fez parte dos dispositivos urbanos e modernos que chegaram à capital paranaense.

Um diálogo com os autores ora analisados permitiu a escolha do conceito de cultura física para operacionalizar as análises dessa pesquisa. Assim, distintas interpretações serão construídas sobre a forma como as práticas nos rios paulistas foram se instituindo e as diferentes razões que levaram a uma institucionalização.

Observar fotografias dos rios paulistanos na década de 1930 faria crer que o remo e a natação, práticas predominantes após a instalação dos clubes esportivos, sempre haviam sido praticados daquela mesma forma. Ou ainda que esses estabelecimentos eram os únicos responsáveis por promover tal exercícios nesse espaço. Seria possível pensar também que foi simples a passagem de um período de temor e proibições a respeito das práticas nos rios, para o desfile dos uniformes das equipes que disputavam torneios esportivos.

Assim, uma análise pautada somente na observação das práticas esportivas já instituídas faria perder os meandros das transformações de significados em torno da cultura física. Não seria possível notar que, por muito tempo, os saltos nos rios foram proibidos pela polícia; que as primeiras regatas disputadas nos rios não contabilizavam os tempos; que os percursos nem sempre eram medidos e previamente determinados. Ao assumir que tudo o que era realizado nos rios paulistanos era esporte, desde sua instituição, não seriam perceptíveis todos os vieses atrelados àquilo que acontecia nos rios da cidade.

Nem tudo o que era feito nesses locais dizia respeito especificamente ao esporte, e outras práticas eram promovidas nos clubes, como bailes, passeios, piqueniques, práticas que, ao mesmo tempo em que se assemelhavam àquilo que era realizado fora dos clubes, procuravam difundir, entre os associados, novas diretrizes médicas e higiênicas que davam outros sentidos à ideia de cultura física, ou seja, de cuidados com o corpo e com a saúde.

Mas, ainda que outras práticas fossem realizadas e incentivadas pelos clubes, é sabido que o esporte foi proeminente no âmbito de uma cultura física no início do século XX. A esportivização das práticas, portanto, era um ideal a ser atingido. Mas, é possível afirmar que

aquilo que se realizava nos rios paulistanos logo que os clubes se instalaram era, de fato, esporte?

Em geral, os clubes estão associados à ideia de especialização e burocratização dos esportes, conforme afirma Arnaud (1986). No caso brasileiro, Moraes e Silva e Capraro (2015), ao analisarem a institucionalização das práticas esportivas na cidade de Curitiba na aurora do século XX, especialmente pela prática do tiro, reafirmaram que as agremiações esportivas foram as grandes responsáveis pela especialização e pela burocratização dos esportes.

Para se diferenciarem de outras práticas, como os jogos e a recreação, os esportes precisam ser burocratizados e especializados. Guttmann (2004) ressalta que estas características aliadas à secularização e à busca pelo recorde, são as principais características do esporte moderno. Logo, ao se tomar as definições desse autor para se pensar no esporte como elemento diferenciado de outras práticas, nota-se que aquilo que era realizado nos rios, mesmo após a instalação dos clubes, ainda estava distante de uma verdadeira institucionalização, portanto, de uma prática esportiva.

Ao tomar o conceito de cultura física para pensar nos problemas aqui traçados, podem-se captar as nuances dessas práticas e os significados atribuídos a elas, sem necessariamente procurar o tempo todo por definições que aproximem os eventos estudados aos esportes. É, pois, com esse conceito que se passa a analisar as fontes constituídas pelo conjunto de documentos dos clubes de remo e natação da cidade de São Paulo e suas diretrizes.

2.2 Os clubes de remo e natação da cidade de São Paulo e a constituição do “verdadeiro esportista”

CLUB DE REGATAS S. PAULO

Esta *sympathica* sociedade pretende realizar, brevemente, segundo a que ouvimos dizer, uma esplendida regata, na qual disputar-se-ão diversos pareos, entre os quaes um dedicado ao Club Internacional de Regatas, de Santos, entre *rowers* do Club de Regatas S. Paulo e daquele club e um outro dedicado ao Club Esperia em idênticas condições. (CLUB..., 1904, p. 4)

CLUB ESPERIA

Para commemorar a inauguração de sua nova séde social, realiza esta sociedade, no dia 18 de setembro, um attrahente torneio sportivo. (CLUB..., 1904, p. 4)

CLUB DE REGATAS DE S. PAULO

Os *rowers* do “São Paulo” trajavam hontem, pela primeira vez, a camisa de malha branca marcada no peito com o emblema do club, cinto vermelho e chapéu de linho branco com fita vermelha. (CLUB..., 1904, p. 2)

O ano de 1904 marcou, para o jornal *Correio Paulistano* uma mudança bastante importante na grade de seções: era a primeira vez que os *Rowers* ganhavam uma parte no jornal, dedicada exclusivamente ao remo, aos remadores, competições e clubes ligados a esta prática. Alguns anos mais tarde, *A Gazeta* também contaria com essa seção, narrando as aventuras dos remadores e dos nadadores nos rios paulistanos e no litoral do estado.

Neste momento, havia duas entidades promotoras do remo na cidade de São Paulo: o Clube de Regatas São Paulo e Clube Esperia, ambos instalados frente a frente, dividindo o trecho da Ponte Grande, no rio Tietê, para realizarem seus treinamentos e torneios.

O Clube de Regatas São Paulo (C.R. São Paulo) foi, durante sua primeira década de existência, “a sociedade náutica mais em evidência na Capital Paulista” (OS PRIMÓRDIOS..., 1934, p. 48). De acordo com Nicolini (2001), a fundação desse clube foi a coroação de diversas tentativas de criação de clubes náuticos na região da Ponte Grande. Inúmeras conquistas, dentre elas o Campeonato Estadual de Remo, já faziam parte da coleção de troféus do clube, que tinha como concorrente direto justamente o Clube Esperia. Entretanto, a sorte desse clube começou a mudar quando, em 1907, houve uma briga entre os clubes de futebol Internacional e a Associação Atlética Palmeiras, por conta de vendas ilegais de entradas para os jogos.

O C.R. São Paulo, bastante próximo à Associação Palmeiras, resolve punir os remadores da equipe do Internacional, cobrando uma grande multa desses atletas. Essa punição pouco agradou aos remadores do próprio clube, que resolveram emitir um abaixo assinado em que contestavam as ações da presidência (OS PRIMÓRDIOS..., 1934). A presidência da agremiação, sem dar ouvidos às reclamações, optou por expulsar esses remadores dissidentes, que, ao se verem fora do clube, se organizaram para inaugurar um novo clube de regatas, o Clube Tietê, fundado em 1907.

Em 1913, o C.R. São Paulo encerrava as atividades, acumulando dívidas e desentendimentos entre as diretorias. Logo em seguida, o C.R. Tietê ocupou esta sede, localizada na Chácara da Floresta, a alguns metros da sede anterior, que ficava na chácara General Couto de Magalhães (SUCUPIRA, 1964).

O encerramento das atividades do C.R. São Paulo deixou alguns de seus membros sem a opção de realizar atividades de remo na cidade, que eram feitas sob a tutela do clube. Então, em 1914, alguns sócios remanescentes fundaram a Associação Atlética São Paulo, que teve sua sede provisória instalada na rua Libero Badaró. Entretanto, essa localização, no centro da cidade, era distante das margens do rio e pouco apropriada para a prática do remo. Em março de 1915, o clube mudou de sede, e passou a ocupar a chácara General Couto de Magalhães, que antes abrigava o C.R. Tietê.

Além dos clubes aqui mencionados, outros dois clubes foram pioneiros nas práticas aquáticas da cidade de São Paulo: o Esperia e o Germânia, ambos fundados no ano de 1899. O clube Esperia, fundado por imigrantes italianos, se localizava também na região da Ponte Grande, porém do lado contrário aos clubes aqui mencionados¹⁵. Esse clube nasceu com o nome de *Società Italiana di Canottieri Club Esperia* no dia 01 de novembro de 1899, fundado por um grupo de imigrantes italianos que desejavam montar um clube para a prática de remo em São Paulo. Mais tarde, o nome Esperia prevaleceu, exatamente o nome do clube de remo de que dois dos fundadores participavam na Itália (VINTE..., 1928).

Ao longo de muitos anos, o clube foi dirigido e representado por italianos e seus descendentes, mantendo inclusive a publicação de seus relatórios, atas de reuniões e outros documentos na língua italiana¹⁶. Entretanto, pregava-se, desde o princípio um “humanitário e moderno ideal, concorrente poderoso e nobre para abolição de rançosas distinções de casta e nacionalidade” (CLUB ESPERIA S. PAULO, 1904, p. 7). Assim, dentre os membros do clube, aqueles que não possuíam descendência italiana também poderiam participar das atividades festivas e esportivas; exceção se fazia para as primeiras diretorias. O número de associados, nos primeiros anos de existência do clube, era computado levando-se em consideração a nacionalidade. Em 1918, de acordo com o Relatório Administrativo e Financeiro aos Sócios (1918), havia 220 sócios italianos e 137 brasileiros. Em 1921, do total de associados, 639 eram italianos, 459 brasileiros e 185 de outras nacionalidades.

A história do Sport Club Germânia começou quando Hans Nobiling, alemão de Hamburgo que se instalou na cidade de São Paulo em 1897, procurou organizar um grupo de imigrantes alemães para a prática do futebol, esporte que já praticava em sua cidade natal (CLUBES..., 1949). Quitzau e Soares (2010), ao estudarem esta instituição esportiva, relatam

¹⁵ A primeira sede do clube localizava-se na Chácara da Floresta. Entretanto, em 1903 o terreno, que era alugado, foi adquirido por outro comprador. O clube ficou, ao longo de um ano e meio, locado no centro da cidade, até que sua nova sede fosse inaugurada na outra margem do rio Tietê, em 02 de outubro de 1904 (NICOLINI, 2001).

¹⁶ Até 1928, os relatórios anuais do clube eram escritos somente na língua italiana. A partir de 1929, eles começaram a ser anexados às revistas mensais, que eram escritas em português.

que ela teve grande destaque como referência na prática de exercícios físicos e na manutenção de tradições germânicas. Quitzau (2013) afirma ainda que tanto o esporte quanto a ginástica, em clubes designados a esta prática, tiveram o intuito de, por meio dos exercícios físicos, promoverem a integração entre os imigrantes alemães em terras paulistanas.

Em 19 de agosto de 1899, um grupo de praticantes do futebol, que havia começado a treinar em um pequeno campo na Chácara Dully (pertencente ao San Paulo Athletic Club), se reuniu para deliberar sobre a criação de um novo clube da cidade. Hans Nobiling e seus conterrâneos sugeriram que o nome do clube fosse Germânia; entretanto, a outra opção sugerida, “Internacional”, foi a acatada em reunião. Não contentes, Nobiling e outros imigrantes alemães se retiraram desta sociedade e, alguns meses mais tarde, realizaram uma nova reunião em que, enfim, o Sport Club Germânia foi fundado (25 ANOS..., 1924).

O clube nasceu prioritariamente para a prática do futebol, e sua primeira sede contava apenas com um espaço reduzido, sem traves, para o treinamento desse esporte. Algum tempo depois, a sede de treinamento foi transferida para a chácara Witte, que se localizava entre a avenida Tiradentes e a rua José Paulino. Lá, a disponibilidade de terreno era maior, e com a importação de artigos específicos para a prática do esporte, começava a despontar a primeira equipe esportiva do Germânia.

Assim que a equipe de futebol do clube passou a fazer parte da Liga de Futebol Paulista, os treinamentos e os jogos foram realizados no campo do Parque Antártica, espaço adequado a essas práticas, o que permitia a participação do clube em campeonatos organizados pela federação.

Foi durante a Primeira Guerra Mundial que se iniciou a aproximação do clube com os esportes praticados nos rios. Nesse momento, dada à perseguição governamental brasileira em relação aos bens das entidades ligadas à Alemanha, o funcionamento do clube se deu na região da Ponte Grande, com dedicação exclusiva dos sócios à prática do remo e da natação. Após o fim da guerra o clube comprou, em 1920, uma extensa área às margens do rio Pinheiros, entre as avenidas Iguatemi e Tucuman. Foi nesta sede, ampliada ao longo dos anos, que o Germânia desenvolveu grande parte de suas práticas esportivas. Naquele momento, também, novos esportes passaram a fazer parte do escopo da associação, dentre eles o remo e a natação (CLUBES..., 1949).

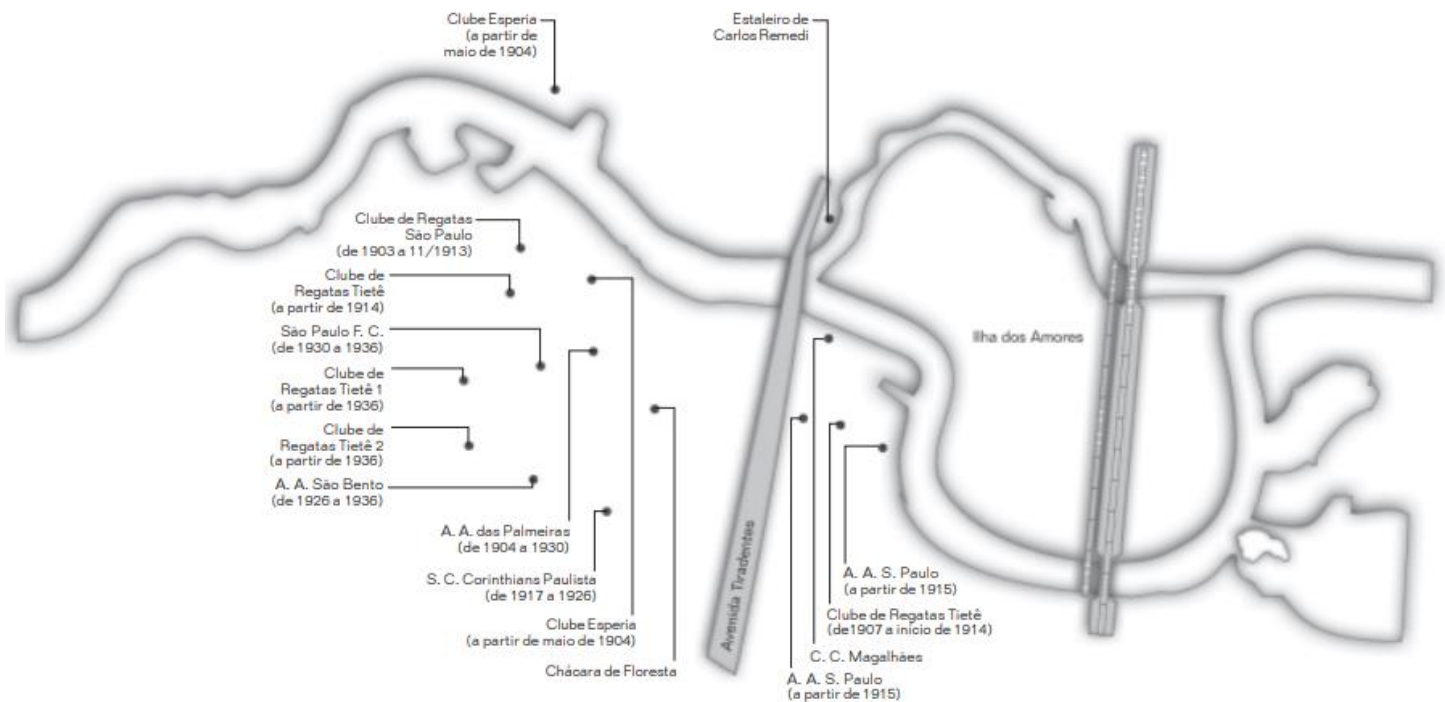
Dentre todos os clubes aqui estudados, o Germânia foi o único que não nasceu para suprir a necessidade dos sócios fundadores de praticar o remo. Foi a somatória da mudança de localidade e a compra do novo terreno, às margens do rio, que permitiu o desenvolvimento dessa prática e a ampliação no número de praticantes. Assim, embora eles não se

autodenominem clubes de remo ou clubes de regatas, foram assim chamados no conjunto de análises dessa tese, com o entendimento de que as práticas aquáticas tiveram relevância na vida esportiva dessas instituições.

Esses clubes foram criados para promover o desenvolvimento dos esportes, em geral, através de imigrantes que pretendiam continuar praticando esportes que faziam em seus países de origem, o que era comum em associações imigrantes (QUITZAU, 2011; SILVA, 2011; SILVA E MAZO, 2013). O Esperia, chamado de *Canottieri* (remadores) em homenagem a um clube de remo italiano, e o Germânia, com o intuito de fomentar a prática de futebol, foram dois clubes que exemplificaram estes intentos na virada do século XX.

Além dos clubes aqui estudados, inúmeros outros¹⁷ tiveram sede nas margens dos rios paulistanos, especialmente na região da Ponte Grande, em que as chácaras Floresta e Couto de Magalhães serviram como terreno para o desenvolvimento dos clubes de regatas.

Figura 8 – Concentração de clubes esportivos no rio Tietê – SP nas décadas de 1900-1940



Fonte: NICOLINI, H. **Cluster esportivo do Rio Tietê – SP**. 2005.

Os quatro clubes abordados aqui relatam, em seus livros de memória e mesmo em atas e revistas da época, as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos após a criação de suas

¹⁷ De acordo com a publicação do Clube Esperia (OS CLUBES..., 1933, p. 29), os clubes náuticos de São Paulo até aquela data eram: A.A. São Paulo, C.A. Paulistano, Clube Esperia, C. Natação Estrella, C.R. Tietê, S.C. Corinthians Paulista e S.C. Germania.

sedes. Havia dificuldade, por exemplo, na obtenção de um local adequado para a instalação. O clube Germânia comprou um novo terreno em 1920, 21 anos depois de sua fundação (25 ANOS..., 1924); o Esperia precisou criar, durante um tempo, uma sede longe do rio, na rua Boa Vista, para apenas em 1904 mudar-se para o lado da margem em que fixou sua sede definitiva; Tietê e Atlético se fixaram nas sedes definitivas no ano de 1914, após o fechamento do Clube São Paulo. Outra grande dificuldade enfrentada nesses primeiros anos era a obtenção de materiais esportivos. De acordo com as revistas de memórias do Esporte Clube Pinheiros (25 ANOS..., 1924), Hans Nobiling importava bolas da Alemanha para a prática do futebol no clube; no Esperia, a compra de barcos era feita diretamente na Itália, o que tornava esses artefatos esportivos caros e havia grande demora no recebimento (CLUB ESPERIA S. PAULO, 1906).

Entretanto, mesmo com os contratemplos enfrentados nos primeiros anos de existência, sabe-se que essas instituições conseguiram se firmar como importantes clubes da capital paulista e chegaram, algumas, a completar mais de cem anos de existência. A somatória do aumento de interesse pelos fenômenos ligados à cultura física e a necessidade de imigrantes em promover elos entre si e com a nação de origem promoveram um aumento significativo, já nos primeiros anos do século XX, no número de associados. Em 1918, 308 eram os sócios efetivos do Esperia; em 1921, passavam de mil (CLUB ESPERIA S. PAULO..., 1918; CLUB ESPERIA S. PAULO..., 1921). Na Atlético, em 1919, havia a marca de 1146 associados, sendo que mais de 3000 pessoas passaram pelo quadro social do clube entre 1914 e 1919 (CLUB ATHLETICA S. PAULO..., 1920).

A rápida difusão dessas práticas e desses espaços esportivos pela cidade não foi anódina; é certo que uma cultura física se relacionava com características necessárias e, mais do que isso, desejadas para a vida urbana, a vida que São Paulo desenhava para si. Os clubes aqui mencionados rapidamente se dispuseram a conquistar simbolicamente a juventude paulistana para a prática esportiva, com o intuito de mobilizar, ocupar e, certamente, controlar seus praticantes, como sublinha Bourdieu (2003a) a respeito das características do esporte moderno. Era preciso, portanto, definir de que forma as práticas físicas seriam desempenhadas nesses espaços.

As associações e clubes esportivos, ao redor de todo o mundo, se caracterizaram como grupos de pessoas que compartilhavam o gosto comum pela realização de exercícios físicos. Sua finalidade era, portanto, organizar e tornar viáveis essas práticas. Arnaud (1986) chama esses clubes de microssociedades, locais em que foi necessário difundir ideais e sistemas de valores para que todos compartilhassem de códigos comuns necessários à realização dessas

práticas. No Brasil, essas associações também serviram como base de conformação e afirmação de inúmeras identidades civis, além de terem auxiliado na consolidação dos significados atribuídos à prática esportiva (MELO, 2014; SILVA, ASSMANN, CARMONA, MAZO, 2016; QUITZAU, 2019).

O aumento no interesse pelos clubes e seus serviços oferecidos fez com que, nos primeiros anos de existência, as instituições paulistanas procurassem definir quais eram seus objetivos, competências e regras. Era preciso ensinar aos novos associados como ser esportivo, os benefícios da cultura física que passava a ser promovida, como se comportar durante um jogo, quais os aspectos positivos do esporte que deveriam ser incentivados, e quais as práticas rejeitadas pelo clube.

A prática esportiva, e toda a filosofia que a envolvia, eram bastante recentes, e, certamente, suas bases morais ainda não estavam plenamente solidificadas. Kirk (2008) analisa que, ao longo do século XX, houve uma mudança muito sensível de paradigmas ligados à cultura física, que foi das ginásticas e treinamentos esportivos (*drill*) às práticas esportivas. Para o autor, essa mudança significou uma modificação profunda das crenças e valores sobre o corpo, e levou décadas para ser completamente produzida e difundida. Assim, a tentativa dos clubes de promover esportes e práticas ligadas à sua filosofia vinha carregada de “manuais de instruções”, que procuravam demonstrar exatamente quais eram as expectativas que envolviam essas práticas.

Para Vigarello (2002), a cultura física e as práticas esportivas não são um fenômeno desinteressado; muito pelo contrário, o esporte surge como um projeto educativo, voltado para a mobilização dos jovens. Bourdieu (2003a, p. 141) sublinha que o esporte educava para “a energia, coragem, virtude de líderes [...]”. Em vista de tais objetivos, os clubes não deixaram de pensar nos elementos morais que deveriam estar envolvidos nas práticas ali desempenhadas.

A vida associativa, trazida a São Paulo por meio dos imigrantes como forma de organização social, favoreceu a disseminação de esportes na cidade, especialmente entre os mais jovens. Essa apropriação da juventude em relação às práticas esportivas não estava necessariamente ligada às políticas governamentais ou a projetos políticos estabelecidos pelo poder público. Para Dalben e Gois Júnior (2018), os clubes esportivos foram bons exemplos da disseminação mais ou menos independente do esporte na cidade. Entretanto, isso não significa que esses clubes não tinham a intenção de definir as práticas esportivas, orientar os sócios ou apontar as boas e as más ações de seus atletas. Pelo contrário, havia um grande esforço em tornar evidentes as diretrizes para os associados, das mais diversas formas.

Assim, inúmeros canais de comunicação foram criados entre os clubes e seus associados para difundir esse “manual” da boa prática esportiva entre todos aqueles que utilizavam as sedes e, ainda mais, àqueles que participavam dos esportes e das competições. Esses propósitos passaram a ser difundidos em atas, relatórios, folhetos, e principalmente através das revistas produzidas pelas próprias associações. Essas revistas, publicadas ora mensalmente ora de forma mais espaçada, eram poderosos meios de diálogo entre o clube e a comunidade que os frequentava. Nelas era possível encontrar reportagens assinadas por especialistas, relatórios dos anos anteriores, relatos de festividades, convites para competições e convescotes, perfis de esportistas de destaque. Elas são, portanto, a fonte privilegiada para as análises feitas a partir de agora sobre a difusão de um ideal de cultura física nos clubes aqui estudados.

É possível encontrar nessas fontes diversas discussões a respeito das práticas esportivas, e, dentre elas, aquelas ligadas ao amadorismo recebiam destaque. Esse tema foi conclamado como um dos princípios básicos do esporte desde Pierre de Coubertin, patrono das Olimpíadas Modernas, e acompanhou o esporte olímpico durante muito tempo.

É sabido que, no surgimento do esporte moderno, especialmente no contexto das *Public School* Inglesas, os exercícios corporais ganhavam outras finalidades, como educar para a iniciativa, mas sem perder completamente seus vínculos com uma moral aristocrática que prezava a “arte pela arte” corporal (BOURDIEU, 2003a). Segundo Bourdieu (2003a, p. 140), a constituição do campo esportivo está intimamente ligada ao que chama de uma “filosofia política do esporte”, de raízes aristocráticas, e cujo ápice seria a teoria do amadorismo, a ideia de que o esporte deveria ser praticado de maneira desinteressada, configurando-se em uma escola de virilidade, formação de caráter, e, principalmente, de pessoas que quisessem vencer conforme as regras, ou seja, a partir da disputa justa, do *fair play*. O esporte, portanto, contribuiria para a educação do jovem burguês inculcando-lhe o espírito da vitória, da conquista, ao mesmo tempo em que o ensinava a governar a si mesmo, a atuar conforme as convenções. A moral esportiva se elaborava, em suma, por meio do exemplo, da ética no jogo, da pacificação, da obediência às regras e do espírito de vitória (VIGARELLO, 2008).

Para Elias (1992), uma das principais questões envolvidas na formação do esporte moderno foi a contenção da violência, assegurada por rígidas e universais regras, que garantiam também condições igualitárias de jogo. As novas sensibilidades frente à manifestação da violência, fruto e produto da nova governabilidade das sociedades modernas, são refletidas nas disputas esportivas, que exigem dos jogadores disciplina e autocontrole, e são capazes de despertar valores como justiça, obediência, disciplina e cooperação.

Nesse ínterim, o *Fair Play* e o amadorismo ganharam espaço tornando-se verdadeiras filosofias esportivas, que agregavam caráter e virtudes a esta prática. O princípio do amadorismo era um aspecto fundamental dos primórdios do esporte moderno. O verdadeiro *sportsman* jogava sem receber absolutamente nada em troca, pelo puro prazer gerado pela tensão do jogo, o que implicava disponibilidade de tempo e dinheiro para a prática do esporte.

O amadorismo não é um princípio que teve as mesmas definições desde a gênese do esporte moderno; pelo contrário, suas concepções se alteraram de acordo com as necessidades e as interpretações produzidas pelas classes dominantes na prática esportiva. Para Holt (1992), o conceito do amadorismo, cunhado na Inglaterra no momento em que as bases morais do esporte se definiam, estabeleceu-se de forma polissêmica, pois, ao mesmo tempo em que se impunha como um controle ao *ethos* dos participantes, era um elemento de valorização da competitividade e de luta contra as apostas no âmbito esportivo. Portanto, para o autor, o espírito amador era, por princípio, aristocrático, mas suas estruturas não o eram.

A difusão dos princípios amadores em escala internacional foi feita por Coubertin, ao delimitar as bases morais de seus Jogos Olímpicos Modernos. A priori, com o intuito de não parecer excludente e antidemocrático, estabeleceu-se uma distância entre o amadorismo e a exclusão da classe trabalhadora, aproximando-o da definição da prática de esportes realizada por divertimento e não por vocação. Alguns anos mais tarde, a definição se tornou mais clara ao apontar que o amador era o competidor que não ganhava dinheiro com os esportes (GUTTMANN, 1992).

Certamente, dentro dessa lógica, um esportista amador teria em suas bases competitivas muito mais virtudes do que aquele que tinha como objetivo os recordes e a vitória, ainda mais se o dinheiro fosse envolvido. Assim, ao mesmo tempo em que essa filosofia selecionava determinadas maneiras de se praticar os esportes, ela se tornava cada vez mais exclusividade das classes aristocráticas e burguesas, que dispunham de tempo para realizá-las (GUTTMANN, 2004).

Os clubes paulistanos aqui analisados não eram espaços de socialização exclusivos da alta burguesia da capital, ainda que flertassem com diversos membros dessa classe que, aos poucos, enriquecia com a crescente industrialização da cidade. Entretanto, há uma ideia bastante difusa na literatura de que os clubes esportivos, em geral, eram espaços de socialização apenas de membros de uma elite social da cidade. É possível compactuar com essa afirmação quando se encontra nas fontes uma relação íntima entre a diretoria do Esperia e Francisco Matarazzo, famoso industrial paulistano da época (ESPERIA – REVISTA MENSAL DO CLUB SPERIA, 1929), e as visitas de Washington Luís à sede da Atlética (SUCUPIRA, 1964).

Havia, ainda, uma constante apreciação, por parte dos jornais, de eventos festivos, como os bailes e piqueniques, que reuniam pessoas “da alta classe paulistana” (ROWING, 1904a, p. 2). No relatório anual do Esperia de 1927 (ESPERIA, 1927, p. 78), anunciou-se a medida de cobrar antecipadamente a taxa de admissão dos futuros associados, o que contribuiria para a “seleção” de novos sócios.

Ao mesmo tempo, outras bibliografias afirmam que os clubes também eram espaços de diversão de paulistanos que não faziam parte da elite urbana da cidade. O livro *Tietê: uma promessa do futuro para as águas do passado* (ADORNO, 1990) conta com depoimentos de pessoas que utilizaram os clubes e o rio para práticas de divertimentos e esportes. De acordo com uma das narrativas,

O pessoal não tinha nem muito dinheiro nem muitas opções de lazer, a não ser o rio, é claro, e os clubes, que eram bastante baratos porque se sabia que o pessoal dali só podia pagar pouco. Então todo mundo que morava ali frequentava os clubes e as margens dos rios, fazia piqueniques, pescarias. (ADORNO, 1990, p. 91)

Esses clubes recebiam diversos tipos de públicos, interessados nas práticas ali oferecidas. Nicolini (2001) corrobora essa afirmação. Em seus estudos sobre os clubes que se instalaram às margens dos rios Tietê e Pinheiros, o autor afirma que as associações não tinham conotação social elitista.

O que se pode inferir das informações trazidas pelas fontes – produzidas pelos próprios clubes – e pelas análises efetuadas por outros autores é que havia a intenção de os clubes serem associados aos membros da elite da cidade, especialmente quando se analisou a ampla divulgação dada à passagem de membros prestigiosos por seus quadros, corroborada nas reportagens dos jornais. Entretanto, a grande maioria de seus associados fazia parte de uma classe média urbana paulistana, que morava nas proximidades e tinha como intenção comum a prática esportiva.

Ainda que os clubes paulistanos aqui analisados não fossem ambiente de socialização exclusiva dos membros das elites paulistanas, havia um consenso de que o ideal do amadorismo era a forma correta de praticar esportes, dados os apelos morais envolvidos com essa filosofia. A ideia do amadorismo como modelo de prática esportiva veio no bojo das práticas e representações que o esporte assumiu no Brasil, e, assim como outras questões, foi repensada e ressignificada em solo brasileiro. Ao mesmo tempo em que certos valores morais selecionavam determinados ideais para a prática esportiva, serviam também como subterfúgio para afastar muitos frequentadores dos clubes.

O primeiro estatuto amador da Federação Paulista das Sociedades de Remo – federação que agrupava os clubes remadores do estado de São Paulo – datado de 1907, foi traduzido de estatutos ingleses, e em suas linhas era possível ler que seriam excluídos da prática federativa os profissionais e aqueles que tivessem uma profissão não compatível com o nível social e moral exigido para a prática dos esportes aquáticos. Esse estatuto era baseado nas diretrizes da Federação Brasileira das Sociedades de Remo (NICOLINI, 2001). Inúmeras alterações foram feitas ao longo do tempo nas regras e estatutos concernentes a esses esportes, mas essas restrições relativas aos praticantes perduraram por muito tempo. Em 1933, por ocasião da criação da Federação Brasileira de Desportos Aquáticos, um novo estatuto foi aprovado. Nele perdurava o artigo VIII:

VIII – DOS AMADORES

Art. 31 – A Federação não reconhece como amadores:

- a) Os profissionais em qualquer modalidade sportiva e os analfabetos;
- b) Todos aqueles que pelo seu meio de vida profissional adquiram desenvolvimento physico que contrarie o espírito do Art. 30, a juízo da Directoria;
- c) Os que exerçam profissão ou emprego que lhes empreste o caracter de serviçaes, taes como: Creados de servir, de hotéis, cafés, bars ou botequins, armazéns de seccos e molhados, "tendas", confeitarias, bilhares e casas de sorvetes; barbeiros e cabelleireiros, "Chauffers", empregados de agencias de loterias, continuos e serventes em geral, vendedores de bilhetes de loterias ou exploradores de jogos prohibidos; conductores ou recebedores de vehiculos e, bem assim, os que receberem gorjetas no exercício da profissão;
- d) Os professores de sports ou treinadores assalariados, os pescadores de profissão, mestre de embarcações, empregados de Clubs, piscinas, ou estabelecimentos balneários, e os constructores de embarcações;
- e) As praças de pret do Exercito, da Marinha, das Policias e de Bombeiros;
- f) Os operários em geral, officiaes e artifices de fabricas, officinas, arsenaes e estaleiros;
- g) Os de profissão manual que não exija esforço mental;
- h) Os não amadores em outros esportes;
- i) Os que o disputarem ou praticarem o sport em conjuncto, com profissionais;
- j) Os que, embora exercendo profissão ou emprego compatível com o amadorismo, não tenham o nivel social e moral exigido para a pratica dos desportos aquáticos, a juízo da Directoria. (ESTATUTO, 1933, *apud* LICHT 1986)

A questão do amadorismo nos esportes aquáticos paulistanos gerou inúmeras disputas. Em 1923, a Atlética iniciou uma ação legal contra a Federação Paulista das Sociedades de Remo na tentativa de alterar as regras do amadorismo nas práticas organizadas por esta federação. Com o apoio do Clube Esperia, a associação conseguiu a revogação de algumas leis ligadas a esta proibição. Em carta enviada pela diretoria do Esperia ao diretor da Atlética, houve celebração da revogação:

Em nome da Diretoria do Clube Esperia tenho a honra de apresentar á V.Sas. mais vivas e sinceras felicitações pela bela vitória obtida no seio da “Federação Paulista das Sociedades do Remo” em relação a tanta debatida questão do Amadorismo.

Esta nobre campanha em pról de sua justa reivindicação dos direitos que assistem a tanta parte de nossa mocidade que, embora dedicando-se a trabalhos manuais, estão aparelhados, quer pelo caráter, a serem considerados e aproveitáveis como esportivas disciplinados e corretos[...] (AINDA..., 1978, p. 19)

Embora a revogação de algumas normas tenha acontecido, havia ainda a restrição ligada à prática desses esportes, na tentativa de controlar o número de competidores e de tornar “justos” os certames. Em 1929, houve uma grande desavença entre o Clube Esperia e a Federação de Remo por conta de um nadador e jogador de polo aquático. George Russel, estrangeiro, entrou para o quadro atlético do clube após competir internacionalmente e obteve, junto aos demais atletas, vitórias emblemáticas na natação e no polo aquático. Entretanto, após denúncia à Confederação Brasileira do Desporto (CBD), o clube foi punido com a perda das medalhas obtidas (A QUESTÃO..., 1929).

A defesa do clube alegava que o atleta havia competido internacionalmente dois anos antes do citado caso, o que não ocasionaria desobediência à lei. Além disso, fato era que a lei “nunca foi aplicada em todo o Brasil para os esportes náuticos, só tendo havido uma vez um passe de entidade estrangeira, para um jogador de futebol” (A QUESTÃO..., 1929, p. 8).

Assim, a lei do amadorismo no seio da Federação de Remo ocasionou desavenças com as entidades náuticas paulistanas, já que havia distintas formas de interpretar a lei. É possível que não houvesse clareza nos desígnios dessa legislação, que servia muito mais para a manutenção de uma moral aristocrática nas práticas do que ao incentivo de captação de novos praticantes. Os clubes, ao mesmo tempo em que pretendiam incutir ideias morais e práticas a respeito de uma cultura física, as resignificavam o tempo todo, adequando-se às necessidades das entidades que promoviam esses esportes na cidade.

Para outros clubes, entretanto, as mudanças em favor do profissionalismo não acrescentavam nada à prática esportiva; pelo contrário, afastavam os jogadores que não tinham o interesse de obter “vitórias a qualquer custo”. Na revista do C.R. Tietê, as mudanças relacionadas ao amadorismo eram assim interpretadas:

[...] No Clube de Regatas Tietê [...] a cultura física extensiva deve prevalecer sobre a estreita visão dos que se preocupam apenas com a formação de [...] “campeões” – cujo objetivo imediato é o brilho nas competições esportivas. [...] Com isso não se quer dizer que a preparação saia das cogitações imediatas dos dirigentes do Tietê [...]. Mas o que é preciso acentuar é que o objetivo estreito de formação imediata de campeões, acarreta sérios prejuízos à

finalidade primacial do esporte como fator de educação física. (ORIENTAÇÃO..., 1940, p. 1)

Toda a discussão envolvendo o amadorismo nas associações náuticas revela a luta de significados atrelados à cultura física e, mais especificamente, a uma moral esportiva que demonstra suas primeiras intenções na pauliceia. Para Kirk (2008), as configurações e as reconfigurações ligadas à cultura física sempre têm como objetivo promover representações e práticas ligadas ao corpo que se alinham aos discursos predominantes. É possível perceber, portanto, toda uma moral pretendida pelos clubes e associações, além é claro do poder público.

Outra preocupação constante dos clubes era com o desenvolvimento da juventude frequentadora dos espaços sociais e esportivos por eles disponibilizados. De acordo com a revista comemorativa do Germânia em seu 25º aniversário (25 ANOS..., 1924), o primeiro lema do clube, anotado na ata de fundação, continha a seguinte frase: “A força da juventude garante o futuro dos povos”. Para os membros do clube, o fortalecimento do corpo e do caráter dos jovens era um dos pilares de existência da agremiação.

Nesta mesma publicação, há outra matéria em que os cuidados com a juventude do clube são retomados. Em matéria intitulada “À juventude”, começa-se a descrever os “temerosos” perigos da vida moderna à vida dos jovens de fraco caráter, ou seja, de jovens que não fortalecem o corpo e o espírito:

Em constante crescimento das demandas impostas aos homens, o mecanismo da vida moderna nos arrasta impiedosamente na sua redemoinhante correnteza. Cruéis, as ondas rugem em jogo horrível e o fraco que não consegue reger o seu barco com nervos fortes e mão firme, precisa afundar irremediavelmente. As ondas tempesteam para cima e para baixo e ai daquele mimado, cujo corpo débil não consegue resistir ao bater das ondas da vida, que sempre mudam. Já no primeiro choque ele perde o leme, e sem rumo ele deriva em direção ao recife, e desesperado em virtude dos perigos, sem apoio em sua aflição muito antes de ele estar perdido – o valente só saboreia uma vez a morte! (À JUVENTUDE, 1924, p. 14)

Assim, continua a matéria, apenas o fortalecimento adequado da juventude é capaz de promover vigor físico e mental para suportar as tormentas da vida moderna. Em vistas a este objetivo, o clube procura chamar atenção ao departamento de juniores, onde “os jovens da nossa colônia devem obter uma educação física, a qual, apesar de não ser um *drill* mesmo assim ser um desenvolvimento das forças físicas e com isto um fortalecimento do espírito” (À JUVENTUDE, 1924, p. 14). A publicação termina reafirmando o compromisso do clube em promover melhorias a este departamento, para dar seguimento aos ideais dos fundadores com relação à educação física dos jovens.

Em 1929, ao divulgar o relatório anual das ações de 1928, o clube ressaltou a importância do departamento da juventude:

DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE

[...]

Em cada um dos diversos departamentos do clube a juventude tem que ser educada ao esporte com prazer e amor. Para que em todos esses ramos esportivos a safra possa ser desenvolver bem. Além disso como grande clube esportivo alemão temos o dever de não deixar a juventude amolecer, mas educá-los para se tornarem pessoas corajosas, responsáveis e úteis. Este é um dos principais objetos de nosso país e não deve ter receio de esforço de trabalho a fim de corresponder a essa obrigação. Em cada um dos departamentos de esporte deveria ser eleito um sócio mais velho que cuida especialmente da atividade esportiva de nossa juventude. (DEPARTAMENTO..., 1929, s/p)

Essa preocupação com a juventude, alicerçada nas práticas esportivas, não era uma exclusividade do clube Germânia. Para Schpun (1999), havia na sociedade paulistana da década de 1920 um elogio à juventude, bastante associado à utopia em um progresso que seria colocado em marcha por esses jovens. Assim, a prática esportiva era recorrentemente associada a uma formação bela e forte.

Em outros clubes, havia também um departamento de educação física que cuidava dos exercícios corporais não competitivos voltados para a juventude. Em alguns casos, como na Atlética, havia mesmo um curso de “Cultura Physica” voltado aos jovens do sexo feminino e masculino. Neste curso, o Sargento Alfredo Fernandes Costa ministrava aulas de ginástica e aulas preparatórias para aqueles que, mais tarde, se dispusessem a disputar provas atléticas (CLUB ATHLETICA S. PAULO, 1920, p. 9).

Os clubes se entendiam como espaços de promoção de uma nova formação física aos jovens que os frequentavam, seja nas aulas de educação física ou cultura física promovidas em seus espaços, seja na disputa de jogos esportivos. Ainda que houvesse certa rivalidade entre os clubes paulistanos, especialmente durante as competições esportivas, mantinha-se o consenso de que o conjunto de clubes na cidade acabaria por promover uma melhor cultura física geral para os jovens.

A moral esportiva pela qual tanto se prezava era colocada acima das rivalidades, com o intuito de promover uma mudança cultural relativa às práticas recreativas e esportivas. Um único clube não teria sido capaz de promover mudanças tão grandes na forma como os exercícios físicos e esportivos, assim como a recreação, eram entendidos pela população; a união das diversas agremiações acabou por promover uma rede grande e interconectada de transmissão e produção de conhecimentos a respeito desse assunto. A ideia, em suma, era produzir uma tradição esportiva na cidade de São Paulo, e, para tanto, a socialização e a

inculcação de sistemas de valores e padrões de comportamentos se fazia altamente necessária, assim como analisado por Hobsbawm e Ranger (1997) e Scharagrodsky (2014) em outros contextos.

Em 1929, nas páginas da revista do Esperia, havia uma nota de felicitação pela criação de um novo clube de regatas e natação na cidade, o “Clube de Natação e Regatas da Penha”. O artigo sublinhava que “o fim a que se destina este Club, é o desenvolvimento da natação, remo e atletismo em geral, cooperando dest’arte com as outras entidades esportivas, para o engrandecimento do esporte nacional” (UM NOVO..., 1929, p. 9).

Em sua conclusão, o artigo assinala que havia grandes expectativas firmadas em torno das atividades do novo clube, pois, além de cooperar para o engrandecimento e o progresso do esporte, o surgimento de uma nova agremiação promovia também o “desenvolvimento physico da sociedade paulistana” (UM NOVO..., 1929, p. 9). A união e o aumento das agremiações esportivas paulistanas eram de suma importância para a imposição de uma nova “cultura física” à cidade, entendendo aqui o conceito como desenvolve Scharagrodsky (2014).

A cultura física que os clubes procuraram propagar pautava-se na realização de esportes, em geral competitivos. Entretanto, essa ação de promoção não se limitava tão só à “prática pela prática” dos esportes; tratava-se ali, pelo contrário, de inculcar as vantagens morais e higiênicas da prática esportiva e, acima de tudo, sua capacidade de moldar positivamente o caráter dos defensores das agremiações. Cabe ressaltar que os discursos a respeito de uma propalada cultura física eram tão importantes quando a prática; era necessário delimitar e direcionar aquilo que deveria e poderia fazer parte do escopo dos clubes (ARNAUD, 1986).

Em matéria intitulada “O que é necessário para poder ser esportista” (1936, p. 7), o C.R. Tietê transcreveu um “estatuto do esportista”, divulgado pelo Comitê Olímpico Internacional, em que algumas perguntas deveriam ser respondidas. De acordo com a reportagem, era preciso que todo tieteano refletisse sobre tais questionamentos antes de tomar parte nas competições ou na torcida:

ÉS UM ESPORTISTA?

Como jogador

-Jogas por amor ao esporte?

-Jogas para tua turma e não para ti mesmo? [...]

-Sabes ganhar sem alarde e perder sem lamurias?

Então vaes por um bom caminho para ser esportista

Como espectador

-Recusas applaudir o bom jogo de teus contrários?

-Desejas que ganhem os teus, ainda que não mereçam?

[...]

Em caso afirmativo não és um esportista. Procura chegar a sê-lo. (O QUE É..., 1936, p. 7)

O Clube Esperia também objetivava, em suas publicações, mostrar quais deveriam ser as características d' "O verdadeiro esportista" (O VERDADEIRO..., 1932, p. 6). Para o autor da publicação, os associados que encaram as competições como o momento mais importante do esporte não estão de acordo com as diretrizes esportivas do clube. Ao contrário, as vitórias e as participações nos certames esportivos deveriam ser resultado de esforço e dedicação aos treinamentos:

Há esportistas que praticam os exercicios com satisfação, são assíduos aos treinos, e tem muita vontade de competir. [...]. Outros, porém, falham sempre aos treinos, denotam pouca vontade, porém nas ocasiões de competições, fazem todo os esforços para ganhar. Em geral, estes ultimos desanimam-se facilmente, uma vez que não consigam vencer as provas em que tomam parte (O VERDADEIRO..., 1932, p. 6)

Assim, as indicações do clube eram bastante objetivas: os indivíduos que não treinavam de forma adequada nos esportes selecionados, ainda que talentosos, não deveriam tomar nas competições o lugar daqueles que eram perseverantes nos treinos. Fazia parte de uma moral esportiva selecionar aqueles que se adequavam aos ditames dos clubes e das associações (VIGARELLO, 2002).

As características de "verdadeiros esportistas" foram exemplificadas em Alfredo Gomes, um corredor do clube (UM VERDADEIRO..., 1929, p. 1). O edital daquele número da revista prestava homenagem a este atleta, que, de acordo com o texto, reunia "todas as características necessárias a um verdadeiro campeão", e, desta forma, deveria servir como inspiração aos demais esportivas do clube. Gomes era:

O typo verdadeiro de esportista; de uma refinada educação esportiva, collocando acima de tudo a lealdade, respeitoso com seus adversários, não se ufanando de suas victorias para amesquinhar seus contendores, andes incitando-os e encontrando para todos palavras de encorajamento. (UM VERDADEIRO..., 1929, p. 1)

É possível perceber, por meio das fontes analisadas, a tentativa dos clubes em legitimar as práticas realizadas em seus espaços. Mais do que promover esportes e outros exercícios físicos, os clubes se responsabilizavam também pelos discursos a respeito daquilo que era feito, que ora prezavam pela manutenção de práticas consideradas adequadas, ora repreendiam e regulavam determinados comportamentos. A adoção de uma cultura física na cidade de São Paulo certamente passou pelos discursos promovidos por essas instituições na tentativa de legitimá-las.

Se alguns atletas carregavam consigo as características ideais dos esportes, havia certas práticas esportivas que tinham conotação mais positiva do que outras no que diz respeito à formação do caráter de seus participantes. Exemplos claros eram a natação e o remo. O escritor Coelho Neto, em nota escrita para a revista do Esperia, exaltou as características positivas da natação, que, em suas palavras, moldava o caráter:

O nadador é intrépido sem arrogancia. Rompendo as aguas vai graduando as forças para que o não traiam em esmorecimento de fadiga; educa o animo mantendo-o vigilo e sereno e, no maior perigo, conserva-se imperturbável, sem angustias que atordoam, sem terrores que entibiam. (NETTO, 1928, p. 1)

O remo historicamente também ganhava conotações positivas no que dizia respeito à formação integral do ser humano, seja física, mental ou social. Melo (1999), em suas pesquisas sobre o remo no Rio de Janeiro, traçou relações entre a prática e a modernidade, com um apelo à educação da burguesia e a produção de novos corpos esportivos, de forma semelhante ao que já ocorria na Inglaterra. Além do Rio de Janeiro, cidades como Florianópolis (SARTORI, 2013), Porto Alegre (SILVA, 2011) e Belém (DIAS E SOARES, 2014) também promoveram o remo como um esporte intimamente ligado à modernização da sociedade. O remo, nesse contexto, era o esporte “da saúde; do desafio, contra o outro e contra o mar, que educa o músculo e a moral; o esporte da velocidade; do progresso, do limpo e do belo” (MELO, 2001, p. 77). Essas associações e adjetivações da prática eram também estabelecidas nos clubes paulistanos aqui estudados.

As revistas dos clubes reiteravam a todo momento os benefícios do remo, esporte que promovia a “verdadeira aliança do cérebro com o físico” (COMO SE FAZEM..., 1940, p. 2). O esporte exigia características nobres, como a constância nos treinamentos e a dedicação. Aos esportistas pouco dedicados aos treinamentos, os conselhos eram voltados ao abandono da prática, já que a perseverança era uma necessidade contígua à prática (BARCOS..., 1929, p. 6).

Para esses clubes, o remo significava mais do que um simples esporte; ele era a “mola impulsadora do progresso esportivo” (COMO SE FAZEM..., 1940, p. 2). É certo que essa interpretação era proveniente de clubes que tinham o esporte náutico como o principal motor de difusão dos esportes, mas fato é que, no momento em que a presença social do esporte aumentava, no final do século XIX, o remo foi o grande símbolo dos novos sentidos e significados atribuídos à prática esportiva (MELO, 2001; SILVA, MONTEIRO, MAZO, 2014). Para Melo (2009), as instituições de remo passaram a difundir essa prática como uma das formas mais completas de exercício físico, e muitas vezes denominaram-se até como “centros de educação física”, tamanhos os benefícios atribuídos a esse esporte.

É possível perceber que os clubes ora analisados, apoiados em suas concepções a respeito dos esportes, tinham uma intenção bastante clara de tornarem-se porta-vozes do esporte na cidade, desenvolvendo uma cultura física pautada em seus ideais a respeito da moral e educação promovidas por esta prática. Nesse sentido, era preciso qualificar positivamente o remo e a natação, esportes amplamente difundidos por esses clubes. Gois Júnior (2013) afirma que o remo na cidade de São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre, também atuava como um representante simbólico da modernidade. Portanto, pode-se afirmar que esse ideário a respeito dessa prática e da natação foi difundido de forma deliberada pelos clubes, cientes da necessidade de afirmações positivas sobre aquilo que era desenvolvido em suas sedes.

2.3 A promoção da cultura física pelos clubes de regatas: pela “higiene do espírito e o revigoramento físico”

Na revista do Clube Esperia (O VALOR..., 1929, p. 12), o remo foi considerado o esporte mais completo ali praticado, em diversos âmbitos: tecnicamente “não ha esporte em que os detalhes tenham maior importância”; socialmente, “o remo é o mais cooperativo dos esportes, elle não admite nem mesmo o isolamento dos grupinhos”; psicologicamente, o remo foi considerado o mais higiênico dos esportes, pelo “character calmante do automatismo que nelle é indispensável”; e fisicamente, o remador “sente-se satisfeito por perceber que é uma machina pensante e por sentir, a cada remada, como nelle a força se forma”. A formação do caráter dos participantes era associada às ideias da prática do esporte como um expoente do higienismo; ao remo, por exemplo, era constantemente creditado o epíteto de grande esporte higiênico.

De acordo com Kirk (1996), Kirk e Twigg (1994), Reggiani (2016) e Scharagrodsky (2014), os pressupostos médicos foram de grande relevância na constituição dos discursos ligados à cultura física nos contextos analisados. Kirk e Twigg (1994) constataram que a adoção do treinamento militar nas escolas australianas nas primeiras décadas do século XX tinha como intenção, além daquela voltada à segurança e à proteção do território, normatizar os corpos e promover uma melhora geral no quadro da saúde da população.

Wright (2011), analisando o mesmo contexto, percebe que, na Austrália, esse período foi atravessado por mudanças ideológicas radicais que culminaram, entre outras ações, na constituição de discursos que previam um novo nacionalismo. Assim, a educação escolar foi amplamente utilizada como espaço de promoção de práticas que contemplassem esses ideais, e

se tornou responsável pelo desenvolvimento da força, do caráter e de um senso de identidade nacional. As escolas passaram a contar com uma junta médica, que tinha como objetivo dar suporte a tais convicções na busca de uma regulação das atitudes dos escolares. Associados a esta junta, estavam os treinamentos físicos, que carregavam consigo a tarefa de reafirmar esses objetivos.

Assim, é possível pensar que, em distintos contextos, os saberes médicos procuraram se vincular às práticas físicas, dotando-as de cientificidade e outros requisitos que dialogavam, de acordo com o próprio discurso, com as necessidades da nação. No Brasil, ideias semelhantes foram associadas às práticas esportivas e outros exercícios físicos.

O movimento higienista no Brasil contemplou e deu suporte a um conjunto de ideias e valores, bem como propostas de profissionais da área da saúde e educação com relação à Saúde Pública, à Educação e novos hábitos de higiene (ROCHA, 2003). Esse pensamento também teve influência no campo da educação física e dos esportes, conforme se pode verificar nos estudos de Soares (1990; 1994); Gois Júnior e Lovisolo (2003); Gois Júnior, Soares e Melo (2015); Dalben e Gois Júnior (2018).

Esse ideal voltado à saúde da população, coletiva e individual, chegava ao Brasil entre fins do século XIX e início do século XX a partir de apropriações e reinterpretações. Para Luz (1982), durante o século XIX houve a consolidação de saberes e práticas da medicina que foram gestados no final do século XVIII. Esses saberes incorporaram ao conhecimento médico novas ciências que tinham como objetivo não só cuidar das enfermidades individuais, mas também do corpo social. Embora pautada em propostas heterogêneas e vinculada a distintos grupos, essa medicina social foi colocada em marcha pelo Estado brasileiro, através de concepções dominantes na época.

Nos enfrentamentos das mazelas ligadas à formação da cidade em franco desenvolvimento, os médicos higienistas e sanitaristas ganhavam destaque no início do século XX; seu papel era fazer da cidade um lugar mais civilizado. Para isso, uma série de medidas foi adotada na tentativa de desqualificar certos hábitos e costumes adotados pela maioria da população para produzir um novo modo de vida. Para Rocha (2003, p. 32),

Operando pela desqualificação dos modos de vida da população pobre, as representações sobre a cidade viciosa oferecem subsídios para a elaboração de um modelo de cidade, ao mesmo tempo em que legitimam as estratégias de intervenção que vão sendo forjadas no âmbito da higiene.

[...]

Auto-representando-se como porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade, esses homens da ciência reclamam para si a responsabilidade pelos destinos da cidade e de seus habitantes, procurando impor-lhes um conjunto de preceitos que deveria guiar as suas vidas.

De acordo com Gois Júnior e Lovisolo (2003), esse movimento postulava a ideia de que um povo educado e com saúde se tornava a grande riqueza da nação. Portanto, a população deveria ser valorizada como um bem, um capital. A educação física, campo profissional bastante novo no início do século XX, foi parte da lógica do movimento higienista de distintas formas; ora se apropriando das concepções teóricas e técnicas das contribuições desse movimento, ora legitimando, por meio de suas ações, alguns desses postulados. Soares (1990, p. 19) afirma que a educação física era a própria expressão desses novos pressupostos, já que “se faz protagonista de um corpo saudável, torna-se receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico, familiar”.

Para Gois Júnior e Lovisolo (2003), a Educação Física ainda padecia, em um primeiro momento, de falta de identidade própria, e a apropriação de pressupostos do movimento higiênico acabou por dar certa legitimidade a este novo campo. Em todo caso, é possível afirmar que as preocupações de natureza higiênica e militar, as demandas de modernização do país e as questões ligadas à raça do povo brasileiro foram elementos pulsantes na construção de discursos sobre os corpos e a melhor forma de educá-los neste período (GOIS JÚNIOR, SOARES, MELO, 2015).

Ao se apropriar do argumento de autoridade advindo das ciências para alcançar a legitimidade da opinião pública, o higienismo propalava um discurso normativo, em que apontava a considerada forma de viver adequada, capaz de afastar o indivíduo da doença. A escola e a educação escolar passaram logo a serem lugar de difusão dos saberes vinculados à higiene, com vistas a promover corpos infantis fortes e saudáveis, associados a códigos de bons costumes (GOIS JÚNIOR, LOVISOLO, 2003; ROCHA, 2009; ROCHA E GONDRA, 2002; ROCHA, 2003).

Os esportes não ficavam distantes dessa operação discursiva em prol da saúde. Embora a grande alavanca da educação do corpo utilizada por esse discurso tenha sido a escola, outras esferas das práticas da cultura física também eram imbuídas dessa necessidade de legitimação.

Apesar de todo o embate envolvendo a legitimação do esporte como ferramenta de educação dos corpos, Gois Junior, Soares e Melo (2015) apontam que houve, sobretudo na década de 1930, a valorização dos eventos esportivos nesse aspecto. Seja pela associação direta que se fazia entre esporte e modernidade, ou pelas noções de desenvolvimento da coletividade que respaldariam uma melhoria na coesão nacional, o esporte passou a ser valorizado como

elemento educativo, para além do divertimento ou da competição. Passou, inclusive, a figurar como modelo de educação escolar (LINHALES, 2009).

Dalben e Gois Júnior (2018) analisaram as distintas representações dos esportes paulistanos nos jornais do início do século XX. O que os autores observaram foi que ganhava corpo no meio intelectual brasileiro dois pensamentos distintos a respeito do esporte: um que o considerava adequado para uma suposta regeneração moral e física da juventude brasileira, e outro que tecia duras críticas a essa prática, associada à subversão da ordem pública. Eles concluem que, ainda que as classes política e médica tentassem se apropriar do fenômeno esportivo, ele foi disseminado de forma mais ou menos independente para os praticantes, o que significa que os apelos morais nem sempre acompanhavam a prática esportiva.

Os clubes paulistanos se localizavam no interstício dessas possibilidades: ao mesmo tempo em que eram espaço de práticas culturais, não governamentais, ligadas a um ideal de vida associativa, eram também espaços que pretendiam legitimar os esportes, associando-os aos ditames científicos, higiênicos e educativos, engrandecendo, sobretudo, sua luta para a manutenção da prática esportiva na cidade:

Poucas organizações esportivas vicejam com a flama idealista de trabalhar pelo bem da coletividade. E o bem da coletividade, este caso, significa contribuir para que se generalize a pratica do esporte, tão necessária à higiene do espirito e ao revigoramento físico. A pratica do esporte, tendo por lêmã não apenas o divertimento, a despreocupação, mas em obediencia às regras de uma perfeita educação física – reunindo-se o agradável ao útil – é muito pouco adotada. De forma que, espetáculo como êsse que oferece o Clube de Regatas Tietê é raro e merece ser posto sempre em evidencia. (O ESPORTE..., 1940, p. 1)

A higiene e a cultura física eram elementos presentes na concepção dos clubes para a promoção das práticas esportivas. Um corpo robusto e belo era mais resistente aos ataques das enfermidades do que um organismo contaminado e enfraquecido:

Si ha enfermidades que nos assaltam a súbitas, são mais frequentes as que nos entram no corpo pelas abertãs do nosso descuido. Dois são os meios principaes que temos para defender-nos de taes inimigas, opondo-lhes resistência, como as cidades se resguardam com fortalezas; um é a cultura physica, outro é a hygiene. (NETTO, 1935, p. 1)

Essas definições emitidas pelos clubes, relacionando a cultura física aos benefícios da higiene corporal, coincidiam com aquelas que eram produzidas pelo poder público paulistano (DALBEN E GOIS JUNIOR, 2019). Um dos documentos produzidos pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, “Cultura física, estética e higiene”, corroborava essa visão. Antonio Vieira Marcondes, delegado de saúde da capital, publicou em 1932 o texto em que exaltava o poder da cultura física – associada aos esportes e às ginásticas – para o

aprimoramento estético da população e para a obtenção da higiene. Para o autor, o trabalho dos higienistas não era somente sanear a cidade, mas também “ministrar a higiene educativa tanto aos intelectuais como às massas, com o intuito de tornar os indivíduos sadios e fortes, melhorando a raça” (MARCONDES, 1932, p. 3). Desenvolvia-se, em vários âmbitos da sociedade paulistana, a ideia de que uma cultura física era importante para o estabelecimento da saúde, da higiene e de melhorias da raça, com constantes menções à eugenia.

Nas décadas de 1910 e 1920, houve expansão das teorias eugenistas no meio intelectual brasileiro, especialmente associadas ao movimento sanitarista liderado por Belisário Penna e Arthur Neiva (KINOSHITA, 2013; SILVA, 2008). Fortalecidos pelo grande apelo nacionalista do período, os eugenistas se auto intitulavam porta-vozes de um discurso capaz de salvar a nação brasileira, recuperando o vigor e a moral dos cidadãos e sendo capaz de conduzi-la ao progresso e à civilização (STEPAN, 2005).

Para Stepan (2005), na América Latina houve uma tendência de união entre a eugenia e o meio social; ou seja, ambientes sanitários e higiênicos seriam capazes de elevar a “saúde racial”. Essa vertente da eugenia, chamada eugenia positiva ou preventiva, era ligada à teoria lamarkiana, ou seja, pensava-se que a saúde e o vigor, ou o alcoolismo e a propensão à criminalidade, eram transmitidos hereditariamente. Nesse contexto, a cultura física foi diversas vezes evocada como elemento imprescindível na aquisição de bons hábitos e bons preceitos morais (DALBEN E GOIS JUNIOR, 2018).

Ao se considerar que a cultura física é um conceito atrelado a tecnologias de poder e discursos a respeito do corpo, principalmente discursos de caráter médico (KIRK, 1996), é preciso considerar também as disputas engendradas pelos eugenistas sobre as políticas do corpo.

O discurso de notórios eugenistas brasileiros, como Renato Khel¹⁸, tinham ampla circulação nas publicações voltadas à educação física brasileira do período, como a revista *Educação Physica*. A circulação desses discursos no que se referia ao esporte ocorria também nos clubes paulistanos, que produziam materiais ou reproduziam matérias publicadas em outros veículos de informação com conteúdo favorável ao discurso eugênico em sua vinculação com as práticas esportivas e os exercícios físicos.

¹⁸ Renato Khel foi um dos maiores expoentes do eugenismo no Brasil. O eugenismo tinha como princípios elevar o vigor da raça, o progresso e a civilização, através de práticas que iam desde o higienismo e sanitarismo das cidades, vistas como mais brandas, até a segregação das raças e o branqueamento da população, vistas como medidas mais radicais (KINOSHITA, 2013; SILVA, 2008; SOARES, 1990; 1994). Khel foi um expoente da eugenia mais branda e preventiva até 1930 e acreditava que a educação física e os exercícios físicos eram importantes práticas eugênicas, já que permitiam a conquista de corpos fortes e vigorosos (KINOSHITA, 2013; SILVA, 2008).

Em revista do Clube Esperia, de 1932, a eugenia já havia sido tema de uma publicação, que buscava defini-la. (A DEFINIÇÃO..., 1932). No texto, após alusão a uma carta de Galton endereçada à universidade de Londres debatendo a extensão dessas teorias, a eugenia é definida como “o estudo dos factores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciaes das gerações futuras, quer physica, quer mentalmente” (A DEFINIÇÃO..., 1932, p. 5).

Seguiu-se afirmando que a eugenia não é simples sinônimo de educação física, sexual ou ramo da higiene, mas sim uma teoria “firmada nas leis da hereditariedade, [que] tem intuito de conservar e favorecer o genero humano, fomentando a reproducção dos melhores elementos e restringindo a fertilidade dos inferiores e incapazes” (A DEFINIÇÃO..., 1932, p. 5).

O artigo prosseguiu atrelando definições à eugenia, mas não apresentou nenhum exemplo que aproximasse as práticas do clube àquilo que é preconizado pela teoria citada, embora seja possível afirmar que a simples postagem de estudos e definições sobre a eugenia já eram suficientes para aproximar as intenções do clube a tais ideias e valores. Kirk e Twigg (1994), ao discutirem as bases da definição do conceito de cultura física no caso australiano, consideram que houve grande influência dos discursos da eugenia positiva sobre a formação da educação física naquele país. É possível pensar que os clubes aqui citados, na tentativa de constituir e definir suas práticas e as respectivas legitimações, também se utilizaram de discursos eugênicos para direcionar ideologicamente os preceitos morais daquelas atividades.

O editorial da revista do Esperia n. 32-33-34, do ano de 1931, teve como objetivo estabelecer relações mais claras entre o apelo moral do esporte e o físico. Com o título “Mens sana in corpore sano”, o texto tenta explicar que essa frase sintetiza toda a doutrina da ciência eugênica, já que “a Eugenia não tem por fim, sómente o aperfeiçoamento physico do corpo humano e sim também o moral; um sem o outro seria uma imperfeição” (MENS..., 1931, p. 1).

O artigo segue explicando que as ideias eugenistas só encontram um lugar em que possam se desenvolver quando há saneamento físico e moral da sociedade. Assim, continua dizendo que, embora houvesse iniciativa de grandes médicos a respeito dos problemas higiênicos brasileiros, pouco era feito pelas esferas governamentais até aquele momento. O esporte, portanto, seria um “poder competente sobre a transformação da sociedade moderna”, por ser um dos espaços de pleno desenvolvimento do corpo e da mente, conceito ideal para o desenvolvimento da “ciência eugênica”. (MENS..., 1931, p. 1).

Os discursos higiênicos e eugênicos, cada um à sua maneira, foram utilizados pelos clubes paulistanos na tentativa de legitimar as práticas ocorridas em seus espaços. Não é

possível, entretanto, avaliar com exatidão se essas representações ali elaboradas a respeito dos esportes corresponderiam às práticas. É certo que havia grande incentivo dos clubes para a realização de esportes; porém, é provável que a apropriação dessas indicações pelos associados se desse de outra forma, pautadas muito mais pelo arrebatamento e pela excitação dos divertimentos do que pelas diretrizes que guiavam os pressupostos esportivos.

As representações a respeito dos significados dos esportes também faziam parte das preocupações dos clubes de regatas. A cultura física é pensada, fabricada e moldada de acordo com uma série de transformações sociais, políticas e econômicas (SCHARAGRODSKY, 2014) e, no momento da urbanização fremente da cidade de São Paulo, ligada às tentativas de modernização, os esportes invadiam os espaços destinados à prática de exercícios físicos. A adoção de práticas esportivas por esses espaços, como os clubes de regatas, exigia uma adequação àquilo que Bourdieu (2003a, p. 140) chama de “filosofia política do esporte”, que determina a prática esportiva desinteressada, voltada ao governo de si e ao respeito às regras.

Para disseminar essa moral esportiva, frequentemente os clubes publicavam reportagens ou notas sobre a necessidade de melhoria do comportamento de seus jogadores ou de sua torcida. Em artigo publicado na revista do clube Tietê (A TORCIDA..., 1934, p. 46), o articulista foi enfático em diferenciar a torcida do clube e as torcidas “em geral”, que “vão aos campos esportivos gritar desordenadamente e com o intuito de “aguentar a mão” em caso de necessidade”. A torcida do Tietê, ao contrário, foi descrita como um grupo de moços “distinctísimos, que vão aos campos esportivos incentivar – dentro da maneira mais cavalheiresca e com o maior entusiasmo e alegria – os “vermelhinhos¹⁹” que se batem pelo Tietê” (A TORCIDA..., 1934, p. 46).

Entretanto, a revista *Cho-Cho*, publicada de forma não contínua durante a década de 1930 e que trazia opiniões distintas das do clube ou de seus dirigentes, pensava de outra forma o comportamento dos seus torcedores. Em artigo publicado em 1931, os editores criticaram o papel da torcida em um campeonato de remo. De acordo com a matéria, a torcida reclamou de forma incisiva da marcação dos árbitros, que acabaram cometendo erros no momento da chegada das embarcações. Longe de “infundir na torcida ideias pacíficas”, os autores avaliaram o papel que a torcida verdadeiramente deveria representar durante os torneios:

[...] não podemos deixar de relatar as mancadas de alguns elementos que não compreendem o espírito de coesão que é necessário e abrem a boca somente,

¹⁹ Os esportistas associados ao C.R. Tietê eram conhecidos como “vermelhinhos” por conta da cor de seus uniformes.

para dizer besteiras na maioria das vezes inoportunas e que comprometem a torcida toda.

Devem compreender esses elementos, que é necessário na torcida comunhão de idéas, para não haver mancada, para não dar motivos á críticas e para maior eficiencia da Torcida. (CHO-CHO, 1931, p 3.)

Outro fator que preocupava a direção dos clubes era o uso de uniformes. Símbolo de diferenciação das equipes, que, inclusive, eram conhecidas pelas cores que vestiam, o uniforme fazia parte também do código moral da boa prática esportiva. A revista do clube Tietê, em janeiro de 1936, anotou um lembrete em sua contracapa, anunciando que “um bom tietêano, não pratica nenhum esporte sem estar oficialmente uniformizado” (TIETÊ..., 1936, p. 3). No número seguinte (GRUPO C.R.T., 1936, p. 10), a descrição do assunto era ainda mais enfática: “Só pratica esporte sem uniforme e particularmente sem camiza, o sócio que nada preza o club; e o sócio que não preza o club deve demitir-se para não contaminar o meio.” Para Bourdieu (2006), mesmo elementos aparentemente banais, como as roupas ou ainda a carteirinha de associação, são capazes de demonstrar a distinção. Nesse caso, pode-se considerar que o uso dos uniformes distinguia aqueles que realizavam práticas moralmente aceitas, adequadas a uma filosofia moral esportiva, e aqueles que não compartilhavam dos mesmos valores e virtudes relacionados à prática de exercícios físicos.

Figura 9 – Carteira de associado do Sport Club Germânia [1909]



Fonte: Centro Pró-Memória Hans Nobiling

Soares (2011a; 2011b) sublinha ainda que a especialização dos discursos científicos sobre a prática dos exercícios físicos transformou as roupas e os calçados esportivos em artefatos privilegiados de atenção; “se o ato de vestir-se de maneira especial para atividades distintas já era algo dado nesse período, sua extensão para as práticas corporais e esportivas foi uma novidade que pôs em xeque valores, ultrapassou fronteiras, libertou e oprimiu corpos em movimento” (SOARES, 2011b, p. 93).

A conduta dos praticantes dos diversos esportes promovidos pelos clubes também deveria ser impecável, seguindo à risca todo o manual do bom esportista que, explícita ou implicitamente, acompanhava os praticantes pertencentes aos clubes. Entretanto, nem sempre essas regras eram devidamente seguidas, o que acarretava punições e até expulsões daqueles que não se submetiam a elas.

A respeito do campeonato de polo aquático de 1928, a revista do clube Esperia publicou uma matéria em que, ao invés de exaltar os feitos de seus competidores, precisou retaliar suas ações e da torcida. O artigo começa exaltando os avanços dessa prática esportiva no clube, que era bastante recente, mas sublinhou as verdadeiras ações que seriam capazes de promover o esporte:

O que é necessário, entretanto, é que nada venha turbar o brilho da competição, e para isso, torna-se necessário que nossos sócios saibam manter uma elevada linha de elegância moral, deixando de parte qualquer gesto ou palavra pouco delicada, que possa provocar qualquer incidente (CAMPEONATO..., 1928/29, p. 23)

As ações dos clubes com relação aos atletas e aos torcedores que não se enquadravam nas regras e nas condutas consideradas adequadas, não se resumiam a advertências: alguns atletas chegaram a ser expulsos do quadro social por não satisfazerem as normas previstas nos estatutos. Foi o caso ocorrido com um nadador do clube Esperia, que violou as regras do clube e foi banido devido à decisão do conselho diretivo, por meio de voto. Seguiu-se à notícia o aviso aos demais membros:

Uma agremiação esportiva deve primar antes de tudo pela disciplina, pelo bom comportamento, e pela educação de seus componentes. Não deve ser obstáculo para tal o valor esportivo. Todos os associados do clube são iguais pelos estatutos. Seja qual for o valor esportivo de seus elementos, todos são obrigados aos mesmos deveres. (A ELIMINAÇÃO..., 1929, p. 9)

Por meio dos estatutos, das revistas e de outras publicações, foi possível analisar os clubes náuticos existentes no início do século XX na cidade de São Paulo. Esses clubes esportivos se muniam dos discursos correntes a respeito dos benefícios do esporte, das práticas

de exercícios e da educação física, e, dessa forma, promoviam suas próprias definições de cultura física. Os clubes se pautavam em ideais bastante difundidos no meio esportivo a respeito dos benefícios morais e higiênicos da prática esportiva para, de um lado balizar moralmente aquilo que era promovido em seu espaço, e de outro lado para difundir entre seus associados aquilo que consideravam ser imprescindível aos esportistas. Ao promoverem tais discursos, as agremiações se autointitulavam as grandes incentivadoras do avanço esportivo e da cultura física na cidade de São Paulo.

Havia, por trás da rivalidade estampada nas competições realizadas, uma união entre as agremiações, que se viam pouco apoiadas pelo poder público e, assim, tinham que manter vivas as práticas esportivas da cidade a partir do próprio esforço:

Os grêmios nauticos, através de mil dificuldades e contando unicamente com as modestas contribuições de seus associados, construíram pistas, piscinas, barco-escolas, salas de esgrima, quadras de tennis, e uma porção de outras realizações verdadeiramente notáveis. (CLUBS..., 1935, p. 4)

Ao mesmo tempo em que exaltavam seus próprios feitos no campo esportivo, os clubes não deixavam de criticar a falta de ação com relação ao desenvolvimento do esporte por parte da prefeitura e outros órgãos oficiais. O C.R. Tietê, em artigo que narrava seus grandes feitos ao longo de 33 anos de existência (33º ANIVERSÁRIO..., 1940, p. 2), relatou de forma heroica o desenvolvimento do clube naqueles anos, sem deixar de fora da narrativa a falta de investimentos e incentivos provenientes da prefeitura:

Hoje o Tietê é um grande clube. Não tão grande como deveria ser. Mas a culpa disso não cabe aos seus iniciadores e tão pouco aos continuadores da obra, mas sim aos governos passados que se descuidaram dos efeitos benéficos que traz a cultura física a um povo, relegando-a para um segundo plano, quando não taxando os clubes com pesados impostos.

A década de 1930, momento em que os clubes analisados nessa pesquisa já se encontravam bem estabelecidos e com grande número de associados, viveu o que foi chamado de “o progresso dos esportes” (STEMPNIEWSKI, 1935, p. 1). Para o autor, as praças de esportes dos clubes, outrora “verdadeiros cemitérios”, agora viviam apinhadas de jovens esportistas, que se valiam dos benefícios dos esportes. Foi primordial para essa conquista, de acordo com o autor, a “propaganda inteligente e eficiente das directorias dos clubes, da imprensa e dos próprios esportistas”, o que excluía, certamente, um incentivo público a este desenvolvimento.

No momento em que o Esperia inaugurava sua piscina, em 1933, mais críticas foram tecidas ao poder público, que, na visão do clube, não promovia adequadamente a

educação física dos brasileiros. Cabia, portanto, à iniciativa particular, a promoção de avanços nesse campo, como era o caso da construção de uma piscina:

Fechados na ignorância de tão importante problema, que é a educação physica dos brasileiros, o nosso governo nada tem feito em beneficio do esporte. No entanto causa satisfação ver como a iniciativa particular, tão em contraste com o trabalho official, toma vultor e se torna realidade nos clubes de São Paulo. Há em todos elles uma actividade febril de progresso, um ideal puro, patriótico e bom. (A PISCINA..., 1933, p. 8)

Embora as associações esportivas tenham relevância na produção de novos sentidos atribuídos à cultura física, especialmente na disseminação de práticas esportivas entre os habitantes das cidades, a escola foi o grande reduto de políticas voltadas à normatização dos corpos (KIRK E TWIGG, 1994; ROCHA, 2003). Assim, a ampla expansão dos clubes privados promotores de esportes não teve o mesmo apelo ao poder público que as práticas de educação física na escola.

Em São Paulo, para a administração pública do esporte, foi criado o Departamento de Educação Física de São Paulo (DEF-SP), em 1931, com a finalidade de orientar, dirigir e fiscalizar a prática esportiva no estado²⁰. Sua criação estava ligada aos debates existentes no cenário paulistano a respeito da importância do esporte na educação da juventude, conforme assinalam Dalben e Gois Junior (2018).

Em 1933, a criação do cargo de professor de ginástica em um ginásio oficial no interior do Estado de São Paulo, atrelada a esse novo órgão estadual (fato que fez com que houvesse, pela primeira vez, um concurso público para esse cargo), promoveu um debate na revista do Esperia a respeito da atuação do poder público e seus órgãos oficiais em relação à cultura física do estado (A INICIATIVA OFFICIAL..., 1933, p. 8).

Embora o referido artigo tenha elogiado a atitude do governo, há a citação de alguns problemas elencados pelo clube em relação à atuação do Estado, especialmente por meio do Departamento de Educação Física. O primeiro questionamento foi que, em seus primeiros anos de existência, o Departamento elaborou diversos projetos voltados a esta temática, mas poucos deles saíram do papel. A segunda crítica referiu-se à recente anexação do referido órgão à Diretoria de Ensino. Com essa ação, o artigo assegurava que o poder público se preocupava com a organização da cultura física somente no ambiente escolar. Longe de afirmar que o incentivo à educação física nos estabelecimentos de ensino era algo negativo, o artigo reclamava a falta de propostas de auxílio aos clubes esportivos:

²⁰ Outras pesquisas abordam a criação e atuação do DEF-SP de forma mais ampliada. São elas: Dalben (2009), Dalben *et al.* (2019), Mastroso (2003), Gois Junior (2017), dentre outros.

E vai dahi que os clubes – que em S. Paulo são em grande numero e contam com um verdadeiro exercito de sócios – continuarão a não merecer a atenção dos poderes públicos. Não nos referimos ás ajudas materiaes, mas tão simplesmente aos apoios Moraes, e ao bafejo no tocante a parte technica, de um lado, e de outro á organização, ou melhor á racionalização na pratica dos esportes. (A INICIATIVA..., 1933, p. 8)

Na edição de julho/agosto de 1934, a publicação do Esperia novamente mencionou o Departamento de Educação Física, que já se encontrava oficializado e realizando algumas ações. O tom do artigo era de colaboração, caso houvesse mutuamente a possibilidade de auxílio aos clubes. Pode-se ler no artigo que “se S. Paulo tem progredido no campo esportivo deve-o ao entusiasmo dos esportistas dedicados que militando nas innumeradas aggremações, conseguiram despertar o gosto do público pelos esportes” (DEPARTAMENTO..., 1934, p. 5). Assim, se o Departamento tivesse o interesse em articular parcerias com os clubes de regatas, “[neles] encontrar[ia] a melhor boa vontade para o bom desempenho de seu mandato” (DEPARTAMENTO..., 1934, p. 5).

Na edição seguinte da revista, uma nova pergunta foi feita a respeito do departamento: seria ele, de fato, útil às agremiações esportivas? Para responder a esta pergunta, o artigo começa com relatos de que não é possível perceber de que forma este departamento seria capaz de transformar as práticas realizadas no clube, já que elas tinham, desde o princípio, a proposta de favorecer o desenvolvimento da cultura física:

No tocante a orientação que o Departamento poderá vir a imprimir á prática dos esportes como educação physica, pouco de útil vemos para os clubes. Estes, na medida do possível e de accordo com as proprias possibilidades e necessidades, já deram á pratica dos exercicios esportivos tudo o que se lhes poderia exigir para que esses exercícios fossem factores de educação physica. (O DEPARTAMENTO..., 1934, p. 7)

Vê-se como único auxílio possível advindo dessa iniciativa a diminuição da taxaão dos clubes “afim de que lhes seja facilitada a tarefa de preparar uma raça forte, no physico e na mente” (O DEPARTAMENTO..., 1934, p. 7).

É possível perceber que, na visão dos clubes, a promoção da cultura física na cidade passava principalmente pelas atividades que eram oferecidas por eles; logo, o trabalho do departamento nunca seria completo sem uma ação conjunta com os clubes. Mas, vê-se pelo artigo citado, que a colaboração imaginada pelos clubes era muito mais ligada à diminuição das taxas e impostos do que a um programa comum de cultura física. Com relação a uma proposta de exercícios generalista, o artigo era enfático:

[...] será preciso considerar que uma orientação única, generalizada para todos os clubes, não poderá ser efficiente, uma vez que os clubes têm varias

categorias, nem todos apresentam as mesmas condições físicas e de sanidade. (O DEPARTAMENTO..., 1934, p. 7)

Para os autores da reportagem, se o departamento não procurasse meios de auxiliar financeiramente os clubes, ele estaria fadado ao fracasso, pois a verdadeira cultura física paulistana já era, de acordo com as opiniões emitidas pelos clubes, há muito incentivada por essas agremiações particulares:

O Departamento nunca poderá centralizar as atividades esportivas. Terá que se socorrer da organização dos clubes; da existência destes nunca poderá prescindir para realizar a sua tarefa. [...] os clubes, evidentemente, não quererão se submeter ao controle e vezes às imposições do Departamento. (O DEPARTAMENTO..., 1934, p. 7)

Os clubes esportivos ligados ao remo não se limitavam a discutir os meandros da cultura física apenas entre seus próprios associados. Sua luta era para monopolizar os significados atribuídos ao esporte, especialmente em contraponto à atuação do DEF-SP na administração pública do esporte. Para que esse monopólio fosse assegurado, os clubes promoviam definições bastante precisas a respeito do que era aceito ou descartado em relação a essa prática. Essas definições eram fundamentadas em argumentos ligados à pedagogia do corpo, à autoridade científica e à promoção de capital social aos participantes.

O poder público paulistano, na ação do DEF-SP, mas também em outras instâncias, procurou se aproximar dos clubes esportivos, chamando-os para reuniões e procurando intervir em seu favor em relação a políticas públicas esportivas (DALBEN, 2019). Entretanto, o interesse dos clubes era muito mais voltado a um auxílio financeiro, questão a qual o Departamento foi pouco útil às entidades náuticas ora analisadas.

Evidencia-se assim que o principal intuito dos clubes ao debater a gerência pública do esporte era angariar fundos para suas próprias realizações, ou seja, uma união entre os clubes foi feita com o objetivo de difundir e controlar os sentidos esportivos e, ao mesmo tempo, obter auxílio governamental para seus intentos. É possível verificar que não havia uma intenção clara de associação entre os clubes e o DEF-SP; essa questão só vinha à tona quando se colocava em pauta a necessidade de auxílio financeiro. Havia, de certa forma, um receio de que o Departamento roubasse o protagonismo dos clubes na difusão do esporte pela cidade.

Foi assim, portanto, que os clubes de remo e natação se definiram, se instalaram e iniciaram suas práticas esportivas. Com um começo acanhado, nem sempre provido de grandes realizações, foi ao longo das décadas de 1920 e 1930 que essas agremiações viveram seu esplendor e promoveram, de fato, uma grande renovação nas práticas de exercícios físicos e esportes na cidade de São Paulo, especialmente às margens dos rios da cidade.

Ao alinharem-se a pensamentos correntes a respeito da cultura física, pautados ora por discursos higiênicos, ora educacionais, morais ou mesmo eugênicos, as agremiações náuticas paulistanas procuraram legitimar suas práticas. Em suas revistas, atas e reportagens publicadas, é possível notar o grande arcabouço teórico que foi produzido e reproduzido por essas instituições. Por vezes, o intuito dos clubes era voltado a ganhar novos adeptos às práticas; outras vezes, promover aos próprios associados indícios morais daquilo que era realizado; outras vezes, ainda, usavam desse discurso para se auto intitular as verdadeiras promotoras da cultura física na cidade e reivindicarem mais apoio e financiamento.

Cabe analisar, agora, indícios de como se davam as práticas desenvolvidas nesses clubes. Para tanto, serão observadas, nas fontes constituídas, a programação proposta pelos clubes em relação a festivais, competições, passeios, festas, excursões, piqueniques. Seria possível afirmar que a cultura física desenvolvida nesses espaços era voltada exclusivamente à prática dos esportes?

2.4 A programação social dos clubes de remo e natação

Ao serem analisados os regulamentos, as atas de fundação e as reportagens escritas nas revistas dos clubes, é possível afirmar que havia diversas diretrizes que procuravam dar suporte às atividades desenvolvidas pelas entidades náuticas aqui estudadas. Percebe-se logo, nas revistas, que havia uma tentativa de atrelar as práticas realizadas ao desenvolvimento físico e esportivo dos sócios, além de questões como o melhoramento da raça, o desenvolvimento da saúde e da higiene e fortalecimento do corpo.

Ao se retomarem as definições de cultura física propostas por autores como Scharagrotsky (2014) e Kirk (1999; 2010), percebe-se que as instituições procuram, ao alinhar suas prescrições aos pensamentos médicos e morais, construir significados dominantes centrados no corpo. Os clubes aqui analisados se muniam dos discursos para prever condutas de seus associados.

Entretanto, como alerta Chartier (1991), há uma diferença entre as práticas e as representações. As representações da cultura física divulgadas em atas, revistas, jornais, operavam uma sincronia de sentidos atrelados às práticas esportivas realizadas nos clubes. Mas uma análise daquilo que era realizado nos clubes traria essa mesma impressão? As práticas tinham os mesmos objetivos e eram regidas pela mesma lógica?

A partir das fontes constituídas para esta tese, foram analisados os jornais, as revistas dos clubes, os anuários, os jornais e suplementos jornalísticos esportivos na tentativa

de encontrar vestígios das práticas realizadas nos clubes e entender, assim, as nuances que produziam uma tênue linha entre as práticas e as representações.

A narrativa jornalística sobre o esporte no Brasil já começava a se estabelecer no final do século XIX (MARTINS, 2001), assim como acontecia no resto do mundo, afinal, para Pociello (1999), entre a imprensa e o esporte há uma total cumplicidade, que remonta a raízes históricas. No Rio de Janeiro, em 1895, surgiu a primeira coluna específica para esportes náuticos que se tem notícia, no jornal *O Paiz*. Em São Paulo, no ano de 1904, o *Correio Paulistano* também já contava com uma seção específica para narrar os feitos náuticos da cidade. Essa seção foi bastante inovadora no meio jornalístico paulistano, pois foi a primeira a narrar especificamente fatos sobre as regatas, que ainda não haviam se tornado um evento de grandes proporções. Pouco se sabia sobre os rumos que as regatas tomariam na cidade que crescia dia a dia, e menos ainda sobre as narrativas esportivas: como seria possível ao jornal descrever, em algumas linhas, o frenesi vivido durante um festival ou uma competição?

Algumas pistas no cenário internacional da narração esportiva já eram dadas. Nos jornais franceses do início do século XX, já havia uma associação clara entre os esportes e os assuntos espetaculares, excitantes e modernos. As narrativas misturavam elementos dos romances e dos folhetins, já bastante populares nos jornais, para caracterizarem os atletas como heróis, corajosos e gloriosos (POCIELLO, 1999).

No Brasil, embora o cenário da narração esportiva nos jornais ainda estivesse em seus primórdios, fato é que os clubes de regatas já eram assunto recorrente nas colunas destinadas ao remo, mesmo quando havia só rumores sobre as atividades que seriam por eles realizadas. Em 1904, o “sympathico Club de Regatas S. Paulo” realizou uma prática que recorrentemente seria narrada nessa seção do jornal: os festivais esportivos. Naquela ocasião, a associação pretendia convidar o Clube Internacional de Regatas, de Santos, para um desafio de remo na capital paulistana (CLUB..., 1904b). Em seguida, a notícia narrava que o próximo desafio planejado pela agremiação era um desafio ao Esperia.

Alguns dias depois, foi a vez de o clube Esperia ter seu torneio anunciado na seção esportiva do jornal. O páreo a ser disputado seria de natação, e o percurso seria de 300 metros, equivalente à distância entre a Ponte Grande e a sede do clube. O prêmio ao primeiro colocado seria um objeto artístico (CLUB..., 1904b).

Em 1907, outro tipo de desafio anunciado no jornal teve lugar no rio Tietê: uma competição de pulos. As regras do certame foram assim instituídas:

Cada concorrente deve dar, alternadamente, cinco pulos de cima duma prancha convenientemente instalada sobre o rio a uma altura de dois metros e

meio da superfície da água. [...] [são] considerados vencedores aquelles dois que maior numero de votos obtiverem no jury que para esse fim será constituído. (PULOS..., 1907, p. 4)

Os eventos realizados nos festivais abarcavam competições como remo e natação, presentes na maioria dos programas esportivos, e outras como a competição de pulos e o “tiro aos pombos”, que estava presente no programa de um evento realizado pelo Clube Esperia em 1904 (CLUB ESPERIA, 1904). No Clube de Regatas São Paulo, no mesmo ano (ROWING, 1904, p. 3), o programa também era variado e contava com distintas atividades:

O programma está attrahentissimo, pois conta de quatro bem equilibrados pares de regatas, entre *escaleres*, *canóas*, *baleeiras* e embarcações de 1 só remador, corridas: a pé, com obstáculos, uma interessante corrida com ovo na colher entre senhoritas, esgrima, gynastica, e outros interessantes sports. (ROWING, 1904c, p. 3)

No Germânia, foram comuns, nos primeiros anos de existência, competições internas entre os associados. Em 08 de abril de 1900, o primeiro evento interno de atletismo foi disputado na forma de um pentatlo e se compunha de: chute da bola de futebol à distância, arremesso de rocha, corrida de 80 metros, salto em distância e arremesso da bola de *cricket* (PROGRAMAÇÃO..., 1900). No ano seguinte, a prova foi disputada em maio, e contou com seis provas: salto em altura, arremesso de 7 quilogramas, chute da bola de futebol, salto em extensão, corrida rasa de 80 metros e arremesso da bola de *cricket* (PROGRAMA..., 1901). A mais visível diferença entre um anúncio e outro foi que, no segundo ano de realização da prova, foram divulgados os juízes e o regulamento de cada prova.

A descrição das atividades realizadas dava margem para distintas interpretações sobre as regras das disputas, já que quase nenhuma informação era fornecida a esse respeito. Resta-nos pensar em duas possibilidades: ou as regras já estavam tão internalizadas que não precisavam ser repetidas e descritas, ou – aquela que parece mais provável – elas eram cambiantes e não estavam bem definidas antes das disputas.

Ao longo dos anos, as competições passaram a ser descritas com mais detalhes no jornal, especialmente o remo, que já começava a ser dividido em distintas categorias:

As 2 horas e meia da tarde – *Match* em yoles gigs a 4 remos – 2.000 metros, contra a correnteza – Premio: medalha de prata aos vencedores [...]
As 3 e meia horas da tarde – *Match* em yoles gigs e dois remos – 1.000 metros – medalha de bronze aos vencedores. (ROWING, 1905c, p. 5)

Ainda que algumas especificações comesçassem a ser feitas, é possível perceber que os primeiros festivais realizados pelos clubes aqui analisados possuíam bem pouco das conhecidas características que definem os esportes, como a especificidade das regras, a

importância dos tempos obtidos em esportes de marca²¹, a seleção de árbitros e a premiação comum a todas as provas. As atividades descritas em um programa de competições não se assemelhavam àquilo que convencionalmente se chama de esporte. É possível notar também a ausência de publicação dos resultados e dos vencedores de cada prova no jornal.

A emergência do esporte moderno proporcionou uma profunda transformação que passou do “livre jogar” – a forma como os jogos eram realizados anteriormente, com regras pouco claras – para práticas com regras universais e pré-determinadas (VIGARELLO, 2008). Assim, a racionalização das regras – e, conseqüentemente, das práticas – foi um dos aspectos determinantes para a formação do esporte moderno, como afirmam Bourdieu (2003a), Vigarello (2002) e Guttmann (2004).

A criação de federações, confederações e ligas serviu aos intentos dessa racionalização e burocratização da prática, que se tornava cada vez mais universal. Embora houvesse uma crescente convergência de práticas que se esportivizavam, é possível perceber que alguns certames disputados pelos clubes paulistanos nos primeiros anos do século XX escapavam a estas definições e se assemelhavam mais a divertimentos e gincanas.

Foi nesse momento que grande parte das federações, confederações e ligas foram criadas na tentativa de delimitar e regulamentar os esportes. É possível afirmar que o surgimento de elementos regulamentadores transformou o modo como os clubes realizavam seus festivais, aproximando-os muito mais das práticas constituídas no arcabouço do “esporte”. Não é anódino pensar, entretanto, que essas transformações se deram em momentos distintos, de forma não homogênea e que enfrentaram resistências. No capítulo quatro dessa tese, a esportivização das práticas náuticas é tratada com centralidade.

Porém, nem só de competições os clubes viviam. As provas e torneios reuniam, certamente, os competidores e os torcedores das modalidades, mas eram realizadas esporadicamente. Se forem consideradas as competições náuticas, por exemplo, seria possível dizer que eram realizadas no período entre os meses de outubro e março, meses em que os rios se encontravam mais cheios. O que movimentava, de fato, o cotidiano dos clubes era a programação social.

Embora os estatutos e as cartas de inauguração dos clubes apontassem que o intuito das agremiações era desenvolver os esportes e práticas dessa natureza, demorou certo tempo para que competições, festivais e disputas aquáticas fossem realizados. Porém, isso não significa que houvesse pouca movimentação nos clubes: a ala social desempenhava, desde o

²¹ Esportes em que o resultado é registrado de forma quantitativa, seja no tempo, na distância ou no peso. São exemplos o remo e a natação.

início, o papel agregador pretendido pelas agremiações, especialmente aquelas que tinham como intenção manter a ligação entre os imigrantes (QUITZAU, 2013; SILVA E MAZO, 2015).

As associações esportivas, com um modelo notadamente inspirado nos clubes ingleses organizados desde o final do século XIX, se inseriram em uma lógica moderna de sociabilidade, baseada na contenção da violência, domínio das pulsões e em novas representações dos papéis sociais dos indivíduos (RIOUX, 1986; ARNAUD, 1986). No Brasil, esse modelo se instituiu principalmente a partir de imigrantes europeus, e funcionou como um meio bastante profícuo de alcançar certa distinção social, não só pelas representações esportivas, mas principalmente pelas festas, eventos e bailes²².

As festas, desde a fundação dos clubes, ocupavam as páginas dos jornais na coluna destinada ao *rowing*, mesmo quando não eram acompanhadas de provas náuticas ou atléticas. Interessava mais, à coluna do jornal, o “grande numero de distintas famílias, altos funcionarios públicos e gentis senhoritas, os quaes davam um realce encantador com seus *chics* e caros *toilettes* de verão” (ROWING, 1904a, p. 2). O rio Tietê, nesses eventos, era palco de divertimentos dos sócios, que tinham a oportunidade de passear nas embarcações:

O rio nessa ocasião deu-nos um aspecto alegre e festivo, estando completamente coalhado de múltiplos barcos, de onde gentis senhoritas acenavam com os lenços ás pessoas que haviam ficado em terra. (ROWING, 1904^a, p. 2)

As exímias famílias também divertiam-se, passeando em lanchas e outras embarcações, pelo aprazível rio Tietê. (ROWING, 1904b, p. 2)

As cheias do rio, ocorridas no verão, permitiam maior afluxo de embarcações e, conseqüentemente, determinavam a programação do rio durante o final de semana:

Como prevíramos foi bellissima a concorrência, principalmente de gentis senhoritas, hontem á chácara *Floresta*, pittoresca sede do Club de Regatas. Todas as embarcações funcionaram num vai-vem incessante, conduzindo todas ellas passeiantes que não se fartavam do espetáculo grandioso que apresentava o transbordante Tietê. (ROWING, 1905b, p. 2)

²² O uso das associações esportivas para diferenciação e distinção social não foi exclusividade dos clubes paulistanos. De acordo com Arnaud (1986) e Roquigny (2011), que analisaram outros contextos, os clubes e associações esportivas tiveram como intuito, além da promoção de esportes e outras práticas da cultura física, estabelecer espaços que fossem ocupados exclusivamente por certas classes sociais, o que agradava seus associados, afeitos a tal diferenciação. Assim, eventos como bailes e festas, quando desenvolvidos nesses ambientes, corroboravam o desejo de exclusivismo de seus membros, diferente de quando eram realizados em espaços públicos.

Figura 10 – Entardecer no Clube de Regatas Tietê, [1907]



Fonte: Acervo do Clube De Regatas Tietê

O rio, apinhado de homens e mulheres que passeavam e aproveitavam o período chuvoso, propício aos passeios, transformavam a região da Ponte Grande, já nos primeiros anos do século XX, em local ideal para os passeios das tardes de domingo:

Foi de excepcional entusiasmo o dia hontem na sede do sympatico Club de Regatas S. Paulo. [...]

Por seu turno, o dia quente e farto de sol, convidava ao passeio, e, como passeio, é força convir que a Ponte Grande, com escalas pela avenida Tiradentes, é o que há de mais attrahente em S. Paulo. (ROWING, 1905a, p. 2)

Para aqueles que não desejavam aproveitar os prazeres do rio e para as crianças, que por prudência deveriam se afastar desse divertimento, outras atrações eram programadas nas sedes dos clubes:

A creançada, chegando o domingo, não quer saber de outras coisa e quer ir para alli, pular, correr, brincar livre e desembaraçadamente, respirar ar puríssimo, e no fim... receber um cartucho de *bonbons*, uma boneca, uma bolla de *foot ball* ou qualquer um dos muitos objetos uteis com que a directoria do club lhes premia a victoria ou antes a assiduidade. (ROWING, 1905c, p. 2)

Alguns anos depois, é certo que as competições esportivas já se encontravam mais organizadas, e começavam a tomar o protagonismo das reuniões organizadas pelos clubes. Entretanto, os festejos seguiam ainda como grandes aliados dos eventos esportivos, já que atraíam público e associados, além de estamparem as matérias jornalísticas. Os bailes ao ar

livre, por exemplo, foram a grande atração da festa do 4º aniversário da Atlética (A.A.S.P, 1918, p. 2).

Além dos festejos internos e competições, as agremiações náuticas se ocupavam também de promover atividades beneficentes a diversas instituições de caridade. Era a oportunidade ideal de difundir as ações realizadas nos clubes a outras esferas da sociedade e, com isso, promover e difundir as práticas esportivas e a ideia de cultura física.

Em 1918, o jornal *A Gazeta* noticiou a segunda festa beneficente promovida pelo C.R. Tietê, em prol do “Asylo dos inválidos do Guapira”. O festival realizado naquele dia contou com o patrocínio da Federação Paulista das Sociedades de Remo, e foi composto de páreos de regatas, natação e outros esportes. Ações como esta, além de difundirem um modo de entender e cuidar do corpo, promoviam também um maior raio de ação dos clubes, que ganham notoriedade com as publicações jornalísticas. Ações beneficentes geravam elogios e permitiam que novos adjetivos fossem utilizados para definir os clubes: “O Tietê pretende realizar todos os annos uma festa como a que agora vai promover, fazendo-se, por isso, merecedor de todos os elogios” (O TIETE..., 1918, p. 2).

Outros clubes também se beneficiaram da promoção na imprensa dos feitos ligados à caridade promovidos por eles. A Atlética promoveu, em evento semelhante, um festival em prol do Asylo e Creche Analia Franco, em 1920 (A ATHLETICA..., 1920); o clube Esperia também realizou em sua sede um evento dessa categoria em 1918, nomeado de “Garden Party”:

A festa consta de um “garden-party” e baile ao ar livre, no dia 18, das 15 às 2 horas e de regatas e natação no dia 19, das 14 às 16 horas, e de uma festa nocturna, das 19 às 22 horas.

À festa que se revestirá de grande brilhantismo, comparecerão as autoridades do Estado [...] além de grande numero de distinctas famillias de nossa sociedade. (GARDEN-PARTY, 1918, p. 4)

As atividades que misturavam esportes, exercícios físicos e festejos não eram realizadas apenas dentro da sede do clube, ou em regatas exclusivas. Inúmeras vezes os clubes se reuniam para realizar eventos conjuntos, selando parcerias que eram importantes na manutenção das atividades náuticas esportivas realizadas no estado. Um exemplo foi o evento realizado entre os clubes Esperia e Germânia, em março de 1933. De acordo com a matéria publicada na revista do Esperia, o clube alemão havia, há algum tempo, mandado uma flotilha que atravessou o rio Pinheiros e chegou à sede do clube, para uma visita fraternal. Naquela data, resolveu-se responder à gentileza:

[...] a visita a magnifica sede deste ultimo foi feita no dia 15 de Março tendo o Clube Esperia mandado da Ponte Grande, onde tem sua sede, uma embaixada composta com sete dos seus mais belos barcos de corrida. A

partida deu-se precisamente às 7 horas figurante na frente da flotilha uma guarnição de senhorinhas. (VISITA..., 1933, p. 12)

A festa foi marcada por um almoço conjunto e visitas às instalações da sede do Germânia. Os desejos eram de estreitamento da amizade entre os clubes e novas realizações conjuntas futuras.

Outro evento realizado entre as agremiações náuticas que ficavam ao redor da Ponte Grande era o evento carnavalesco chamado “Banho à fantasia”. Iniciado em 1923, e depois transformado em um evento bastante tradicional, a festa constituía-se de um carnaval dentro do rio:

Sendo uma novidade para o publico desta capital e sendo uma idea muito original cremos, não errar dizendo que uma enorme multidão comparecera para assistir este novo modo de festejar o Deus Momo, demais sabendo-se que o preço das localidades é...gratis. (UM BANHO, 1923, p. 9)

Figura 11 – Associados do Clube de Regatas Tietê na Festa “Banho à fantasia”, [1932]



Fonte: Acervo do Clube de Regatas Tietê

Foram convidados ao evento todos os sócios dos clubes náuticos e “todas as pessoas que depois de um extenuante baile, quizerem revigorar os cansados membros, nas aguas frescas e...limpidas do rio Tietê” (UM BANHO..., 1923, p. 9). De acordo com o artigo, a atividade

movimentou a cidade: foram encomendados prêmios para as melhores fantasias e as agremiações montaram cordões carnavalescos.

É possível afirmar que, apesar dos receios anotados na reportagem que narrava os preparativos do primeiro evento, ele foi um sucesso. Em 1933, dez anos depois, encontram-se na revista do Esperia novas menções ao festejo. A revista, representando o clube, convidava os foliões a participarem, oferecendo até um prêmio aos mais animados:

“Esperia”, com o intuito de encorajar os foliões estabeleceu um premio de 1 medalha de prata com orla de ouro para o grupo carnavalesco que a criterio de uma comissão composta de elementos dos 3 clubes nauticos, mais se distinguir pela originalidade da fantasia, canções e excentricidade do conjunto. (MOMO..., 1933, p. 23)

Nota-se, a partir das fontes constituídas, que inúmeras ações realizadas e promovidas pelos clubes não compartilhavam de características esportivas, como a competição e as disputas. Muitas nem sequer partilhavam da ideia de promoção de exercícios físicos, sendo mais associadas a momentos de relaxamento, contemplação e passeios.

Figura 12 – Grupo de associados às margens do rio Pinheiros [1920-1929]



Fonte: Centro Pró-Memória Hans Nobiling

Não se pode esquecer que o banho de rio é marcado pela possibilidade de proporcionar encontro social e, ao mesmo tempo, ser espaço de entretenimento. A criação de clubes de regatas às margens dos rios não opera um apagamento dessa dimensão; no máximo,

transforma os preceitos do divertimento para que estes caibam nas definições produzidas a respeito de uma cultura física considerada adequada aos associados.

Além disso, a dimensão festiva das águas dos rios é intrínseca aos usos humanos desse espaço (CORBIN, 1989). Isso significa que seus usos que, a partir de um momento muito específico da história servem às competições esportivas, é bem distinto daqueles ligados, por exemplo, às piscinas. No rio, torcedores e concorrentes, crianças e adultos, mulheres e homens se misturavam durante uma competição ou um festival, e não havia uma divisão clara, marcada por arquibancadas ou vestiários, que delimitasse o espaço de ação de cada pessoa presente nessas festividades. Cabe ressaltar ainda, corroborando Terret (1994), que, embora inúmeras definições sejam destinadas aos clubes, eles não deixam de ser espaço de socialização, fraternização e divertimento.

Ao evocar o amplo rol de atividades promovidas pelos clubes náuticos, nota-se que nem tudo o que se fazia no interior dessas instituições estava relacionado aos ideais amplamente divulgados em suas revistas e documentos oficiais. Assim, pode-se analisar aqui que ideias de práticas salutaras de esportes, exercícios físicos e jogos diversos, práticas ligadas à higiene, ao desenvolvimento do corpo e da saúde ou mesmo apresentando vínculos com ideias e ideias eugênicas, existiam nos mesmos espaços, as vezes mesmo em disputa, outras, em total assimilação. Havia um descompasso entre as práticas realizadas e sua representação nos documentos oficiais? Ainda, seriam esses clubes os grandes paladinos da cultura física na cidade de São Paulo?

2.5 A cultura física desejada e a cultura física “permitida”

Uma análise sobre os clubes náuticos paulistanos e suas atividades e propostas, desde a fundação até meados da década de 1930, permite uma leitura do que, aparentemente, estava na superfície, e era visível e do conhecimento de todos. Essa análise, ao mesmo tempo, faz emergir outras intenções não tão explícitas nas páginas dos jornais e das revistas.

Em primeiro lugar, destaca-se que, ao se visitar o cotidiano das agremiações, pode-se afirmar que nem tudo o que era feito nesses ambientes tinha relação direta com a prática esportiva. Mas quase tudo se ligava estreitamente às intenções postuladas com relação aos benefícios das práticas esportivas e corporais.

A criação de parques, visitação de locais pitorescos para a realização de piqueniques, o desenvolvimento de departamentos internos de educação física e cultura física: nenhum desses elementos contava com as características daquilo que se convencionou chamar

de esporte (GUTMANN, 2004). Entretanto, vê-se que nenhuma dessas atividades propostas era desvinculada de discursos que procuravam dar significações às práticas. Assim, pode-se afirmar que, ainda que não fossem esportivas, as outras atividades promovidas pelas agremiações tinham também o intuito de vincular significados considerados adequados para as práticas realizadas nesses espaços. Se o ideal dos clubes era promover melhoria física, aprimoramento da raça, atletas vigorosos e crianças sãs, é possível afirmar que havia, de fato, o incentivo à produção de uma cultura física (KIRK, 2010; SCHARAGRODSKY, 2014)

Nos primeiros anos de existência dos clubes, havia uma ideia de que sua função era promover e desenvolver as práticas esportivas, função esta reforçada pelas atas de fundação dos clubes e outros documentos. Entretanto, o que de fato era realizado não pode ser enquadrado nas definições tradicionais do esporte. Desafios de nado; torneios que variavam nas distâncias, premiações e regras; regras que não eram apresentadas de antemão aos competidores; provas aquáticas disputadas por apenas um indivíduo; esportes de marca em que não havia a contagem do tempo. Essas eram as condições das provas, torneios e festivais nos primeiros anos de existência dos clubes náuticos. Se se avaliar que, nas definições a respeito do esporte, a racionalização, a definição de regras únicas e o tempo são características determinantes (GUTMANN, 2004; VIGARELLO, 2008), será possível afirmar que existem mais distanciamentos do que aproximações entre as práticas ora relatadas e as definições.

Não se pode deixar de considerar também as práticas propostas e realizadas pelos clubes que, em aparência, não tinham nenhuma aproximação com os exercícios físicos e os esportes. Os bailes, as festas dançantes e os carnavais, apinhados de gente “da mais alta classe”, tinham objetivos importantes ligados à divulgação e promoção dos clubes, mas que pouco se aproximavam, na prática, das ideias postuladas nos artigos sobre higiene, aprimoramento físico e saúde.

Mesmo aquelas práticas que tinham como preceito seguir à risca as determinações médicas e sanitárias se distinguiam bastante entre a forma como eram propostas e a forma como eram realizadas. Um piquenique, por exemplo, era pensado pela lógica médica e higiênica como o momento adequado de contato com os elementos da natureza e tempo de distanciamento preciso do esfalfamento da vida cotidiana. Entretanto, na prática, havia outra percepção dos jornais, que narravam esses eventos como encontros da alta sociedade, e outra percepção também dos participantes, que procuravam muito mais por um espaço de diversão. Os festivais, que tinham como intenção primeira promover o desenvolvimento da cultura física, também eram momentos de passeios, namoros, diversões e bailes. Entre as práticas e as representações daquilo que havia nos clubes náuticos paulistanos, havia uma miríade de possibilidades.

Assim, nem tudo aquilo que os clubes procuravam propor era realizado de acordo com as diretrizes e nem toda definição presente nos textos que indicavam os posicionamentos dos clubes sobre variados assuntos eram acompanhados de práticas condizentes. Porém, por meio de uma observação mais ampla, é possível perceber que os clubes se empenhavam em seguir as diretrizes de promoção de divertimentos “sadios”, realização de encontros, de práticas esportivas e de outros exercícios físicos. Em alinhamento às definições de Kirk (1999), pode-se afirmar que, em sentidos múltiplos, havia o desejo da promoção de uma cultura física a seus associados.

Porém, como diferenciar o que adentrava o escopo de cultura física e aquilo que ficava fora da definição? Pensando nas práticas, todos aqueles que pulavam no rio Tietê em um domingo ensolarado para tomar banho compartilhavam dessa definição?

Ao percebermos a narrativa criada pelos jornais para contar aquilo que era realizado pelos clubes e o que estava fora deles, é possível perceber que essa definição compreendia apenas os eventos que partiam da organização dos clubes, e deixava de fora tudo o que estava distante deles.

É possível pensar que as práticas promovidas pelos clubes, ainda que distantes da ideia primordial de melhoramento da raça ou vigor físico, eram consideradas pelos próprios clubes e pela imprensa como elementos importantes na definição de bons hábitos higiênicos ou de saúde. Um baile, por exemplo, poderia adentrar esse escopo e receber elogios ligados a essas características ainda que, na prática, os dançarinos pouco estivessem ligados a este ideal.

Por outro lado, o uso do rio por indivíduos não uniformizados não adentrava o escopo da natação – exercício benéfico e promotor de saúde e melhor forma física – sendo ligadas muito mais à ideia do nado, prática menos legítima na concepção dos clubes. Isso não se relacionava às técnicas esportivas empregadas pelos praticantes, e sim aos sentidos atribuídos a essas práticas.

Foram analisados, pois, as práticas e as prescrições que envolveram a criação e a manutenção dos clubes náuticos e suas atividades. A tarefa, agora, é entender como esses elementos dialogavam ou se distanciavam da natureza, e, principalmente, quais eram os discursos vinculados aos rios, espaços onde as práticas aquáticas eram promovidas.

3. A NATUREZA E OS CLUBES: UMA RELAÇÃO VERTIGINOSA

A enchente do rio

A enchente do rio Tietê atingiu este ano também a nossa sede que ficou com a maior parte de suas dependências alagadas. [...]

Tendo baixado o nível das águas todas as secções esportivas recomeçaram regularmente seus treinos. (A ENCHENTE..., 1931, p. 15)

Figura 13 – Inundação do barracão de barcos na sede do Clube de Regatas Tietê, 12 mar. 1923



Fonte: Acervo do Clube de Regatas Tietê

Figura 14 – Enchente no barracão de barcos do Clube de Regatas Tietê, 1929



Fonte: Acervo do Clube de Regatas Tietê

As enchentes no rio Tietê em 1923, 1929 e 1930 não foram as primeiras e nem as últimas que alteraram o cotidiano dos clubes náuticos paulistanos. Muito pelo contrário, inundações como estas eram parte da paisagem da cidade em determinadas épocas do ano, e traziam prejuízos incalculáveis aos moradores da cidade.

De acordo com Jorge (2011) e Santos *et al.* (2014), inúmeros foram os motivos e os modos de ocorrência das enchentes na cidade de São Paulo, em geral, com resultados catastróficos em relação ao transporte de pessoas e mercadorias, dentre outros prejuízos.

Às enchentes, nem sempre deveria ser atribuída a ideia de que eram prejudiciais à humanidade. Saturnino de Brito, arquiteto e sanitarista paulistano, lembrava que as cheias eram responsáveis por fertilizar o terreno inundável, como nos rios do norte do país (JORGE, 2006a). O problema, para ele, era a invasão humana nas áreas que deveriam ser utilizadas unicamente para este fim.

Os estudos a respeito das enchentes e outras calamidades naturais são categóricos em afirmar que há uma variável humana presente nesses atos. De acordo com Quenet (2000), os desastres naturais só tomam proporções catastróficas quando afetam diretamente a vida da população humana, seja cultural, social ou economicamente. Isso leva a afirmar que a presença humana nesses locais gera alterações importantes na transformação da natureza, o que pode proporcionar ou intensificar esses desastres. Steinberg (2000) afirma que há um conjunto de forças humanas que opera para que desastres aconteçam, ainda que muitas vezes o poder público opere uma transformação de sentidos, atribuindo à natureza ou a forças sobrenaturais a culpa por problemas sociais que deveriam ser solucionados pela mão humana.

É possível afirmar que, em São Paulo, a relação com as enchentes segue essa lógica. Custódio (2002) analisa que as enchentes paulistanas sempre ocorreram e encheram as várzeas de vários rios que compõem o cenário urbano. Entretanto, isso se tornou um problema público apenas quando a humanidade invadiu o terreno das várzeas e lá se alojou, o que se deu primeiro nas regiões mais centrais da cidade, como na Várzea do Carmo, e mais tarde nas margens dos rios Tietê e Pinheiros. A ocupação das várzeas se fez presente principalmente com o crescimento urbano, a explosão demográfica e a especulação imobiliária, que acabaram tornando as áreas alagadiças ponto de morada, principalmente da população mais pobre (JORGE, 2011; 2006).

Se inicialmente a ocupação imobiliária das várzeas proporcionava problemas a esses moradores no período das cheias, nas décadas de 1930 e 1940 essa questão se agravou, principalmente com a drenagem urbana ineficiente e o gradativo aumento da impermeabilização do solo. Somaram-se a isto os usos feitos pela *Light*, empresa de energia

elétrica que administrava a bacia hidrográfica do Tietê. Acreditava-se que a montagem e a operação do sistema hidrelétrico da *Light* colocariam fim nas cheias do rio. Ao contrário, a busca pelo lucro da empresa deixou os cuidados com as enchentes em segundo plano, tanto na iniciativa privada quanto na pública. (JORGE, 2011; SANTOS *et al.*, 2014).

As cheias e outros eventos ocorridos no rio afetavam o cotidiano dos habitantes do entorno e marcavam também o dia a dia dos clubes, que nem sempre aprovavam os sinais do “excesso de natureza” provenientes do vizinho fluvial. Além das catástrofes citadas, que tornavam impossível o uso das águas, havia a seca, que diminuía a vazão do rio, os odores exalados, as bactérias que a cada análise científica se multiplicavam (JORGE, 2006a). As intempéries deste espaço de natureza não eram entendidas como positivas a essas agremiações e aos demais usuários de suas águas.

Ao mesmo tempo em que os clubes apontavam a imprevisibilidade dos rios como um problema ao seu próprio desenvolvimento, outras interpretações sobre a natureza e seus elementos se difundiam nesses espaços. Um discurso que tomava a natureza como benéfica, capaz de afastar os males do corpo e promover cura, regeneração e divertimento, difundido pelos médicos (SOARES, 2016), nas publicações voltadas à educação física (MEDEIROS E QUITZAU, 2018) e nas escolas (DALBEN, 2009; SOARES E ROCHA, 2020), passava a fazer parte das indicações e atividades proporcionadas pelos clubes a seus sócios.

Nesse capítulo, pretende-se discutir como a ideia de uma natureza que cura, educa, regenera e diverte era alvo de interpretações múltiplas por parte dessas associações. Ao mesmo tempo em que passeios, excursões, piqueniques e viagens rumo a destinos naturais eram propostas bastante comuns dos clubes a seus associados, os rios que os margeavam não eram sempre alçados a este patamar; a eles, muitas vezes, eram destinadas críticas e reclamações que acabavam excluindo-os dos discursos a respeito de uma natureza benfazeja.

Ainda que os problemas relacionados à “má educação” do rio fossem frequentemente apontados pelos clubes, este espaço da natureza era, paradoxalmente, associado ao orgulho paulistano, e símbolo maior da representação da pátria. Nesse capítulo, serão apresentadas as concepções de uma natureza desejada no período e como os rios em sua exuberância expressavam – ou não – discursos que proclamavam os benefícios do mundo natural. Seguimos vertiginosamente o curso dessas águas em busca da compreensão das distintas interpretações sobre a natureza.

3.1 Rios e clubes: relações nem sempre amistosas

Às margens do rio Tietê, na aurora do século XX, uma profusão de interesses distintos, valorizados por uma população que habitava as regiões mais valorizadas da cidade, se desenvolvia (SEVCENKO, 1992). Dentre esses interesses figuravam a prática de exercícios físicos e divertimentos, um chamariz para a instalação de agremiações náuticas.

Dos clubes analisados nessa tese – Esperia, C.R. Tietê, Atlético e Germânia – os três primeiros, criados com o intuito de estimular a prática do remo entre os associados, se localizavam na margem do Tietê, mais precisamente próximos a uma região conhecida como Chácara Floresta.

De acordo com Nicolini (2001), na região da Ponte Grande havia a Chácara Floresta e, em sua frente, no lado oposto do rio, a Chácara Couto de Magalhães. Tratava-se de propriedades rurais que, antes mesmo da inauguração dos clubes de regatas, já eram procuradas como espaços de passeio e piqueniques, dada a beleza da paisagem natural.

Esta região foi, nas primeiras décadas do século XX, local de difusão de diversas práticas da cultura física, e nela dispositivos esportivos se instalaram, como campo de futebol e velódromo (GAMBETA, 2014). Foi ali também que inúmeros clubes de regatas foram fundados ao longo do tempo, o que fez com que esse pequeno trecho da margem do rio tenha sido o espaço privilegiado da maioria dos fatos narrados nesta tese. A Chácara Floresta passou a ser, nas primeiras décadas do século XX, frequentada por grande quantidade de pessoas e, conseqüentemente, valorizada, diferente de outras regiões às margens do rio Tietê que, no mesmo período, eram pantanosas ou abrigavam resquícios da fauna e da flora originais.

O Esperia ocupou a Chácara da Floresta até o ano de 1904, quando os antigos donos do terreno venderam o espaço e os novos proprietários não acataram a permanência da instituição naquele local. (CLUB..., 1904). De acordo com o livro de memórias do clube (SOUZA, 2000), sua antiga sede foi comprada pela prefeitura da cidade de São Paulo em 1910 para o cumprimento de uma lei de 1911 (complementada em 1912), cujo objetivo era a criação de um parque voltado à prática de esportes náuticos.

Esse parque, que se situaria na região da Ponte Grande, foi tema de uma reportagem no jornal *A Gazeta*, no momento da divulgação dos relatórios da prefeitura relativos ao ano de 1912. De acordo com o documento, até o ano de 1913 a prefeitura já havia gastado uma grande quantia de dinheiro para reaver áreas próximas ao perímetro desejado para a instalação deste parque, que se prestaria a “instalação do necessário a exercícios sportivos, para educação physica da mocidade, com uma secção de natação, composta de um grande lago” (PARQUE..., 1914, p. 6).

O valor investido para a finalização desta obra era considerável, ainda mais por se tratar de uma região já bastante ocupada, em que diversas indenizações deveriam ser pagas aos proprietários das terras. Entretanto, a reportagem foi bastante enfática sobre os benefícios que a instalação desse parque traria à cidade:

Apesar de ser um melhoramento esse de não pequena monta, para os cofres do município, a administração não hesitou em inicial-o, fazendo essas aquisições de terrenos, convencida como está de que é preciso dotar S. Paulo de reservatórios de ar, principalmente numa zona como essa, entre os bairros do Bom Retiro e da Luz, de grande aglomeração de habitantes, de acordo com o projecto Bouvard. (PARQUE..., 1914, p. 6)

Embora o jornal tenha noticiado o fato, Jorge (2006a) e Gambeta (2014) afirmam que o parque nunca chegou a ser uma ação concreta do poder público. O que se pode afirmar é que a região abrigou elementos da cultura física paulistana, promovendo grande desenvolvimento da região próxima à Ponte Grande.

O outro clube estudado nesta tese, o Esporte Clube Germânia, não contava com o remo em suas primeiras atividades, já que sua atuação se voltava prioritariamente ao futebol. Durante a Primeira Guerra Mundial, em que suas atividades funcionaram na região da Chácara da Floresta – provavelmente na sede de algum dos clubes ali já existentes – houve uma aproximação dos associados do clube com as práticas aquáticas. A adoção desse novo exercício, somado à instalação de um barracão para barcos nas margens do Tietê, pode ter sido um dos elementos de influência para a compra, em 1921, do terreno definitivo do clube às margens do rio Pinheiros, onde supostamente tais esportes também poderiam ser realizados.

Ao mesmo tempo, a distância da nova sede do clube dos demais competidores paulistanos nos deixa algumas dúvidas sobre a importância da prática do remo para a agremiação. É possível pensar que, se o remo fosse de fato tão relevante, o clube teria adquirido algum terreno na região da Ponte Grande ou próximo a ela. Há, nos relatórios produzidos pelo próprio clube, a menção de que o Pinheiros era um rio de difícil navegação, o que atrapalhava as disputas de remo (RELATÓRIO ANUAL, 1929).

Na revista do clube, em edição publicada em 1929, consta que o clube cultivava apenas a prática do remo à passeio, considerado “o esporte ideal para todos”. De acordo com essa publicação, “assim que fo[sse] realizada a regulamentação do rio Pinheiros, deve[ria] ser dada oportunidade aos mais jovens para o remo de regatas” (REMO, 1929, p. 63). Portanto, é provável que a escolha da sede às margens do rio Pinheiros, menos utilizado para provas e treinamentos, tenha se dado por outras razões, provavelmente econômicas.

A procura da região da Chácara da Floresta para a instalação de dispositivos esportivos, aquáticos ou não, pode ser discutida sob diversos aspectos, econômicos, geográficos, sociais. Pode ser discutida também sob interpretações que relacionam essa escolha aos elementos da natureza que circundavam o espaço.

Ao analisar a difusão das práticas e dispositivos esportivos na cidade de São Paulo, Gambeta (2014) afirma que, em geral, os primeiros espaços criados para esta finalidade sugeriam a eleição de paisagens campestres em meio ao perímetro urbano, circundadas de vegetação e que possibilitassem belas vistas panorâmicas. Em suas palavras:

A arquitetura esportiva fazia parte de um modismo exótico de gosto alpino, ela misturava a nostalgia aristocrática da vida no campo com o modernismo urbano-burguês. As construções reproduziam paisagens da memória romantizada e flertavam com o futuro ao mesmo tempo. (GAMBETA, 2014, p. 79)

De certa forma, a região da Chácara da Floresta atendia a estas demandas. Era possível encontrar ali, e na margem oposta do Tietê, as características desejadas com relação ao contato com os elementos da natureza. Quando os elementos da natureza original não bastavam, a mão humana prestava um auxílio. Na construção dos clubes, percebe-se a preocupação constante com a arborização de alamedas e avenidas, e melhoramentos semelhantes nas sedes de forma geral.

Soares (2016) corrobora essa perspectiva e assinala que a cultura clubista latente na cidade de São Paulo no início do século XX diz respeito também a uma exaltação da vida ao ar livre, tanto na seleção de locais para a instalação dos clubes – por exemplo, a escolha de uma área abundantemente arborizada pelo Germânia – quanto na promoção de melhorias e reformas em suas sedes.

O clube Esperia, nos primeiros anos em que se instalou na nova localização, na margem oposta à Chácara da Floresta, tratou de arborizar seus espaços e avenidas:

Não levando em linha de conta muitos melhoramentos que não merecem a menção especial, limitamo-nos a citar a construção da espaçosa avenida circular, que tem oito metros de largura por 605 de extensão, e a arborização recentemente feita, a qual será dentro em pouco, um dos mais bellos ornamentos da nossa séde social e uma bonita perspectiva aos frequentadores da Ponte Grande. (CLUB..., 1906, p. 6)

Os espaços verdes existentes nos clubes, repletos de árvores e em contato com o rio, eram frequentemente associados a uma fuga do mundo urbano e o contato com a natureza, com o relaxamento das horas de trabalho e da fadiga do cotidiano. No Esperia, as atividades nos finais de semana eram agregadas à aprazível possibilidade de momentos de relaxamento,

proporcionados naquele ambiente que, embora tão próximo do burburinho da cidade, se configurava como um oásis de calma:

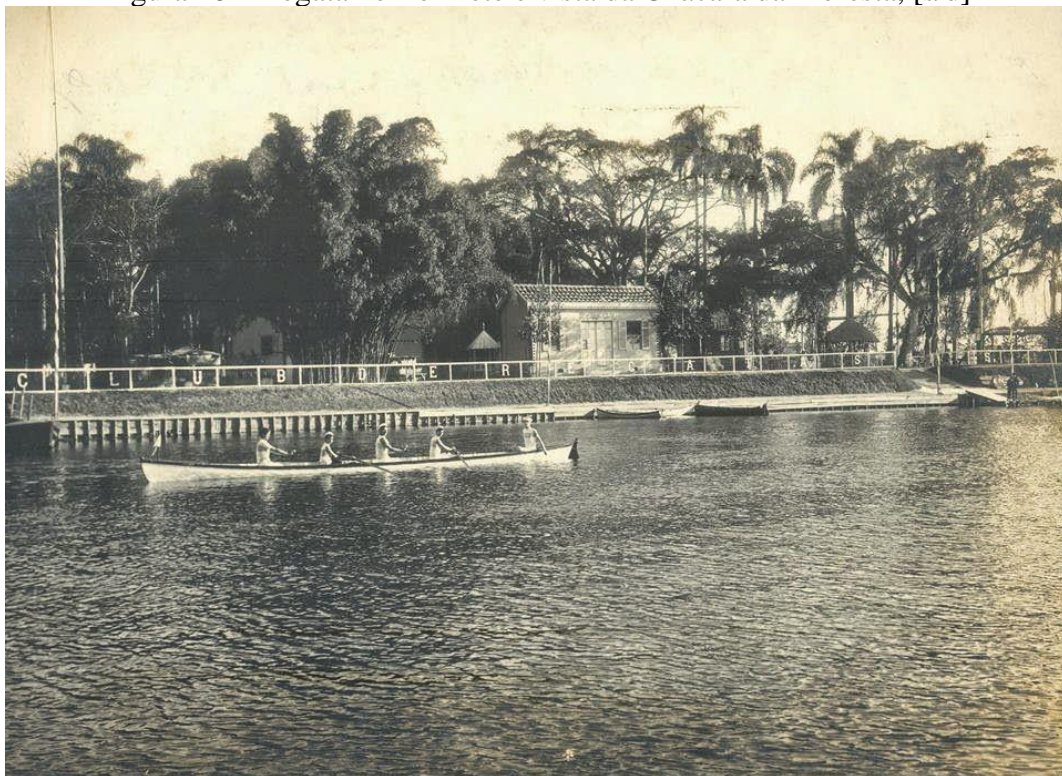
A natação, o remo, bola ao cesto, tennis, atletismo, são esportes que podem ser praticados de conformidade com as possibilidades físicas de cada um. E...os que a estes esportes preferirem ficar deitados sobre a fresca relva do nosso campo debaixo da sombra agradável dos bambuaires, num “dolce far niente”, ouvindo a voz longínqua do nosso aparelho radio-victrola...gozarão, indubitavelmente, de um repouso regenerador tão necessário para todos nós que ficamos encerrados o dia todo, por uma semana inteira, em escriptorios e officinas, onde o nosso cérebro e a nossa paciencia são postos a duras provas. (PIC-NICS..., 1932, p. 6)

Figura 15 – Clube Esperia, 1924



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Figura 16 – Regata no rio Tietê e vista da Chácara da Floresta, [s/d]



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Figura 17 – Entrada principal do C.R. Tietê, 1919



Fonte: Acervo do C.R. Tietê

Os benefícios da instalação dos clubes náuticos às margens dos rios eram inúmeros; é possível dizer mesmo que a localização privilegiada era imprescindível para o sucesso das corridas de barco e de outras práticas aquáticas, dadas as dificuldades de locomoção e transporte da época.

A casa de barcos, local para guardar ou consertar as embarcações, foi a primeira obra de vulto do clube Esperia, e ficou pronta em 1901 (SOUZA, 2000). Essa proximidade permitia, ainda, o uso constante do rio para diversões, passeios e treinamentos, como se ele fosse uma extensão da área dos clubes.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a proximidade da margem trazia benefícios aos clubes, o rio se configurava como um parceiro errático, em diversos aspectos. As repentinas mudanças anotadas nas páginas das revistas dos clubes e dos jornais, muitas vezes seguidas de tragédias, eram, em geral, atribuídas às imprevisibilidades deste espaço da natureza.

Em artigo da revista do clube Esperia intitulado “A natação, o remo e os imprevistos” (A NATAÇÃO..., 1933), é narrada a história de dois associados que emprestaram uma catraia do clube para um passeio e notaram, no meio do caminho, que a embarcação estava furada. Os dois passageiros, um dos quais com pouca experiência no exercício do nado, precisaram remar e ao mesmo tempo retirar água de dentro da embarcação. O barco, para a sorte de ambos, parou em um morro de areia, e ambos puderam terminar a saída do rio a pé:

Atravessando pantanaes fetidos onde nuvens de pernilongos nos mordiam sem a minima piedade, fazendo prodígios de atletismo para saltar valetas ora estreitas, ora largas, machucando os pés e as pernas na verdejante herva que parecia estar allí para nos molestar, chegamos, apóz uma hora de “via crucia”, ao Club já á noitinha, enlameados, mordidos, machucados, completamente exhaustos. (A NATAÇÃO..., 1933, p. 23-24)

Outro número da revista do Esperia narrou a história de um nadador que pulou na água e foi confundido com um afogado, pois ficou um longo tempo submerso. Rapidamente, as catraias foram acionadas para a procura do afogado, que era associado do clube. Os remos dos barcos eram utilizados para “remexer a água para ver si encontrava com o afogado” (O AFOGADO... 1929, p. 26). Por sorte, o nadador havia saído em outra parte do rio, sem que ninguém o tivesse visto, e não se afogou.

Nem todos os desventurados tinham o mesmo destino, e diversos afogamentos aconteceram nas dependências dos clubes, tragédias estas que foram atribuídas à falta de cuidado dos responsáveis das seções aquáticas.

O jornal *A Gazeta* fez duras críticas ao C.R. Tietê por conta do afogamento de um associado ocorrido em suas dependências. Para o jornal, era “deveras lamentável a falta de

fiscalização que ha[via] por parte da direcção do clube por ocasião dos seus exercicios natatorios” (O DESASTRE...1924, p.4). De acordo com a reportagem, os clubes Esperia e Atlética tinham empregados especialmente encarregados da vigilância dos nadadores, e havia até mesmo um barco de prontidão, caso fosse necessário um socorro de urgência. A reportagem terminou alertando a diretoria sobre as necessidades de uma fiscalização mais adequada do trecho utilizado por seus associados.

Além das tragédias individuais relacionadas aos rios, as enchentes, já citadas no início desse capítulo, traziam prejuízos materiais e esportivos aos clubes instalados nas proximidades dos rios.

A mais emblemática delas foi a enchente de 1929. De acordo com Jorge (2006a), Santos *et al.* (2014) e Adorno (1990), essa enchente de grandes proporções aliou as questões naturais, representadas pelo grande volume de chuvas na época do verão, às questões humanas e econômicas, ligadas à exploração dos rios para a produção de energia. A *Light*, empresa que explorava os rios paulistanos, conseguiu uma concessão do governo para a retificação do rio Pinheiros. A contrapartida do Estado foi o direito de propriedade sobre as várzeas inundadas. Assim, em 1929, há indícios de que a empresa abriu as comportas da represa de Guarapiranga visando aumentar o nível da água em pleno verão, momento em que os rios já estavam cheios por conta das chuvas. O resultado foi uma enchente jamais vista, que inundou regiões outrora inatingíveis e proporcionou prejuízos diversos, inclusive aos clubes.

No Esperia, as páginas da revista de fevereiro de 1929 apontavam os estragos que a enchente havia causado:

Em meados de Janeiro, com as chuvas constantes, as aguas começaram a subir, cousa que todos os annos acontece. Já no dia 20, quando foram disputados os jogos de campeonato de polo aquatico, começaram as aguas a invadir o caminho que dá entrada á nossa séde, impedindo a passagem; durante alguns dias, o nível das aguas foi subindo, de maneira que era necessário ir de barco para se poder entrar no clube. (A ENCHENTE..., 1929, p. 1)

A reportagem seguiu afirmando que os prejuízos materiais eram imensuráveis, mas que outros também seriam sentidos, especialmente com relação aos associados. Os meses de verão eram aqueles em que o clube mais recebia novos associados, e a tragédia, de certo, mudaria essa relação naquele período: “Este mez deveria registrar um grande movimento de sócios novos, porem a inactividade em que se mantere o clube inutilizou por completo essa vantagem” (A ENCHENTE..., 1929, p. 1).

Por fim, a parte esportiva também foi comprometida. De acordo com a reportagem, o campeonato de polo aquático, que estava em plena realização, teve que ser adiado, e os

treinamentos cancelados. A primeira regata do ano seria disputada alguns dias depois, e os remadores também estavam impossibilitados de treinar (A ENCHENTE..., 1929).

O grande problema dos clubes com relação ao parceiro fluvial dizia respeito às questões esportivas. Os frequentes impedimentos proporcionados pelas “forças da natureza”, que impeliam as mudanças de datas das competições e a interrupção de treinamentos, eram um tema central nas reuniões e nas publicações dos clubes.

Em 1935, o jornal *A Gazeta*, ao divulgar informações sobre a Travessia de São Paulo a Nado, afirmou que a data da prova estava condicionada à vazante do rio, já que naqueles dias a chuva que caía era muito intensa (NUMEROSAS..., 1935, p. 10). Em 1940, o mesmo problema a respeito dos níveis de água do rio ocorreu antes da prova (VISÃO..., 1940, p. 14).

A Federação Paulista de Remo também se via com problemas ocasionados pelo mau tempo e pelo volume das águas. De acordo com relatório do clube Esperia, no ano de 1935 a primeira competição oficial de remo só foi realizada em meados de fevereiro, dados os impedimentos ocasionados pelas cheias (REMO, 1935).

Para os clubes e as federações, era urgente que o “excesso de natureza” dos rios fosse reparado, especialmente para a manutenção das práticas esportivas cada vez mais dependentes dos rios da cidade de São Paulo. Era urgente modificá-los e construir novas raias, como nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre:

[Um] elemento essencial é a raia de regatas que o nosso lendário rio Tietê sómente poderá proporcionar aos Clubs de remo quando fôr retificado ou quando ela for construída especialmente para esse fim. O esporte do remo, apesar de ser praticado em nosso Estado ha mais de 30 annos, continua por aquelle motivo na sua phase quasi que primitiva. (OS PAULISTAS..., 1935, p. 5)

No Pinheiros, a frequência dos barcos n'água era muito menor que no rio Tietê. De acordo com a revista do Germânia publicada em 1929, o clube não participava dos eventos de remo realizados na cidade porque não treinava, e, dessa forma, não teria nenhuma oportunidade contra os demais concorrentes. A ausência de treinamentos era totalmente creditada ao rio Pinheiros, considerado impróprio para o treinamento das regatas, pois “com as suas inumeras curvas fechadas e a sua correnteza geralmente forte não se presta de forma nenhuma para um treinamento de corrida” (RELATORIO ANUAL, 1929, p. 17).

Para os clubes, a interpretação sobre os rios que os margeavam era sempre dotada de ambiguidades: ora parceiros para as práticas aquáticas, ora motivo dos maiores problemas encontrados pelas agremiações. De acordo com Dalben (2016), os rios paulistanos pareciam não caber na moldura higienista e pedagógica dos discursos médicos e educacionais a respeito

da natureza. Colaboravam para essa interpretação as práticas como a lavagem de roupas e as pescarias, que não adentravam o escopo de indicações de bom uso da natureza paulistana.

Essa concepção, entretanto, não fazia com que os clubes duvidassem dos benefícios do contato com os elementos e os espaços da natureza. A imprevisibilidade dos rios, mencionada a todo momento como um de seus maiores defeitos, tornava-se a característica procurada quando se falava em passeios, excursões e piqueniques. Tudo aquilo que a natureza proporcionasse e que fosse capaz de alterar o ritmo da vida cotidiana, nem que apenas por uma tarde, era utilizado em benefício da propaganda das atividades ao ar livre. Os clubes foram grandes incentivadores dessas práticas a seus associados, e utilizaram os discursos de incentivo ao contato com os elementos da natureza para promovê-las. Tornava-se visível a diferença interpretativa dos clubes com relação à natureza vertiginosa dos rios e a natureza desejada dos passeios e excursões.

3.2 Passeios, excursões, piqueniques: a natureza desejada

Os discursos ligados à exaltação da vida ao ar livre e a uma educação pela natureza certamente não nasceram no momento que os clubes teciam suas considerações a respeito dos rios. Mas foi nesse período que, de acordo com Soares (2016), um ideário de vida ao ar livre começou a se impor como necessidade para o desenvolvimento dos habitantes das cidades, especialmente na São Paulo da aurora do século XX.

Uma das atividades frequentemente indicadas era a viagem para destinos distantes da cidade. Ir ao encontro da natureza, desde o século XVIII, já se constituía uma forma de descanso e apreciação desse espaço na Europa. Eram pequenas viagens que funcionavam como tempo de reconciliação com a natureza e regeneração do corpo (RICHEZ E STRAUSS, 2001; RAUCH, 2001).

Rauch (2001) analisa que a adoção de um período de férias, localizado principalmente no verão, colaborou para a difusão dessas viagens rumo à natureza. As férias, que paulatinamente foram representadas como necessidade e direito legítimo dos trabalhadores urbanos, tinham como intencionalidade o abandono do cotidiano das cidades. Assim, os viajantes tinham como propósito se desprender do tempo marcado pelo trabalho e pelo ritmo do relógio. O tempo da natureza, do dia e da noite, das estações do ano, funcionava como contrapartida ideal aos ritmos urbanos, simbolizados muitas vezes como causadores de doenças “do físico e da moral”. As imagens propaladas a respeito da natureza por educadores, médicos

e higienistas associavam o retorno à natureza à promoção de virtudes contra a decadência urbana.

Além de atender a esse objetivo, as viagens com destino à natureza também representaram um novo gosto estético que se desenvolveu em relação às paisagens naturais, especialmente as menos simétricas como as montanhas, e novas sensibilidades frente ao contato com o vento frio, a relva, as águas quentes e frias (RAUCH, 2001). Essas novas concepções foram amplamente utilizadas por escolas, associações esportivas, confrarias religiosas e colônias de férias para difundir os passeios, as viagens e as excursões rumo a destinos naturais.

Associar às viagens ao prazer e os benefícios ao corpo era algo bastante difundido no Brasil do século XX, e os clubes aqui analisados acolhiam tais propostas. Com frequência promoviam, em suas atividades, passeios diversos e excursões que estimulavam o contato com a natureza e o distanciamento da vida urbana.

Em 1902 o Esporte Clube Germânia elaborou uma grande programação que contava com uma excursão à cidade de Cubatão (SP), na Serra do Mar, realizada em 22 de junho por seus sócios. Ela começaria logo na madrugada, partindo da Estação da Luz até Rio Grande. Deste ponto, a viagem continuaria a pé até a estrada de Santos, e de lá até Cubatão (UMA EXCURSÃO..., 1949). A excursão, organizada conforme as diretrizes de um guia de viagens²³, prescrevia o tempo de cada trajeto, a duração de cada pausa, os momentos de alimentação e locais de repouso. O trajeto, de aproximadamente seis horas, terminou com a volta, no mesmo dia, para a cidade de São Paulo (UMA EXCURSÃO..., 1949).

²³ Boyer (2003), em seu livro *A história do turismo de massas* analisa que o turismo é uma prática inventada, tendo suas primeiras aparições como fenômeno no século XVI, mas se consolidou como prática comum entre os europeus no século XVIII. Para a consolidação das viagens turísticas, diversos elementos foram surgindo para direcionar o olhar dos viajantes, e um dos mais importantes foi o guia turístico. Para Thomas (1996), os guias serviram como elementos importantes para educar os sentidos dos viajantes, e ensiná-los o que deviam apreciar, como e quando viajar, quais rotas tomar e de que forma fazer um bom aproveitamento da viagem.

Figura 18 – Passeio em Cubatão realizado pelos associados do E.C. Germânia, 1902



Fonte: Centro Pró-Memória Hans Nobiling

Outras excursões, promovidas ou divulgadas pelos clubes náuticos, eram os *raids* fluviais, que consistiam em passeios realizados a bordo de pequenas embarcações pelos rios. A revista do Clube Esperia anunciou um desafio como este em suas páginas, realizado por dois esportistas argentinos, os irmãos Serratore. De acordo com a reportagem, os remadores estavam tentando realizar uma expedição de barco entre São Paulo e Belém, no Pará, e, naquele momento, já se encontravam em Cuiabá (RAID..., 1929, p. 31). Viagem semelhante, porém, com menor percurso, foi realizada pelos sócios do Club de Regatas Tietê, no verão de 1918. De acordo com o jornal *A Gazeta*, os associados pretendiam realizar um trajeto de ida e volta até Mogy das Cruzes (SP) pelo rio Tietê, durante dez dias, em um dos barcos do clube (UMA ARROJADA... 1918, p. 4).

Outra excursão náutica relatada – esta mais modesta e com outras intenções – foi a realizada pelos remadores do Germânia em 1921. No momento em que o clube deixou a sede às margens do Tietê e se mudou para uma nova, às margens do Pinheiros, os remadores realizaram uma grande excursão náutica, levando todos os barcos de um rio para o outro (ANOTAÇÕES..., 1972).

O clube Germânia era um grande incentivador de tais excursões a seus remadores, provavelmente porque o rio Pinheiros, que banhava o clube, era considerado inapropriado para a navegação. Uma outra excursão foi narrada na revista do *Esperia*, em 1934. Nesse desafio, os remadores do Germânia saíram da sede do clube em seis barcos e foram até Barueri, cruzando o Tietê. Na semana seguinte, voltaram até o local, pegaram os barcos guardados e retornaram à sede do clube, fazendo, no caminho, uma parada no *Esperia*, local onde foram recebidos em uma festa (OS REMADORES..., 1934, p. 12).

Na tentativa de organizar excursões e outros eventos que envolviam passeios, bailes ao ar livre e piqueniques, o *Esperia* criou, em 1923, um clube exclusivo para tratar dessas questões: o *Azul Club* (NO AZUL..., 1930). De acordo com a revista, a proposta do clube era:

Incrementar o mais possível a união da família Esperiota, contribuindo assim para maior grandeza das cores sociaes, encentivando seus associados a não desertarem das fileiras, e offerecendo-lhes também convescotes e reuniões dansantes. (AZUL..., 1932, p. 26)

Embora a primeira anotação sobre o *Azul Club* nas revistas do *Esperia* tenha ocorrido em novembro de 1928 (O PICNIC..., 1928, p. 19), em reportagem que narrava um piquenique realizado pelo clube, apenas na edição de março e abril do ano seguinte houve uma explicação mais aprofundada sobre o que era o clube e como ele funcionava. O autor da reportagem supunha que metade dos associados do *Esperia* desconhecia o *Azul Club*, seus fins e propósitos dentro do clube, e, por esse motivo, não faziam parte do montante de associados (O QUE É..., 1929).

De acordo com a reportagem, a ação do *Club* não se resumia a promover bailes sociais. A grande atração da agremiação eram os piqueniques, já “celebres em S. Paulo, quer pela boa organização quer pelo numero e distincção de convivas” (O QUE É..., 1929, p. 16).

Os piqueniques são refeições ao ar livre que se distinguem das demais exatamente por se realizarem em um tempo e espaço diferentes do habitual. De acordo com Levy (2014), o piquenique significa, de fato, a antítese do cotidiano ou de uma rotina marcada pelo trabalho, pois somente quando há a subversão desse mundo é que é possível realizar tal atividade.

Essa prática teve suas primeiras aparições na França, no fim do século XVII, e, de acordo com a definição, significava apenas a reunião para uma refeição com colaboração mútua dos participantes. Foi apenas no século XIX que o hábito de realizá-las ao ar livre se disseminou, incentivado também pelos ingleses (LEVY, 2014; BARTHE-DELOIZY, 2008).

Embora Barthe-Deloizy (2008) afirme que a prática de refeições ao ar livre já era comum em um período pré-industrial, foi a combinação entre advento das férias, revolução nos

meios de transporte e mudanças na jornada de trabalho que fez com que os piqueniques fossem adotados como parte de um momento regenerador promovido nos finais de semana:

Historicamente, o piquenique coincide com a história moderna; a mudança da vida pastoral para a urbana, o declínio das aldeias e a ascensão das cidades modernas e as mudanças nas condições de trabalho resultantes da melhoria da tecnologia, industrialização e modos de viagem. É importante ressaltar que, quando as pessoas começam a trabalhar mais em ambientes fechados nas cidades, há novas atitudes em relação à necessidade de lazer. Há uma urgência em deixar o dia de trabalho e reverter os padrões, deixando a casa e a cidade para o campo, ou mesmo algum fac-símile do campo, um gramado ou um bosque de árvores. (LEVY, 2014, p. 6, tradução livre)

O piquenique constituiu-se, ao longo do tempo, em uma arte de viver, encarnado a partir de estereótipos reproduzidos em quadros e romances. A escolha do espaço supostamente ideal – com sombra, grama e vegetação rasteira – passava pelas representações existentes sobre o modo correto de realizá-lo. Para Rauch (2001), o piquenique na relva estabelecia tradições alimentares, já que a ausência de mobília e a incômoda posição sentada faziam parte também das artes de viver e de se comportar em sociedade. O contato com a natureza era um pressuposto da prática, mas há, em cada cultura, definições bastante claras sobre quais os locais mais adequados à refeição (BARTHE-DELOIZY, 2008).

Em suma, os piqueniques se constituíam como transgressões controladas: momentos em que era possível fugir da vida cotidiana em direção à natureza e a vida ao ar livre, mas que tinha a duração de apenas uma tarde ou um dia do final de semana, e não interferia de modo cabal no cotidiano daqueles que os realizavam. Embora o advento das férias pagas tenha popularizado essa prática, ela ainda remetia a uma origem esportiva e elegante, estereótipo esse bastante explorado pelo clube Esperia na realização de convescotes a seus associados.

O cronista Osvaldo Molles retratou, em sua crônica “Piquenique classe C” [1960], como os trabalhadores de uma fábrica de tecelagem paulistana se entregaram ao prazer do convescote, na década de 1950. Em sua crônica, um funcionário, desejoso de montar uma agremiação ou cooperativa entre os empregados, decidiu realizar um piquenique. Na crônica, os funcionários não entenderam, em um primeiro momento, o que a palavra convescote significava, atribuindo a ela outros significados distantes do prazer e do divertimento que, a priori, deveriam ser invocados.

Ao longo do texto, são narradas as expectativas criadas pelo evento entre os trabalhadores da fábrica que, aparentemente, nunca haviam realizado tal atividade. A viagem a Santos ocorreu através dos trens, tomados na estação da Luz, e, com ela, se descortinou uma miríade de paisagens aos olhos dos viajantes. Regada à música, a viagem correu bem e o misto entre encantamento e espanto com as águas do mar foi sentimento generalizado. Na crônica, a

comida coletiva do piquenique teve pouca relevância frente à paisagem do mar, novidade entre os recentes viajantes. No fim, a aventura marítima foi marcante a todos os presentes; “os que foram, hão de recordar através dos meses, aquela fabulosa fuga da realidade” (MOLLES, [1960], p. 27).

A experiência relatada na crônica tinha muita relação com a forma como os convescotes eram realizados pelos clubes paulistanos na década de 1930. Os piqueniques do *Azul Club* se constituíam em atividades que mobilizavam os participantes de distintas maneiras, especialmente promovendo viagens a locais em que havia natureza exuberante ou belas praias, como era o caso de Santos ou do Parque Municipal da Cantareira. Em dezembro de 1934, ao anunciar o local do próximo convescote, a diretoria do *Club* tratou de eleger os atributos naturais desse parque como as principais vantagens desse passeio:

Parque Municipal da Cantareira, de arvores frondosas e em cujos troncos foram gravadas recordações e entrelaçados nomes. [...]

Parque Municipal da Cantareira, de sonhos e de encantamentos, amigo do solitário, rejuvenecido com a presença de gentis e inquietas esperianas.

[...] que seja um dia de felicidade para que o pic-nic do Azul Clube dessa data seja recordado, na velhice de muita esperiana, com veneração e profunda saudade. (NOTICIARIO, 1934c, p. 8)

Figura 19 – Vista do Parque da Cantareira, [s/d]



Fonte: Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Outros destinos também eram selecionados pelos mesmos motivos, como a praia de Santos (NOTICIARIO..., 1935) e Cayeiras (PIC-NIC..., 1933), outro reduto em terras paulistanas. Mas o destino principal dos associados para a realização dos convescotes era a Vila

Galvão, região próxima à Serra da Cantareira e considerada local adequado para excursões pelo clima adequado e pelo lago que circundava o local.

É provável que este local já gozasse, entre os paulistanos, de fama para excursões e piqueniques, pois foi este o destino selecionado para o primeiro convescote realizado pelo *Azul Club*. A notável exuberância da natureza foi a responsável, de acordo com reportagem que descreveu a atividade, por levar uma quantidade imensa de associados:

[...] a estação de Tamanduatehy estava aquella hora matinal, com um movimento fora do comum; os vagões estavam repletos, e a machininha tece de fazer força, para puxar todo aquele pessoal. A chegada na Villa Galvão até parecia sahida de um formigueiro, tal era a quantidade de pessoas que alli foram; sem exagero algum pode-se afirmar que raramente foi vista uma tal concorrência em convescote. (O PICNIC..., 1928, p. 19)

Ainda com o intuito de popularizar o clube e as atividades por ele promovidas, as notícias sobre as atividades foram as melhores possíveis. Exaltou-se a combinação entre os divertimentos realizados e a beleza da natureza local, que foram determinantes, de acordo com as notícias, para o sucesso da empreitada do clube:

Um dia magnifico, com sol a pino, e um ceu azul, sem uma nuvem que viesse tolher a sua claridade, era signal que a concorrência ao pic-nic do Azul-Club seria enorme.

[...]

Para dar uma idéa de quanto foi agradável essa reunião, basta dizer que não encontramos uma só pessoa que viesse se queixar por não ter se divertido; pelo contrário, a Directoria do Azul-Club recebeu inumeros pedidos para realizar um outro convescote. (O PICNIC..., 1928, p. 19)

A benignidade da natureza, que permitia ali o contato com um sol “magnífico”, era sempre reforçada pela mão humana, capaz de promover conforto e acolhimento quando a natureza, porventura, não fosse suficiente. Assim, a Vila Galvão era o local perfeito para os piqueniques do clube, pois, de acordo com os diretores do *Azul Club*, a vila era “optima sob todos os pontos de vista, pelo conforto que suas amplas dependências ofereciam para esse genero de diversões” (O PICNIC..., 1929, p. 16).

Locais como a Vila Galvão e outros destinos eleitos para as excursões dos associados pertenciam à categoria de viagens indicadas e adequadas rumo à natureza, de acordo com as interpretações do período. Nem todos os destinos da natureza eram considerados regeneradores e benfazejos. Não entravam nessa equação nem a apatia do mundo rural, associado aos seus habitantes vistos como signos de mazelas e degenerescência; nem as florestas e as montanhas desconhecidas em que a natureza se colocava como um obstáculo perigoso. Os destinos indicados deveriam conter um misto entre a benevolência da natureza e os benefícios do conforto e da higiene proporcionados pelas mãos humanas (MEDEIROS E

SOARES, 2016; 2017). A natureza era, portanto, aquela inventada pela e para a cidade, transpassada pelas prescrições científicas e influenciada pelos modelos europeus (GLEYSE, SOARES, DALBEN, 2012; SOARES, 2016).

O contraste entre os locais na natureza eleitos para os piqueniques e o ambiente urbano ficaram evidentes em uma reportagem da revista do *Esperia*, em fevereiro de 1932. Nela, sugere-se que a realização de piqueniques – seja na sede repleta de árvores e belos caminhos, seja nos destinos escolhidos para as excursões – era fundamental para “retemperar os músculos, tonificar em modo agradável e divertido o *systema nervoso* alterado por uma semana inteira de trabalho” (PIC-NICS... 1932, p. 6).

Hasse (1999) aponta que, no Ocidente, as práticas mais generalizadas de valorização da vida no século XX se desenrolavam no tempo livre, e, normalmente, com centralidade em práticas de exercícios corporais. Para a autora, os destinos em meio à natureza eram o lugar perfeito para o desenvolvimento de atividades que contrastavam com os males proporcionados pela urbanidade:

O passeio, a procura do ar livre, as distrações no campo ou à beira-mar, revelam-se auxiliares dos médicos. A mudança introduzida na rotina, a diversão do espaço, o efeito do campo e a atraente sedução do mar e das vagas e os seus resultados terapêuticos, não deixam de ser recomendados sem hesitação pelos médicos que observavam a influência do meio no estado de saúde geral dos indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades. (HASSE, 1999, p. 126)

Os piqueniques do *Azul Club* procuravam, de fato, somar o distanciamento do cotidiano da cidade ao encontro com rincões da natureza e a realização de exercícios físicos e outras brincadeiras corporais.

Inúmeros convescotes contavam, em suas programações, com provas “serias e humorísticas” (O PIC-NIC..., 1929, p. 16). A intenção das atividades era, sobretudo, despertar “gostosíssimas gargalhadas entre a numerosa assistência que acompanhava com grande interesse o desenrolar das corridas” (O PIC-NIC..., 1929, p. 17). As provas consistiam em estafetas como: corridas de três pernas, corrida de batatas, corrida com laranjas (O PIC-NIC..., 1929, p. 17). Em outro evento, havia, além das corridas de estafetas, provas de enigma e briga de galo (AZUL..., 1929).

Por vezes, os piqueniques terminavam em bailes, realizados após o almoço, como atividade final do dia, e eram frequentemente narrados como importante parte do evento, na tentativa de atrair um maior público (AZUL..., 1929). Os programas contavam, portanto, com “provas athleticas e humorísticas, surpresas, terminando com baile animado por um optimo jazz” (O AZUL..., 1929, p. 2)

Para favorecer a participação dos associados, o clube Esperia facilitava a excursão rumo aos destinos eleitos pela diretoria, atuando como verdadeiros guias de viagens (BOYER, 2003; THOMAS, 1996). Ao anunciar um piquenique a ser realizado em Cayeiras, em maio de 1933, o clube divulgou também que as passagens de trem para lá seriam vendidas na própria sede.

É interessante notar o uso que o *Azul Club* fez das revistas de divulgação do Esperia. A propaganda da entidade festiva não se limitava a anunciar as atividades vindouras na tentativa de atrair um novo público e mais associados. As festas e os convescotes realizados recebiam, posteriormente, grandes reportagens nas revistas, que exaltavam a qualidade das atividades oferecidas. Para se somar a tudo isso, fotografias diversas eram publicadas nas edições, acompanhadas ou não de textos, e procuravam exprimir a somatória dos divertimentos às belas paisagens selecionadas para os eventos. Estratégia importante para atrair novos associados, já que as fotografias, somadas a outras imagens publicadas sobre os locais pitorescos, tiveram sempre a capacidade de instigar a imaginação das pessoas a respeito do mundo natural (THOMAS, 1996).

Figura 20 – O convescote do Azul Club



Fonte: O CONVESCOTE do Azul Club, Revista mensal do Club Esperia, 1929

Para além do *Azul Club*, entidade contígua ao Clube Esperia, o C.R. Tietê também promovia piqueniques entre os associados, quer seja nas praias de Santos, quer seja na sede do próprio clube, rodeada de árvores, sombra e gramados, condições relevantes na escolha do local adequado.

Figura 21 – Piquenique realizado por associados do C.R. Tietê, 1915



Fonte: Acervo do C. R. Tietê

Figura 22 – Associados fazendo piquenique na sede do C.R. Tietê, 1939



Fonte: Acervo do C.R. Tietê

Foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que os rios não se enquadravam nas definições de natureza aprazível para o período, outras práticas, em geral motivadas por

viagens que se distanciavam do cenário urbano e do cotidiano, mobilizavam os associados dos clubes em favor do contato com a natureza. As excursões, os passeios e os piqueniques foram atividades amplamente promovidas pelos clubes de regatas, e de suma importância na programação dessas associações nas primeiras décadas de sua existência.

Mas e os rios? Seria possível que a eles também fossem associadas as atribuições que outros espaços da natureza ganhavam? Ou sua composição com a cidade, com o trabalho e com o transporte já os tornava parte da paisagem urbana? No próximo item, serão abordadas as interpretações que ora associavam os rios aos espaços da natureza, ora os fundiam no cenário urbano.

3.3 Os rios paulistanos: entre natureza e urbanidade

A vida ao ar livre e a valorização de elementos naturais como o sol, o ar, a água, compuseram o ideário médico e pedagógico no Brasil desde o fim do século XIX, afirmando-se no início do século XX. Embora essa valorização tenha se estendido a diversos espaços e práticas, cabe perguntar: que vida ao ar livre era essa desejada por médicos e educadores e, ao mesmo tempo, adequada aos anseios relacionados ao progresso das cidades? Como reiterar a possibilidade de ser a natureza e seus elementos fonte de saúde, educação, divertimento e cura? Como produzir outras ideias de natureza que se enquadrassem nos valores e ideais médicos?

Inúmeras iniciativas – governamentais ou privadas – foram realizadas na cidade de São Paulo, no período, com o intuito de promover novas relações com a natureza e seus elementos²⁴. A constante tentativa de os médicos intervirem e controlarem os hábitos da população, externada pelos métodos muitas vezes pouco ortodoxos utilizados pelos higienistas paulistanos (SCHWARCZ, 2005; MASTROMAURO, 2010), resultou em ações que propunham intervenções diretas em recintos como as escolas (ROCHA E GONDRA, 2002;

²⁴ O início do século XX marcou, em São Paulo, uma profusão de interesses médicos ligados à difusão da higiene entre a população (MASTROMAURO, 2010; SCHWARCZ, 2005). Dentre os intentos ligados ao desenvolvimento dessa ideologia higiênica, afirmavam-se os espaços educativos, pois, de acordo com esses preceitos, na articulação entre higiene e educação, se encontrava o equilíbrio perfeito para o desenvolvimento físico e intelectual dos paulistanos (ROCHA E GONDRA, 2002; ROCHA, 2003; ROCHA, 2009). Nesse contexto, destacavam-se as iniciativas voltadas à promoção de novos entendimentos sobre a natureza. São exemplos dessa política os parques infantis, criados para “o preenchimento dos lazeres infantis, como em complemento às ações médicas realizadas na instituição escolar” (DALBEN, 2009, p. 64), também estudados por Kuhlmann Júnior e Fernandes (2014) e Kuhlmann Júnior (2019); as colônias de férias, analisadas por Berto, Ferreira Neto e Schneider (2009), Dalben e Soares (2011) e Dalben (2016); os preventórios e sanatórios, indicados para prevenção e cura dos males da saúde, especialmente com o contato com os ares da montanha ou a brisa da beira-mar (BERTOLLI FILHO, 1990; VIANNA E ELIAS, 2007; ROSENBERG, 2008; ZANETTI, 2008; SILVA, 2019); e as escolas ao ar livre, que tiveram seu primeiro representante em 1939, com a criação da Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, em São Paulo (DALBEN, 2009; 2019, ALMEIDA, 2015).

ROCHA, 2003) e mesmo os clubes paulistanos, locais em que os preceitos médicos regulamentaram os espaços e garantiram divertimentos sadios.

Pode-se afirmar que os ideais promovidos por essas iniciativas revelavam a existência de distintas naturezas: aquela controlada e aprazível, ajardinada ou acomodada pela mão humana; e aquela que não contava com a aprovação dos médicos, que se exemplificava na vida rural ou, por outro lado, nos rincões desconhecidos e perigosos (DALBEN, 2009; GLEYSE, DALBEN E SOARES, 2014; SOARES, 2016).

Os rios paulistanos viviam na tênue linha entre as indicações e as restrições de uso, especialmente os voltados à cultura física. Jorge (2006a) lembra que, ao mesmo tempo em que certas regiões que margeavam os rios viviam franco desenvolvimento, outras ainda estavam longe de urbanizar-se, mesmo que dentro dos limites do município paulistano. Logo, nem todas as suas margens comportavam práticas permitidas pelos discursos que respaldavam a cultura física; algumas delas tinham os usos ainda recortados por uma ideia de interdependência entre humanidade e natureza.

A aproximação entre as águas e a natureza perigosa e incontrolável se fazia presente nos discursos médicos e higiênicos. A ideia de que os rios eram responsáveis por catástrofes era bastante presente, já que eram nesses espaços que ocorriam afogamentos; eram os rios, também, que, com volúpia avassaladora, inundavam casas, ruas e estabelecimentos comerciais.

A sujeira e as contaminações frequentemente atribuídas aos rios também impediam que os discursos médicos e higiênicos os recomendassem como divertimentos sadios. De acordo com Moroz-Gouveia (2016) e Santos (2011), quanto mais a ciência elegia os rios como objetos de estudo, menos indicados eles eram para o uso recreacional, para as competições ou para atividades de contato entre água e corpo, como lavar as roupas ou pescar. Somado a isso, o crescimento desenfreado da cidade fez com que a quantidade de lixo lançada nos rios aumentasse de forma exponencial (JORGE, 2006a; SANT'ANNA, 2007).

A apropriação da natureza como espaço de descanso e relaxamento passava, muitas vezes, pelas viagens a destinos que fossem distantes da cidade, que funcionassem em outra lógica temporal e que permitissem uma pausa na vida cotidiana conforme já indicado (MEDEIROS E SOARES, 2016; 2017; HASSE, 1999, RAUCH, 2001). Os rios ora estudados, ao contrário dessa concepção, se fundiam ao cotidiano da cidade, e, para muitas pessoas, estavam diretamente associados ao mundo do trabalho. De acordo com Sant'Anna (2007, p. 13), “foi do fundo das águas de alguns rios que saiu boa parte dos materiais que ajudaram a edificar São Paulo”. Portanto, inúmeros motivos faziam com que os rios não fossem locais de desfrute e apreciação de uma natureza apaziguada.

Entretanto, embora diversos fatores colaborassem para a indicação de um total distanciamento dos rios, outros marchavam em favor das águas que corriam na pauliceia. Entre a década de 1930 e o início da década de 1940, momento de efervescência de certos movimentos revolucionários em São Paulo²⁵, o Tietê figurou como um símbolo da cidade e motivo de orgulho dos paulistanos.

Os jornais e as revistas que narravam as atividades realizadas no rio se apoderavam desse momento político e dos discursos promovidos no seio da revolução, e frequentemente se dirigiam ao Tietê como “o rio cheio de lendas” (TRANSCORREU..., 1932, p. 4; A IX TRAVESSIA..., 1939, p. 13), colocando-o como um dos símbolos da suposta soberania paulista, frequentemente evocada.

A ideia de que o rio era um dos mais antigos elementos de representação da cidade também era invocada quando seu uso era contestado. O C.R. Tietê, no ato de inauguração de sua piscina, em 1934, editou um número especial de sua revista para promover a recente realização. Nesse número, era evidente que a piscina seria considerada o exemplo da modernização do clube, e porta-voz de um novo tempo no que dizia respeito às competições náuticas.

Mesmo com a imponência da novidade, o rio, que deixaria de ser usado para este fim, não foi taxado como um elemento desnecessário, que deveria ficar em segundo plano – ainda que isso, a partir daquele momento, viesse a acontecer. Ao rio foi destinado um discurso de velho senhor (A NATAÇÃO..., 1934), como se aquela data marcasse sua aposentadoria das práticas de nado e natação, e fosse o momento ideal de dar lugar às novidades, porém sem deixar o lugar lendário que sempre havia ocupado.

Além do discurso ideológico que habilitava esses cursos d’água a serem utilizados pelos habitantes da cidade, havia outra questão que pautava a relação entre os clubes e os rios:

²⁵ O principal movimento político revolucionário da época foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Esse levante, liderado pelas oligarquias paulistas, teve como motivação os desdobramentos da Revolução de 1930 que, entre outras questões, acabou com a política do “café-com-leite” – assim chamada a alternância do poder federal entre Minas Gerais e São Paulo – e levou Getúlio Vargas ao poder, este que estabeleceu políticas de intervenção federal no início do governo, contrárias aos interesses das elites paulistas (ABREU, 2007; CAPELATO, 1982). Nesse movimento, em busca da união de diferentes classes sociais e diferentes interesses dos paulistanos, diversos foram os artifícios utilizados para estimular o desenvolvimento de um sentimento ligado ao “orgulho paulistano”. A imprensa paulista divulgou essa ideologia através das manchetes, editoriais, anúncios e artigos e procurou universalizar os princípios e adequá-los às necessidades da época (RODRIGUES, 2007). Outro discurso bastante suscitado foi o “mito das bandeiras”, quer seja, a retomada da figura do bandeirante como o verdadeiro paulista, símbolo da força do Estado e figura emblemática das conquistas obtidas no passado (NUNES, 2011). Os clubes paulistanos participaram diretamente da Revolução. No edital da revista n. 44-48 do Clube Esperia (VIDA..., 1932), publicado em outubro de 1932, foi anunciado que o clube ficou totalmente paralisado, em matéria esportiva, entre os meses de julho e setembro. Já no C.R. Tietê foi relatada a participação de seus atletas no Batalhão Esportivo, nome dado ao grupo de esportistas que rumou às trincheiras (POR S. PAULO..., 1934).

a necessidade. Muitos problemas eram relatados quanto à realização de provas aquáticas nos rios da cidade, como a falta de raias adequadas (NO MUNDO..., 1940) e o baixo volume das águas durante período de provas de natação (O FESTIVAL..., 1939). Ao mesmo tempo, a represa de Santo Amaro ganhava cada vez mais elogios nos veículos de comunicação ligados às provas náuticas (CHO-CHO, 1931).

Entretanto, havia a necessidade de utilização dos espaços dos rios para a realização de treinamentos e de competições em que o intuito era atrair grande quantidade de público. Para os organizadores, as regatas realizadas em Santos não atraíam a quantidade suficiente de público (O REMO, 1940), e as provas em Santo Amaro também eram de difícil acesso e assistência dos espectadores (O TIETÊ-S. PAULO..., 1936). Logo, ao mesmo tempo em que os clubes desprezavam e criticavam a realização de eventos nas águas dos rios, havia a necessidade dessas águas para a manutenção das provas aquáticas em solo paulistano.

Outra questão bastante relevante na aproximação ou no distanciamento das águas era a afinidade dos clubes náuticos com relação ao discurso de vida ao ar livre promovido por médicos, higienistas e educadores. Embora os clubes se mostrassem sintonizados com esses discursos e promovessem viagens rumo à natureza como excursões e piqueniques a locais pitorescos, essas recomendações e ações não incluíam os rios paulistanos.

Em suma, as relações entre os rios e os clubes eram vertiginosas; oscilavam entre a aprovação das práticas permeadas pela necessidade e a desaprovação baseada nos discursos higiênicos ou na falta de condições para a realização das provas.

As definições sobre a permissividade ou o impedimento das águas eram turvas; enquanto não se encontravam outras soluções, os exercícios físicos e os divertimentos perambulavam pelas águas dos rios. A esportivização, aliada à crescente desaprovação por parte dos clubes dos usos fluviais e a consequente construção de novos espaços foram fatores que, sutilmente, promoveram a retirada dos elementos da cultura física das águas correntes paulistanas.

4. A ESPORTIVIZAÇÃO DAS PRÁTICAS AQUÁTICAS

Figura 23 – Troféu de remo partido ao meio, [s/d]



Fonte: Acervo digital do Club Esperia.

Em 30 de abril de 1950, no rio Tietê, foi realizada uma regata em homenagem aos trabalhadores brasileiros. O evento se constituiu de um páreo em que se enfrentaram uma embarcação do clube Esperia e uma da Atlética. O resultado foi inesperado: um empate. A decisão final dos clubes, ainda mais inusitada: serrar a taça ao meio, e destinar cada metade a um dos clubes vencedores. O símbolo da conquista – certamente, o mais exótico dentre todos os troféus – permanece até hoje nas sedes dos clubes citados (QUE TAL..., 2015).

Esse artefato da cultura material foi aqui evocado para a reflexão sobre uma questão que parece absurda na contemporaneidade: um empate em competições de velocidade. Atualmente, até os milésimos de segundo são cronometrados, e, para evitar que um empate ocorra, recorre-se frequentemente à tecnologia audiovisual. Raramente as frações de tempo se igualam, e as minuciosas análises permitem, mesmo que milimetricamente, que haja um vencedor. Como foi possível, portanto, que, em meados do século XX, uma taça fosse serrada ao meio com a indeterminação do resultado de uma competição de marca?

A reflexão aqui proposta é que, naquele momento, e nas décadas anteriores estudadas nessa tese, os limites das práticas esportivas ainda não estavam completamente

delimitados. De acordo com Dunning (2004), as definições da prática esportiva não são fixas, mas, ao contrário, construídas historicamente. Portanto, foi preciso um longo período para que certas definições táticas, técnicas, das regras e dos limites dos esportes se estabelecessem. Dessas transformações, especificamente no caso dos esportes aquáticos, é do que se pretende tratar neste capítulo.

Para Guttman (2004), o esporte torna-se uma prática diferenciada dos jogos que o precederam quando ganha características como a secularização, a igualdade de oportunidades no jogo, a especialização e a racionalização. São elementos chave para a conquista dessas condições o estabelecimento de regras, o controle estrito do tempo, a obtenção de materiais cada vez mais específicos para as práticas esportivas, a criação de ligas e federações. O esporte se faz, portanto, a partir de limites bem definidos, ainda que eles estejam em constante transformação e evolução.

Entre 1910 e 1930 há, em nossas fontes, uma profusão de dados que conjugam o momento em que as práticas aquáticas na cidade de São Paulo sofreram uma importante transformação, que deixou bem marcadas as diferenças entre o que era “esportivo” – as práticas institucionalizadas propostas pelos clubes e pelas federações – e o que era não era, ou seja, os torneios e os desafios. Isso significou a adoção de novos procedimentos ligados à organização das competições, que passaram a ser mais regulamentadas e institucionalizadas.

Entretanto, havia um grande impedimento para tais realizações: as águas dos rios. Nos rios, é difícil medir, quantificar, controlar a técnica das braçadas, organizar a linha de chegada, dominar a velocidade das águas, realizar treinamentos específicos. Os records – elementos primordiais na realização dos esportes de marca – dependiam não só do esforço do participante, mas principalmente da correnteza e do estado do rio na data selecionada.

Os clubes, que apoiavam de forma inegável a crescente esportivização, começaram, já na década de 1910, a imaginar outras formas de realizar tais competições. Paulatinamente, as piscinas tornavam-se realidade em outras cidades para a realização de torneios de natação, e raias eram criadas em lagoas e represas especialmente para as provas de remo. Os clubes paulistanos passaram a sonhar com alternativas que permitiam um distanciamento dos rios, tanto para os treinamentos quanto para a realização de campeonatos.

Esse distanciamento desejado dos rios ora se dava de forma bastante explícita, ora nas entrelinhas. Algumas publicações dos clubes criticavam os páreos, a qualidade da água, a vazão do rio, a impossibilidade de desenvolver técnicas apuradas. Em outros momentos, deixavam transparecer a excitação com a possibilidade da criação de piscinas ou da realização de regatas em Santo Amaro ou Santos. De uma forma ou de outra, era perceptível que os rios

já não contavam mais com a preferência dos atletas, treinadores e dirigentes, tampouco da imprensa que fazia a cobertura dos torneios. As publicações dos jornais e das revistas dos clubes deixavam clara uma mensagem: os rios paulistanos, na forma como se apresentavam, não eram mais adequados às práticas aquáticas, ainda mais quando elas se esportivizavam de forma irreversível.

A confirmação do abandono do rio e da crescente falta de interesse dos clubes para uso esportivo ocorreu em meados da década de 1930 e início da década de 1940, quando outros espaços se consolidaram. Será visto, a partir de agora, como foram promovidas transformações relevantes na forma como as atividades aquáticas eram realizadas na cidade de São Paulo.

4.1 A organização das competições

Nas primeiras três décadas do século XX, houve uma crescente esportivização das práticas da cultura física realizadas nos rios da cidade de São Paulo. É preciso salientar que essa esportivização não foi unânime, ou seja, não abarcou todas as práticas de nado e divertimento na água, ou os passeios de barco realizados nos finais de semana. Isso significa que não houve uma passagem direta das brincadeiras na água para a natação; tampouco, dos passeios de barco para o remo. De fato, o que ocorreu foi uma transformação de práticas que tinham intento competitivo, como os desafios e torneios, realizados principalmente pelos clubes, em eventos cada vez mais regrados e organizados. Novas características começaram a se fazer presentes, como: melhor organização federativa e burocrática, treinamentos mais especializados, métodos mais rigorosos e racionais de distribuição das competições e treinamentos, anotações mais pormenorizadas das marcas obtidas. Ou seja, de acordo com as características elencadas pelo modelo ideal de Guttmann (2004) em relação ao esporte moderno, essas práticas, paulatinamente, se tornavam esportivas.

Sabe-se que o campo esportivo não existiu desde sempre, mas que, pelo contrário, a presença de características bem específicas permitiu seu surgimento. A pergunta que se deve fazer é: quando foi possível a reunião de condições sociais que permitiram a existência específica do esporte? No contexto deste estudo, essa pergunta leva a interrogar o momento em que as práticas aquáticas realizadas nos rios paulistanos começaram a adentrar o escopo de pertencimento ao universo esportivo, com suas regras delimitadas.

Os limites do que significava uma prática esportiva eram bem definidos, especialmente pela adoção de uma moral única, que as diferenciava dos significados atribuídos a outros elementos da cultura física e dos divertimentos em geral, como ponderou Bourdieu

(2003a), e conforme analisado no capítulo dois desta tese. Além dessa moral bastante diferenciada, havia a prática em si, que se distinguia das demais por sua porção de regras bem delimitadas e marcadas pelas federações.

Em São Paulo, as décadas analisadas nesta pesquisa marcam o momento em que se iniciou a realização de disputas esportivas interestaduais e internacionais. Isso acelerou o processo de adoção de um modo “correto” de realizar tais práticas, pautado em leis e regras esportivas que se disseminaram de forma muito semelhante entre todos os países que as realizavam (ELIAS, 1992).

No Brasil, e, em geral, nos demais países que se esportivizavam, os esportes chegavam com suas regras bem definidas, mas se adaptavam à nova realidade. Isso acabou por produzir maneiras bem específicas de apropriação dessas práticas. Gois Júnior (2017) analisa que, em São Paulo, inúmeras adaptações foram feitas a esse modelo esportivo para que ele se adequasse à realidade dos esportistas locais.

Interessa saber, a respeito dessas adaptações, de que forma as práticas se transformaram para caberem nas molduras geográficas locais. Esse questionamento se dá porque, em São Paulo, as características geográficas conferiam aos rios singularidades a serem consideradas, como suas curvas sinuosas e a quantidade de trechos inavegáveis; o distanciamento do mar; as transformações provenientes da ocupação de suas margens, dentre outros. Assim, pode-se considerar que o desenvolvimento dos esportes, e mais especificamente dos esportes aquáticos em São Paulo, foi singular.

Pretende-se analisar, portanto, de que forma os clubes e as federações conjugaram os desafios propostos pelos rios ao anseio pela esportivização. As primeiras práticas a serem analisadas são os torneios, as taças e os páreos. Havia a intenção de que, mesmo impedidas muitas vezes pelo “excesso de natureza” dos rios, as competições fossem mais regulamentadas, já que dar maior importância às regras era um dos fatores principais da transformação de práticas desinteressadas em eventos esportivos.

Havia três tipos distintos de competições aquáticas no período aqui estudado. O primeiro deles, as travessias, que consistiam em grandes provas em que determinado trecho do rio deveria ser atravessado pelos competidores. Essas travessias eram organizadas pelos clubes de regatas ou por jornais da cidade.

As travessias em águas abertas eram eventos bastante populares desde o século XIX. Estudos apontam que a travessia a nado do Canal da Mancha realizado pelo capitão inglês Matthew Webb, em 1870, foi um dos eventos responsáveis por colocar a natação em destaque

no cenário inglês da época (LOVE, 2008). Afirma-se ainda que esse feito deu origem à prova da travessia do Canal da Mancha, em 1875 e impulsionou a esportivização dessa prática.

Na França, em 1898, prova semelhante se desenvolveu no rio Sena, patrocinada pelo jornal *Le Velo*. A ideia do jornal, além de aumentar suas vendas, era estimular, por meio da publicidade, a natação enquanto prática higiênica e utilitária (TERRET, 1994). Essa prática também obteve grande alcance em território francês, pois aliava a oposição aos adversários ao enfrentamento da natureza. Na aurora do século XX, entretanto, a profusão de travessias no país foi considerada um entrave ao desenvolvimento da natação esportiva pela federação, que encontrava dificuldades em estabelecer um conjunto compartilhado de regras para esta prática.

Na América do Sul, a primeira travessia a nado do rio da Prata foi realizada com êxito pela nadadora Lilian Harrison no ano de 1923 (SCHARAGROTSKY, 2019). No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, essa prática também se difundia entre rios e praias, como nas cidades de Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Manaus, Rio Grande do Sul e Recife (DACOSTA, 2005; SILVA, 2015; BAHIA, 2017; BAHIA E SILVA, 2018; MEDEIROS E MONTENEGRO, 2020).

Além das travessias, outros dois tipos de competição serão discutidos. Um deles, os festivais e os torneios internos dos clubes, em que poderiam ou não ser convidadas outras agremiações para a disputa. A terceira forma de competição era aquela organizada pelas federações de remo e natação, constituída de provas mais organizadas, regulamentadas de acordo com as determinações oficiais da época e que, em geral, promoviam classificações a eventos interestaduais, internacionais ou olímpicos.

4.1.1 A travessia de São Paulo a Nado

As travessias, populares em diversos locais do mundo no início do século XX, tinham como atrativo o enfrentamento da natureza, e, como resultado, a imprevisibilidade das provas. Mudanças repentinas podiam acontecer a qualquer momento no resultado das competições, já que não era possível esquadrihar os espaços da prática. Com isso, Terret (1994) sugeriu, em seus estudos sobre as travessias francesas, que os recordes eram variáveis esportivas desconsideradas, pois não era possível comparar o resultado de um ano para outro.

No caso da Travessia de São Paulo a Nado, discutida nesse item, é possível perceber uma construção diferente da analisada por Terret. Nessa prova, foram adicionados, ao longo do tempo, elementos ligados ao controle dos participantes, aumento da eficácia, estabelecimento

de tempos e recordes mais precisos. É possível perceber que houve uma crescente especialização, com a incorporação de elementos do esporte moderno em sua constituição.

A Travessia de São Paulo a Nado foi instituída em 1924 pelo jornal *São Paulo Esportivo* com o apoio da Federação Paulista das Sociedades do Remo e durou até 1928, momento do fechamento do jornal. Em 1932, a prova foi restabelecida, sob os cuidados do jornal *A Gazeta* e, nessa segunda fase, a competição existiu até 1944.

Essa criação das provas de travessia por jornais da cidade, tanto no caso brasileiro como no citado francês, não é anódina. Vigarello (2002; 2008) aponta que uma arte de narrar totalmente nova surgiu com as primeiras aparições dos esportes nas revistas e nos jornais. Esses meios de comunicação passam a associar aos competidores características como o heroísmo e a invencibilidade, além de outras qualidades morais, higiênicas e educativas consideradas importantes para a época. Dessa forma, as páginas da imprensa esportiva no início do século tornaram-se sinônimo de excitação, alegria, ansiedade e toda uma miríade de novas emoções. É certo que essas novidades tinham também um viés financeiro e a arte de narrar os eventos esportivos se associava intimamente à nova possibilidade de lucrar com eles. Nesse aspecto, os próprios impressos passam a realizar e expor seus eventos esportivos, alcançando grande público através da divulgação.

É importante ressaltar que, ao longo da existência da Travessia de São Paulo a Nado, muitas mudanças ocorreram, seja no trajeto, nas regras ou nas premiações. Certamente, tais mudanças tentaram adequar a prova a seu tempo e às novas práticas ligadas à natação em sua forma internacionalmente institucionalizada. Portanto, essas transformações foram cruciais para a manutenção da prova ao longo dos anos.

As travessias, no início da década de 1920, estavam em voga, e a imprensa esportiva paulistana começava a se perguntar sobre o momento em que um evento semelhante ao ocorrido em outras cidades e países seria realizado em São Paulo. N'A *Gazeta*, em meados de 1924, noticiaram-se comentários a respeito de uma prova de travessia que ocorreria no rio Tietê desde a Penha até a Ponte Grande. De acordo com o jornal, uma empresa local daria um automóvel para o vencedor da competição. Havia, como pano de fundo, uma crítica à falta de organização, até o momento, de uma competição como essa em São Paulo:

Será possível que só na terra de Tibiriça, não se consiga uma prova natatória de vulto? Achamos que com boa vontade, e alguns treinos preparatorios, não faltará ahí um nucleo de destemidos bandeirantes aptos a tentar a descida do velho rio das monções, creando em S. Paulo uma das bellas competições de aquatica. (E A TRAVESSIA..., 1924, p. 4)

Alguns meses depois, no mesmo jornal, noticiou-se que dois nadadores cariocas, René Feraudy e Rogerio de Mello, filiados ao clube Vasco da Gama, pretendiam realizar um desafio de nado atravessando a cidade de São Paulo. A prova, com um percurso de mais de trinta quilômetros, entre o Porto de Guarulhos e a Ponte Grande era, para o jornal, um grande incentivo aos nadadores da cidade, que deveriam “desde já se entregar aos treinos preparatórios” (UMA IMPORTANTE..., 1924, p. 4).

Formava-se, com essas iniciativas, o embrião daquilo que seria a prova da Travessia. Dentro de poucos dias, enfim, anunciou-se que o evento seria realizado nesse mesmo ano. O jornal *São Paulo Esportivo* havia resolvido patrocinar o evento e instituiu prêmios a todas as colocações, o que tornava cada vez mais iminente a realização da prova. Era preciso, no entanto, determinar as regras da competição. Para isso, o jornal convocou uma reunião com as agremiações náuticas interessadas em participar da prova, para que tais questões pudessem ser resolvidas (A TRAVESSIA..., 1924a).

Em novembro do mesmo ano, foram, enfim, abertas as inscrições para os participantes. Conforme noticiado n’*A Gazeta*, seriam aceitas inscrições apenas daqueles atletas filiados à Federação Paulista das Sociedades do Remo (FPSR) ou atletas que fossem representar clubes que pertencessem à Federação. A taxa de inscrição era de dez mil réis, fato que demonstrava que a prova tinha o interesse de acolher determinados nadadores em detrimento a outros, que não poderiam participar. A premiação foi estabelecida até o quinto colocado na categoria masculina e até a terceira colocada na categoria feminina. Todos os competidores da categoria masculina que terminassem a prova até vinte minutos após o primeiro colocado também receberiam premiação, assim como todas as nadadoras.

A data escolhida para a prova, 28 de dezembro, tinha um significado especial:

Foi escolhida a data de 28 de dezembro por ser a época mais propícia devido a cheia do Tietê, bem como por estar afastada das provas da Federação Paulista e das náuticas dos clubes filiados, dando tempo assim de sobejo para alguns treinos mais, dos concorrentes. Além disso, sera o último domingo de 1924, o que dá á competição um caracter extraordinario de despedida esportiva da temporada. (A TRAVESSIA..., 1924b, p. 3)

Todos os concorrentes fariam a saída ao mesmo tempo e duas classificações seriam fornecidas, uma para os homens e outra para as mulheres. A comissão de arbitragem da prova contava com: 1 árbitro geral, 1 juiz de saída, 3 juizes de chegada e 1 juiz de percurso para cada três concorrentes (A TRAVESSIA..., 1924b, p. 3).

É interessante notar que, desde a primeira edição da Travessia, a competição foi destinada também às mulheres. Embora não seja o objetivo central desta tese discutir as

questões entre gênero e esporte, esse fato mostra-se importante na constituição desta prova, ainda mais quando, na própria normativa da FPSR, emitida em 1919, as mulheres foram excluídas das provas federativas (DACOSTA, 2005). Fator importante para a presença feminina pode ser o aspecto positivo atribuído à natação em relação à formação das mulheres, conforme analisado por Parker (2010). Para a autora, desde o século XIX os exercícios aquáticos tinham boa aceitação no desenvolvimento da saúde e da segurança, ao contrário de outros esportes e práticas atléticas que recebiam interdições diversas.

Apesar da pequena quantidade de informações divulgadas sobre a primeira travessia nos dois jornais analisados, o número de participantes (36 inscritos) e a divulgação do evento foram considerados satisfatórios, o que deixava subentendido que a prova continuaria a ser realizada.

Figura 24 – Chegada da primeira Travessia de São Paulo a nado no Rio Tietê, 1924



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Figura 25 – Travessia de São Paulo a Nado, região da Ponte da Vila Maria, 1924



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Duas semanas antes da Travessia de 1925, um regulamento foi publicado na edição 5954 do jornal *A Gazeta* (1925), demonstrando uma preocupação maior com esse elemento na realização da segunda edição da prova. É possível perceber algumas diferenças em relação à primeira disputa: cada clube participante deveria enviar à prova um barco de socorro, elemento não anunciado em 1924; os juízes deveriam pertencer ao quadro da FPSR e, na chegada, cinco cronometristas foram adicionados; as medalhas foram entregues aos participantes que chegaram até quinze minutos depois do primeiro colocado geral.

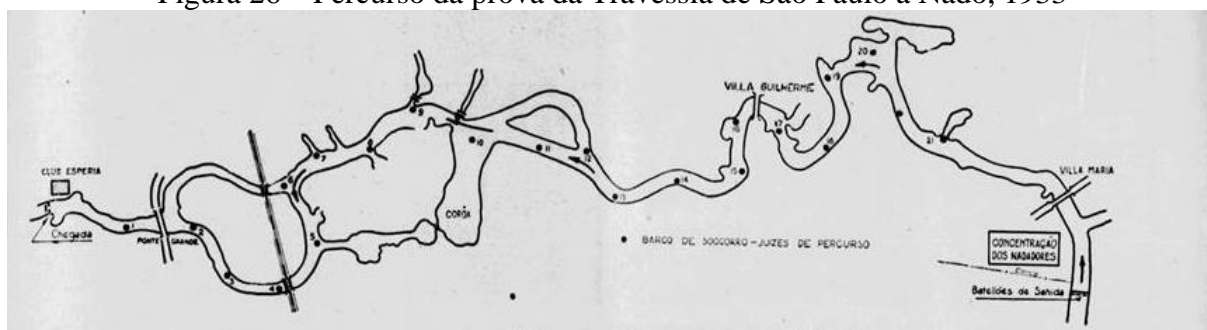
A regulamentação é fator primordial da prática esportiva, pois por meio dela os esportes se universalizam e se disseminam (GUTTMANN, 2004). Para Chartier e Vigarello (1982) a história de cada esporte é, antes de tudo, a construção progressiva de um campo de regulamentos cada vez mais precisos. Um dos principais elementos associados a esse fato é o corpo de especialistas jurídicos – representados na travessia pelos juízes e cronometristas – que são responsáveis por estabelecer ou modificar as regras e garantir que elas sejam respeitadas.

Nesse sentido, os responsáveis pela Travessia, preocupados em tornar o evento mais associado às práticas concernentes à natação esportivizada, começam a criar um conjunto de regulamentos que buscam esmiuçar os detalhes da prova, aumentar sua fiscalização e, conseqüentemente, torná-la apta a receber nadadores de diversos locais.

Um dado bastante impreciso nos primeiros anos de realização da Travessia foi sua distância total. Embora, em geral, as provas tenham sido realizadas com o mesmo ponto de

partida e chegada – a Ponte da Vila Maria e o clube Esperia, localizado na Ponte Grande – a quilometragem a ser percorrida pelos nadadores foi divulgada de forma distinta ao longo dos anos. Para a prova de 1926, a terceira disputa da Travessia, foi sugerido, pelo jornal *A Gazeta*, que a saída fosse dada em um ponto diferente dos anos anteriores. De acordo com a reportagem “é sabido que na Ponte de Villa Maria existem lugares em que a correnteza do rio é muito maior que em outros, e por conseguinte, favorece a alguns nadadores, prejudicando outrem” (A III..., 1926). Para o ano seguinte, nenhuma substituição de saída foi sugerida, mas anunciou-se que o percurso teria 6 mil metros (A IV..., 1927). Em 1928, a distância anunciada foi outra: 6,7 km. Em 1932, com a retomada da prova após quatro anos de não realização, o caminho a ser percorrido teria 7200 metros. Apenas em 1933, após a retificação da organização da prova, instituíram-se 5350 metros, alterados no ano seguinte para 5500 metros, tornando-se o percurso oficial até a última ocorrência da prova, em 1944 (NICOLINI, 2001).

Figura 26 – Percurso da prova da Travessia de São Paulo a Nado, 1933



Fonte: *A Gazeta*, 21 mar. 1933.

Em 1927, foram organizadas três saídas diferentes, em momentos distintos. Na primeira competiriam até três atletas de cada clube, que seriam os concorrentes dos prêmios especiais distribuídos na prova. Na segunda, os demais competidores disputariam uma classificação marcada pelo tempo, do sexto colocado em diante. A terceira era destinada às competidoras da classe feminina. O juiz geral da prova foi indicado de antemão e anunciado nos jornais, e as agremiações náuticas seriam responsáveis por indicar, cada uma, seis dos demais árbitros da prova (A IV..., 1927).

Um sistema de reconhecimento dos concorrentes começou a ser implantado através do uso de gorros numerados: “Todo o concorrente é obrigado a ter no gorro o numero correspondente, conservando-o até a chegada, sob pena de desclassificação” (IV TRAVESSIA..., 1927, p. 8). O sistema permitia que os competidores fossem facilmente identificados durante todo o percurso facilitando a anotação de faltas e possíveis punições.

É possível perceber que, com o passar do tempo, a realização das provas trouxe preocupações que levaram a instituição de uma regulamentação. Além do aumento no número de juízes atuantes na competição, inserção de cronometristas e preocupação com a identificação dos participantes, as regras foram ganhando cada vez mais destaque nos jornais. Em 1928, a dois dias da realização da prova, uma reportagem foi destinada especialmente aos juízes, detalhando suas obrigações em relação à prova:

DISPOSIÇÕES DO ARBITRO

São estas as disposições tomadas pelo arbitro:

[...]

Fará a chamada o chefe das saídas, que estará em logar marcado com flamula branca;

Os juizes de percurso deverão apresentar ao ser chefe (logar marcado com flamula vermelha) às 14,20 horas;

Os chronometristas deverão apresentar-se ao seu chefe no logar tambem marcado com flamula vermelha;

[Sera punida] Qualquer desobediência, por parte de juizes, concorrentes ou associados de clubs federados, durante o desenrolar da prova;

Os juizes de percurso, chegando na Ponte Grande, deverão encostar seus barcos na margem direito do rio e perto da chegada entrarem no canal no Club Esperia.

[...] (DISPOSIÇÕES..., 1928, p. 12)

Entretanto, o aumento na fiscalização não impediu que problemas ocorressem durante a realização da prova. Em 29 de dezembro do mesmo ano, o jornal *Correio Paulistano* publicou uma nota que informava um pedido de inquérito feito pelo clube Esperia à FPSR para apuração dos resultados da prova de 1928, a fim de “evitar qualquer interpretação erronea ou malevola” (A TRAVESSIA..., 1928, p. 9). De acordo com a revista do Esperia (O CASO..., 1929), o evento acabou se tornando um “caso de polícia”, pois envolveu injúrias de todo tipo e acusações entre os clubes representantes dos primeiros colocados.

Apesar do aparente sucesso da prova, que cada vez recebia mais atenção da mídia, ela deixou de ser realizada entre 1929 e 1931. O motivo evidente foi o fechamento do jornal *São Paulo Esportivo*, o principal patrocinador da competição: “Desaparecido o ‘São Paulo Sportivo’ a prova deixou de existir e o esporte nautico perdeu a sua mais popular manifestação de propaganda” (A Gazeta..., 1932, p. 9).

Em janeiro de 1932, *A Gazeta* anunciou que, associada à FPSR, iria fazer ressurgir a prova, que não havia sido disputada nos três últimos anos. De acordo com o jornal, a Travessia fora, desde sua primeira aparição, um sucesso “quer como manifestação de propaganda do esporte e da natação, quer do lado tecnico, cujos resultados sempre foram acima do esperado” (A Gazeta..., 1932, p. 9). O fim da prova havia marcado um hiato na empolgação em relação às competições no Tietê, tanto por parte dos atletas quanto do público.

Para pôr fim a esse hiato, o jornal decidiu patrocinar a segunda fase da prova de natação. O novo modelo seguiria um caráter bastante popular, assim como já ocorria com a prova de São Silvestre, patrocinada também por *A Gazeta*. Isso significou a adoção de medidas como inscrições gratuitas e retirada da exigência de competidores filiados à federação de esportes aquáticos (*A Gazeta...*, 1932, p. 9). Outra alteração foi a data: para não haver concorrência com a São Silvestre, realizada no último dia do ano, a Travessia foi marcada para a segunda quinzena de fevereiro, momento em que as cheias do rio ainda podiam ser aproveitadas.

A retomada da prova por parte de *A Gazeta* não pode ser entendida como simples sinal de altruísmo ou amor aos esportes. Embora a história de Cásper Líbero como editor do jornal seja repleta de incentivos diversos aos esportes na cidade (conforme apresentado na introdução), havia um interesse grande em promover a Travessia. Não se pode deixar de analisar que a transformação do campo esportivo em elemento de apelo popular passou pelas apropriações feitas pela imprensa, que estabeleceu novas narrativas para contar sobre os eventos esportivos e apresentou a ideia do mito esportivo, ou seja, os *sportmen* que conseguiam realizar as maiores façanhas (BOURDIEU, 2003a; VIGARELLO, 2002). Dessa forma, a Travessia seria uma possibilidade para *A Gazeta* aumentar suas vendas, promover a natação e consequentemente os clubes que a realizavam e, de forma mais ampla, assegurar seu lugar como principal mídia promotora de práticas esportivas na cidade²⁶.

Além de divulgar o evento, o jornal reafirmava com bastante frequência a importância da Travessia para a cidade e a quantidade de pessoas envolvidas com a prova. Em uma análise da prova de 1940, a nona realizada sob seus auspícios, foi considerado que “o gráfico de seu progresso não se deteve nunca, marcando índices que honrariam os mais modernos centros esportivos do mundo” (HEIMUTH..., 1940, p. 14). Esse progresso era medido tanto na incorporação de atletas de renome de todo o país, que passaram a se preparar para a disputa anual, quanto no aumento no número do público, que acompanhava com interesse a atividade desenvolvida no Tietê. Assim, reiterando a importância de seu próprio empreendimento, *A Gazeta* considerava que a Travessia – “prova numero 1 da America do Sul em sua classe” – vinha, ano após ano, “marcando etapas que são verdadeiros pontos na marcha ascensional do nosso esporte” (HEIMUTH..., 1940, p. 14).

A primeira edição da prova sob a direção de *A Gazeta* teve, logo no começo do mês de janeiro, seu regulamento divulgado. A ampliação no número de competidores, pretendida

²⁶ Além da Travessia, o jornal era também responsável pela realização da Corrida de São Silvestre (1924) e, mais tarde, inauguraria a Prova Ciclística 9 de Julho (1933).

pelo jornal, foi assegurada pelo documento que previa que qualquer pessoa apta poderia se inscrever gratuitamente, desde que amadora e maior de 16 anos. Essa nova regra corroborava com a ideia de difusão de práticas de apelo popular iniciada, pelo jornal, com a Corrida de São Silvestre. O regulamento informava ainda que novas categorias de competição foram adicionadas, para além do masculino e feminino; agora, as classes “novíssimo”, “novo” e “júnior” seriam premiadas (REGULAMENTO, 1932, p. 9).

A divisão da competição em subcategorias é mais uma das evidências de que havia uma tentativa de moldar o caráter esportivo da prova. A especialização dos participantes, divididos em subgrupos para tornar a disputa teoricamente mais justa, é uma das premissas do esporte moderno (GUTTMANN, 2004). A adoção dessas medidas, portanto, não era anódina, e acompanhava outras diretrizes que procuravam direcionar a prova rumo a representações mais esportivizadas.

A expansão da possibilidade de inscrições começou a surtir efeito: no começo de fevereiro, 202 nadadores já haviam se candidatado, o que superava o número máximo de inscritos na primeira fase (FOI..., 1932, p. 2). Tal sucesso provocava também uma necessidade de mudança na prova e seus regulamentos, e, sendo essa questão percebida pelo jornal, foram anunciadas “providências para não haver falha alguma na disputa” (DIA..., 1932, p. 9). Em 24 de fevereiro, uma reunião entre os membros dos principais clubes náuticos da cidade e outros participantes interessados foi demandada pelo jornal, a fim de tratar “assumptos de alto valor, para o completo exito da maior prova nautica do Brasil” (SÃO..., 1932 p. 9).

Uma das alterações idealizada foi em realização à largada da prova. As saídas foram organizadas por páreos com aproximadamente cem atletas. A escolha dos atletas que comporiam cada turma seria feita pelos clubes aos quais eles eram filiados, e foi publicada de antemão no jornal. Apenas na categoria feminina a saída foi dada uma única vez, sendo a última delas. Na chegada, todos os nadadores seriam cronometrados, e no tempo final eram descontadas as diferenças da partida.

A prova teve 644 inscritos e 441 participantes, sendo, dessa quantia, 52 atletas da classe feminina. A grande propaganda desempenhada pelo jornal fez com que o número de participantes e espectadores superasse sobremaneira as edições passadas. A *Gazeta* chegou a anunciar que quarenta mil pessoas assistiram ao desenrolar da prova (QUARENTA..., 1932, p. 2).

A prova de 1933 contou com mais uma novidade em relação às regras: o sistema de chegada em funil. Nesse sistema, a partir do momento em que o nadador adentrasse essa estrutura, ele não mais poderia ser ultrapassado:

Nesse funil, que será feito no leito do rio, apenas caberá um nadador e o que estiver atrás não poderá passar á frente pois si isto fizer será desclassificado incontinenti.

A grande prova terminará na entrada principal do funil, onde sera anotado o tempo exacto de cada nadador e a sua classificação será feita na sahida do funil, com 100 metro de comprimento, pelos juizes anotadores. (IX..., 1935, p. 11)

Também nesse ano houve uma mudança de data ocasionada pela confluência de provas da Federação Paulista de Natação, e a Travessia foi realizada apenas em 26 de março, já depois do fim do verão. Esse fato ocasionou reclamações de alguns competidores que alegaram câimbras por conta da temperatura da água, como demonstra uma carta enviada ao jornal por um dos competidores:

A “Travessia de S. Paulo a Nado” não deverá ser realizada em mez de março. Vós que tão correctamente organizaste esta travessia deveis aceitar a minha sugestão. Podeis consultar os nadadores desistentes e podeis notar que a causa maior foram as caimbras (que a mim tambem me obrigaram a desistir) e isso unicamente por causa da temperatura da água que estava insuportável. [...]. Suggiro que a “travessia de São Paulo a Nado” seja feita entre 20 de dezembro e 10 de janeiro. (FALA..., 1933, p. 7)

O mesmo ocorreu em 1939, quando, através de pedido da Federação de Natação, a competição foi transferida para o mês de abril, desagradando grande parte dos concorrentes (ENCERRAM-SE..., 1939). Vale lembrar que a época do ano era muito determinante para a realização das provas aquáticas no rio. Os meses de dezembro a fevereiro, com o verão e as cheias, eram os mais concorridos para as competições da Federação e outros torneios e travessias. A temperatura e o volume da água tinham influência quase decisiva no desempenho dos participantes.

A vazante do rio foi determinante também na prova de 1935. Semanas antes da realização da prova, esperava-se um bom resultado dos nadadores e, sobretudo, recordes quebrados, já que o rio continuava a subir com as chuvas que caíam sem cessar no verão paulistano:

O rio Tietê está subindo cada vez mais com as continuas chuvas que têm cahido. O leito do rio está com 1m940 e si continuar assim até o dia da realização da prova – 24 do corrente – o recorde da grande competição – 51’21’’⁴/₅ – irá cahir! No anno passado o nível das aguas do Tiete estava a 1 metro de altura e o resultado de Max Define foi de 53’32’’. Com maior altura e volume de agua o rio terá maior e mais forte correnteza e isso favorece de forma notável a actuação de todos os nadadores, levando-os em todo o percurso, até a chegada, sem esforço, melhorando muito o resultado technico. (NUMEROSAS..., 1935, p. 10)

O resultado da aliança entre técnicas cada vez mais apuradas e a benevolência da natureza não poderia ter sido outro: os recordes da prova foram quebrados, tanto na categoria feminina quanto na masculina. João Havelange e Max Delfine terminaram juntos a prova, com o tempo de 45'38''. Maria Lenk foi a primeira colocada do grupo feminino e 16ª colocada geral, com o tempo de 47'45'' (NOVO..., 1935, p. 2).

TABELA 1: Vencedores de todas as edições da Travessia de São Paulo a Nado (1924-1944)

ANO	VENCEDOR	TEMPO	VENCEDORA	TEMPO	DATA
1924	Carlos de C. Sobrinho	54'38''	Jandira Barroso	62'48''	28/12
1925	Carlos de C. Sobrinho	51'25''	Betty Hassembach	57'38''	27/12
1926	José Pironnet	56'11''	Betty Hassembach	64'06''	26/12
1927	Virgílio Martini	59'35''	Betty Hassembach	68'30''	18/12
1928	Virgílio Martini	54'20''	Betty Hassembach	64'06''	23/12
1932	Asdrubal de Barros	59'8''4/5	Maria Lenk	64'35''	28/02
1933	Max Define	64'10''	Maria Lenk	68'41''	26/03
1934	Max Define	53'32''	Maria Lenk	61'40''	26/02
1935	João Havelange e Max Define	45'38''	Maria Lenk	47'45''	24/02
1936	João Havelange	50'57''4/5	Sieglinda Lenk	54'02''	05/04
1937	Nelson R. de Almeida	55'15''	Scylla Venancio	63'45''	21/03
1938	José Carlos Pinto	53'53''2/10	Sieglinda Lenk	58'19''	20/03
1939	Helmuth von Schuetz	57'25''	Lilly Richter	61'07''	16/04
1940	Helmuth von Schuetz	43'12''	Lilly Richter	44'56''	25/02
1941	Décio Teixeira	48'11''	Lilly Richter	51'10''	09/03
1942	Vitorio Filelini	51'45''	Liselote Krauss	56'02''	01/02
1943	Vitorio Filelini e João Havelange	50'35''	Liselote Krauss	54'35''	28/02
1944	Vitorio Filelini	50'20''	Elisabeth Huttenlocher	57'51''	13/02

Fonte: A autora

Figura 27 – Travessia de São Paulo a Nado – Saída Feminina [s/d]



Fonte: Acervo Digital/Gazeta Press.

Em 1940, outro ano em que recordes foram quebrados, o rio foi descrito pelo jornal como furioso, tamanha a velocidade da correnteza. Na própria reportagem publicada a respeito dos resultados da prova, já era anunciado que, dadas as condições do rio, o tempo de Helmuth von Schuetz, vencedor da categoria masculina, possivelmente “se fixasse para todo o sempre no quadro técnica da grande prova náutica” (HELMUTH..., 1940, p. 14).

É possível perceber, pelos resultados mostrados na tabela, que a vazão do rio foi muitas vezes mais determinante na obtenção de melhores marcas do que a própria técnica dos nadadores, embora as equipes se preparassem de forma estratégica para a prova, repetindo o percurso, refazendo com velocidade as curvas e aproveitando a correnteza. Isso significa que, por mais que a tentativa fosse de dominar o rio e subjugar-lo às regras e às quantificações presentes no esporte, ele ainda se sobressaia e era capaz de determinar, com sua natureza imprevisível, o tempo dos atletas.

Conquanto a questão dos recordes seja controversa em uma prova realizada em águas abertas, é possível perceber que a Travessia, com seu grande apelo popular e alcance que ultrapassava a cidade de São Paulo, foi responsável por promover, de certa forma, o princípio da eficácia na natação, especialmente com a recorrente divulgação dos recordes e tempos dos nadadores. Certamente, esse evento teve importância no processo de melhoramento da técnica por meio do treinamento nos clubes paulistanos.

Nenhuma outra grande mudança ocorreu na prova entre os anos de 1933 e 1944, ano em que a última competição foi disputada. Mesmo que as transformações aqui narradas pareçam pequenas, elas foram de suma importância para a disputa da prova. Com um começo

modesto e poucos participantes, não havia a princípio muita preocupação com a contagem do tempo dos concorrentes, já que poucos juízes seriam capazes de realizar a tarefa. O aumento exponencial no número de concorrentes fez com que novas regras precisassem se impor, com a finalidade de controlar e regulamentar a disputa.

Pouco a pouco novos cargos de arbitragem passaram a existir, como os juízes de percurso, de chegada, de saída, árbitro central, cronometristas. Botes de percurso foram inseridos, para os cuidados com os desistentes. As saídas passaram a ser organizadas em blocos de competidores, e as chegadas se adequaram ao modelo de funil. Todas essas pequenas alterações serviram para tornar a prova cada vez mais regulamentada.

A questão dos recordes, embora de vital importância para um esporte como a natação, não galgou êxito na travessia. Primeiro porque a distância anunciada no percurso, embora os limites de chegada e saída fossem os mesmos, era distinta, e só foi instituída nos 5500 metros a partir de 1934. Em segundo lugar, a vazão do rio era muito mais determinante do que o treinamento dos atletas. Nos anos em que o rio esteve mais cheio, como 1935 e 1940, os recordes da prova foram quebrados, ainda que os mesmos nadadores a tivessem feito em outros anos, alcançando resultados muito inferiores.

Apesar de os recordes não terem sido uma das variáveis esportivas de maior ênfase nessa prova, a evolução técnica dos nadadores foi enaltecida. Na prova realizada em 1940, ano em que tempos exitosos foram obtidos pelos nadadores, elogiou-se o “estado de treinamento e preparo a que se submeteram os diversos concorrentes” (HELMUTH..., 1940, p. 14). O sucesso da Travessia e sua ampla difusão, que ultrapassou os limites territoriais do município, fez com que grande ênfase fosse dada à sua premiação. Os anúncios realizados a respeito do vencedor da prova, que eram reiterados por vários dias no jornal, eram sempre acompanhados de seu clube formador, que ganhava visibilidade com tal exposição. O treinamento para a Travessia tornou-se uma parte bastante específica do cotidiano das agremiações náuticas.

Ao se retomar Guttman (2004) e Vigarello (2002; 2008) em suas análises do esporte moderno, pode-se inferir que, de fato, a Travessia se aproximava muito mais dos esportes do que dos desafios que a precederam. A tentativa de igualar a condição de disputa dos concorrentes a partir de novas regras de saída e chegada, a crescente importância das regras na disputa, a notável necessidade de quantificação dos tempos obtidos pelos nadadores são exemplos das características esportivas que a prova ganhou ao longo do tempo.

4.1.2 Outras provas e travessias

Outra prova que contou com grande quantidade de participantes na época estudada foi a Travessia de Penha a nado, instituída em 1931 pelo Clube Esportivo da Penha (C.E. da Penha) por ocasião de seu primeiro aniversário. A prova foi realizada em 21 edições, até 1951.

Seu percurso, no rio Tietê, ia da Ponte de Guarulhos até a sede do clube. O trajeto foi primeiramente quantificado em 2000 metros (PELO..., 1931). Em 1933, ele foi descrito como tendo uma distância de 5000 metros (CLUBE..., 1933). Mais duas alterações foram anotadas, uma em 1943 (4500 metros) (TRAVESSIA..., 1943) e outra em 1948 (3600 metros) (RENÉ..., 1948). Assim como ocorrido com a Travessia de São Paulo a Nado, a incerteza a respeito da distância total percorrida prejudicou a anotação dos recordes e a comparação entre o tempo dos nadadores.

Um dos possíveis motivos de essa prova não ter atingido a mesma proporção de participantes que a outra travessia promovida pelos jornais, foi seu caráter interno. Entre 1938 e 1943, a prova foi disputada apenas por associados do clube. Só em 1944 outros clubes puderam participar, com ou sem inscritos filiados a federações.

Essa prova foi, durante toda sua existência, patrocinada e incentivada pela Federação Paulista de Natação (FPN), que se responsabilizava também por seu regulamento (CLUBE..., 1933). Neste mesmo ano, após a publicação do regulamento geral no jornal (IV..., 1933), ficou estabelecido que atletas banidos de outras competições patrocinadas pela entidade não poderiam tomar lugar no evento.

A proibição da participação de atletas excluídos de outras competições era conveniente aos intentos esportivos que se pretendia dar a essas competições. Como bem analisam Vigarello (2002) e Elias (1992), o esporte moderno, praticado nas *Public School* Inglesas em sua gênese, teve o intuito claro de se tornar um projeto educativo, que prezava pela distinção moral de seus participantes. Assim, os jogadores precisavam dominar suas pulsões e vontades, e ter introjetada a capacidade de respeitar as regras, os adversários e os companheiros. Essa moral era assegurada pelas ideias de *fair play*, amadorismo e pela ferrenha batalha contra as apostas. Portanto, a transformação das competições promovidas pelos clubes em provas mais esportivizadas passava também por estabelecer barreiras morais na aceitação dos participantes, como o proposto na regulamentação da Travessia.

Em 1939, um dos anos em que a competição foi destinada apenas aos membros do próprio clube, estabeleceu-se que não era permitida a participação de nenhum atleta do clube filiado à FPN. A justificativa dada foi a de que era preciso permitir que outros membros do clube, diferentes daqueles já consagrados nas competições, tivessem oportunidade de vencer.

Entretanto, essa justificativa esconde relações muito mais complexas ligadas ao entendimento sobre uma moral esportiva que deveria excluir a especialização dos praticantes.

Uma das discussões mais proeminentes no estabelecimento dos primeiros campeonatos e jogos concernentes ao esporte moderno foi a igualdade de oportunidades que, de acordo com Guttman (2004), é um dos pressupostos dessa prática. Em teoria, na lógica esportiva, todos devem ter as mesmas condições de competição, para que as chances de vitória sejam iguais para todos. Veio daí o princípio do amadorismo, que significava a realização de esportes apenas por divertimento e não por vocação (GUTTMANN, 1992). Esse conceito se transformou ao longo do tempo, mas suas raízes de exclusão de certa camada da população que não possuía tempo para práticas desinteressadas permaneceram intactas. É possível perceber, no regulamento da Travessia, que essa concepção da igualdade de oportunidades baseada na exclusão de determinados esportistas também fazia parte do modelo esportivo dos clubes de regatas paulistanos.

Após o fim da disputa da Travessia de São Paulo a Nado, em 1944, a prova tomou o posto de a mais célebre realização náutica paulistana em águas abertas, e foi amplamente elogiada pela FPN, ora como “o grande triunfo da natação Paulista” (TRAVESSIA..., 1947, p. 10), ora como “o principal acontecimento da aquática Paulista” (EMPOLGOU..., 1951, p. 10). Entretanto, a retificação do rio Tietê, levada à cabo na década de 1940, influenciou sobremaneira a realização da prova, tornando impossível sua ocorrência nos antigos moldes (EFETUA-SE..., 1952).

Figura 28 – Piscina flutuante do C.E. da Penha, [1940]



Fonte: Acervo digital do C.E. da Penha.

Provas semelhantes às travessias mais famosas eram constantemente criadas e disputadas nas águas do Tietê. N’A *Gazeta*, em seu caderno esportivo, foram mencionadas

competições como a “Travessia Serafim Rodrigues”, de percurso de 2500 metros a favor da correnteza (TRAVESSIA..., 1940) e a prova Johnny Weissmuller²⁷, criada em homenagem ao famoso nadador da época – “o az entre os azes da natação do mundo” – organizada também pelo C.E. da Penha em parceria com o jornal *A Gazeta* (AS CHUVAS..., 1940, p. 15).

Não só as competições de natação se desenvolviam nas águas do Tietê nessa época: no remo, provas diversas foram realizadas e transformadas ao longo do tempo. Uma delas foi a Volta da Ilha, organizada pelo clube Esperia e autorizada pela Federação Paulista das Sociedades do Remo (FPSR). Somente era permitida a participação de embarcações que representassem clubes filiados a esta entidade. A prova teve sua primeira edição em 1928 com um percurso de 2000 metros, metade a favor da correnteza e a outra metade contra. Poderiam participar barcos *yoles*²⁸ de dois remos, com peso mínimo de 50 quilos.

No dia da disputa da primeira edição da prova, houve um problema com a cronometragem das embarcações, o que invalidou o resultado obtido nessa data. A prova teve que ser disputada novamente em um outro domingo:

A directoria do Club Esperia, resolveu fazer correr, no proximo domingo, ás 7 horas, as guarnições do barco “Tingua” da Athletica, e “Clara”, do Club Esperia, guarnições essas que domingo ultimo, na disputa da taça “Martins Barros”, fizeram os melhores tempos, mas que por um engano dos chronometristas, não foi possivel estabelecer qual das duas fez melhor tempo, e portanto, a vencedora. (A VOLTA..., 1928, p. 6)

Nos anos seguintes, não houve alteração no regulamento; apenas a divisão das largadas em diversas saídas, por conta do aumento no número de competidores, a partir de 1930 (A VOLTA..., 1930).

A prova, embora apoiada pela FPSR, não era organizada pela entidade, e sim por um dos clubes participantes, fato que poderia gerar atritos ou dúvidas com relação à isenção na marcação dos finalistas ou cronometragem dos participantes. Esses questionamentos foram levantados em reportagens publicadas no jornal *Correio Paulistano* em 1935 (A VOLTA..., 1935) e 1936 (A ENCANTADA..., 1936). Em nenhum dos dois anos, a prova havia sido

²⁷ Johnny Weissmuller foi um nadador inglês que se tornou uma figura icônica ao vencer a maioria das provas de natação olímpicas da década de 1920 (GUTTMANN, 1992). Esse nadador foi um dos responsáveis pelo sucesso do nado *crawl*, dada sua *performance* nas Olimpíadas de 1924 (NICOLINI, 2001). É possível perceber que seu sucesso no esporte foi de alcance internacional, e rapidamente ele foi transformado em um mito esportivo (VIGARELLO, 2002).

²⁸ *Yole* é um tipo de embarcação não mais fabricada, mas bastante comum no Brasil na época narrada nessa pesquisa. De acordo com Nicolini (2001), o *yole* era um barco mais estreito, a dois ou quatro remos, que apresentava o banco fixo. Mais tarde surgiu na cena tieteana o *yole franche*, embarcação mais moderna que contava com a colaboração do carrinho, isto é, um banco móvel que se deslocava de acordo com a força aplicada pelo remador.

realizada, e o jornal acusava que tal fato se dava pela falta de embarcações competitivas do Esperia. Assim, se o clube não poderia vencer a prova, ele deixava de realizá-la:

Já por diversas vezes chamamos atenção da direcção do Esperia sobre a disputa desta prova, que no anno passado não se realizou sómente porque o Esperia não possui “dois bambas” que lhe possam garantir a vitória. Isso não se faz. [...]. Que venha a prova, tenham ou não guarnições capazes de a vencer definitivamente; ellas não são feitas para serem disputadas unicamente quando o promotor possui “garantias sob estado de sitio” de vencer-a. (A ENCANTADA..., 1936)

As travessias foram as principais provas de natação realizadas no rio Tietê ao longo do período analisado nesta pesquisa. Desde as provas mais famosas até aquelas com poucas edições, essas competições tiveram grande importância no estabelecimento de diretrizes que apontavam para uma maior especialização das práticas. Para além dessas competições, inúmeras outras foram realizadas, quer seja pelos clubes, que organizavam entre si atividades competitivas, quer seja pelas federações. Será analisado em seguida de que forma essas competições também incorporaram, aos poucos, características do esporte moderno.

4.1.3 As competições náuticas

O estudo dos torneios e campeonatos, mesmo aqueles organizados pelos clubes de regatas sem a tutela das federações, é importante para compreender as mudanças que, pouco a pouco, aproximaram essas práticas das definições esportivas. Para Terret (1994), os campeonatos foram o centro da difusão de um espírito esportivo, e por meio deles houve o lento reconhecimento de uma forma única e comum de realizar determinadas práticas. Dessa forma, cabe investigar como as competições náuticas realizadas no Tietê operaram tais transformações.

Em 1904, o clube Esperia organizou um evento para inauguração de sua sede social na margem do rio Tietê. Esse evento, noticiado pelo jornal *Correio Paulistano*, contou com uma prova de natação, em que uma distância de “cerca de 300 metros – da Ponte Grande á sede do Club Esperia” (CLUB..., 1904, p. 3) deveria ser nadada pelos velocistas aquáticos, todos eles filiados ao clube. O prêmio seria uma medalha a cada um dos quatro primeiros colocados, e um troféu ficaria em posse do nadador que conseguisse a vitória no torneio por três anos seguidos.

Embora ainda distante do que mais tarde viria a ser uma competição esportiva de natação, essa notícia aponta o primeiro registro encontrado nas fontes dessa pesquisa de competições de natação com premiação e regras pré-estabelecidas.

No mesmo ano, em setembro, uma competição de remo entre os sócios do mesmo clube foi realizada, disputada em diferentes categorias (*yoles* a 2 e 4 remos) e com premiação aos participantes (NATAÇÃO..., 1904). Alguns meses depois, outro torneio foi realizado em sua sede, em conjunto com a Atlética, com disputas de remo e natação. As primeiras provas de remo realizadas pelo clube Esperia tinham características comuns, como a divisão em categorias e premiação, e baseavam-se nas experiências que os remadores do clube tiveram ao disputar regatas em Santos, com os clubes lá existentes (CLUB..., 1904).

No ano seguinte, 1905, o Esperia, primeiro clube paulistano a promover esses eventos no rio Tietê²⁹, continuou a realizar festas sociais que contavam com páreos esportivos. A festa de março contou com uma reportagem extensa no *Correio Paulistano*, que detalhava as categorias, horários e competidores (CLUB..., 1905). Uma das categorias de participação nesse torneio era a de “alunos do Club Speria que nunca obtiveram premio em precedentes regatas” (CLUB..., 1905, p. 4).

Nessa competição, foi mencionada, pela primeira vez, a categoria “clubs pertencentes à União Paulista das Sociedades do remo” (CLUB..., 1905, p. 4). Isso significa que havia um princípio de homogeneização nas práticas aquáticas, mesmo aquelas realizadas sob o pretexto de festas sociais, e significava também que regras únicas e determinadas por uma federação passariam a ser adotadas.

É possível perceber que, lentamente, um maior rigor institucional procurava unificar os encontros e regulamentos. Para Vigarello (2008) e Arnaud (1986) os clubes e as associações eram organizações que tinham como objetivo ordenar e promover as práticas de exercícios físicos e esportes, indissociavelmente ligadas à difusão de um ideal ou um sistema de valores. A associação de clubes a federações objetivava solidificar as necessidades de regulamentação das práticas. Ao reafirmar os objetivos dos clubes, essas federações serviam também para reiterar as relações morais estabelecidas com os esportes.

Em 1907, os remadores do clube Esperia participaram de um evento realizado em Montevideu e se sagraram campeões (HOJE..., 1907). A participação internacional do clube, junto à criação das federações, colaborou com a definição de regras mais específicas para a prática do remo na cidade de São Paulo. Alguns meses depois, ao definir a programação de mais uma competição realizada pelo clube, a reportagem do jornal deixou claro que as regras

²⁹ Consta na literatura a respeito dos esportes paulistanos que a primeira “regata” organizada no rio Tietê, pelo Clube Esperia, foi realizada em 1903 (NICOLINI, 2001; GALLOTTA; PORTA, 2004; DACOSTA, 2005).

do certame eram as mesmas definidas pela Federação Brasileira das Sociedades do Remo (ROWING, 1907).

Isso posto, é possível perceber que, em um espaço de três anos entre a primeira regata realizada no Tietê e essa viagem, muitas adaptações foram feitas para adequar as práticas aquáticas ao que postulavam as federações. Apesar disso, alguns consensos ainda não existiam, como em relação à distância adequada para as disputas de natação e remo, que a cada prova eram alteradas (NATAÇÃO, 1905; ROWING, 1907). Havia também a relativização das regras por parte do clube organizador, que “se reserva[va] o direito de modificar o projecto antes de redigir o programma definitivo” (ROWING, 1907).

O processo de esportivização das práticas aquáticas não foi linear: pelo contrário, foi um movimento de adaptações, interpretações e recriações das regras. Essas particularidades passavam também pela existência do rio e da necessidade de interpor suas adversidades para a realização das competições.

Pequenas modificações apontam o caminho trilhado pelas competições em direção à esportivização. Por exemplo, em 1907 (ÁS 4..., 1907) foi divulgada no jornal a relação de árbitros de uma competição de remo, e, na edição seguinte, o resultado do evento com o tempo dos vencedores (O RESULTADO..., 1907). Em 1910, foram introduzidas categorias nos torneios, como juniores e sênior, para além das categorias tradicionais (A REGATA..., 1910). Tais mudanças a respeito dos torneios de remo permitem perceber, ainda que lentamente, a especialização de tais práticas.

A divisão das competições foi se sofisticando e tornando-se cada vez mais importantes para a prática dos esportes. As categorias dos nadadores e remadores mais novos tinham como objetivo preparar novos atletas que, preferencialmente, superassem os veteranos em um futuro próximo. Por isso, as reportagens sobre elas se tornavam cada vez mais presentes nos jornais. Em 1925, alguns dias antes da realização de um concurso aquático pela Federação, publicou-se uma longa lista de reclamações sobre os páreos de natação dos mais jovens (O PROXIMO..., 1925). De acordo com a reportagem, faltava incentivo ao nado livre e ao nado costas para essas categorias, e, dessa forma, a cidade nunca teria bons nadadores nesses estilos.

Nas primeiras décadas do século XX, é possível notar a gradual separação entre os festivais, realizados pelos clubes e de apelo mais festivo, e os campeonatos organizados pelas federações, que tinham características mais esportivizadas. Entretanto, mesmo os eventos organizados pelos clubes ganhavam elementos que os aproximavam da normatização de regras e espaços promovida nas competições federadas (CLUB..., 1911; ROWING, 1911).

Os eventos da Federação se popularizaram e passaram a ser realizados várias vezes por ano já na década de 1910, momento em que as primeiras entidades se formaram (A REGATA..., 1910; ROWING..., 1910). Com isso, outros espaços além do rio Tietê passaram a ser considerados adequados para a realização das provas. Em 1911, eventos organizados pela Federação Paulista das Sociedades do Remo tinham sede no Valongo, em Santos, apontado como local mais apropriado que o rio Tietê para a realização das regatas.

Com relação à natação, o movimento começou a se alterar em 1926, quando o Club Athletico Paulistano inaugurou sua piscina, a primeira da cidade. A partir desse momento, estabeleceu-se uma cisão muito clara: os festivais – especialmente aqueles realizados pelos clubes que ainda não possuíam piscina – eram realizados no rio; as provas da Federação, nas piscinas disponíveis (O CONCURSO..., 1928; O ANNIVERSARIO, 1929).

A análise das fontes que retratam os torneios esportivos, desde 1904 até 1940, mostra que nos primeiros sete anos havia uma prevalência dos torneios internos, realizados pelos clubes, mas tal característica se modificou ao longo dos anos 1920. Em dezembro de 1929, o *Esperia* publicou em sua revista o balanço esportivo do ano e, sobre a modalidade remo, foi mencionado que, das quatro regatas disputadas pelo clube, três delas foram oficiais (REMO, 1929). O balanço do movimento esportivo de 1930 (REMO, 1931) também apontou que houve maior participação em torneios oficiais do que em demais eventos. Mencionou-se também que todas as provas oficiais de 1930 foram realizadas no Valongo, em Santos, e nenhuma delas no Tietê.

Exceção a esta diminuição de competições no Tietê foi o estabelecimento, em 1928, de um convênio entre o clube *Esperia*, o C.R. Tietê e a *Atlética* para a realização de regatas na reta da Antártica, trecho do Tietê muito utilizado para o treinamento de clubes, mas pouco utilizado para competições. O acordo firmado postulava que, a cada época do ano, um dos clubes deveria organizar a prova, o que totalizaria três provas anuais. A prova durou até 1930 (REGATAS..., 1930), ano em que deixou de ser realizada.

A década de 1930 aponta uma transformação na realização das provas de remo, com drástica diminuição tanto daquelas realizadas pela Federação quanto das ocorridas em festivais e torneios. Nas listas do movimento esportivo anual publicadas pelo clube *Esperia*, esse período atestou uma diminuição iminente na quantidade de provas realizadas. Em 1935 (REMO, 1935), apenas duas regatas foram disputadas. O motivo apontado foi a falta de raias adequadas no rio Tietê: “o nosso lendário rio Tietê sómente poderá proporcionar [benefícios] aos Clubs de remo quando fôr rectificadado ou quando uma raia fôr construída especialmente para esse fim” (REMO, 1935).

A difusão de novos esportes nos clubes que anteriormente se dedicavam exclusivamente às regatas, somada ao afastamento progressivo dos rios, outrora parceiros esportivos, proporcionou uma diminuição do interesse pelas práticas aquáticas. No relatório do clube Esperia de 1935, em que os progressos anuais de todos os esportes foram detalhados, a natação, o polo e o remo foram os três últimos esportes mencionados, e a eles se dedicaram menos linhas do que a esportes como futebol, atletismo e basquete (RELATORIO..., 1936).

Em suma, na década de 1930, houve um movimento de diminuição das práticas esportivas no rio Tietê. O interesse pelo remo diminuiu nos clubes náuticos, e as competições internas já não contavam sempre com a prática desse esporte. Com relação às provas da Federação, o Valongo, em Santos tinha a preferência dos organizadores. Ao mesmo tempo, as piscinas que eram construídas na cidade tornavam-se o local ideal da prática de natação e polo aquático. Essa mudança progressiva foi um reflexo da especialização e da esportivização dessas práticas. O cerne dessa transformação se deu com a criação das federações esportivas, que serão investigadas no próximo item.

4.1.4 A criação das federações

A especialização das práticas aquáticas realizadas na cidade de São Paulo passou, principalmente, pela criação de federações e confederações, que tinham o objetivo de regulamentar esportes como o remo e a natação.

Para Guttman (2004), a burocratização é uma das principais características do esporte moderno. Desde suas primeiras manifestações na Inglaterra, surgiu a necessidade de se estabelecer regras que fossem universais, e, ao mesmo tempo, garantir que elas fossem cumpridas. Ao longo do século XX, as nações esportivizadas criaram burocracias governamentais para reafirmar a necessidade de institucionalização das práticas.

No Brasil, a primeira federação voltada à regulamentação dos esportes aquáticos foi a União de Regatas Fluminense, em 1895, responsável por organizar as regatas no Rio de Janeiro (MELO, 1999b). Em 1902, a União mudou o nome para Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Seu intuito, a partir desse momento, passou a ser controlar todas as entidades náuticas do país com relação ao regimento interno, sistemas de disputa e utilização de barcos. Ela legislava também sobre esportes como a natação e o polo aquático. Entretanto, de acordo com Melo (1999b), São Paulo foi um dos estados que estabeleceu resistências em relação a essa entidade e acabou por criar sua própria Federação.

Em 1904, os clubes de remo paulistanos e santistas se reuniram para criar a primeira sociedade do estado disposta a regulamentar as competições aquáticas. Estava formada a União Paulista das Sociedades do Remo, que tinha como filiados os clubes paulistanos Esperia e Atlética, e os santistas Internacional, Santista e Saldanha da Gama (ROWING, 1904). A União foi criada, de acordo com relatório produzido pelo Esperia, pois “corresponde a uma necessidade inadiável, quer para o bom andamento das regatas intersociaes, quer para a escolha uniforme dos typos de embarcações chamadas a concorrer” (CLUB..., 1904, p. 5). A nota publicada evidencia a importância na regulamentação do remo que assumia a União.

É possível notar que a maioria dos clubes envolvidos com a União era da cidade de Santos, pioneira na realização de regatas. Esse pode ser o elemento motivador para que as primeiras competições oficiais de remo tenham sido organizadas no Valongo, em Santos, e não no rio Tietê, principal reduto das práticas dos clubes de São Paulo.

De acordo com Nicolini (2001), a primeira regata realizada no estado de São Paulo foi em Santos, no ano de 1897. O desenvolvimento posterior de clubes na cidade de São Paulo e os constantes encontros competitivos entre os remadores de ambas as cidades fez com que houvesse uma luta pelo monopólio da prática do remo. Nesse embate, o controle da Federação seria muito importante, já que esta definia, por exemplo, os locais onde seriam realizadas as regatas oficiais. Vem daí a tensão na formação das ligas esportivas, principalmente porque, para Nicolini (2001), a hegemonia que Santos estabelecia com relação à prática ameaçava ser quebrada.

Em 1904, o Esperia se desligou da União (ROWING, 1904). A justificativa dada foi que o clube não concordou com o fato de que competições previamente marcadas tenham sido adiadas sem maiores explicações. A reação do clube, em uma primeira análise, parece desmedida, pois era evidente a falta de experiência da entidade em organização de provas de regatas. É possível inferir que, para além do fato narrado, outros embates se faziam presentes, como o desacordo com o domínio santista sobre a União.

Fazer parte de uma federação, em um momento em que os esportes ainda procuravam fixar suas regras e modos de realização, era uma forma de se distinguir dos demais clubes da cidade. A Federação era o elemento primordial da burocratização esportiva, da promoção de práticas com igualdade de competição, e isso dava forças aos argumentos morais a respeito do esporte desenvolvidos pelos clubes. Logo, as práticas esportivas, agora tuteladas por instâncias oficiais, representavam o “verdadeiro” esporte, e, portanto, eram legítimas. Na prática do remo, estabeleceu-se a diferença entre os clubes que promoviam práticas oficiais e

aqueles que realizavam atividades genéricas, desprovidas do apelo moral associado ao esporte e que serviam tão somente ao divertimento.

Em 1906, o relatório esportivo publicado pelo Esperia deixou estampado em suas páginas que “o Esperia é o único club de fóra da Capital da Republica que faz parte da benemérita “Federação Brasileira das Sociedades do Remo” (CLUB..., 1906, p. 7). Esse fato foi o responsável por transformar o Esperia “de simples club recreativo num util centro verdadeiramente sportivo” (CLUB..., 1906, p. 7).

Em 05 de agosto de 1907, foi fundada aquela considerada a primeira federação de esportes aquáticos em São Paulo, a Federação Paulista das Sociedades do Remo (FPSR) (FEDERAÇÃO, 1907). Em sua primeira reunião, todos os clubes náuticos do estado estiveram presentes, e ficou resolvido que o regulamento da extinta União Paulista seria utilizado como base para as novas diretrizes adotadas. Também se criou um calendário de competições, com locais, categorias e tipos de embarcação para cada prova (FEDERAÇÃO, 1907).

Em âmbito nacional, o remo e as atividades náuticas também se organizavam em ligas e federações. Em 1910, a Federação Brasileira das Sociedades do Remo, no Rio de Janeiro, instituiu o Campeonato de Remadores do Brasil, torneio a ser disputado entre as federações conveniadas brasileiras (DACOSTA, 2005). Em cidades como Florianópolis (SARTORI, 2013), Belém (DIAS e SOARES, 2014) e Porto Alegre (SILVA, 2011) o remo também ganhava contornos mais esportivos.

Entre as décadas de 1910 e 1920, a FPSR foi responsável por organizar todas as competições aquáticas oficiais de São Paulo, incluindo a natação, o polo aquático e os saltos. Em 1919, foi publicado pela entidade o primeiro “Código de Natação”, que buscava regulamentar os concursos aquáticos no estado (DACOSTA, 2005)³⁰. Entretanto, como verificado nos itens anteriores, havia uma contínua transformação nessas práticas, que passaram a possuir regras próprias, organizações independentes e concorrentes específicos. Cada vez mais ficava clara a necessidade de federações mais especializadas.

A necessidade de separação das modalidades aquáticas não era uma exclusividade de São Paulo, e foi comum em outros lugares do Brasil e no exterior (LOVE, 2008). Em São Paulo, tornava-se cada vez mais difícil reger todas essas práticas com apenas uma única

³⁰ De acordo com o *Atlas Esportivo do Brasil*, esse primeiro código de natação não considerava a presença de mulheres competidoras nas provas organizadas pela FPSR. Entretanto, no mesmo ano da publicação do regulamento, Blanche Pironnet Bezerra enfrentou e venceu seis nadadores em uma prova de 500 metros realizada no rio Tietê e foi responsável, de certo modo, pela mudança de paradigmas da Federação (DACOSTA, 2005).

entidade. Assim, em 1930, um apelo foi publicado no jornal a favor da reorganização dos esportes aquáticos:

É NECESSARIA A FUNDAÇÃO DE UMA FEDERAÇÃO DE NATAÇÃO
 O esporte nautico acha-se num desenvolvimento patente em nossa Capital, crescendo diariamente o numero de seus adeptos, com especialidade dos nadadores, cujos progressos têm sido dos mais notaveis.
 Entretanto, para corresponder á vontade dos numerosos elementos que se dedicam á pratica da natação, encontra-se a Federação Paulista das Sociedades do Remo com um organismo falho, que não póde corresponder ao fim a que se destina.
 Urge que seja fundada uma Federação Paulista de Natação, com séde nesta Capital, onde estão localizadas as maiores reservas de energia. (É NECESSÁRIA..., 1930, p. 9)

Para José Pironnet, nadador do período, a criação de uma federação exclusiva para a natação seria benéfica tanto para o remo, que teria uma entidade responsável por tomar conta somente de suas ambições, quanto para a natação, que obteria grande avanço com uma federação exclusiva (VAMOS..., 1931).

Um papel importante a ser exercido pela nova federação seria a divulgação e a unificação das regras do esporte:

A completa divulgação das regras internacionaes de natação e de polo aquatico, é um trabalho de grande importancia para nós, e de imediata necessidade. Serviriam para base dos regulamentos regionaes. Esse trabalho é de relativa facilidade. O que actualmente temos de agora é de completa nulidade. (VAMOS..., 1931, p. 11)

A Federação Paulista de Natação (FPN) foi enfim criada, em 1932, momento em que duas situações cooperaram para seu estabelecimento. A primeira delas foi a tendência, em âmbito internacional, à normatização e à regulamentação dos esportes desde o final da década de 1920, incentivados principalmente pela nova proporção tomada pelos Jogos Olímpicos e sua entidade federativa, o Comitê Olímpico Internacional (GUTTMANN, 1992). A segunda situação foi a importância que a natação assumiu em São Paulo no final da década de 1920, especialmente depois que algumas piscinas foram construídas nos clubes da cidade. De acordo com Nicolini (2001), os organizadores do esporte se aproveitaram desse aumento no número de praticantes para reivindicar sua própria Federação.

Além da retirada da natação da FPSR, a década de 1930 marcou outras transformações na configuração das entidades esportivas em São Paulo. Em 1936, ano de realização das Olimpíadas em Berlim, diversas federações esportivas do estado romperam relações com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD)³¹, alegando que “nenhuma

³¹ O problema com a entidade federativa esportiva brasileira não foi específico dos clubes de remo paulistanos. Na década de 1930, uma crise se instaurou entre a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e as ligas de futebol,

resolução será tomada por esta entidade nacional a benefício das pretensões do progresso esportivo do Paiz” (FEDERAÇÃO..., 1936, p. 10; DA HISTÓRIA..., 1936). Entretanto, a FPSR, em reunião com seus membros, votou pela não retirada da filiação à CBD, contrariando os interesses dos clubes Esperia e Tietê. A solução encontrada por esses dois clubes foi a retirada da filiação à FPSR e criação de uma nova entidade, a Federação Paulista do Remo (FPR) (O TIETÊ-S. PAULO, 1936).

Em julho do mesmo ano, foi realizada a primeira regata da nova Federação, na qual tomaram parte, além dos dois clubes fundadores, o Carioba e o E.C. Piracicaba, ambos representando clubes do interior. Os clubes santistas e os demais clubes da capital, que não acataram a nova federação formada, não participaram do evento. Para Nicolini (2001), a formação dessa nova Federação com o apoio de clubes de regatas de outras partes do estado foi mais uma derrota imposta aos clubes santistas, que pouco a pouco perdiam o controle da prática do remo em São Paulo.

Apesar dos discursos provenientes das revistas do Esperia e do C.R. Tietê serem bastante enfáticos quanto à necessidade da criação de uma nova entidade esportiva, no jornal *Correio Paulistano* foi publicada uma nota bastante desfavorável a essa cisão. Desde o título escolhido – “O fructo dos demolidores” (O FRUCTO..., 1936, p. 10) – é possível perceber qual a opinião a respeito da decisão dos clubes. Na nota, com tom de ironia, sugere-se a mudança do nome da federação para “Grupo dos Paulistas Regateiros”, já que apenas dois clubes da capital participavam da nova entidade e essa separação não beneficiava a prática do remo no estado de São Paulo.

Aparentemente, as cisões foram solucionadas em 1937, quando as duas entidades foram extintas e uma nova foi criada, a Federação do Remo de São Paulo (FRSP), que passou a funcionar em 1938. Uma regata foi realizada em Santos, em fevereiro daquele ano, para selar a paz entre os clubes remeiros do estado (RELATORIO..., 1938).

Entre encontros e desencontros, brigas e novas resoluções, os esportes aquáticos paulistanos se organizaram ao redor de novas entidades nas três primeiras décadas do século XX. Essas federações objetivavam estabelecer novas regras, fiscalizar o cumprimento das antigas, autorizar ou vetar o uso de novas técnicas e equipamentos, selecionar os locais para

que reivindicavam mais autonomia. Com essa crise, outros esportes menos populares encontraram um ambiente propício para também exigir novos direitos. Em 1935, diante dessa questão, foi fundado o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), órgão que passou a ser responsável por gerenciar o esporte nacional olímpico, e dentre tais modalidades, o remo. Entretanto, a criação do COB não extinguiu a CBD, que ainda contava com certo apoio político. Nas olimpíadas de 1936, o Brasil tentou participar com duas delegações nacionais – uma representada pelo CBD e outra que representava as federações especializadas de cada esporte, que haviam rompido relações com o comitê nacional (DACOSTA, 2005; SOUZA, 2008).

competições, organizá-las e, acima de tudo, acompanhar as mudanças esportivas que ganhavam destaque no cenário internacional para adequá-las às práticas paulistanas. Essas federações tiveram papel relevante nas sensíveis transformações operadas ao longo dos anos nos exercícios aquáticos.

No próximo tópico, serão discutidos os embates na escolha dos locais para as provas esportivas. Os espaços não eram escolhidos de forma aleatória pelas federações. Engendraram-se nessa disputa questões políticas, geográficas e aquelas relacionadas à melhoria da técnica e dos tempos dos esportes.

4.1.5 A escolha de novos locais para as provas

Desde o estabelecimento da União Paulista das Sociedades do Remo, em 1904, houve uma disputa na escolha dos locais de realização das provas. Para os clubes santistas, que eram maioria na entidade, o Valongo, em Santos, se mostrava o local mais adequado para as competições. Para os clubes paulistanos, o Tietê era mais apropriado. Esse debate ganhou novos capítulos em 1908, quando a represa de Guarapiranga (na época conhecida como represa de Santo Amaro) foi criada (JORGE, 2020).

De acordo com Jorge (2016; 2020), a criação dessa represa fez parte do primeiro sistema hidrelétrico projetado pela *Light*, empresa de energia paulistana. O objetivo de represar as águas do rio Guarapiranga era acumulá-las no período do verão para que, durante a seca, ela fosse despejada no rio Pinheiros, chegasse até o Tietê e movimentasse a hidrelétrica de Santana de Parnaíba.

Passados alguns anos de sua criação, a represa assumiu, além do papel de abastecimento de água da cidade, outros usos, como “ponto turístico a figurar nos cartões postais, local apropriado para contemplar a natureza, descansar, fazer piquenique” (JORGE, 2016, p. 189). Essas características fizeram com que essa região logo fosse procurada pelos moradores ricos de São Paulo (JORGE, 2020). Em 1918, em anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano*, o destino apareceu como um dos “quadros interessantíssimos da vida paulistana” (SEMANA..., 1918, p. 10), ao lado das corridas de cavalo e do mercado livre da praça São Paulo.

Foi em 1922 que, nas fontes elencadas para este estudo, mencionou-se a primeira corrida de barcos na represa (S. PAULO..., 1922). Tratava-se de uma comemoração organizada pelo S. Paulo Sailing Club, um dos muitos clubes instalados às margens da represa no período (JORGE, 2016).

As regatas oficiais da FPSR começaram a ser disputadas em Santo Amaro em 1925, junto ao campeonato de natação. Com a realiza o de tais provas, vieram as críticas publicadas nos jornais, tanto relacionadas ao evento quanto   escolha do local. Foi sugerido até que os tempos cronometrados no evento não fossem considerados para o campeonato:

Os tempos feitos em um dos primeiros concursos aquáticos em Santo Amaro, não podem absolutamente ser contados, visto que o balizamento foi feito em poucas horas, e as medidas terem sido aproximadas. Apenas no ultimo concurso em Santo Amaro p de-se julgar mais ou menos o valor dos tempos, e assim mesmo o vento ainda influ a muito. (TEMPOS..., 1925, p. 3)

A escolha de Santo Amaro como espaço ideal para a realiza o de regatas esbarrava em certa resistência dos clubes, que consideravam muito grande a distância a ser percorrida pelos participantes e pela torcida. Isso significava, sobretudo, um problema na divulga o e difusão do esporte, já que as provas na represa atraíam menor quantidade de público do que aquelas realizadas em Santos ou no Tietê.

O uso de rios, lagoas ou outros espaços da natureza para eventos esportivos contavam, quase sempre, com a incompatibilidade entre a prática e a acomoda o do público. Em São Paulo, ainda que o Tietê não possuíssem espaços adequados para o estabelecimento do público, as pontes, as margens e os deques serviam como espaços provisórios, e acomodavam tanto o público cativo quanto aqueles que procuravam o espaço para outras atividades e acabavam sendo arrebatados pelo espetáculo. Além disso, havia certa estrutura montada pelos clubes localizados no percurso das regatas que permitia uma visão mais adequada das provas. Já em Santo Amaro, o inconveniente da falta de arquibancadas se somava   extensa distância percorrida para chegar até a represa, o que desencorajava aqueles que desejavam acompanhar as provas.

No concurso aquático oficial de dezembro de 1928, houve a tentativa, por parte dos clubes da capital, de reafirmar o rio Tietê como espaço adequado para a realiza o das regatas. Assim, inúmeros argumentos foram colocados em cena para negar Santo Amaro como um local apropriado. As críticas o descreviam como “um local em que há água em abundancia, [mas] muito incommodo para a assistencia, por ser muito longe” (O CONCURSO, 1929, p. 16). Escolheu-se então o rio Tietê, em trecho em face ao clube Esperia, que cedeu têm sua estrutura club stica para o evento:

O Club Esperia [...] ofereceu sua s de e sua raia para serem realizados os pareos do concurso aquativo, o que fez com que o brilhantismo da competi o fosse bem maior, pois não somente a assistencia pode apreciar o desenrolar das corridas, da saida   chegada, como têm os concorrentes tiveram todas as facilidades para se apresentarem na hora, e os juizes quase nenhum trabalho tiveram [...]. (O CONCURSO, 1929, p. 16)

O Valongo, em Santos, também recebia críticas quanto à capacidade de receber as regatas oficiais. Em uma das regatas de 1928, os problemas relatados no jornal *A Gazeta* foram inúmeros (O ESPERIA..., 1930), a começar pela organização dos páreos, que foi falha e gerou problemas na chegada dos barcos. Outros problemas foram atribuídos ao próprio espaço. A maré e o vento permitiram que alguns barcos partissem em vantagem, e isso ocasionou o erro de alguns membros da arbitragem.

De acordo com a análise das fontes, houve um deslocamento de espaços considerados adequados para as regatas, que foi do Tietê ao Valongo e depois à Santo Amaro. Os dois primeiros espaços passaram a ser considerados inadequados por seus atributos naturais, como a correnteza, o vento e a maré, fatores que seriam menos prejudiciais caso a represa fosse eleita como espaço das regatas oficiais. A distância, maior empecilho do novo local escolhido, deveria ser compensada por outras qualidades, que tornariam aquele o local adequado para a prática esportiva.

Nas publicações voltadas aos associados das agremiações náuticas favoráveis ao novo espaço de prática esportiva, era preciso difundir o quão benéfico seria realizar competições em um destino tão distante. No C.R. Tietê, havia um projeto em curso, idealizado pelo diretor do departamento de remo, para que as regatas fossem realizadas em Santo Amaro, “local mais apropriado para o remo, tanto para os remadores como para o público, que poderá apreciar o desenrolar dos páreos sem o uso do binóculo” (CHO-CHO, 1931a). A represa foi classificada ainda como “idêntica aos locais onde são realizados os campeonatos brasileiros e internacionais” (CHO-CHO, 1931b).

A represa tinha, portanto, a preferência de treinadores e diretores da modalidade, por sua semelhança com espaços utilizados para provas oficiais. A crescente especialização do esporte fez com que os locais eleitos para as práticas fossem cada vez mais capazes de proporcionar melhoria nas técnicas, como é o caso, por exemplo, das piscinas. De acordo com Vigarello (1988), a mudança no local de realização de determinado esporte pode significar a transformação completa nas técnicas do corpo envolvidas nessa prática. Portanto, realizar regatas em espaços que se assemelhavam mais àqueles em que competições nacionais ou internacionais eram realizadas traria vantagens técnicas aos remadores.

A experiência do remo brasileiro nas olimpíadas de Los Angeles em 1932 corroborou essa reflexão. Em reportagem publicada na revista do Esperia, foi duramente criticada a escolha do Valongo como espaço de realização de regatas; sobre o rio Tietê, sequer houve menção. O espaço considerado adequado para tais provas era, de fato, a represa de Santo

Amaro, ainda que apresentasse o problema da distância. Na avaliação da reportagem, essa questão não deveria pesar na escolha do destino das provas, já que em países como a França e a Inglaterra os clubes de remo ficavam distantes da cidade, e mesmo assim recebiam grande público e promoviam ampla difusão (O REMO..., 1935).

Ficava, como lição do evento olímpico, a necessidade de melhorias nos locais de prática do remo:

A experiencia que tivemos nas ultimas Olympiadas ficou bem patente que não é possível praticarmos o esporte nautico para competirmos com os estrangeiros, nas condições em que se acham localizados os nossos clubs e no local em que esta sendo praticado. (O REMO..., 1935)

Diversas vozes eram responsáveis por eleger os locais considerados adequados para as disputas, e certamente as mais influentes ecoavam dentro das federações. Durante a existência da FPSR, o Valongo foi o principal espaço de realização das regatas oficiais, apesar das críticas dos clubes paulistas. Já a FPR, criada em 1936, escolheu a raia de Santo Amaro logo em sua primeira regata.

Embora as expectativas fossem grandes, a experiência relatada não foi agradável: o volume d'água estava baixo, o terreno em que foi instalada a arquibancada não era adequado e houve atraso dos participantes da prova (O TIETÊ-S. PAULO..., 1936). Diante de tais problemas, ficou decidido que seria “do próprio interesse da nova Federação Paulista do Remo procurar um outro local, que melhor se adapt[asse] á realização de suas regatas” (O TIETÊ-S. PAULO..., 1936, p. 11).

Em 1934, cogitou-se realizar o campeonato brasileiro de remo em Santo Amaro. O local foi o escolhido pelas embarcações do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro por se assemelhar aos espaços de disputa nesses estados. Entretanto, ao chegarem à represa, os remadores perceberam que as condições de navegação não eram adequadas:

A forte viração ali reinante, continuamente, emarola o trecho apropriado de tal forma que se torna, muitas vezes, uma temeridade remar em barcos de classe, principalmente de casco liso, em certos pontos daquele mar de água doce. (A RAIA..., 1940, p. 7)

Em 1940, o assunto voltou à tona, com a escolha, pela Federação, da represa para a disputa de uma regata oficial daquele ano. Desde o incidente de 1934, o Valongo colocava-se como principal espaço de realização de competições. Ao levantar as possíveis hipóteses sobre a nova escolha, apontou-se a influência dos clubes da cidade de São Paulo na mudança da prova:

Não é de hoje a grande vontade dos grêmios de S. Paulo, filiados á F.R.S.P., em levarem para a capital, ou suas proximidades, as regatas patrocinadas por essa entidade. [...]. Assim, pois, vem agora a Federação de endossar essas

pretensões, aceitando Santo Amaro como local, para a parada principal do esporte nautico paulista. (A RAIA..., 1940, p. 7)

Portanto, embora as federações tivessem como objetivo manter as competições no Valongo, ou levá-las para Sant Amaro, os clubes da cidade de São Paulo almejavam a volta da disputa das regatas oficiais no rio Tietê. Essa disputa era um reflexo dos entraves existentes no interior das próprias federações, que ora atendiam as demandas dos clubes do litoral, ora cediam aos clubes da capital, que ganhavam destaque no cenário esportivo aquático.

Para os jornais e os clubes, o que faltava ao rio era uma raia adequada, que pudesse receber as competições. E, no início da década de 1940, novas luzes foram jogadas sobre tal possibilidade, com o início das obras de retificação do Tietê. Havia a expectativa que essa obra arquitetônica transformasse a prática do remo na cidade; “com a retificação que está aí então o publico esportivo da Capital terá oportunidade de ver o que há de sensacional nos grandes páreos” (NO MUNDO..., 1940). Entretanto, no capítulo 5 desta tese, será discutido que, na realidade, as obras não atenderam às expectativas do clube, e acabaram operando um distanciamento ainda maior entre eles e as águas do Tietê.

Entre as décadas estudadas nesta tese, não houve um consenso sobre o melhor lugar para a prática do remo competitivo. O rio Tietê não apresentava raias adequadas, e, nos primeiros indícios de especialização esportiva, as provas foram transferidas para o Valongo. Lá, as intempéries da natureza também foram qualificadas como prejudiciais ao sucesso das regatas, embora esse fosse o espaço preferido pela FPSR. A represa de Santo Amaro, aquela que mais se aproximava dos novos requisitos esportivos para a prática, foi geralmente criticada pela impossibilidade de atrair o público, essencial ao esporte moderno.

Se a escolha dos locais de competição era influenciada pelos ideais do esporte moderno ligados à especialização e à regulamentação das disputas e das competições, outros elementos do esporte também eram regidos por essa lógica, como os treinamentos e a escolha dos implementos esportivos. Estava em curso um modo de competir que aproximava as práticas de remo e natação de um ideal olímpico, essas que foram, outrora, singelas disputas em um rio.

4.2 O ideal olímpico

Para Terret (1994), os Jogos Olímpicos Modernos (JO), que contaram com provas de natação desde sua primeira edição, tiveram relevância fundamental na internacionalização desse esporte. Havia uma concepção corrente de que a natação não era uma prática que merecia uma categorização única, mas que deveria fazer parte de outras provas, dado seu caráter

utilitário. Essa concepção de não especialização da prática era pautada na sua relação com a higiene e a preparação física, responsáveis por formar o *sportman* completo. Tal concepção era compartilhada por Coubertin, idealizador dos Jogos. Para o barão, seus benefícios morais e higiênicos tinham sido o fator responsável por sua inserção no rol de práticas olímpicas.

Embora Terret (1994) afirme que os JO tenham sido responsáveis por transformar as práticas de natação, essas mudanças não puderam ser vistas em suas primeiras edições. Basta lembrar que os primeiros JO não contaram com entusiasmo no cenário internacional (GUTTMANN, 1992) e, dessa forma, não foram relevantes para impulsionar práticas aquáticas. Nas primeiras edições, houve diferenças na metragem das provas, na escolha dos estilos e nos critérios para estabelecimento dos vencedores (TERRET, 1994). Os Jogos de 1900, em Paris, nem sequer contaram com um lugar específico para a realização das provas de natação, que foram realizadas no rio Sena.

Esse cenário começou a se alterar em 1908, quando houve a sugestão de que os JO adotassem um regulamento único e internacional das práticas esportivas, alinhado às ações das federações. Foi dessa forma que surgiu a FINA (Fédération Internationale de Natation), responsável por: a) estabelecer regras para as provas internacionais de natação; b) montar e homologar a lista de recordes mundiais; c) organizar as competições realizadas nos JO. Com a especialização e a burocratização da natação, houve progressivamente uma unificação das formas competitivas de nadar, asseguradas pela FINA e disseminadas ao redor do mundo pelas olimpíadas.

No Brasil, a princípio, houve maior interesse das federações esportivas por competições que não eram oficialmente olímpicas, como a ocorrida em Montevideu³² em 1907 (MELO, PERES, 2016). Ainda assim, o aumento da participação de atletas brasileiros em competições internacionais gerou novas expectativas em torno dos esportes, e mobilizou novos discursos ao redor de tais práticas.

Os ecos olímpicos, ainda que muitas vezes não sentidos diretamente, começaram a marcar as relações entre práticas e praticantes de esportes aquáticos na cidade de São Paulo. Os clubes de regatas passaram a investir em atletas que pudessem os representar em certames de tamanha importância. O sonho com tamanhas glórias olímpicas começava com uma prática já bastante conhecida dos nadadores e remadores paulistanos: treinar.

³² Em 1907, um torneio esportivo foi realizado em Montevideu e contou com a participação de atletas brasileiros. De acordo com Amaro (2018), esse foi o episódio olímpico de maior relevo na imprensa carioca do período, ganhando muito mais atenção do que os JO oficiais. Esse interesse pode ter dois motivos. O primeiro, a proximidade geográfica, que facilitava a chegada de notícias. O segundo, a participação de atletas brasileiros, que só passaram a frequentar os Jogos oficiais em 1920.

4.2.1 Treinar

Em meados do século XIX, o treinamento tinha um significado bastante distinto do que ele tem atualmente no cenário esportivo: a prática era associada aos cavalos de corrida que participavam de competições de velocidade. Algum tempo mais tarde, já ligado aos atletas que realizavam ciclismo, ele foi considerado uma “cultura curiosa” e mesmo contestável, pois desviava os praticantes dos fins úteis para privilegiar outras eficácias. Foi só na virada do século XX e, mais especificamente no período entre guerras, que o treinamento foi legitimado como uma prática metódica, voltada aos atletas e necessária para a melhoria do desempenho individual (VIGARELLO, 2008).

É possível perceber, portanto, que as diretrizes que permeiam o treinamento – sistematização, produção de corpos ágeis, melhoria da *performance* – não eram elementos caros ao esporte em sua gênese, embora já fossem amplamente divulgadas nos métodos ginásticos, mais associados à ideia de racionalização do corpo e do movimento (VIGARELLO, 2000). Isso se deve principalmente às implicações de uma moral esportiva, de bases aristocráticas, que prezava pela não especialização dos jogadores, para que eles não se desviassem dos verdadeiros propósitos esportivos. Esse pensamento certamente impedia o desenvolvimento de práticas sistematizadas que tinham como objetivo melhorar as *performances* individuais e os resultados coletivos (BOURDIEU, 2003a; VIGARELLO, 2008).

Entretanto, ainda que sob resistência de certa camada de dirigentes e atletas, a palavra treinamento foi se difundindo nos meios europeus e começou a dar unidade a um projeto que, embora baseado em metodologias distintas e não plenamente desenvolvidas, tinha como objetivo o desenvolvimento esportivo pessoal. Assim, a repetição, o tempo e os objetivos passaram a ser elementos de grande importância na preparação para as competições. Em pouco tempo, tornava-se letra comum o treinamento físico entre os praticantes de esportes: “As intensidades variavam, é claro, segundo os clubes e os projetos. Os programas, em compensação, instala[ra]m-se como um requisito obrigatório de toda preparação, e esta como fórmula comum de toda prática física.” (VIGARELLO, 2008, p. 205).

Na década de 1920, lentamente, um novo elemento passou a fazer coro a essas inovações: a ciência. Foi ela quem determinou parâmetros fisiológicos, biomecânicos e matemáticos para a melhoria do desempenho. Essa adoção de parâmetros científicos coincidiu com o aumento da popularidade dos esportes e suas disputas internacionais, que promoveram os primeiros passos de sua espetacularização (VIGARELLO, 2008).

No Brasil, os clubes de regatas paulistanos procuravam estabelecer novos métodos de treinamento para melhorar o desempenho de seus atletas. Entretanto, não eram só os clubes que se dispunham a estabelecer novas diretrizes para a prática esportiva. De acordo com Ladislau (2010), já na década de 1920 se difundia, nas revistas e outras publicações voltadas aos professores de educação física brasileiros, métodos de treinamento considerados eficientes para a obtenção de resultados positivos. Esses intentos se acentuaram na década de 1930, momento em que o país ansiava por melhores desempenhos esportivos em distintos cenários, especialmente os internacionais.

Nos clubes ora estudados, era possível verificar a difusão dessas ideias através de revistas e suas reportagens, que deixavam claro o objetivo de promover e difundir práticas mais sistematizadas voltadas ao treinamento dos atletas. O C.R. Tietê publicou um artigo, em 1940, que tinha como objetivo investigar “como se fazem campeões de remo” (COMO SE FAZEM..., 1940). Para isso, um repórter acompanhou uma sessão de treinamento do clube.

De acordo com o repórter, não bastava apenas que os remadores possuíssem força bruta; “sem um treinamento metódico sobre as vistas de competente técnico [...] não se fazem mais campeões desse esporte” (COMO SE FAZEM..., 1940, p. 3). A sessão de treinamento analisada contou com oito remadores que cruzaram dois mil metros no Tietê antes do raiar do sol, sob os gritos do treinador que exigia o melhor desempenho dos atletas. Essa era, em conclusão, a maneira ideal de colher bons resultados nesse esporte.

A reportagem fala também da importância do esforço individual – obtido pela dedicação de cada remador ao treinamento – para os resultados positivos. É possível perceber traços de uma psicologização da prática, que apelava para a vontade dos atletas como elemento essencial à vitória. Vigarello (2000; 2008) aponta que esse traço psicológico adentrou os métodos de treinamento esportivo a partir de um momento bem específico da história do esporte, em que a prática já se associava plenamente aos ideais burgueses de maximização dos resultados (na sociedade e no esporte), na competitividade institucionalizada e na obstinação dos atletas pelo topo. Assim, é possível perceber que os procedimentos de treinamento desenvolvidos no clube estavam em consonância com as práticas em voga no cenário internacional.

Ao longo dos anos, os clubes paulistanos aliaram a crescente esportivização de suas práticas náuticas ao incentivo ao treinamento dos atletas. O Esperia, um dos primeiros clubes a realizar desafios aquáticos no Tietê, inaugurou, em 1906 – apenas dois anos depois de organizar sua primeira prova de natação – a Escola de Natação do clube, que promovia aulas no rio a seus associados às terças, às quintas e aos domingos (SOUZA, 2000).

O treinamento, nesse contexto, significava a repetição da técnica correta de realizar os exercícios, até que o aluno ou o atleta desempenhasse o domínio adequado do gesto. Entretanto, como saber, dentre tantas possibilidades, qual era o modo entendido como correto para realizar as ações esportivas?

Uma técnica esportiva é uma maneira de realizar os processos visando à eficácia. Esses processos supõem uma organização racional, pautada na repetição e na transmissão (VIGARELLO, 1988). Na natação, o primeiro estilo utilizado nas competições inglesas foi o que é conhecido como nado peito (TERRET, 1994). Entretanto, a crescente esportivização dessa prática fez com que outros gestos mais eficazes e velozes fossem difundidos nas competições. Para Terret (1995) essas transformações promoveram um modo inglês de nadar, que era baseado nas experiências dos nadadores profissionais e, desta forma, visavam mais velocidade e destreza. Colaborou para a definição dos modelos técnicos ideais a criação de uma federação internacional (FINA) e a seleção de determinados estilos de nado nos eventos internacionais e JO. Assim, ao mesmo tempo em que certos modos de nadar passaram a ser considerados “corretos”, outras diversas técnicas utilizadas em tantos lugares do mundo passaram a ser tratadas como inadequadas ou ineficientes.

Com tais especificidades em vista, outros clubes além do Esperia promoveram aulas de natação no rio, antes da inauguração da primeira piscina da cidade em 1926, no Club Athletico Paulistano. Essas aulas, como retratam diversas fotografias do período, eram realizadas em cochos instalados nos rios, próximos à sede dos clubes. No Pinheiros e no Tietê, diversos deles foram instalados para permitir a segurança dos alunos que desejavam aprender a nadar.

Figura 29 – Natação nos cochos do rio Pinheiros, [1920-1929]



Fonte: Acervo digital do Esporte Clube Pinheiros.

Figura 30 – Cocho no rio Tietê, [1940]



Fonte: Acervo digital do C.E. da Penha.

O treinamento esportivo, contudo, tem como objetivo a quantificação e a melhoria de desempenho; de acordo com Vigarello (2008, p. 209) “o corpo técnico [...] é um corpo medido. Seus progressos, como seus treinamentos, são “maquinados”. Proclamam-se as eficácias, calculam-se as potencialidades”. Isso significa que, se o treinamento busca a excelência dos atletas, a realização deles nos rios não contemplava essa intenção.

Os clubes paulistanos corroboravam essa ideia. De acordo com a revista do Germânia (PÁGINAS..., 1940, p. 48), os primeiros incentivos à natação promovidos pelo clube foram nas águas do rio Pinheiros; “porém, os resultados técnicos nunca poderiam ser bem controlados, quiçá, melhorados, devido a correnteza natural do rio que, tira do nadador a noção completa do seu esforço”. O rio e a concepção de treinamento eram, portanto, imiscíveis.

Passou-se, então, a medir a ineficiência dos treinamentos nos rios por uma comparação com outros países e cidades que já realizavam exercícios nas piscinas. Em uma reportagem publicada na revista do Esperia, Jean Pironnet, treinador de natação que havia visitado as instalações esportivas da França em 1930, afirmou que o país vinha obtendo grandes resultados nas competições, porque havia disponibilizado piscinas para seus praticantes e porque havia estudos muito detalhados a respeito da técnica do nado (OS PROGRESSOS..., 1931).

Nas olimpíadas de 1932, o mesmo Jean Pironnet fez um longo relato sobre as provas aquáticas, com várias especificidades técnicas. Para o nadador, a superioridade dos nadadores vencedores das competições residia em pequenas alterações nos gestos técnicos:

No crole, o grande segredo está na propulsão das pernas. Os grandes campeões, nas vésperas das competições, ainda se exercitavam com a taboa, no bater de pés, e obtinham uma propulsão espantosa, conseguindo somente com os pés, tempos que muitos de nossos bons nadadores, não conseguiriam com o auxílio dos braços... (IMPRESSÕES..., 1932a, p. 15)

Nas revistas dos clubes, esse foi o momento em que as técnicas da natação começaram a ser esmiuçadas, provavelmente com a intenção de servir como manual àqueles que pretendessem investir nessa prática. O principal apontamento desses guias técnicos era assinalar as enormes diferenças entre as formas de nadar no rio e nas águas das piscinas. Em artigo publicado na revista do Esperia (OS RUDIMENTOS..., 1929), a técnica de manter a cabeça fora d'água no nado em águas abertas foi apontado como o movimento mais complexo e que mais exigia adaptações do nadador. Além disso, nas águas correntes havia a necessidade de lutar contra a correnteza ou aproveitar-se dela para aumentar a velocidade, caso bastante distinto do nado nas piscinas, que permitia a realização de técnicas de braçada e pernada mais específicas e minuciosas (OS RUDIMENTOS..., 1929).

Para Vigarello (1988), a transformação dos espaços de práticas esportivas foi muito determinante para as mudanças técnicas. Se outrora os espaços disponíveis eram aqueles familiares, mesmo cotidianos, paulatinamente houve a adoção de locais específicos, construídos com exclusividade para a prática esportiva. Esse é o caso das piscinas, que tiveram, no imaginário de sua construção, detalhes pensados especificamente para promover vantagens à técnica do nado.

No clube Esperia, a premissa da construção da piscina era melhorar a técnica daqueles que já sabiam nadar, ou ensinar aqueles que ainda não haviam aprendido. Para os iniciantes, “a aprendizagem na piscina torna-se de uma facilidade surpreendente, mesmo porque oferece ao incipiente nadador maiores garantias do que um rio ou mesmo um lago” (IMPRESSÕES..., 1932b, p. 12). Para aqueles que desejavam tomar parte em torneios disputados pelo clube, houve também a contratação de um técnico, disposto a melhorar a “arte da natação” (IMPRESSÕES..., 1932b, p. 12).

A divisão entre aprendizes e atletas serviu também para categorizar as piscinas, de acordo com a técnica exigida em cada uma dessas práticas. As piscinas olímpicas, de tamanho oficial, ficavam reservadas ao treinamento daqueles que participariam das competições representando os clubes. Os clubes Esperia, em 1934 (A FESTA..., 1934), e Atlética, em 1935

(PELA ATHLETICA..., 1935), inauguraram outras piscinas que foram construídas em diferentes formatos e profundidade para favorecer as aulas aos inexperientes. Na Atlética, junto à piscina de aprendizagem, foi lançado um curso, teórico e prático, que, possuidor de um método inovador desenvolvido pelos professores do clube, permitia “aos srs. sócios, sócias e menores, aprenderem a nadar em reduzidíssimo numero de lições” (PELA ATHLETICA..., 1935, p. 11).

No remo, a aprendizagem da técnica também recebeu atenção especial dos diretores dos clubes. O manejo do remo nos barcos comuns se mostrava bastante complexo, especialmente aos iniciantes no esporte. Então, um barco-escola foi proposto pela seção de remo do Esperia, “para que os sócios pudessem aprender o manejo do remo sem se espor as dificuldades dos barcos communs” (AS NOSSAS..., 1934, p. 16).

O polo foi outro esporte aquático que sofreu transformações em seu modo de jogar na passagem de um espaço esportivo a outro. A síntese publicada no jornal *A Gazeta* em 1930, sobre uma série de partidas realizadas no Tietê em decorrência do campeonato estadual daquele ano, deu ênfase à falta de organização das equipes e à falta de conhecimento técnico dos jogadores. No resumo apresentado, “a technica não foi das mais satisfatórias, e muitos jogadores demonstraram pouco entender do jogo” (ATHLETICA..., 1930, p. 13). As críticas se seguiram a cada jogo, e, de acordo com a reportagem, o embate entre Atlética e Palmeiras “pouco interesse despertou pois grande parte dos elementos não tinha noção dos rudimentos do polo aquatico” (ATHLETICA..., 1930, p. 13). Nos outros jogos, foi relatado o excesso de punição aos jogadores e a incapacidade de as equipes trocarem passes, atrapalhadas pela correnteza. A volúpia das águas, de certo, fazia com que os praticantes do esporte – ainda muito recente em terras brasileiras – tivessem dificuldade em executar as demais técnicas exigidas para o jogo, já que tinham que ficar concentrados em manter-se flutuando na água.

Figura 31 – Jogo de Polo Aquático no rio Tietê, [s/d]



Fonte: Acervo do Clube Esperia

A narrativa sobre outro jogo de polo aquático, dessa vez realizado na piscina do Esperia, em 1936, pintou o esporte de forma totalmente diferente. No mesmo jornal, as jogadas foram descritas como “eletizantes”; os lances, “empolgantes”; a partida chegou a ser qualificada como “o melhor embate do verdadeiro polo aquático dos últimos tempos” (OS ATHLETICANOS..., 1936, p.6).

Pode-se perceber, com a leitura das reportagens, aquilo que Vigarello (1988) chama de influência do espaço na técnica das práticas esportivas. A narrativa que versa sobre a prática na piscina chama a atenção para a primazia técnica dos atletas, enquanto os detalhes encontrados no rio refletiam a falta de eficácia, gerada, provavelmente, pela própria correnteza das águas. Os relatos deixavam claro as preferências e intenções dos jornais esportivos, clubes esportivos e federações sobre qual a forma considerada ideal de praticar este esporte.

A visível prioridade dada às piscinas nos aspectos ligados ao treinamento não impedia as comparações de desempenho técnico das práticas realizadas no rio. A análise do desempenho dos atletas ficava, em geral, a cargo dos jornalistas, que narravam detalhadamente os acontecimentos dos finais de semana nas páginas esportivas.

Uma prova de natação realizada no Tietê, em 1930, foi uma das competições minuciosamente analisadas pelos jornalistas especializados, que discutiam as técnicas, sua exatidão e suas deficiências. Nessas análises da prova, o nadador Hans Jupp, do clube Estrela, foi vencedor de sua categoria por conta de sua “braçada clássica” (FESTIVAL..., 1930, p. 5).

Georges Russel, outro nadador do certame, “apesar de destreinado, provou ser nadador de grande classe, pois conseguiu tempo ótimo” (FESTIVAL..., 1930, p. 5). Já Marina Cruz, da Atlética, possuía um estilo que consideravam poder ser melhorado, apesar de a atleta ter vencido os páreos que disputou.

É notório que a técnica esportiva, como um elemento primordial da especialização dos esportes, já se fazia presente mesmo quando as práticas eram realizadas no rio. Nesse local, apesar das dificuldades, tentava-se orientar os atletas, melhorar os estilos, realizar treinamentos. Entretanto, o ápice do treinamento de esportes como natação e polo aquático se deu quando um espaço específico para estas práticas foi construído. A piscina possibilitou outro olhar para as técnicas a serem desenvolvidas nesses esportes.

Com relação ao remo, o espaço não era o único problema a ser resolvido pelos clubes que pretendiam melhorar seu desempenho para galgar vaga nos certames olímpicos. Os barcos utilizados nas regatas paulistanas também precisavam se adequar aos novos intentos internacionais.

4.2.2 O problema dos barcos

No início do século XX, tecnologias de produção de barcos de corrida já estavam amplamente difundidas em países europeus, pois que essa prática esportiva era realizada lá há tempos. O Brasil iniciou sua trajetória competitiva importando esses barcos adaptados às necessidades de velocidade e agilidade, exigidas nas provas de remo.

Se aos esportes cada vez mais se atribuíam características como velocidade, desempenho e recordes, era necessário que todos os elementos imbricados na prática favorecessem as *performances* exigidas. Para Vigarello (2000), esse desenvolvimento esportivo foi indiscutivelmente alcançado com a multiplicação e especificação de objetos esportivos, que rapidamente passaram a ser produzidos em larga escala. Esse foi o caso, por exemplo, dos barcos de corrida, que ganharam novos tamanhos e formatos, e foram fabricados com novos e modernos materiais.

Vigarello (1988) destaca a importância que as mudanças nos objetos esportivos assumiram para a evolução das técnicas corporais. Para o autor, há uma influência sensível dos objetos sobre a motricidade; as técnicas portanto, correspondem, de certa forma, aos estímulos por eles oferecidos, ou pelas possibilidades por eles trazidas.

Os primeiros objetos utilizados para a prática dos esportes modernos eram feitos, em sua maioria, de ferro e madeira, o que presumia sua durabilidade e resistência. O passar dos

anos instituiu aos esportes, técnicas dotadas de leveza, agilidade, elasticidade; os materiais acompanharam tais transformações, e alumínio, fibras de vidro e plástico, por exemplo, passaram a ganhar a preferência dos fabricantes (VIGARELLO, 1988).

Não só a materialidade dos aparelhos se modificou, mas também suas formas e configurações por meio da influência tecnológica, ligada ao desempenho e à quebra de recordes (VIGARELLO, 1988). Com os barcos de remo não foi diferente: as transformações vivenciadas ao longo do tempo na escolha dos materiais e na aerodinâmica visaram melhorar o espetáculo esportivo e permitir melhores *performances*, especialmente no âmbito olímpico.

Em 1906, foi anunciado no relatório anual do clube Esperia que o clube encomendou quatro embarcações da Itália, sendo duas de passeio e duas de regatas. Os dois barcos competitivos seguiam a norma da Federação Brasileira do Remo, o que pode indicar tanto a adoção, pela entidade federativa, de normas internacionais de embarcação, quanto um padrão de importação dos clubes brasileiros (CLUB..., 1906).

A Primeira Guerra Mundial trouxe como uma das consequências ao Brasil um surto de substituição de importações, que pôde ser sentido em diversos âmbitos da economia (FISHLOW, 1972). Um dos setores marcados por essa nova diretriz econômica foi a importação de barcos. De acordo com o livro de memórias do Esperia, a determinação federal que proibia a importação de barcos, datada de 1914, fez com que o clube montasse sua própria oficina de fabricação (SOUZA, 2000).

É possível questionar se, de fato, a indústria de barcos brasileira foi capaz de atender às demandas dos clubes e adequar-se às demandas internacionais. Eram os barcos brasileiros construídos com medidas, modelos e peso apropriados a qualquer tipo de disputa, mesmo as internacionais?

A crescente regulamentação que os esportes experimentavam no desenrolar das primeiras décadas do século XX podia ser entendida por meio da observação do aumento de sua especificidade (GUTMANN, 2004). No remo, por exemplo, não eram mais aceitas quaisquer embarcações nas competições oficiais, apenas aquelas que se enquadravam exatamente nos padrões exigidos pela Federação Internacional.

Foi nesse período de aumento da especificidade das provas que o Brasil participou, pela primeira vez, da prova olímpica do remo, na Antuérpia, em 1920. Entretanto, a equipe nacional não obteve um bom desempenho porque a prova realizada – quatro com timoneiro – não era treinada no Brasil. Além da falta de especificidade dos treinamentos, a embarcação utilizada também não era específica para a prova, e a equipe acabou sendo excluída logo nas eliminatórias (DACOSTA, 2005).

Diante de tais dificuldades enfrentadas no âmbito internacional, a Federação de Remo Brasileira se empenhou em modificar o código de regatas vigente no país para adaptá-lo às exigências olímpicas internacionais. Algo que chamava a atenção era a questão do peso das embarcações, pois a exigência internacional era de barcos *out-riggers* de cinquenta quilos, e, no Brasil, não havia consenso sobre essa norma (O PESO..., 1921).

Nessa mesma década, os clubes paulistanos também entraram no debate a respeito da adoção de regras internacionais para as embarcações. A Atlética, de acordo com seu resumo histórico, se empenhou na reformulação do Código de Regatas Brasileiro, com a introdução de barcos *out-riggers* na frota nacional. De acordo com a publicação, essa reformulação não era unânime entre os diretores do remo no país, e houve o “enfretamento de uma oposição descabida, de elementos apegados a métodos retrogradados” (SUCUPIRA, 1964, p. 5).

Certamente, as pessoas ligadas a métodos retrógradados ali citadas eram aquelas que não consideravam a necessidade de adequação do esporte às normas internacionais. Eram tais normas que permitiam a padronização de componentes das diversas modalidades esportivas e a reunião delas em grandes eventos, como as competições internacionais e os JO (VIGARELLO, 1988; GUTTMANN, 1992). Era preciso, além de adotar novas embarcações para a prática brasileira, adaptar os remadores a elas. Na Atlética, o abandono dos barcos antiquados foi acompanhado de aperfeiçoamento técnico no uso de *out-riggers*, o que gerou à agremiação “vitórias retumbantes” (SUCUPIRA, 1964, p. 5). No Germânia, a escassa participação em corridas e regatas foi muitas vezes atribuída ao conjunto de barcos, considerados “velhos demais, pesados demais e que não correspond[iam] em tipos, medidas e pesos regulamentados pela Federação” (RELATÓRIO ANUAL, 1929, p. 6).

Em meio à discussão sobre o uso de barcos alinhados às demandas internacionais, estava a produção brasileira de embarcações competitivas. Ao longo da década de 1920, a produção nacional, que havia começado com os estímulos promovidos durante a guerra, continuou a oferecer os materiais às regatas locais. Em 1929, por exemplo, o Esperia registrou a construção de nove barcos de corrida, que eram vendidos também a outros clubes (OFFICINA..., 1929).

A partir da década de 1930, a qualidade dos barcos nacionais começou ser questionada. A revista do Esperia, clube que tinha uma das maiores produções de barcos do país, destacou esse debate. É possível perceber que as reportagens publicadas na revista sobre a temática procuravam exaltar as embarcações nacionais ou, ao menos, igualá-las às internacionais, certamente na tentativa de defender os interesses da própria agremiação. Ao mesmo tempo, a necessidade de defesa dos barcos brasileiros permite imaginar uma grande

discordância a respeito dessa temática entre as federações e as agremiações de remo ao redor do país.

Para além da discussão da qualidade dos barcos nacionais, havia a problemática da técnica desenvolvida nos barcos nacionais, que poderia não corresponder àquela necessária para o manejo de embarcações internacionais, diferentes no peso, no formato e no tamanho.

Na revista do clube publicada em maio de 1930, a narrativa a respeito de uma regata realizada no Valongo (Santos), vencida pelo próprio clube, foi direcionada para os benefícios dos barcos utilizados pela agremiação. De acordo com a revista, o sucesso nessa competição, e nas regatas paulistas de forma geral, se devia aos barcos utilizados:

Esse successo, aliáz bastante justificado, porquanto as construcções nacionais nada ficam a dever ás estrangeiras, muitos nos orgulha, pelo facto de que o Clu Esperia, de a muitos annos para cá, não medindo sacrificios e despexas, vem mantendo uma officina para esse genero de construcções nauticas. O fructo desse trabalho, felizmente, já se faz sentir, seja pelas victorias que os barcos construidos na officina do Esperia alcançaram em diversas regatas, seja pela preferênciã e provas de confiança que os Clubs nauticos de S. Paulo nos tem dado, enriquecendo suas flotilhas com barcos feitos no Esperia. (A GRANDE..., 1930, p. 5)

No número seguinte da revista, o caso dos barcos foi retomado. A publicação afirmava que não era possível atribuir a vitória de uma regata ao barco, e sim à guarnição que o manejava. Tentou-se também rebater algumas críticas existentes no meio esportivo:

Salientámos a victoria dos barcos nacionais justamente pelo facto de existir uma corrente, embora pequena, completamente ostil ao uso dos barcos feitos no Brasil, entre os quaes alguns remadores, que propala aos quatro ventos que os nossos barcos não podem ser comparados aos de procedência estrangeira. (OS BARCOS..., 1930, p. 4)

O objetivo da publicação era modificar as impressões sobre as embarcações brasileiras e, ao mesmo tempo, divulgar as vitórias obtidas com os barcos de produção própria. Não houve nenhuma menção às questões internacionais ligadas ao padrão de peso e medidas.

Em 1931, outra reportagem foi publicada a respeito da disputa entre os barcos nacionais e internacionais. No texto, afirma-se que as opiniões dos remadores e dirigentes eram influenciadas pelos resultados obtidos, que não dependiam exclusivamente dos barcos, mas também de quem os dirigia. A conclusão ali reafirmada era a de que existiam bons e maus barcos nacionais, da mesma forma que nem todas as embarcações estrangeiras eram de qualidade (A ETERNA..., 1931).

Entretanto, essa relativização promovida pela revista do clube Esperia não foi reafirmada com a participação olímpica brasileira em Los Angeles, em 1932. Na revista do C.R. Tietê, o mau desempenho da equipe brasileira foi atribuído tanto à falta de locais específicos

para a prática quanto aos tipos de embarcações (GARCIA, 1935). Aos barcos utilizados no Brasil foi conferida a ideia de que eram inadequados às águas do mar (referindo-se às disputas no Valongo), e por isso o desempenho das equipes ficava aquém dos competidores de outros países. Além disso, algumas tecnologias de construção eram utilizadas por outros países e não pelo Brasil. No artigo, cita-se um verniz especial que diminuía a aderência das embarcações à água, o que fazia com que elas deslizassem mais rapidamente; nos barcos brasileiros essa tecnologia não era utilizada, e isso fazia com que as embarcações brasileiras perdessem “millesimos de centímetros” (GARCIA, 1935). Tais milésimos, em competições internacionais já bastante institucionalizadas, como era o caso dos JO, eram valiosos.

Assim, ao mesmo tempo em que havia o desenvolvimento de embarcações brasileiras e um mercado a ser conquistado por elas, esses barcos não conseguiam convencer a opinião dos especialistas e atletas a respeito de sua eficácia. O ideal olímpico que entusiasmava as competições aquáticas no Brasil, e principalmente em São Paulo, exigia elementos que igualassem a competitividade em nível internacional. Barcos que deixavam dúvida sobre milésimos de centímetro perdidos não gozavam de prestígio nesse cenário.

Os treinamentos e as adequações materiais se ligavam a um desenvolvimento olímpico voltado à melhoria do desempenho. Entretanto, não se exigiam só boas *performances* para a participação nesse que se tornava o maior certame esportivo internacional: a adesão a uma moral esportiva também era de suma importância para que o projeto olímpico se espalhasse mundo afora e obtivesse sucesso. Os clubes de regatas viviam entre a moral esportiva e o desejo incontrolável pela vitória.

4.2.3 A “mania dos records” invade as práticas aquáticas

Ao mesmo tempo em que o olimpismo se tornava um fenômeno crescente no mundo, e os JO ganhavam visibilidade como evento esportivo mundial, o Brasil se aproximava dessa realidade das disputas, e ansiava por boas participações e obtenção de medalhas (MELO, PERES, 2016; AMARO, 2018).

O olimpismo inspirava duas exigências. A primeira era o acolhimento, por parte dos esportistas, de seus ideais, difundidos desde a criação das Olimpíadas Modernas. A participação nos Jogos era vetada àqueles que não seguiam à risca os modelos estabelecidos. Para Coubertin, seu idealizador, havia uma mensagem política bastante clara nesse evento, a de que os esportes eram meios competitivos para um fim cooperativo: estabelecer a paz entre os países. Para atingir essa meta, o barão estabeleceu quesitos morais muito claros ligados ao *fair*

play e ao amadorismo, pilares de sua concepção de jogo justo e moralmente benéfico³³ (GUTTMANN, 1992).

É possível perceber, com as declarações de Coubertin, que o esporte compartilhava duas características distintas. Por um lado, sua relação com a sociedade industrial – na qual ele nasceu e a qual ele ajudou a dar forma – apontava para elementos como a democracia, a busca por melhores desempenhos e a competitividade entre indivíduos. Por outro, o esporte se comportava como um espaço apartado da sociedade, colocando-se como um modelo às relações humanas. Vigarello (2000; 2008) chama esse universo de uma “contra sociedade”, que se mostra, a partir de preceitos morais bem definidos, como o espaço do exemplo, da fabricação de mitos e da perfeição ética:

O esporte pretende inventar uma moral que promova a competição e ao mesmo tempo o respeito ao outro, a autoafirmação na solidariedade universal. Jogar significaria ser moral, competir significaria ser exemplar, deferente para com o outro em particular, tanto quanto enérgico ou apaixonado. Imensa ideologia da época, que chega a configurar uma visão ética, quase pedagógica, associado à excitação dos concursos físicos a sua pacificação e a sua exemplaridade. (VIGARELLO, 2008, p. 203)

Assim, a participação de atletas nesse universo exigia a compreensão de tais regras morais e a adequação de práticas e atitudes a esses preceitos.

A segunda exigência inspirada pelo olimpismo era a consonância de regras, técnicas, materiais e vestimentas, para que os esportes fossem disputados por todos em igualdades de condições. No Brasil e, particularmente em São Paulo, os clubes de regatas e natação se muniram de esforços para difundir os ideais olímpicos a seus atletas e, ao mesmo tempo, adequar suas práticas àquelas exigidas em nível olímpico.

Na revista do C. R. Tietê, Joviro Foz, diretor da agremiação, foi o responsável pelo edital em 1940, que defendia a importância da orientação ética e moral promovida pelas olimpíadas em relação aos esportes (FOZ, 1940). O autor exaltou o caráter altamente educativo dado às Olimpíadas Modernas, em que era mais importante competir do que vencer. Para Foz, a prática do esporte era somente um meio para se atingirem bons níveis morais e sociais, ligados à disciplina e à solidariedade. Baseado nessa interpretação da filosofia esportiva, bastante afeita aos ideais olímpicos, foi criado um direcionamento para o clube Tietê, que se pautava na

³³ Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, prezava pela moral, higiene, educação e fortalecimento do corpo a partir do esporte e, para tanto, difundia ideais como o *fair play*, a boa conduta durante as partidas e o respeito às regras. Ao mesmo tempo, é preciso mencionar que posturas segregadoras também eram difundidas pelo Barão, como por exemplo as regras relativas ao amadorismo nos primeiros Jogos, que impediam a participação esportiva de grande parcela da população, e o não apoio à presença das mulheres nas disputas, com falas extremamente contrárias ao desenvolvimento esportivo feminino (GUTTMANN, 1992).

participação coletiva nas atividades esportivas e o melhoramento comum das habilidades de seus associados (FOZ, 1940).

O clube se valia dos ideais olímpicos para construir suas próprias definições de esporte e difundir uma moral esportiva considerada adequada para seus associados. Essa moral esportiva, apropriada pelos dirigentes de forma bastante particular, se valia de duas características bastante distintas – dir-se-ia quase opostas – do esporte para embasar suas concepções. Uma delas era a filosofia aristocrática do esporte, ligada à prática desinteressada e cheia de virtudes; ao mesmo tempo, exaltava-se a moral burguesa, que proclamava o espaço esportivo como ideal para educar os jovens intrépidos e corajosos, desejosos da vitória.

Essas duas interpretações morais do esporte se fundiam não só nas interpretações dos clubes paulistanos a respeito do significado social do esporte, mas também nas práticas mais institucionalizadas, como era o caso dos JO. Nos preceitos ligados aos jogos, constava-se a primazia de Coubertin pelos desígnios aristocráticos do esporte. Entretanto, ao mesmo tempo, toda uma engrenagem de desenvolvimento técnico voltado para a vitória era destinada às práticas olímpicas, tornando esse um espaço privilegiado nas grandes disputas de pódio internacionais (HOLT, 1992; GUTTMANN, 1992). Como resultado mais extremo dessa engrenagem se situa a busca desenfreada por recordes, condição bastante estimulada nas práticas esportivas de marca, como é o caso da natação e do remo.

Um atleta perfeitamente sintonizado com os preceitos morais preconizados pelos esportes olímpicos deveria os incorporar tanto durante a realização das competições esportivas quanto na vida cotidiana. Na revista do *Esperia* publicada logo após o retorno dos atletas brasileiros dos jogos de Los Angeles (1932), reclamações formais foram feitas a respeito do comportamento dos competidores que representaram a comissão brasileira. O clube enviou à CBD uma carta em que acusava alguns atletas brasileiros, membros de outras agremiações, de más condutas durante viagem de ida e volta no navio no período de estadia nos Estados Unidos, e cobrava providências mediante competidores que “não se portaram como convem a esportistas que se prezam” (ECOS..., 1932, p. 13).

Em relação aos desígnios técnicos em disputas internacionais, o Brasil também não se saía bem até o momento. Após a frustrada primeira experiência olímpica em 1920, uma boa participação nos jogos de 1924 seria o desfecho ideal para essa tentativa de adequação olímpica em curso no Brasil. Bons resultados em Paris significariam que o país enfim havia se tornado uma “grande potência esportiva” (O DR. FERREIRA..., 1923). Ferreira dos Santos, atleta e médico dos esportes paulistano, concedeu entrevista à *Gazeta*, na qual falou sobre as chances do Brasil em cada esporte. Para ele, o remo era um forte candidato à medalha, pelos resultados

obtidos nos desafios internacionais. Após a derrota em Antuérpia, os remadores paulistanos se dedicaram a aprender a remar na embarcação utilizada nos jogos e obtiveram bons resultados em desafios e eliminatórias. Entretanto, Santos não previa o mesmo destino para a natação:

-...no remo podemos apresentar bando á altura dos mais famosos do universo.
 -E na natação?
 -Já não lhe posso dizer o mesmo, infelizmente...
 -Por que?
 -Porque nossos nadadores não se habituaram a treinos em piscinas apropriadas. Continuam com seus exercícios no mar ou no rio. Ora, em Antuérpia nada conseguimos nesse bello ramo do esporte aquatico porque nossos rapazes pouco faziam de notavel na agua doce e parada... (O DR. FERREIRA..., 1923, p. 3)

O entrevistado atestou, ainda, que os reveses olímpicos de 1920 não se tornaram aprendizado para 1924. As equipes de natação não se adequaram às técnicas das piscinas e tampouco o *water polo* melhorou seu desempenho (O DR. FERREIRA..., 1923, p. 3).

Adequar as práticas aquáticas realizadas no Brasil às disputas internacionais exigia novos materiais, novas técnicas e novos espaços, o que nem sempre era possível dadas as condições de treinamento. O remo, mesmo que tivesse adequado suas embarcações, ainda realizava competições em locais considerados inadequados, como o rio Tietê ou o mar. Na natação, as piscinas ainda não faziam parte do cenário esportivo paulistano (a primeira foi construída apenas em 1926 no Club Athletico Paulistano), e, como consequência, as técnicas específicas do nado em águas paradas ainda não haviam se desenvolvido.

Apesar dos esforços dos clubes de regatas em reafirmar moral e tecnicamente os benefícios da prática esportiva e do olimpismo, é possível notar, pelo perfil das publicações dos próprios clubes destinadas a seus atletas e associados, que houve uma predominância da necessidade da apuração técnica voltada para as vitórias e os recordes, e o discurso que aclamava a importância da competição sem o foco no resultado foi sendo deixado de lado. Pouco a pouco, a moral burguesa relacionada ao esporte, que alicerçava a ideia de que a vitória poderia ser alcançada a qualquer custo, ia tomando a frente na prática esportiva (BOURDIEU, 2003b).

A imprensa esportiva paulistana e os próprios clubes de regatas viveram esta dualidade a respeito dos novos desígnios promovidos pelo esporte moderno. Ao mesmo tempo em que se tentava manter intactos os elementos da boa moral esportiva, preconizada por Coubertin no momento da elaboração dos JO, era necessário incentivar os atletas brasileiros a melhorarem o desempenho, os tempos, as técnicas, para que galgassem pódios em competições

internacionais. Nem sempre essas duas pretensões carregavam consigo similaridades; na maioria das vezes, o que havia era oposição entre uma intenção e outra.

Em reportagem publicada no jornal *A Gazeta* em 1932 (A MANIA..., 1932), alguns meses antes dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, foram direcionadas duras críticas à FPSR, que tinha promovido um desafio voltado à quebra de recordes na natação. O evento, realizado na piscina do Club Athletico Paulistano, contou com a presença de quatro nadadores que representariam o Brasil nos Jogos, e teve como objetivo quebrar o recorde nacional da prova 4x200 metros, nado livre. Na publicação, as críticas foram relacionadas à falta de coletividade do evento, que analisava o desempenho técnico de apenas alguns nadadores. Um evento verdadeiramente proveitoso para a natação paulistana, de acordo com a reportagem, seria realizado entre diversos nadadores de variados níveis técnicos. A partir da coletividade e da reunião de esforços, os recordes seriam, então, naturalmente quebrados.

No final da competição, os desejados recordes não foram obtidos pelos nadadores, e questionaram-se as intenções da Federação com tal evento:

De facto, que proveito traria para a natação paulista a tentativa de hontem fosse ou não coroada de exito? Que vantagem, em favor de sua propaganda e de sua expansão, entre nós, traria si fosse alcançado mais esse recorde na tabella official?

Não se compreende, em absoluto, como haja quem aprove iniciativas de tal ordem, que nenhum proveito trazem para a natação de S. Paulo. (A MANIA..., 1932, p. 14)

Embora essa crítica tivesse fundamentos relacionados à forma como o esporte era encarado – moral e educativamente – é possível notar que os recordes invadiam as publicações esportivas e dos clubes de forma abrupta. Desde que a cifra se tornou um elemento importante na determinação dos esportes, ela começou a ser explorada como um qualitativo da prática esportiva, especialmente em esportes de marca, como a natação (VIGARELLO, 1988). Assim, embora esporadicamente críticas fossem tecidas à exacerbação desse aspecto, a “febre dos recordes” (TRAVERESSIA..., 1932, p. 12) havia, de fato, invadido o mundo da natação paulistana.

A descoberta de novas proezas físicas realizadas pelos atletas associadas às narrativas jornalísticas fazia com que os números aparecessem de forma recorrente (VIGARELLO, 2002; 2008; GUTTMANN, 2004). Paulatinamente, as cifras passaram a fazer parte da narrativa esportiva na cidade. Havia um desejo de registrar os números obtidos pelos nadadores e, ao mesmo tempo, de comparar seus tempos com o de outros nadadores no cenário nacional ou internacional. Esse ensejo podia ser visto nas reportagens dos jornais, como a do dia 09 de janeiro de 1939, publicada n’*A Gazeta*, que exaltou, em uma longa página, todos os “18 recordes superados” (ESPERIA..., 1939, p. 13).

Os números, que detalhavam, quantificavam e comparavam, causavam verdadeira empolgação nas publicações paulistanas; eles representavam a “natação científica, o nado moderno” (A QUESTÃO..., 1925, p. 3), um modo correto e eficiente de realizar as práticas aquáticas. Esse modo era completamente contrário ao nado nos rios, espaços de “performances inverídicas” (A QUESTÃO..., 1925, p. 3). É possível questionar o motivo pelo qual os recordes eram divulgados: curiosidade? Inspiração aos nadadores locais? Tentativa de imposição de novas técnicas às práticas realizadas na cidade? Fato é que, a cada dia, mais espaços eram destinados a esse tema.

Em publicação d’A *Gazeta* (A QUESTÃO..., 1925), os recordes mundiais das principais provas de natação foram divulgados ao lado dos recordes nacionais. O intuito dessa reportagem não era desqualificar os atletas brasileiros, que tinham tempos inferiores, mas sim comprovar que, em melhores condições, eles seriam também capazes de alcançar tais marcas.

Nas publicações dos clubes náuticos, também houve a divulgação dos recordes mundiais e dos países representados (OS RECORDS..., 1928). Os clubes tinham como intuito não só incentivar seus atletas, mas fazê-lo de uma forma que ficasse implícita a necessidade de superar os demais clubes náuticos nas marcas obtidas. Perseguir as metas mundiais era uma das formas de promover melhores resultados também nos campeonatos internos. A imagem de Johnny Weissmuller, multacampeão da natação, era estampada a todo tempo, como um ícone de tais ambições (ESPERIA, 1933).

Rapidamente, a cifra, outrora combatida em nome da nobreza do esporte, tornava-se parte do cotidiano dos associados dos clubes esportivos; inseria-se não só na vida de treinadores e atletas, mas também do público, que passava a se interessar cada vez mais pelo assunto. A popularidade dos recordes era tanta que uma revista do *Esperia* promoveu um concurso para premiar o torcedor que acertasse o tempo da guarnição vencedora da Prova da Ilha, realizada em 1931. Para o vencedor seria dada uma “victrola da marca BING” (PROVA..., 1931, p. 4); se houvesse empate entre dois apostadores, seria realizado um sorteio.

A cifra era sinônimo de progresso esportivo, de uma prática mais científica e adaptada às competições internacionais. Era, também, o modo de averiguar as chances dos nadadores e remadores brasileiros em relação aos atletas de outros países, e deixava claro o quanto as condições técnicas deveriam ser melhoradas para a diminuição de alguns segundos no resultado dos competidores.

Cabe aqui uma alusão à importância da categoria tempo nas definições do esporte moderno. Para Vigarello (2002), as práticas esportivas da antiguidade não podem ser associadas à da modernidade prioritariamente por conta dessa categoria. De acordo com o autor, não havia

um tempo estipulado especificamente para o jogo, e tampouco uma fixação da duração ou do espaço; sequer um cálculo de seu desenvolvimento. Assim, o tempo do jogo só existia em função de outros tempos, por exemplo, o do trabalho ou o do calendário religioso.

Isso foi totalmente transformado na modernidade. O esporte moderno, para Guttman (2004), se estabelece a partir de condições sociais bastante específicas, pautadas em um processo de racionalização do mundo e da adoção da ciência como explicação aos fenômenos da vida³⁴. Assim, se o esporte é produto de uma sociedade burocratizada e racionalizada, que atribui ao tempo a divisão entre o trabalho, o descanso e o lazer, certamente este parâmetro também é crucial para o estabelecimento do esporte. Isso fica evidente quando o autor enuncia a racionalização, a quantificação e o estabelecimento de recordes como características ideais do esporte; é certo que, em todas essas categorias, o tempo se estabelece como elemento fundamental.

Um dos principais requerimentos relacionados à melhoria do tempo na natação paulistana era a construção de piscinas. Elas permitiriam que novas técnicas fossem desenvolvidas pelos nadadores, que se aproximariam mais daquelas realizadas em certames internacionais. Assim, no momento de inauguração da piscina do Clube Tietê, em 1934, um dos elementos mais festejados e enaltecidos foi o grande relógio construído em frente à arquibancada, que permitiria que todos os concorrentes e os torcedores pudessem acompanhar o desempenho dos nadadores nas provas ali realizadas (C.R. TIETÊ, 1934). Era o imperativo dos recordes, inicialmente combatido, que chegava e fazia morada nas práticas aquáticas dos clubes náuticos paulistanos.

A adesão dos clubes náuticos aos ideais olímpicos se dava de forma híbrida: disseminava-se o ideal do esporte para todos os associados e, na mesma intensidade, construía-se um arcabouço para a seleção de atletas que representassem o Brasil em competições internacionais. As regatas organizadas pela Federação de Remo de São Paulo, na década de 1940, foram pensadas não só para a premiação dos primeiros colocados, mas também tinham como intenção a seleção de talentos para a equipe brasileira. Em evento realizado em Santo Amaro, patrocinado pela Federação, os vencedores dos três principais páreos seriam convidados também a representar o país nas regatas internacionais que seriam disputadas no mês de dezembro em Porto Alegre (NA REPRESA..., 1940).

É possível perceber que, paulatinamente, os esportes e esportistas se especializavam, principalmente em direção a uma prática mais profissional. Como aponta

³⁴ As ideias de Guttman a respeito do esporte moderno são pautadas nas teorias elaboradas por Weber (2004).

Terret (1994), os profissionais foram, ao longo do estabelecimento do esporte, bastante criticados, especialmente pelos modelos pautados na ideia de *fair play*. Entretanto, foram eles também que, especialmente no caso da natação, garantiram a continuidade e aperfeiçoamento dos modelos esportivos. Se outrora aos exercícios realizados no rio era atribuída a denominação de “façanha”, ou de “práticas espetaculares”, não demorou para que essas práticas se tornassem mais específicas, e mais ligadas aos estritos regulamentos esportivos (MACHMEHL, 2011). Com isso, mesmo a multifuncionalidade dos praticantes – que outrora competiam em diversos esportes e representavam os clubes em inúmeras competições – começa a ser tolhida, e eles passam a se especializar em uma única prática (VIVIER, 1998).

Em suma, inúmeras foram as adequações olímpicas a que se propuseram os clubes, especialmente voltadas ao treinamento, à difusão de certos atributos esportivos e a especialização de seus atletas. Entretanto, a completa adequação aos novos modelos seria finalmente obtida, na interpretação dos dirigentes, atletas, jornais e público, quando as piscinas começassem finalmente a serem lugares da prática esportiva na cidade.

4.3 “Piscinas... piscinas!”

A transformação das técnicas de nado se relacionava diretamente, no imaginário dos clubes e federações, à construção das piscinas. Eram elas que permitiriam ajustes que alçariam o Brasil a uma prática esportiva semelhante àquela realizada em outros países.

De espaço fechado, água calma e clara, geometria simples e bem definida, a piscina fez mais do que balizar o quadro da *performance* para fins comparativos. Ela forneceu um aparato espacial no qual os detalhes são conhecidos; em resumo, ofereceu uma arquitetura à serviço da precisão (TERRET, 1994).

Essas características funcionais das piscinas também não foram concernentes a todo projeto arquitetônico do século XX. Wiltse (2007), ao analisar a história desses espaços nos Estados Unidos atesta que, por muito tempo nesse país, as piscinas públicas foram entendidas muito mais como um espaço de divertimento das classes trabalhadoras do que como sinônimo de *performance* esportiva. Nesses casos, seu formato não era retangular e simples, mas ligados aos prazeres sensoriais das praias e lagos, com diferentes texturas, quedas d’água e outros elementos.

Ainda que outros usos tenham sido associados às piscinas, sua relação com as competições esportivas transformou sobremaneira a realização e os resultados desses eventos. Em sua versão utilitária, as piscinas são espaços que atendem a um projeto formal de exercício,

ou seja, são projetadas exclusivamente para eles (VIGARELLO, 1988). Elas se tornaram o lugar preferencial das práticas de natação já na virada do século XX, quando pouco a pouco as práticas em águas abertas foram excluídas dos catálogos federativos por não atenderem a uma estrita norma esportiva (TERRET, 1994).

É certo que as piscinas dos clubes aqui estudados não foram utilizadas exclusivamente para a prática esportiva. Elas abrigaram uma infinidade de atividades, como aulas de iniciação ao nado, brincadeiras, jogos, espaço para banhar-se no sol, ou simplesmente para refrescar o corpo nos dias de calor. Entretanto, é possível, mesmo com essa infinidade de usos, corroborar com as afirmações de Vigarello (1988) a respeito da exclusividade de seu uso. Ao contrário do rio, que dividia as brincadeiras aquáticas com tarefas mais sérias, as piscinas tinham o uso voltado exclusivamente ao divertimento.

Figura 32 – Associados na piscina do C.R. Tietê, 1936



Fonte: E NADE-SE com um barulho desses. **Tietê**, 1936.

Figura 33 – Associadas na piscina do C.R. Tietê, 1936



Fonte: Acervo do C.R. Tietê, 1936.

Brasil afora as piscinas eram inauguradas e aumentavam o coro da especialização esportiva da natação no país. No Rio de Janeiro, para além da piscina de clubes como o Fluminense, que abrigava competições nacionais, em 1922 foi construída uma piscina pública para a disputa dos jogos atléticos sul-americanos (ASSMANN, SILVA, MAZO, 2014). Em Porto Alegre, a década de 1930 também apontou o surgimento das primeiras piscinas nos clubes atléticos (ASSMANN, SILVA, MAZO, 2014).

Nos jornais paulistanos, a inexistência de piscinas disponíveis para torneios e campeonatos em meados da década de 1920 era associada diretamente ao baixo desenvolvimento da aquática da cidade. De acordo com Nicolini (2001), as competições de natação antes da instalação das piscinas eram realizadas em cochos, isto é, flutuadores formados por pranchas de madeiras e sustentados por tambores que permitiam a largada de todos os nadadores ao mesmo tempo. Entretanto, embora essa estrutura fosse conhecida há tempos pelos clubes, os torneios oficiais de natação iniciaram as disputas somente em 1923, muitos anos depois dos primeiros eventos de remo.

Figura 34 – Natação no cocho no rio Tietê, 1929



Fonte: Acervo do C.R. Tietê

A natação paulistana estava, nos dizeres d'A *Gazeta*, “estacionada” (TEMPOS..., 1925, p. 3), porque não havia incentivos para a quebra de recordes entre concorrentes, problema que só seria resolvido com a construção de piscinas na cidade. Para exemplificar, o jornal citou o exemplo de duas competições que tinham fracassado nesse aspecto. A primeira foi um concurso da Federação, que teve um páreo de natação anulado pela forte correnteza; “ninguém conseguiu transpor a chegada, fazendo com que nadadores cariocas que vieram especialmente do Rio, tivessem de voltar sem correr” (TEMPOS..., 1925, p. 3). No outro caso, o problema havia sido o balizamento apressado das raias, o que fez com que elas tivessem medidas diferentes e que, por consequência, os tempos obtidos pelos nadadores tenham sido invalidados.

No dia seguinte a essa reportagem, outra publicação pontuava “A questão das piscinas” em São Paulo (A QUESTÃO..., 1925, p. 4). A ideia central do artigo era abordar que, no Brasil, havia pouco desenvolvimento na natação por falta de recordes quebrados e tempos anotados. Essa questão seria amenizada apenas com a construção de mais piscinas:

[...] entendemos que toda nação esportiva precisa ter os seus recordes que são o índice do seu desenvolvimento técnico-desportivo. E é por isso que visamos, com a construção de piscinas, não apenas o nosso aperfeiçoamento natatório, mas também elementos imprescindíveis para obtermos os recordes

nacionais. Porque é evidente que, sem elles, jamais poderemos auferir o valor de nossos nadadores com os valores dos de outras nações de adeantado desenvolvimento esportivo. (A QUESTÃO..., 1925, p. 4)

É possível notar que, embora a construção de uma piscina pelos clubes pudesse envolver diversas variáveis, como a diversão, o aprendizado ou o aumento no número de associados dos clubes, o jornal mostrava-se particularmente interessado nos benefícios técnicos do nado nas piscinas, fator que poderia aproximar os nadadores brasileiros de índices obtidos por outros países. Essa perspectiva não se dava somente com relação à natação, mas também ao polo aquático. A “falta de preparo necessario” (CLUB..., 1918, p. 4) dos atletas dessa modalidade era creditada totalmente à ausência de um local adequado, sem correnteza, para realização dos certames.

O assunto atraía também a atenção dos clubes paulistanos, e, dentre eles, principalmente aqueles que se dedicavam quase em exclusividade às modalidades náuticas. A difusão das piscinas pelo mundo e as vantagens provenientes de seu uso eram reafirmadas por entre essas agremiações, que ansiavam pela construção de suas próprias.

A revista do clube Esperia publicou, no momento em que a construção de sua obra estava quase finalizada, uma grande reportagem a respeito das piscinas do mundo (PISCINAS..., 1933). Nessa reportagem, a história da relação da humanidade com as piscinas foi retomada desde a Antiguidade Clássica, para reafirmar os muitos usos que já foram creditados a esses espaços. Elas eram usadas, então, para a higiene, e não para o exercício esportivo; entretanto, as “necessidades da humanidade, nessa ânsia incontida da imersão e do exercício natatorio” (PISCINAS..., 1933, p. 18) levaram à ampliação de seus usos. Embora os rios, os mares e os lagos servissem a esse intento, as piscinas eram consideradas o espaço perfeito para a união da higiene e dos exercícios físicos. Rapidamente elas passaram a substituir seus congêneres maiores, já que eram mais facilmente instaladas, não dependiam das intempéries da natureza e podiam ser utilizadas em qualquer época do ano (PISCINAS..., 1933, p. 19). Para os autores do artigo, esses novos usos atribuídos a este espaço permitiram uma verdadeira “febre....de piscinas”:

Piscinas...piscinas

Não vae nessa frase trocadilho algum nem mesmo expressão paradoxal. As piscinas constituem hoje uma...febre violenta. Todos querem se utilizar de piscinas e não poucos são os que, podendo se utilizar das praias, preferem as aguas duma piscina, encastoadas dentro de quatro paredes.

[...]

Parece até que na vida dos homens modernos não existe preocupação outra que não o da...piscina como elemento da educação physica. A piscina é realmente, a febre do seculo. (PISCINAS..., 1933, p. 21)

A própria cidade de São Paulo já estava inserida nessa “febre”. Ainda que as construções tivessem sido iniciadas pouco tempo antes dessa publicação, no ano de 1933 a cidade já contava com um número considerável de piscinas.

De acordo com o *Atlas do Esporte no Brasil* (DACOSTA, 2005), a piscina do Club Athletico Paulistano, inaugurada em três de outubro de 1926, foi a primeira do Brasil a possuir água clorada e medida de 33 metros de comprimento, a mesma utilizada nas piscinas competitivas europeias. Nos jornais da cidade, aguardava-se com ansiedade o término das obras no clube, que duraram mais de dois anos (A PISCINA..., 1926). A conclusão dessa construção alçaria o clube a outro patamar, já que agora ele entraria na lista dos clubes que “orgulham o Brasil” (A PISCINA..., 1926, p. 6).

Na data de inauguração, nova reportagem foi publicada no *Correio Paulistano*, exaltando os convidados que estariam presentes no evento, “altas autoridades, elementos de relevo no meio sportivo [...] e grande numero de sportistas” (A INAUGURAÇÃO..., 1926, p. 9). Até mesmo Carlos de Campos, presidente do Estado, esteve presente na cerimônia (CLUB..., 1926, p. 5). É possível intuir que, pelo público presente, o evento era muito importante para a cidade, e ultrapassava os limites do esporte.

Os relatos que se seguiram à realização do evento exaltaram o valor que a piscina assumiria para a cultura física dos jovens da cidade, associando-a diretamente a um maior desenvolvimento do esporte (CLUB..., 1926, p. 5). Entretanto, de acordo com Nicolini (2001), não foi exatamente essa a relação proporcionada à população paulistana com a abertura da piscina; pelo contrário, de uso restrito aos associados, ela pouco foi utilizada nos anos subsequentes para treinamentos e competições.

No final do ano de 1929, foi a vez do primeiro clube de regatas inaugurar sua piscina: a Atlética festejava, nessa data, sua mais brilhante obra arquitetônica frente a grandiosa plateia (SUCUPIRA, 1964). Para os demais clubes de regatas, tal fato também foi motivo de comemoração, já que, com a conclusão de tal obra, seria possível disputarem provas de natação em um ambiente mais regulamentado (A PROXIMA..., 1929). A abertura dessa piscina, na visão dos outros clubes de regatas da cidade, contribuiria de forma grandiosa para o desenvolvimento do esporte náutico em São Paulo (A PROXIMA..., 1929).

É possível perceber que as expectativas esportivas criadas ao redor da inauguração dessa piscina eram grandes, pois, mesmo que já houvesse outras na cidade, essa foi a primeira com medidas oficiais (25m x12m) em todo o país (DACOSTA, 2005). Além disso, havia a possibilidade de até 2500 pessoas acompanharem as provas, dado o tamanho da arquibancada

destinada à plateia (NICOLINI, 2001). A adequação aos modelos internacionais de disputa, somada à espetacularização das competições certamente estariam a serviço de uma ampliação do alcance dos esportes aquáticos na cidade, que já contavam com a predileção do público desde que eram disputados nos rios.

A piscina promovia uma racionalidade na disputa e, ao mesmo tempo, na acomodação do público. Se os espaços como rios e praias tinham uma forma precária de organizar seus espectadores, nas piscinas todos se acomodavam nas arquibancadas e tinham a oportunidade de acompanhar, a partir dos melhores ângulos, toda a disputa. Para além dos benefícios, é preciso pensar que as piscinas levavam a uma segregação dos espectadores, já que o acesso a elas era controlado na entrada dos clubes. Entretanto, essa segregação não era exclusividade desses espaços, pois mesmo nas disputas realizadas nos rios havia uma diferença entre aqueles que assistiam às provas de dentro dos clubes, em arquibancadas improvisadas ou sob as árvores, e aqueles que se amontoavam nas pontes e margens em busca de um ínfimo recorte do acontecimento.

Figura 35 – Competição de Natação no Tietê, [s/d]



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Figura 36 – Regata Oficial no rio Tietê, 12 out. 1921



Fonte: Acervo do C.R. Tietê

Figura 37 – Piscina da Associação Atlética São Paulo, [1933]



Fonte: Acervo da Associação Atlética São Paulo

Em 1933, mais duas importantes piscinas foram inauguradas: a do clube Esperia e do clube Germânia. No Germânia, o ensino da natação aos associados havia sido feito, desde a inauguração da nova sede, nos cochos instalados no rio Pinheiros. A previsão do clube era que, com essa construção, dentro de alguns anos o Germânia ocuparia lugar de destaque dentro da natação competitiva paulista. Fato é que, em meados da década de 1930, após a conclusão da

obra, os nadadores do clube obtiveram marcas expressivas em campeonatos oficiais realizados pela Federação, e mesmo na Travessia, que era realizada no rio (PÁGINAS..., 1940). A possibilidade de cronometrar os tempos dos nadadores e compará-los às demais cidades e outros países permitiu a instituição de ídolos dentro do clube.

Os ídolos eram figuras importantes para o esporte na forma como ele se instituía. A tarefa do ídolo era encarnar os valores do esporte e fazer com que os espectadores se identificassem com tais características (VIGARELLO, 2002). Isso significa que, no interior dos clubes, os grandes vencedores serviam como inspiração aos demais associados. Eles levavam consigo características como perseverança, entrega aos treinamentos e ímpeto para a vitória, todas elas necessárias para aqueles que pretendiam obter sucesso em suas especialidades esportivas.

No Germânia, os grandes ídolos da natação naquele momento eram Otto Willy Jordan, recordista paulista, brasileiro e sul-americano; Helmuth von Schutz, detentor de recordes paulistas e de marcas grandiosas na Travessia de São Paulo a Nado; e Lilly Richtern recordista sul-americana dos 1000 metros nado livre (PÁGINAS..., 1940).

A construção da piscina do clube Esperia também não se deu de um dia para o outro; alguns anos se passaram desde que associados e diretores considerassem a importância da construção de tal dispositivo esportivo. A difusão das piscinas pelos clubes paulistanos e do interior gerava certa expectativa a respeito do momento em que a agremiação teria a sua própria piscina. A eleição de uma nova diretoria, no começo de 1931, fez com que este desejo começasse a tomar contornos reais: a primeira promessa dos novos dirigentes era a construção de uma piscina de níveis competitivos. Os estudos a respeito do projeto, inclusive, já tinham sido encaminhados aos técnicos responsáveis pela obra (EDITAL, 1931).

No relatório anual publicado pelo clube (PISCINA, 1932), foram divulgadas outras informações sobre o andamento das obras. A concorrência para a construção já havia sido vencida e o orçamento também estava pronto. A pedra fundamental tinha sido lançada em dezembro de 1931, e a previsão de término era o mês de abril do ano seguinte.

Entretanto, os fundos para a construção estavam escassos, e um apelo foi feito aos associados para que ajudassem a financiar o restante da obra. A contrapartida do clube era associar essas pessoas ao desenvolvimento do clube, publicando seus nomes nas revistas, oferecendo bustos aos que mais contribuíram e realizando festas em que esses associados seriam homenageados (PRÓ-PISCINA, 1932a; PRÓ-PISCINA, 1932b).

Embora obra custosa, a piscina possuía uma aura ligada a uma capacidade que estava além de suas quatro paredes com azulejos, a de “moldar o espírito forte e decidido dos

esportistas do Esperia” (PRÓ-PISCINA, 1932b, p. 4). Fica evidente que a materialização da piscina trazia consigo alguns ideais olímpicos e esportivos: bastava que ela fosse instalada e a moral, o vigor e a excelência técnicas ligados ao esporte seriam incitados entre os competidores.

Finalmente, em dezembro de 1933, a piscina foi inaugurada. O edital da revista publicada pelo clube naquele mês foi uma “ode à transformação” (UMA TRANSFORMAÇÃO, 1933, p. 5). O texto de abertura da revista anunciava que o clube era o local ideal da prática esportiva da mocidade, pois, ao mesmo tempo em que seus alicerces eram bastante sólidos, ele abria espaço para as inovações. Essa relação se referia, simultaneamente, às bases morais da prática esportiva do clube – pautadas no ideal de perfeição e sucesso emanados pelo esporte – e às bases materiais, que preservavam as antigas paisagens, mas abriam lugar para os desígnios da modernização:

É a transformação requerida pelos tempos novos, pelas influencias moças, pelas mentalidades modernas. Não se destróe o passado pelo simples prazer de destruir; antes cada recordação do passado que desaparece é para todos uma magua a mais. Mas não ha como poder resistir á necessidade do conforto moderno, de esthetica da actualidade. A transformação é uma consecuencia do próprio valor que nos vem desse saudoso passado. (UMA TRANSFORMAÇÃO, 1933, p. 5)

É notória a ausência à menção do rio Tietê nessa relação presente e passado relatada no texto. As reminiscências partiram todas dos dispositivos já instalados no clube, e nenhum deles se referia ao rio. Entretanto, todas as associações entre piscina e modernização eram pautadas em elementos que as diferenciam das águas correntes, como a possibilidade de contar o tempo ou de desenvolver novas técnicas de nado. Isso pode significar que, diferente das memórias do clube, que não se pretende perder, o rio já fazia parte de um passado que não pretendia ser lembrado.

As piscinas representavam marcos tão importantes para os clubes que os rios foram definitivamente esquecidos na ocasião das comemorações. Nem as singelas brincadeiras, nem os momentos compartilhados entre água e associados, nem os festejos e piqueniques foram lembrados, sequer para uma nobre “despedida”. O empenho ligado à esportivização da natação, que foi a grande marca da construção das piscinas dos clubes, parecia mesmo querer apagar tudo o que já havia se passado, alçando a natação paulistana a um novo patamar voltado para o sucesso. Ao apagar o rio, apagavam-se os fracassos, as técnicas malsucedidas, as derrotas sucessivas para outros estados e países. Apagavam-se também as felizes memórias de mais de três décadas de comunhão com o rio, questão minorizada perante a modernidade do novo aparato.

Para a inauguração, noticiou-se a presença de cerca de oitocentas pessoas, dentre elas jornalistas, políticos influentes, membros de clubes vizinhos e delegações estrangeiras (O FESTIVAL..., 1933). Certamente, a inauguração da piscina era um marco para o clube de regatas; era a chance de instituir os valores do futuro nas práticas esportivas aquáticas que há anos vinham sendo difundidas naquele espaço.

Embora uma associação direta entre piscina e novas práticas fosse feita nas previsões do clube, seria impossível sentir as transformações da instalação desse dispositivo se ele não fosse, de fato, utilizado pelos associados. Em relatório publicado pelo clube em fevereiro do ano seguinte, até o fim de dezembro 1157 pessoas tinham utilizado a nova piscina, e a média do verão, até o momento, era de 280 pessoas nos dias de calor (PISCINA, 1934). Era notável que a piscina tinha, de fato, caído no gosto dos associados.

No C.R. Tietê, a piscina foi inaugurada em 1934, no mês de junho. Com ela, uma revista comemorativa foi publicada (C.R. TIETE, 1934). Nessa edição, embora outros esportes e fatos da vida cotidiana do clube também tenham sido abordados, a piscina ocupou a maioria das páginas, começando pelo edital, agradecendo a contribuição e a paciência dos associados, que esperaram três anos pelo término das obras.

Para João de Lorenzo, médico e associado do clube, a construção da piscina marcava a ascensão do esporte paulista. Já que a inspiração para a obra havia sido a piscina dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, a construção do equipamento esportivo permitiria que os atletas paulistanos fossem treinados em local idêntico àquele utilizado nas competições internacionais. A inspiração não se deu apenas nas medidas: “as faixas diretivas no fundo da piscina, os marcos laterais nos bordos, o balisamento, os trampolins, a torre de salto [...]” (LORENZO, 1934, p. 16) também eram idênticas à congênere norte-americana.

Tais detalhes, somados, inspiravam a afirmação de que a piscina do clube era uma das maiores contribuições ao desenvolvimento aquático de São Paulo:

A natação paulista, que num gigantesco salto, em alguns anos passa das águas turvas do Tieté, das molestas ondas de Santo Amaro e das correntes marinhas da Ponta da Praia para as preciosas piscinas recém construídas em São Paulo, sem dúvida alguma, está fadada a melhores dias e a atingir, em alguns anos, posto de destaque nos esportes aquáticos universais.

Os tieteanos, especialmente os seus dirigentes, cuja capacidade administrativa sempre se distinguiu, merecem os maiores louvores de todos os esportistas de S. Paulo, por terem, em elevado e patriótico esforço, dotado o seu Club de uma dependência de tal valia, a que não ha igual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. (LORENZO, 1934, p. 16)

A inauguração da piscina do C.R. Tietê concluía o ciclo dessas construções nos clubes de regatas analisados nesta pesquisa. Para os clubes, que se uniam frente ao que

chamavam de descaso da iniciativa pública (conforme analisado no capítulo 2) era de suma importância a construção e a disponibilidade de dispositivos esportivos para que seus atletas pudessem treinar em níveis adequados e para que suas competições fossem realizadas em espaços apropriados à prática esportiva, o que, segundo eles, não era garantido pelas medidas públicas voltadas ao esporte promovidas até então.

Isso explica a efusiva alegria dos clubes vizinhos com a construção de mais instalações esportivas. O clube Esperia – rival nas competições, mas aliado nas convicções político-esportivas – enalteceu de forma veemente a construção da piscina por mais um clube na cidade:

A inauguração da piscina do Tietê, realizada há dias, é um grande melhoramento que enche de júbilo todas as classes esportivas e, em particular, os esportistas do remo e da braçada. Se o Tiete adquire uma nova vantagem e se enriquece de mais uma bella obra, os esportistas em geral vencem mais uma etapa, nessa corrida de revesamento, em que estão empenhados os clubes da paulicéa, para a grandeza dos esportes no Estado. (MAIS..., 1934, p. 6)

As piscinas nos clubes de regatas se difundiam e tornavam a prática do nado e da natação, outrora supostamente acessíveis a todos, algo particularmente voltado a seus associados. É certo que o rio Tietê ainda abrigava parte dos divertimentos da população e era, mesmo com o desenvolvimento das piscinas particulares, utilizado para práticas esportivas (a Travessia de São Paulo a Nado foi realizada até 1944). Entretanto, pode-se associar esse momento da construção das piscinas nos clubes à produção de uma distinção entre a prática da natação e do nado.

A natação, realizada nas piscinas, era herdeira de um aperfeiçoamento técnico e galgaria São Paulo ao desenvolvimento esportivo das práticas aquáticas. De outro lado fica o nado, uma prática ainda não institucionalizada, de técnicas rudimentares, mais assemelhada aos jogos e brincadeiras, que era simbolizada pelas práticas realizadas no rio. É preciso ressaltar a perspectiva técnico-esportiva adotada neste estudo, pois, nas brincadeiras realizadas nas piscinas, certamente a maneira correta de realizar as braçadas não tinha a mesma importância que nas competições. Em suma, era possível perceber uma disputa de poderes que envolviam os saberes e os espaços.

A difusão das piscinas não era uma exclusividade dos clubes esportivos, muito embora eles tivessem sido os grandes entusiastas dessas instalações. Era também do interesse do poder público e de outras iniciativas privadas a prática do exercício natatório em ambientes controlados.

Em São Paulo, estima-se que a primeira piscina particular da cidade tenha sido instalada na Vila Itooró, espaço urbano constituído por um palacete e mais trinta e sete casas, construída com materiais recicláveis na década de 1920. Nela, havia uma piscina abastecida com as águas da nascente do riacho Itooró, que passava ao lado da construção (BARBOUR, 2017). Outras piscinas particulares também foram instaladas na cidade entre as décadas de 1920 e 1930. As mais famosas foram as das casas dos arquitetos Gregori Warchavchik (LIRA, 2007) e Flávio de Carvalho (STEVOLO, 2016), dois expoentes da arquitetura modernista; vale mencionar também as piscinas instaladas em casarões de famílias tradicionais da cidade, como aquela existente na mansão Mattarazzo, localizada na avenida Paulista.

Entretanto, nesses ambientes não havia o incentivo ao desenvolvimento esportivo da natação. Essas piscinas tinham o objetivo voltado exclusivamente ao divertimento, diferentemente daquelas instaladas nos clubes, que preconizavam o ato de deslizar sobre a água como uma técnica a ser realizada no espaço regulamentado. Também não é possível afirmar se faziam parte de um apreço pelas práticas aquáticas desenvolvidas nos rios e mares ou se a piscina era elemento fundamental de um projeto arquitetônico moderno.

A iniciativa pública paulistana também realizou ações voltadas à instalação de piscinas, preenchendo uma lacuna deixada pelos clubes, que disponibilizavam as piscinas apenas a seus associados, e pelas residências particulares.

A principal proposta envolvendo piscinas públicas nesse período veio com a construção dos Parques Infantis. Desenvolvidos na década de 1920 e primeiramente institucionalizados na década de 1930, durante o governo municipal de Fabio Prado, os Parques Infantis fizeram parte de um ambicioso projeto educativo voltado à transformação das mentalidades dos habitantes da cidade com base na expansão da saúde e higiene, incluindo a prática de exercícios físicos e maior contato com o que se considerava “cultura” (NIEMEYER, 2002; FERREIRA E WIGGERS, 2019; DANAILOFF, 2006).

Esses parques tiveram a institucionalização assegurada no período em que o Departamento de Cultura de São Paulo se encontrava sob a direção de Mario de Andrade, que foi o idealizador desse projeto como parte de uma educação ampla destinada aos filhos da classe trabalhadora, particularmente pautado na difusão cultural (FARIA, 1993; 1999).

De acordo com Niemeyer (2002), este período de intensificação da urbanização da cidade exigia a ampliação de equipamentos de divertimento e de cultura disponíveis à população, bastante desassistida à época. Para o autor, nesse período apenas o Velódromo (construído em 1892) e o Parque Dom Pedro II (datado de 1922) eram locais utilizados como espaços de divertimento pela população.

Visando corrigir essa deficiência ao atendimento dos trabalhadores e seus filhos em períodos de não trabalho, Mario de Andrade, Anhaia Mello, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, dentre outros, elaboraram e colocaram em prática a proposta de construção dos Parques Infantis. Nela, a premissa era remodelar e corrigir os hábitos de meninos e meninas, filhos de operários, que viviam em situação de abandono nas ruas, enquanto os pais saíam para o trabalho (DANAIOLOF, 2006; 2013).

No âmbito dessa proposta, as piscinas públicas estavam incluídas, herdadas dos modelos alemão e norte-americano que serviram de inspiração às obras dos parques brasileiros.

Fernando de Azevedo³⁵, em suas primeiras anotações sobre os Parques, pensou sua composição com uma série de campos esportivos, *playgrounds* e piscinas públicas (NIEMEYER, 2002). Anhaia Mello também dedicou parte de seus estudos sobre a construção dos Parques a argumentar favoravelmente sobre as piscinas públicas, que atraíam grande interesse da população (TIMOTEO, 2008). Para Mello, a natação era um dos exercícios mais saudáveis e, portanto, deveria fazer parte dos programas de recreio propostos. Entretanto, a piscina não deveria ser encarada somente como um tanque cheio d'água; pelo contrário, ela merecia cuidados especiais para tornar-se fonte de saúde, e não de doenças (TIMOTEO, 2008).

A primeira praça de jogos no âmbito dessa proposta estava localizada no Ipiranga, e foi inaugurada na gestão do prefeito Antônio Carlos Assumpção (1933-1934). Inicialmente, foi idealizada uma piscina pública disponível aos usuários, mas Fernando de Azevedo, responsável pela idealização da obra, desistiu de sua instalação, por conta das limitações existentes no terreno (NIEMEYER, 2002). Apenas anos depois, com a inauguração dos primeiros Parques Infantis, que as primeiras piscinas públicas foram inauguradas (NIEMEYER, 2002).

Nas pesquisas realizadas para esta tese, as piscinas são pouco mencionadas em espaços que não sejam os clubes esportivos ou os Parques Infantis. Além dos gabinetes de banho e piscinas, presentes nas casas de saúde e hospitais para a realização dos tratamentos

³⁵ Fernando de Azevedo, nascido em 1894, formou-se em Direito em São Paulo, mas foi no campo da educação que sua obra foi mais reconhecida. Azevedo foi uma importante figura no estabelecimento de novas representações da educação brasileira nas décadas de 1920 e 1930, especialmente através de ações como a reforma do ensino no Distrito Federal (1920-1930), a participação na elaboração do manifesto dos pioneiros da Educação Nova, a elaboração de estudos sobre a cultura nacional e a campanha para o estabelecimento da Universidade de São Paulo. Em suas concepções, a modernidade da nação seria obtida através da organização dos sistemas de ensino dos grandes centros urbanos do país (CARVALHO, 1994; PILETTI, 1994; VIDAL, 1994; XAVIER, 1998). Dentro desse princípio, a Educação Física tinha papel relevante para o autor. Em suas ações administrativas e em seus escritos, a disciplina tinha lugar privilegiado, já que seria responsável pela instituição de novos hábitos à população, o que era de vital importância para a construção do “novo homem brasileiro” (PAGNI, 1994; GOIS JUNIOR E LOVISOLO, 2003; VECHIA E LORENZ, 2009; SOARES, 1994).

hidroterápicos (SEXTO..., 1907), encontrou-se apenas uma piscina instalada na cidade antes daquela do Club Athletico Paulistano, de 1926. Tal piscina, datada de 1923, fazia parte das instalações do Instituto de Cultura Physica da Infância, localizado no parque da Água Branca. (INSTITUTO..., 1923).

Em avaliação realizada a respeito da instalação efetiva de espaços de divertimento das crianças na cidade de São Paulo, considerou-se ainda bastante ínfima a quantidade de locais para jogos e esportes na cidade, incluindo-se nessa conta as piscinas públicas:

Dez anos depois de iniciados, a cidade de São Paulo deveria possuir pelo menos uns sessenta Parques Infantis, pelo menos uns cinqüenta campos de atletismo e outras tantas piscinas públicas. Pois contava apenas uns poucos Parques Infantis, uma piscina apenas, a dos Estádio Municipal, e nem um só campo de atletismo, o complemento natural do Parque Infantil, na solução do problema de educação das crianças e adolescentes pobres da cidade de São Paulo. (DUARTE, 1971 *apud* NIEMEYER, 2002)

Assim, é possível afirmar que, embora algumas piscinas públicas tenham sido construídas na mesma época que as dos clubes, elas tiveram pouca representatividade na cidade, já que eram previstas na construção dos Parques Infantis, entretanto poucas vezes sua instalação chegou a ser efetivada. Além disso, as diretrizes voltadas à utilização das piscinas também eram bastante distintas. Nos clubes, o próprio ato da construção já estava diretamente associado às melhorias técnicas e quebra de recordes, ao passo que, nas instituições públicas, não houve diretrizes que ligassem os equipamentos aquáticos a práticas verdadeiramente esportivizadas, ao menos nos indicativos legais (DANAIOLOF, 2006; 2013; DALBEN E DANAIOLOF, 2009).

Ainda que as premissas da construção das piscinas nos clubes fossem alicerçadas nos ideais esportivos ligados à melhoria do rendimento e do desempenho nas competições, usos diversos eram feitos de suas águas, usos que, muitas vezes, se distanciavam das previsões e metas dos dirigentes. Em janeiro de 1935, o Esperia inaugurou uma piscina infantil, anexa a oficial, mas com medidas e profundidade reduzidas. A ideia dessa piscina é que ela servisse às brincadeiras infantis de forma mais segura, sem o risco de afogamentos (CONSTITUIU..., 1935). O clube também promovia aulas, na piscina de adultos, para aqueles que ainda não sabiam nadar. Para isso, um instrutor foi contratado, sr. Arthur Busin, que ficaria disponível na sede do clube durante todo o dia para ensinar os associados – inclusive as senhoras – as primeiras lições do nado. Para aqueles que já sabiam nadar, mas pretendiam melhorar a técnica, outro instrutor foi contratado, Kanichi Sato, este com vasta experiência olímpica (APRENDA..., 1934). Sato seria responsável por trabalhar com as turmas de treinamento do clube, que, após algum tempo de aulas, estariam aptas a disputar campeonatos defendendo as cores “azul e branca” (APRENDA..., 1934).

Os usos não previstos ocorriam, embora as piscinas tivessem sido construídas visando proporcionar duas possibilidades inalcançadas até aquele momento, em que o Tietê, Pinheiros ou a praia de Santos eram os únicos espaços disponíveis para a natação: o controle das competições oficiais e os cuidados higiênicos das práticas esportivas.

As competições oficiais de natação, logo na primeira oportunidade surgida, passaram a ser realizadas nas piscinas. O acordo entre clubes e federação previa que cada etapa do torneio estadual anual fosse disputada na piscina de um dos clubes associados, desde que o espaço fosse adequado para a prática e estivesse disponível na data selecionada (ESPERIA..., 1939). Assim, um sistema de pontuação dos clubes e dos atletas participantes começou a ser realizado, em que era premiado o vencedor do final da temporada. Esse sistema seria pouco efetivo, caso tivesse sido pensado para competições em água aberta, já que as condições de competição poderiam ser completamente diferentes de uma etapa para outra. Nas provas realizadas nas piscinas, além disso, havia sempre a expectativa da quebra de recordes dos participantes, que, nesse ambiente controlado, teriam validade comprovada (ESPERIA..., 1939).

Esse acordo entre Federação e clubes com relação às competições oficiais nas piscinas nem sempre era respeitado. Na revista *Cho-Cho* (REGATAS..., 1931), reclamações foram destinadas à Atlética, que tinha colocado empecilhos na utilização da piscina para eventos da Federação Paulista ao longo daquela temporada. De acordo com a reportagem, no momento em que aquela era a melhor piscina entre os associados da Federação, houve um desacordo entre os dirigentes, e as provas precisaram ser realizadas às pressas em uma piscina improvisada no rio Tietê, o que, para a reportagem, diminuía a qualidade do certame. Houve também o desacordo entre o Club Athletico Paulistano e a Federação, o que fez com que a piscina do clube, inaugurada em 1926, não fosse utilizada nos primeiros anos para competições oficiais.

Além das provas disputadas sob a tutela da Federação, a existência de piscinas nos clubes paulistanos abriu espaço para a realização de competições internacionais sediadas nos próprios clubes. No momento em que o clube Esperia inaugurou sua piscina, um torneio especial envolvendo provas de natação, salto e polo aquático foi organizado, tendo como adversário o Indu Club, de Buenos Aires (A PISCINA..., 1932). Tal proposta, além de promover visibilidade à obra e reforçar o caráter esportivo atribuído à piscina, tinha como outro pressuposto promover disputas de nível internacional que serviriam para comparar o desempenho de atletas do clube para, caso necessário, aumentar a intensidade dos treinamentos.

Outros esportes que foram totalmente transformados em sua prática foram o polo aquático e os saltos ornamentais. Após as insistentes reclamações dos jornais e revistas em relação aos jogos de polo realizados no rio Tietê, que ressaltavam a falta de técnica e tática dos jogadores, os jogos passaram a ser disputados nas piscinas. Esse fato permitiu a criação de um torneio com várias equipes participantes a ser realizado ao longo do ano, organização bastante diferente daquela ocorrida anteriormente, em que os jogos eram esporádicos e coadjuvantes de outras provas (OS PROXIMOS..., 1940).

Era pertinente, para a imprensa da época, o incentivo à realização do polo aquático, dado seu caráter coletivo e a utilização da bola, o que muito o aproximava de um esporte que já se tornava comum no período em São Paulo: o futebol. De fato, o polo aquático nasceu com a tarefa de flexibilizar as competições e os treinamentos de natação, e aproximá-los de uma prática mais divertida e de maior apelo às massas (TERRET, 1994). Para que esse apelo fosse sentido no Brasil, era preciso organizar de forma mais adequada as competições, começando pela utilização das piscinas como espaços de seu desenvolvimento.

Para os saltos ornamentais, a mesma lógica era adotada: se outrora os atletas paulistanos não obtinham grandes marcas, é porque não tinham locais adequados ao treinamento; com as piscinas, os saltos seriam praticados conforme as normas internacionais. O C.R. Tietê, ao listar os equipamentos esportivos presentes em sua piscina, não deixou de mencionar que sua torre de saltos tinha “instalações perfeitas, integralmente dentro dos requisitos internacionais” (DOS SALTOS..., 1934, p. 19).

Outra possibilidade que se apresentava aos clubes com a instalação das piscinas era o cuidado higiênico dos associados. Na piscina, as entradas poderiam ser controladas, duchas exigidas e a água analisada várias vezes no mesmo dia. Essas práticas higiênicas tinham relação muito maior com as expectativas geradas em torno do esporte e seus benefícios do que a prática sem cuidados, como a que ocorria nos rios, por exemplo. A medição e o controle, palavras que os clubes rapidamente associaram às piscinas, não diziam respeito somente aos tempos obtidos pelos atletas e pela técnica executada; essas ações se relacionavam também ao ambiente, passível de ser cientificamente analisado.

De acordo com Dalben e Gois Júnior (2018), médicos, educadores e cronistas paulistanos atrelavam ao esporte perspectivas utilitárias e coerentes com seus projetos de educação e sociedade. Os clubes esportivos figuravam como espaços que ora corroboravam tais perspectivas, ora criavam suas próprias diretrizes esportivas direcionadas dos associados. Essa aproximação ou distanciamento dependiam dos aspectos a serem abordados. No caso das piscinas, a necessidade de aprovação das dispendiosas construções por parte de associados,

atletas e dirigentes passou pelos discursos que as legitimaram. Uma das principais apropriações discursivas feitas pelos clubes em suas publicações era a promoção da higiene com a instalação das piscinas, atestada, sobretudo por ampla literatura médica.

A discussão sobre essa temática surgiu nos meios esportivos da cidade antes mesmo que a maioria dos clubes tivesse construído suas piscinas. Em 1932, o médico Nelson Silveira Corrêa apresentou uma tese à faculdade de medicina de São Paulo em que discutia o valor higiênico das piscinas (PROBLEMA..., 1932, p. 5). O argumento central da tese se baseava em demonstrações de como construir e usufruir das piscinas sob o ponto de vista da higiene.

Suas análises eram baseadas no modelo de clubes norte-americanos, que obrigavam seus usuários a realizarem a ducha higiênica antes do uso das piscinas e proibiam o uso coletivo de itens como toalhas, copos e escovas. A tese terminava com uma análise bacteriológica das piscinas paulistanas existentes até o momento, que demonstrava a alta concentração de bactérias maléficas à saúde humana. Sua conclusão era que os clubes precisavam urgentemente adotar medidas higiênicas para que as piscinas pudessem ser mais bem aproveitadas pelos usuários (PROBLEMA..., 1932, p. 5).

Dentre os propósitos da construção de piscinas pelos clubes, existia o apelo higiênico, uma vez que, desde o início do século XX, análises do rio Tietê já apontavam excesso de bactérias em suas águas. Era preciso, portanto, proporcionar uma prática que fosse sinônimo de saúde e não de doença, e a atenção redobrada à qualidade da água era um reflexo dessa necessidade.

A atenção despendida pelos médicos a esta temática influenciou a construção das piscinas dos clubes Tietê e Esperia, que ainda estavam no meio de suas obras. O Esperia reproduziu, em sua revista, uma reportagem publicada em um jornal carioca que dissertava sobre a preocupação dos médicos do estado com a qualidade das águas das piscinas dos clubes (O PERIGO..., 1933). A partir da constatação da necessidade de cuidar higienicamente dos dispositivos aquáticos, o clube afirmou, por meio da publicação, que a água utilizada em sua piscina seria da melhor qualidade, o que resultaria em uma “piscina *technica* e *hygienicamente* no rigor máximo da palavra, com todas as garantias para os que della fizerem uso” (O PERIGO..., 1933, p. 4).

No C.R. Tietê, o tratamento da água também foi tema da revista especial de inauguração da piscina. De acordo com o clube, a solução para evitar o acúmulo de bactérias seria um sistema de circulação, em que uma corrente de água atravessaria constantemente a piscina, fazendo a água circular (TRATAMENTO..., 1934). É interessante notar que, no caso da piscina desse clube, o rio Tietê ainda teria função primordial, já que dele era retirada a água

utilizada para abastecê-la. Entretanto, a água do rio passava por tratamento intensivo para que se tornasse adequada aos usuários – os mesmos que, alguns meses antes, se exercitavam e brincavam nessas mesmas águas.

Cabe retomar aqui as ideias bacteriológicas postuladas a respeito dos rios, e seus impactos também na avaliação e análise das águas das piscinas. De acordo com Jorge (2012), Santos (2011) e Moroz-Caccia Gouveia (2016), desde o início do século XX já se especulava a respeito da poluição das águas dos rios, o que se tornou mais incisivo com a instalação de comissões de avaliação das águas e elaboração de relatórios de especialistas. Entretanto, é interessante notar que essas questões, que já se firmavam como urgentes desde a virada do século, não fizeram parte das preocupações dos dirigentes dos clubes aquáticos da cidade e das entidades federativas, que incentivavam a prática esportiva nas águas fluviais entre os atletas dos clubes, além dos divertimentos e dos festejos. A instalação das piscinas e a excessiva preocupação com os micróbios – repentinamente alçados ao cargo de agentes de perversidade presentes nas águas – coloca em evidência esse discurso, que era acobertado até o momento. Essa era mais uma forma de manifestar os distanciamentos entre as piscinas e as águas correntes, as primeiras pendendo para a primazia da higiene.

O problema higiênico das piscinas ganhava proporções no meio esportivo e, com maior veemência, no interior dos clubes de regatas. Para saná-lo, foi idealizada uma comissão municipal que ficaria encarregada de aprovar as plantas de construção das piscinas e da fiscalização sanitária das mesmas (A QUALIDADE..., 1934). Assim, a partir de uma padronização, seria possível distinguir as piscinas adequadas daquelas não indicadas aos usuários, bem como cobrar melhorias dos clubes com relação às primeiras.

Uma das principais ações dos clubes de regatas com relação à manutenção da higiene em suas piscinas foi o aumento da fiscalização de seus usuários. As “recomendações aos socios” incluíam o porte do exame médico e o uso de roupas adequadas para o banho, “maillot de lã ou de algodão com sunga” (OS CUIDADOS..., 1934, p. 10). Era recomendado também que os sócios observassem fielmente os regulamentos de uso das piscinas, para se garantirem contra as possíveis infecções.

Logo no início da utilização de piscinas para divertimentos e esportes nos clubes e municípios ao redor do mundo, houve a disseminação de notícias afirmando que as piscinas poderiam transmitir doenças através das águas (WILTSE, 2007). Essa concepção acelerou a ideia de que eram necessários cuidados higiênicos e médicos para sua utilização, o que se tornou uma constante nas piscinas clubísticas. No Esperia houve, com a instalação da piscina, uma reforma da ficha médica, que buscava contemplar as necessidades higiênicas para o uso do novo

equipamento. Na revista do clube (REFORMA..., 1934) foi publicada uma nota que proibia a entrada de associados na piscina caso não possuíssem a nova ficha.

É notável que essas duas características – o cuidado higiênico e a especificidade dos treinamentos e competições – alçavam as piscinas ao espaço preferencial da prática da natação pelos clubes e associados. Os clubes acentuavam, em seus discursos, as diferenças e inovações possibilitadas por esses artefatos esportivos. Colocavam, de um lado, a inovação e o futuro do esporte associados à piscina, e de outro tudo aquilo que tinha sido realizado antes. Não há menção aos rios e suas provas, mas fica claro, nessa oposição, que seu uso estava ultrapassado, e já não condizia às expectativas voltadas às novas formas de praticar esportes, pautadas na competição, nas regras e nos recordes.

A piscina era sinônimo de controle – dos tempos, da técnica das braçadas, das bactérias. Esse controle era perfeitamente adequado àquilo que se previa como a “boa” prática esportiva. Enquanto o controle ainda era inexato, ineficiente ou menos importante nas competições de nado, os rios serviram perfeitamente a esta prática. A partir do momento em que a esportivização transformou as prioridades, principalmente dos esportes voltados às competições, os espaços da natureza perderam sua legitimidade.

Concluía-se, dessa forma, no âmbito do rendimento esportivo, a derradeira transformação do nado – o simples ato de deslizar sobre a água – em natação, o esporte que remetia ao controle do tempo, ao treinamento, às técnicas, aos recordes. A primazia técnica se impunha e apagava os rastros das práticas outrora realizadas no rio.

Até mesmo os divertimentos, que a priori pouco tinham de esportivos, foram arrebatados por essa novidade. É certo que os espaços da natureza ainda atraíam moradores da cidade para brincadeiras e festividades, mas os clubes procuraram tornar privados também os divertimentos de seus associados. Brincadeiras, saltos, banhos de sol, foram capturados por esse espaço. Dessa forma, o uso da piscina se tornava unânime, seja para as crianças, que tinham águas específicas para suas brincadeiras, seja para os adultos que procuravam se divertir e tomar banhos de sol, seja para os atletas que buscavam melhorar seu desempenho esportivo.

Há uma outra questão que envolve a presença das piscinas nos clubes: a possibilidade de transformar um determinado modo de nadar em uma prática diferenciada, esportiva. Até a existência de piscinas nos clubes, nadar ou brincar na água eram atividades que, supostamente, estavam acessíveis a qualquer morador da cidade que pudesse se deslocar às margens dos rios. Em São Paulo, essas práticas eram corriqueiras, desde o momento em que deixaram de ser narradas nas páginas policiais e passaram a desfilar nas páginas esportivas. A criação das piscinas nos clubes ressaltava uma divisão inexistente até aquele momento, a partir

do qual havia dois modos de usufruir das águas: o modo higiênico, feito nas piscinas, em geral acompanhado de técnicas adequadas de natação, e o outro, tido como rudimentar e higienicamente contestável, que se fazia nos rios, mares e lagos.

A piscina simbolizava o ápice de um momento que havia começado quando os clubes reiteraram que a cultura física predominante em seu território, era aquela ligada ao esporte, fato que transformou as relações outrora existentes, e colocou em evidência as medições e as quantificações. A partir desse momento, os clubes de regatas, que ficavam às margens dos rios e deles usufruíam, passaram a virar as costas para esse espaço da natureza. Era preciso investir em meios mais eficientes de promover os esportes, e a piscina corroborava com essa novidade. Paulatinamente, ao longo da década de 1930, é possível notar que, nas notícias ligadas à natação, os rios deixam de ser citados; as fotografias de suas margens se tornam escassas nas publicações dos clubes; as competições não se realizam mais em suas águas. Assim como ocorrido em outros espaços da natureza utilizados como cenários esportivos, o rio foi rebaixado ao *status* de coadjuvante, lugar de memórias de práticas outrora realizadas.

O episódio final dessa relação entre cultura física e rios na cidade de São Paulo se deu quando as obras de retificação do rio foram colocadas em prática pelos prefeitos da cidade. Estabelecia-se, assim, um distanciamento físico – além do distanciamento utilitário – dos rios, que nunca mais seria restabelecido.

5. SANEAR, RETIFICAR, TRANSFORMAR: OS PLANOS URBANOS, OS RIOS E OS CLUBES DE REGATAS NA DÉCADA DE 1940

Apesar de ainda estarem em andamento os trabalhos de retificação do Tieté, já foi possível realizar com franco êxito uma competição de remo, oferecendo um espetáculo atraente aos que presenciaram e comodidade aos que competiram.

[...]

Estamos certos que um futuro promissor está reservado ao remo paulista, porque dentro em breve estaremos com um local magnífico para as disputas desse gênero.

(A REGATA..., 1941, p. 12)

Os anos 1940 chegavam e a mesma pergunta era feita insistentemente pelos clubes de regatas: seria possível, enfim, contar com os rios para a prática esportiva? Com a construção de piscinas e a transferência da grande maioria das provas de natação e polo aquático para elas já em meados da década de 1930, o rio interessava aos remadores, que ainda consideravam dispendiosas as locomoções até Santos ou Santo Amaro. Uma luz foi lançada a esta questão com a retificação do Tietê, que fazia parte dos melhoramentos urbanos de São Paulo levados à cabo pelo então prefeito Prestes Maia (1938-1945). Esse plano poderia, finalmente, entregar o espaço necessário para o estabelecimento das raias que os clubes tanto desejavam. Entretanto, esse era um elemento secundário frente os reais objetivos das obras.

São Paulo chegava à década de 1940 com quase 1,5 milhões de habitantes. Adjuntas ao acúmulo populacional, diversas outras questões ligadas ao aumento da densidade demográfica se tornavam realidade, como a problemática dos transportes, da moradia, do escoamento do lixo e do esgoto. Era necessário, na visão de quem administrava a cidade, ordenar a vida urbana.

Essas tentativas de organização datam ainda do final do século XIX, quando os primeiros planos urbanos começaram a ser colocados em prática (SOUZA, 2004). Dentre as preocupações em relação à cidade e seu desenvolvimento, as questões sanitárias se faziam fortemente presentes. A transformação das várzeas dos rios era um dos fatores mais importantes nessa batalha médica (CUSTODIO, 2004). Entretanto, um trabalho verdadeiramente efetivo em relação às várzeas e aos demais fluxos urbanos ocorreu somente com a implantação do Plano de Avenidas de Prestes Maia.

Em 1930, o então urbanista e engenheiro, associado a Ulhôa Cintra, escreveu a obra “Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo”. Nela, o autor apresentou

melhorias urbanas necessárias à São Paulo que seriam capazes de conter aquilo que, em sua visão, era prejudicial ao desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo, o plano tinha como característica principal privilegiar a melhoria da circulação urbana (CARPINTÉRO, 2013a).

Com tais intenções, os rios não ficariam incólumes aos intentos do urbanista. O problema das cheias e os caminhos tortuosos dos rios, que há tempo estampavam os jornais da cidade, seriam resolvidos com um projeto ambicioso de retificação, iniciado pelo rio Tietê. Ao mesmo tempo, pretendia-se liberar terrenos nas várzeas para a ampla especulação imobiliária e ocupação humana. O Plano começou a ser colocado em prática no momento em que Prestes Maia assumiu a prefeitura da cidade, e as obras no Tietê ganharam destaque nos jornais e na opinião pública por décadas.

Este capítulo trata dessas complexas alterações urbanas e suas relações com os rios. Mais especificamente, deseja-se entender de que forma essas obras impactaram o cotidiano dos clubes que os margeavam. Quais os rumos direcionados à tríade clubes-esportes-rios com mudanças tão profundas no traçado dos rios? Essas reformas trariam vantagens ou desvantagens aos clubes? Seria possível, ao término das transformações, a reinstalação de práticas aquáticas em suas águas?

O trecho destacado na epígrafe do capítulo mostra como os clubes e os jornais que tratavam dos esportes na cidade reagiram aos primeiros efeitos da retificação. É possível perceber que havia esperanças de melhorias que tornariam possível a prática do remo no Tietê. Entretanto, como aqui será discutido, essa não foi a única reação às novidades. Havia, entre os clubes, o medo de perder extensão de terrenos por conta das obras vultuosas na região. Além disso, era necessário convencer a Federação de que as provas de remo poderiam ser feitas no Tietê, já que a preferência era por outros espaços.

Para além das reformas que transformaram os rios da cidade, o crescimento urbano também trouxe às águas outra consequência, a poluição. O contingente de esgoto e sedimentos lançado nos rios era cada vez maior, e tornava-se insustentável ignorar os apelos médicos em relação à utilização das águas. Entretanto, as provas de natação em águas abertas – as denominadas “travessias” – foram resistentes a esse movimento médico e urbanístico, e ocorreram ao longo da década de 1940.

Pretende-se entender, portanto, de que forma essa urbanização vertiginosa mudou, de forma inexorável, a relação entre os clubes, os esportes e os rios.

5.1 À problemática dos rios, as reformas urbanas

[...] pássaros e cigarras. Grilos e sapos. Automóveis e bondes. Latidos de cães, miados de gatos. Canto de galo. Mugido de vacas. Balidos de cabras. Farfalhar do arvoredo. Barulhar das águas correntes. Campainhas de ambulâncias, depois, sireias de ambulâncias e Corpos de Bombeiros. Escapamento aberto de motocicletas. Vitrolas. Rádios. De vez em quando um ruído de avião. (MARTINS, 2001, p. 505)

Retrato do mosaico urbano das grandes cidades da década de 1930, a cena descrita no trecho da epígrafe tem total relação com os movimentos que se desenhavam no ambiente urbano paulistano. As misturas entre natureza e cidade, moderno e arcaico refletiam os paradigmas que acompanhavam a crescente urbanização que acometia a capital paulista.

Entretanto, o aumento da cidade – e os problemas associados a esta expansão – não se iniciaram nesse período. Saes (2004) aponta que, à época da proclamação da República, São Paulo já despontava como um centro comercial e financeiro relativamente desenvolvido, graças à predominância da cultura cafeeira. As linhas ferroviárias que tangenciavam a cidade traziam, além dos grãos de café, o dinheiro dos lucros obtidos com sua comercialização, o que gerava estímulos para outras atividades, como a construção civil e o comércio de materiais. Embora taxada de “cidade dos fazendeiros”, São Paulo já contava na última década do século XIX com indústrias, bancos, profissionais liberais e um mercado financeiro em ascensão.

Não demorou para que a cidade fosse tomada por uma modernização, no sentido de incorporar mudanças tecnológicas em relação à produção industrial. Como símbolo dessas transformações, a energia elétrica fez sua estreia na cidade em 1899, com a instalação da *Light*. Queiroz (2004) descreve que a cidade estava em ebulição, resultado da soma da prosperidade econômica, aumento populacional e harmonia entre o plano político (com a recente instalação da República) e o plano econômico.

Esse crescimento da cidade fez com que as autoridades públicas passassem a se preocupar com a constituição urbana; isso significava, em termos práticos, a tentativa de intervenções planejadas sobre o crescimento da cidade, que tinham o objetivo de melhorar a ocupação de determinadas regiões³⁶.

De acordo com Custódio (2004), as impressões a respeito da cidade advindas do poder público eram baseadas na ideia de que havia uma desordem urbana, e sua incumbência era urgentemente ordená-la. Os saberes sobre a cidade se pautavam, sobretudo nas questões

³⁶ Paoli e Duarte (2004) afirmam que a elite de São Paulo e os governantes não souberam lidar com as transformações da cidade e as heterogêneas comunidades que se formaram. Assim, as intervenções urbanas do início do século acabaram por manter as tensões entre grupos sociais e reafirmaram as divisões territoriais, excluindo diversas camadas da população.

sanitárias, e eram produzidos em uma articulação entre o conhecimento da medicina e da engenharia (BRESCIANI, 2002).

Esses saberes, supostamente capazes de resolver os problemas da urbe, operavam um processo de legitimação e exclusão de determinados modos de vida. Basta lembrar os dizeres de Chalhoub (2001) para quem as autoridades brasileiras do final do século XIX tratavam classes pobres e classes perigosas como sinônimos. Nessa linha de raciocínio, as aglomerações urbanas, os bairros periféricos e o modo de vida da população mais pobre eram frequentemente associados à doença e à incivilidade. A elite paulistana e os governantes se incumbiam da tarefa de transformar a cidade, apagando os hábitos de certas populações e guiando-a rumo ao “progresso”.

Essas intenções eram traduzidas pelos urbanistas em uma linguagem técnico-científica, que analisava a cidade como um ser humano doente:

Ao se referir à cidade como um ser orgânico, o urbanista se coloca concomitantemente como um médico na tentativa de elaborar um diagnóstico, para o chamado mal urbano. Em sua opinião, o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, de iluminação, de água e a falta de esgotos são elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade. Ainda no seu entender esse mal é universal e dele sofrem as grandes cidades. O urbanista, assim como o médico, deverá servir-se da técnica para afastar e prevenir os males causados pela crise do crescimento desordenado. (CARPINTÉRO, 2013b, p. 2)

Não tardou para que as questões sanitárias aparecessem nas legislações urbanas. A constituição de 1891 foi a primeira a abrir um espaço legal para a temática. A partir dela, foram criados o Serviço Sanitário do Estado e a Intendência de Obras Municipais, ambas em 1892 (CUSTÓDIO, 2004). Paulatinamente, a salubridade e a higiene ganharam centralidade no processo de elaboração de melhoramentos urbanos (SILVA, 2007).

O crescimento da cidade, exponencial desde fins do século XIX até os limites desta pesquisa, fez com que as intervenções urbanas fossem o mote de diversas administrações municipais. De acordo com Cerasoli (2004), João Theodoro Xavier de Mattos (1872-1875) foi o primeiro prefeito a ganhar a alcunha de “modernizador”, por seus trabalhos sobre a várzea do rio Tamanduateí, além de obras relacionadas à higiene, à estética e à circulação.

Logo após, Antônio da Silva Prado também elegeu os melhoramentos urbanos como questão central de sua administração. Durante os anos em que governou (1899-1910), Prado tentou transformar o centro da cidade em uma cidade europeia, “onde a burguesia do café pudesse posar de civilizada e liberal.” (QUEIROZ, 2004, p.24). Além disso, obras de impacto foram realizadas em relação aos rios e aos ribeirões, como canalizações, aterro de várzeas e

distribuição de água potável. Soma-se a isso a introdução de elementos como a pavimentação das ruas, instalação de bondes elétricos e chegada de eletricidade às casas.

É possível perceber que, mesmo nas primeiras intervenções urbanas custeadas pelo poder público, a questão dos rios e das várzeas já se fazia presente. As primeiras intervenções nesse sentido foram na região do ribeirão Anhangabaú e do rio Tamanduateí, que na região mais central da cidade recebiam o nome de Várzea do Carmo. Nela, ocorriam inúmeros alagamentos, além do acúmulo de lixo; tais problemas já eram apontados desde o final do século XVIII (SEGAWA, 2004). Contra eles diversas obras foram sugeridas, como o aterramento das várzeas, a abertura de jardins e parques, e até mesmo a canalização do veio fluvial (CAMPOS, 2014).

Em relação ao rio Tietê e seus afluentes – dentre eles o rio Pinheiros – as intervenções também se seguiam de gestão em gestão, e se tornavam mais proeminentes quanto mais habitadas se tornavam suas margens. Os problemas já eram amplamente conhecidos desde o final do século XIX, especialmente a poluição e as enchentes.

Em 1923, após mais uma temporada de verão em que os rios inundaram casas e prédios, o então prefeito da cidade, Firmiano Pinto, decidiu formar uma comissão especial para estudos a respeito do rio, com objetivos específicos de elaborar um plano de defesa contra a inundação da várzea, permitir a navegação e afastar os esgotos. Nascia a Comissão de Melhoramentos do rio Tietê, com Saturnino de Brito, renomado engenheiro sanitário, à frente.

Brito³⁷ foi um estudioso das questões ligadas aos rios da cidade e já apontava os perigos da descomida poluição no início da década de 1920, bem como dos riscos de erosão pelo demasiado uso de argila e areia do leito do rio (SEGAWA, 2004). Em 1926, elaborou um Plano de Melhoramentos para o Rio Tietê, em que procurava tratar das problemáticas urbanas sem a ocupação desenfreada do solo. Suas propostas em relação ao rio Tietê incluíram a redução da extensão do canal e o aumento da vazão e da profundidade para a possibilidade de navegação. Em relação às margens, propunha-se aterrar as áreas baixas das margens e a formação de dois grandes lagos, na altura da Ponte Grande, que contribuiriam para o embelezamento urbano, a prática de esportes e o escoamento da água nas épocas mais chuvosas. O projeto indicava, também, a construção de duas ilhas na altura da Ponte Grande, com comportas para

³⁷ Nas obras de Brito, havia a ideia de que a água era um elemento primordial à urbanização da cidade, e, portanto, princípios higienistas deveriam ser adotados para assegurar o escoamento de esgotos e água pluvial, evitando o acúmulo de lixo e enchentes. Além disso, havia a preocupação, em seu trabalho, de orientar o desenvolvimento urbano tendo como diretriz a preservação ambiental (NASCIMENTO, BERTRAND-KRAJEWSKI, BRITO, 2013).

regularização ao longo do canal e uma barragem, na região da Penha (CUSTÓDIO, 2002; NASCIMENTO, BERTRAND-KRAJEWSKI, BRITO, 2013).

Entretanto, o projeto elaborado por Saturnino de Brito não foi colocado em marcha, com a alegação de que era muito custoso. Assim, o engenheiro foi afastado da Comissão de Melhoramentos do Tietê, extinta em 1926. Em 1927, a mesma comissão foi reavivada, sob a supervisão de Ulhôa Cintra que havia apresentado um projeto em relação ao rio em 1923, preterido na gestão de Brito. Seu plano, dentre outras ideias, já apresentava a proposta de construção de vias que margeariam os rios.

Em 1929, quando São Paulo sofreu nova enchente, o prefeito Pires do Rio (1926-1930) encomendou ao engenheiro Prestes Maia, grande colaborador de sua gestão, um plano para a resolução do problema do tráfego na área central da cidade. Concluído no mesmo ano, o plano foi uma revisão daquele apresentado pelo engenheiro Ulhôa Cintra. A execução das obras começou já na gestão de Pires do Rio, com as primeiras desapropriações para a construção da avenida 9 de julho (QUEIROZ, 2004).

O Plano de Avenidas, elaborado por Prestes Maia, tinha em seu cerne a ideia de que a cidade tinha um passado provinciano, atrasado. As imagens evocadas do início do século XX mostravam uma cidade com potencial para o crescimento, entretanto, perdida em meio ao caos urbano. Em oposição a tudo isso, colocava-se o plano elaborado pelo engenheiro, marcado pelo progresso e pelo crescimento ordenado (CARPINTÉRO, 2013b).

Nesse plano, o engenheiro desenvolveu a analogia de que a cidade era um corpo humano, e que a centralidade para seu funcionamento se dava por meio da circulação. Portanto, denominações como rede arterial, esqueleto e célula urbana foram utilizadas no desenvolvimento do texto. Assim como outros urbanistas, Prestes Maia utilizava a oposição entre os problemas da cidade e as propostas inovadoras pautadas na higiene, sanitário e urbanismo, para propor aquilo que, em sua visão, seria adequado ao desenvolvimento de São Paulo:

[...] congestionamento, aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, iluminação, água e falta de esgoto são elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade. Na opinião de Prestes Maia, estes elementos prejudiciais para a vida urbana poderão ser eliminados a partir da aplicação de uma nova doutrina, isto é, da doutrina do urbanismo moderno. Áreas de lazer, grandes avenidas, parkways, melhoramentos em ruas e estradas, pontes, iluminação, abastecimento de água, subway em conjunto com um plano geral, uma legislação estadual, municipal necessária à execução do plano e ao seu financiamento representavam medidas cruciais para os ditames da nova ordem urbana. (CARPINTÉRO, 2013a p. 29)

O projeto se constituía, em linhas gerais, da implementação de um modelo radial-perimetral, formado por três círculos: o do Perímetro de Irradiação; o das vias férreas transferidas para as marginais e em seu lugar a construção de avenidas; e o circuito de grandes avenidas, em que a mais importante seria a marginal Tietê. Em relação às várzeas, havia a intenção de canalizar o rio Tietê para aproveitá-lo para a circulação viária, ferroviária, navegação e lazer. Assim, suas margens seriam destinadas, de um lado, para as estradas de ferro, e de outro para residências e passeios. Os rios Pinheiros e Tamanduateí também seriam canalizados. Na altura da Ponte Grande, que seria remodelada para a construção de uma nova ponte, um monumento e um parque esportivo, construir-se-ia uma estação única de trem, que unificaria as linhas ferroviárias. É possível perceber que Maia considerava as margens do Tietê de importância crucial para a cidade, tanto em aspectos estéticos quanto utilitários; nelas seriam instaladas grande parte das inovações propostas pelo Plano:

Conjuntos monumentais, *parkways*, paisagismo, instalações esportivas, circulação rápida, linhas de alta velocidade, navegação, vias férreas, cais, indústrias, etc., são matéria vastíssima e interconexa, apenas entrevista pela maioria dos munícipes. Assim considerada, e não como mera obra de drenagem, a canalização pode tornar-se um elemento importante de urbanização. (MAIA, 1930 p. 130 *apud* CUSTÓDIO, 2004)

Não há menção à preservação da mata ciliar ou elaboração de lagos naturais nas margens do rio, como havia no plano de Saturnino de Brito. De acordo com Custódio (2004), considerou-se um engano manter grandes extensões de áreas verdes nas marginais, pois a essas cabia o papel de circulação de pessoas.

O Tietê era considerado, até esse momento, um grande obstáculo natural à urbanização ao norte do município. A construção de radiais na forma como proposto por Maia permitiria a expansão dos limites geográficos da cidade, inclusive dispersando a bairros mais distantes grande parte da população (QUEIROZ, 2004). Para o próprio engenheiro, os rios eram “acidentes geográficos que a natureza ofereceu à cidade de São Paulo” (CARPINTÉRO, 2013, p. 4), e cabia ao plano elaborado por ele transformar o desperdício das áreas ribeirinhas em espaços úteis à cidade.

Ao considerar os rios obstáculos da natureza, nada mais justo que às pontes fosse dado lugar central em seu plano. Para Maia, elas tinham dupla característica: ao mesmo tempo em que eram símbolo de grandes capitais mundo afora, elas auxiliariam a transposição dos obstáculos e a ligação de diferentes partes da cidade. Uma das principais obras de seu Plano era a criação da Ponte das Bandeiras.

O nome dado à ponte e o momento nela instituído, o monumento às Bandeiras, faziam referência ao passado bandeirante paulistano, certamente evocado ali com o intuito de enaltecer as antigas glórias do estado, sem considerar as contradições que envolveram esse período histórico. A partir desse ponto de vista, a intenção da homenagem era rememorar as vitórias paulistanas do passado e inspirar o caminho que se abria para o futuro. A substituição da antiga ponte pela nova fazia parte do desenho do “Y”, que teria como eixos as avenidas Nove de Julho e Itororó (atual 23 de Maio), e que, no fim, se juntavam no Vale do Anhangabaú. Os primeiros projetos não apresentavam o monumento aos bandeirantes, que foram, a princípio, considerados “meros decorativos e nada funcionais” (A NOVA..., 1940, p. 6).

Toda a simbologia da ponte e das avenidas – que fazem homenagem ao movimento constitucionalista de 1932 – ajudaram a construir uma narrativa de vitórias paulistanas e a abertura a um futuro vindouro, que transformaria a cidade e aquilo que nela estava sendo construído (SCHPUN, 2003). Os jornais anunciavam ansiosos o estado das obras dessa ponte, “Toda de concreto, de linhas moderníssimas, edificando-se já sobre o futuro leito retificado do Tietê” (VÃO..., 1940, p. 3).

Figura 38 – Ponte sobre o rio Tietê, 1865



Fonte: AZEVEDO, M. A. **Ponte sobre o rio Tietê**, 1865.

Figura 39 – Ponte Grande vista do Clube Esperia, [1912]



Fonte: Acervo digital *O Estado de São Paulo*.

Figura 40 – Ponte Grande e Ponte das Bandeiras, antes da demolição da primeira, 1942



Fonte: **Ponte Grande e Ponte das Bandeiras, antes da demolição da primeira.** In: PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX.*, 2004, p. 572

Figura 41 – Inauguração da Ponte das Bandeiras, 1942



Fonte: Acervo do C.R. Tietê.

Prestes Maia teve a chance de colocar em prática seu plano quando foi escolhido prefeito interventor de São Paulo. Carpintéro (2013a) aponta que essa escolha não foi anódina, e sim fruto do Plano de Avenidas e das ideias nele contidas, como a exaltação da modernização, do progresso e do nacionalismo. Fato é que, em sua primeira gestão como prefeito (seu segundo mandato foi entre 1961 e 1965), Maia colocou em prática grande parte das propostas viárias contidas no Plano. A facilidade em adiantar as obras foi fruto ainda da total liberdade de ação no comando da prefeitura, pois estavam abolidas, pelo regime ditatorial, a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas (CARPINTÉRO, 2013a).

De acordo com Custódio (2004), durante sua gestão quase todas as radiais foram implementadas e as perimetrais foram colocadas em construção. Parte da retificação do rio Tietê começou a ser realizada e as margens dos rios pouco a pouco foram ganhando novos elementos. Entretanto, a transferência das ferrovias para as margens dos rios e a estação ferroviária unificada na Ponte Grande não saíram do papel.

A execução do plano não ficou restrita à sua gestão. A ideia de um urbanismo progressista – sinônimo de modernização – ainda animava o enredo urbano, e os sucessores de Prestes Maia levaram adiante seus projetos viários, com adaptações e transformações

necessárias às mudanças imbricadas na cidade. A construção das vias marginais dos rios Pinheiros e Tietê adentrou a década de 1960 (CUSTÓDIO, 2004).

Assim, iniciava-se um percurso de transformações nas margens do rio Tietê e Pinheiros, locais em que outrora pacatas associações náuticas desempenhavam seus intentos esportivos. Na sequência, será analisado de que forma essas transformações foram sentidas pelos clubes ora estudados.

5.2 Os clubes frente às novas obras

Caminhões, maquinários, balsas, homens e mulheres foram mobilizados, ao longo da década de 1940, para colocar em prática os estudos e projetos de Prestes Maia para a “nova” cidade. Com uma draga adquirida pela prefeitura, toneladas de terra, água e lama começaram a ser reviradas e realocadas nas margens dos rios. Entrava em cena a retificação do Tietê e seus afluentes, projeto mais ambicioso e complexo do Plano de Avenidas.

Um dos primeiros trechos do rio a receber intervenções foi a região do extremo leste da cidade (A RETIFICAÇÃO..., 1942). Essas alterações ainda não interferiam no cotidiano dos clubes de regatas analisados nesta tese, separados por quilômetros dessas obras. Entretanto, as fases 2, 3 e 4 de intervenção tinham como objetivo retificar as regiões próximas à ponte da Casa Verde, ponte do Limão e Ponte Grande, o que significava que chegariam à região em que os clubes estavam instalados (A RETIFICAÇÃO..., 1942). A aproximação das obras reeditava a seguinte interrogação: o que a retificação poderia trazer aos clubes de regatas?

Uma primeira preocupação das agremiações era com relação aos terrenos que possuíam nas margens dos rios. Na revista do clube Tietê, apontava-se a relevância que tal questão assumia para os diretores do clube:

O plano traçado para a retificação do rio Tietê, na parte que diz respeito ao trecho da Ponte Grande, está levantando justos temores aos grandes clubes que ali têm localizadas as suas instalações, no sentido de que se vejam privados dos benefícios que obtiveram com as melhores obras que ali realizaram. (O QUE..., 1940, p. 2)

Certamente, essa preocupação não era exclusiva do C.R. Tietê, e seu clamor tinha ecos na diretoria dos demais clubes da região. Frente a tal cenário, os clubes Tietê, Atlético e Esperia elaboraram em conjunto um memorial e o endereçaram ao diretor de esportes do estado, para que ela chegasse a Adhemar de Barros, Interventor Federal de São Paulo à época. O intuito dos clubes era expor a situação criada com o desenvolvimento das obras e pleitear medidas protetivas para que eles pudessem continuar a funcionar.

Na carta, os clubes elogiaram a ação de retificação do rio e, ao se colocarem como apoiadores, procuraram afastar a ideia de que pretendiam criar entraves ao projeto. Seguiu-se afirmando que o desejo dos clubes com tal medida era o amparo legal para que os terrenos perdidos fossem ressarcidos e ordens de despejo não fossem emitidas:

“Exmo. Snr. Diretor Geral de Esportes do Estado de São Paulo.
A ASSOCIAÇÃO ATLETICA SÃO PAULO, O CLUBE ESPERIA E O CLUBE DE REGATAS TIETÊ, pelo presente invocam o alto patrocínio de V. Excia. Para o seguinte:

A atual Prefeitura Municipal de São Paulo, na realização de um dos seus mais importantes projetos urbanísticos, deu início às obras da retificação do rio Tietê, na Ponte Grande, assim como das suas obras complementares. Não pretendendo, de forma alguma, criar dificuldades à concretização desses projetos, de ha muito necessários ao embelezamento e progresso da cidade, os clubes acima mencionados querem levar ao conhecimento de V. Excia., para os devidos fins, a irremediável perturbação que ditas obras trazem à prática das suas atividades, sem que, de antemão, se tenha cuidado de ampará-los e resolver essas dificuldades. Assim, estão eles à mercê de um mandato de despejo, que pôde lhes virá causar o integral desaparecimento.

Pleiteando, por intermédio de V. Excia., o apoio dos Poderes Públicos de São Paulo, apresentam os Clubes acima mencionados, como credenciais e folhas de serviços os grandes benefícios que deram à coletividade de São Paulo, através dos trinta e muitos anos de atividade, que não podem ser subestimados, sem grande injustiça.

O memorial anexo dará a V. Excia., com maiores detalhes, a nítida compreensão da situação em que êles se acham, assim como das medidas que pleiteiam do esclarecido Governo de São Paulo. Esperam vê-las convertidas em realidade, não só por constituírem a defesa do patrimônio racial do Brasil, como também por contarem com a defesa e amparo de V. Excia. – alta expressão do esporte brasileiro e que, bem compreende, por sentí-lo diariamente, o desinteressado ideal que os anima.

São Paulo, 20 de Fevereiro de 1940. Presidente da Associação Atletica São Paulo, Dr. Luiz Araripe Sucupira. Presidente do Clube Esperia, Dr. João De Lorenzo. Presidente do Clube de Regatas Tietê, Dr. Joviro Gonçalves Foz. (O QUE..., 1940, p. 2)

Em resposta a tal solicitação, no dia 29 de março de 1940, Adhemar de Barros visitou os clubes solicitantes, conforme reportagem publicada no *Correio Paulistano* (VISITA..., 1940). Nessa visita, o interventor percorreu as praças de esportes e diversas instalações dos clubes, e se demorou particularmente nos pontos mais atingidos pelas obras de retificação do rio. Seguiu a reportagem narrando que, na sala da diretoria do clube Tietê, regada a taças de champanha, Joviro Foz pediu a palavra e solicitou aos poderes públicos “uma solução para o caso de seu clube, que possuía tudo quanto é necessário para se expandir, não podendo isso fazer devido a ameaça constante que paira sobre elle com referência às obras publicas projectadas” (VISITA..., 1940, p. 1).

Adhemar de Barros, frente à solicitação, elaborou uma resposta aos diretores reunidos, reafirmando seu compromisso com os clubes e com a educação física paulistana:

O sr. dr. Adhemar de Barros, teve então ensejo de falar, fazendo ver aos directores daquelle clube que a obra de educação physica do nosso pays não havia sido descurada no seu governo [...]. Ainda fez questão de reconhecer no Tietê um dos legítimos orgulhos da força esportiva paulista e da educação esportiva do nosso povo, terminando por prometter estudar nos mínimos detalhes o problema. (VISITA..., 1940, p. 1)

Logo, se o interventor considerava os clubes solicitantes importantes elementos da educação física do estado, suas promessas em relação à continuidade das obras tiveram um tom conciliatório, em que foram prometidos ressarcimentos e novos terrenos aos clubes, caso eles fossem lesados:

[Adhemar de Barros] ainda se externou sobre a rectificação do tietê e construcção das suas avenidas marginaes, dizendo ser essa uma obra de inadiável necessidade e que pertence ao programma do seu governo, mas que os clubes prejudicados com essas construcções públicas receberiam indemnizações correspondentes ás bemfeitorias que por ventura sejam demolidas, sendo que tambem uma área de terreno muito maior lhes será conferida junto a uma das avenidas marginaes do Tietê, para que os mesmo possam contunuar com o seu trabalho educativo. (VISITA..., 1940, p. 1)

O jornal concluiu a reportagem com a opinião de que a retificação não seria tão prejudicial aos clubes da Ponte Grande, que mudariam apenas de lugar, mas continuariam no mesmo bairro, e suas novas instalações obedeceriam aos planos elaborados a respeito da margem dos rios.

Não foi possível identificar, nas fontes elencadas para esta pesquisa, se a opinião positiva do jornal foi compartilhada pelos clubes. Entretanto, presume-se que a decisão oficial foi acatada, pois não há nas revistas nem nos jornais novas reclamações dos clubes com relação à perda de terreno.

Inclusive, o cenário que parecia pouco favorável às mudanças que a retificação do rio poderia proporcionar acabou se alterando nos anos subsequentes. Começaram a ser emitidas notas, especialmente nos jornais que narravam os eventos esportivos, que entendiam que a retificação do rio poderia gerar benefícios para a prática do remo.

Na década de 1940, seguiam-se as disputas em relação ao local de realização das regatas, conforme apresentado no capítulo quatro. De um lado, localizava-se a gestão da Federação de Remo de São Paulo (FRSP), que optava sempre por estabelecer as regatas mais importantes em Santos ou Santo Amaro. De outro, os clubes paulistanos, que tinham grandes jornais como interlocutores, e votavam pela escolha da capital como local de disputa das provas. Estes clubes alegavam que eram maioria nas disputas, e que a realização das regatas em Santos não trazia benefícios à modalidade, além de não reunir público interessado:

Muitas vezes temos nos referido á inconveniência de realizar os torneios nauticos em Santos, de vez que elles são animados e praticamente disputados exclusivamente pelos clubes paulistanos, porque os centros nauticos praianos atravessam uma época de franca decadencia.

[...]

Se continuarmos nesta marcha, dentro em breve teremos que nos afastar de São Paulo para ir á Santos promover uma regata para uns trinta ou quarenta praianos assistirem. (CONFIRMADA..., 1940, p. 8)

Movidos pelas críticas ao Valongo, os diretores da FRSP promoveram alterações nos locais de realização das provas. Entretanto, nenhuma sugestão foi acatada com relação a promoção de regatas na cidade de São Paulo; ao contrário, a solução foi encontrar uma nova raia na própria cidade de Santos, a raia do Macuco (NOVAS..., 1940).

A nova raia também não teve a aprovação de todos os competidores. O jornal *Correio Paulistano* enviou, durante a temporada esportiva de 1941, um correspondente especial para avaliar o novo destino das competições. De acordo com o jornalista, o lugar apresentou-se, em um primeiro momento encantador, com “aparente estabilidade, desprovida de correntes marítimas” (A RAIA..., 1941). Porém, ao longo do dia, o cenário se transformou completamente. Primeiro, a passagem de um navio cargueiro removeu as balizas de alinhamento da raia. Depois, com a demora para o restabelecimento das demarcações, a maré subiu e atrapalhou a organização da prova. Por fim, o público assistente era ínfimo, o que, na visão do correspondente, coroou o fracasso do dia esportivo:

Pelo que concluímos, a raia é impraticável e os recursos tecnicos de que dispoe a nossa entidade não comporta o sacrificio dos clubes, muito especialmente dos que se locomovem de um bairro; que passem a beneficiar os seus praticantes. (A RAIA..., 1941, p. 12)

Mediante tais reclamações, o diretor da FRSP se propôs a tentar resolver esta questão, que, para além dos problemas técnicos, tinha íntima relação com as divergências políticas dentro do remo paulistano. Sua sugestão para a solução do problema foi a construção de uma raia à beira da rodovia Anchieta, que ficava no caminho entre Santos e São Paulo (CAMPOS, 1941). Embora suas intenções tenham sido elogiadas pelo jornal, fato é que o diretor recebeu críticas tanto de santistas quanto de paulistanos, e provavelmente abandonou a ideia naquele momento.

Aos clubes paulistanos, cabia fazer propaganda do único espaço disponível na cidade em que a prática do remo era possível: o Tietê. E, para dar forças a essas demandas, os reparos no rio prometiam tornar alguns trechos retos e navegáveis.

Entre 1941 e 1942, período em que a FRSP estava fragilizada por disputas internas e que a busca por novos espaços para a realização de regatas se acirrava, as colunas publicadas no jornal *Correio Paulistano* sobre o remo, fizeram forte campanha pelo uso do rio Tietê.

Em reportagem publicada em 1941, o jornal narrou a experiência do final de semana anterior, em que uma regata havia sido disputada no rio, no trecho em que obras de retificação já estavam iniciadas. A opinião era de que a disputa havia sido um sucesso, tanto de público quanto relativo às questões técnicas, e isso era um indicativo de que as principais provas poderiam voltar a ser disputadas no rio (A REGATA..., 1941, p. 12).

Rapidamente, o trecho retificado da Ponte Grande se popularizou entre os clubes locais como “raia nova da Ponte Grande” (A ATLETICA..., 1941, p. 10), e os clubes reiteraram repetidas vezes a eficiência do local. Em regata promovida pela Atlética, o jornal relatou que “ficou mais uma vez provada a eficiencia da raia que dentro em breve sera uma agradável realidade” (BONS..., 1942, p. 10). O único problema relatado foi o baixo nível da água, que prejudicou alguns movimentos técnicos.

No ano de 1942, a primeira regata oficial organizada pela FRSP foi na reta da Ponte Grande, embora esse trecho ainda passasse por reformas. O *Correio Paulistano* relatou que a escolha da raia serviu apenas como medida paliativa para conter os ânimos dos clubes da capital, que vinham tumultuando as reuniões federativas. Prova disso foi a ausência de clubes santistas, que não se dirigiram à cidade para a disputa (DISPUTA-SE..., 1942). Entretanto, apesar do entrave burocrático, foram elogiadas a ampla presença do público e os resultados obtidos pelos remadores.

É importante ressaltar que, embora o discurso do jornal e dos clubes paulistanos fosse totalmente direcionado a enaltecer os benefícios da raia, ela ainda não se configurava em um espaço totalmente adequado à prática esportiva. A extensão do trecho retificado, até aquele momento, era de aproximadamente dois mil metros; além disso, a vazão do rio tinha sido modificada, bem como a largura e a profundidade. Isso significava que as competições tinham que ser disputadas em etapas, pois não era possível conglomerar todos os competidores ao mesmo tempo. Isso ocorreu, por exemplo, em disputas realizadas em março de 1942, momento em que as competições tiveram que ser divididas em dois finais de semana por conta dos entraves físicos proporcionados pelo rio (PROSSEGUIRÁ..., 1942).

Essas questões, que certamente atrapalhavam o desempenho dos remadores, chamaram a atenção da FRSP, que transferiu a temporada seguinte (1943) para Santos novamente. É certo que essa decisão não foi apoiada pelos colunistas do *Correio Paulistano*, bastante afeitos às demandas dos clubes tieteanos:

Voltou a entidade máxima a preferir a raia santista para a realização dos seus certames, procurando dessa maneira despertar maior interesse aos gremios praianos.[...]

Não foi feliz a nossa entidade nessa escolha, pois, a despeito de uma parte dos militantes haver procurado corresponder, não foi possível, entretanto, obter o incentivo do publico. (COUBE..., 1943, p. 8)

Nessa temporada, foram mantidas nove das dezessete provas na cidade de São Paulo (as demais foram disputadas em Santos, Piracicaba e Americana). Entretanto, as três regatas oficiais, que contariam pontos ao campeonato estadual, seriam disputadas no litoral (FEDERAÇÃO..., 1943).

Nesse contexto, houve, em 1942, a inauguração da Ponte das Bandeiras, um dos símbolos do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Para a comemoração do evento – que contou até mesmo com a presença de Getúlio Vargas – o C.R. Tietê organizou uma competição náutica, intitulada “Prova Clássica Fundação da Cidade de São Paulo”. O intuito da regata era tanto homenagear o aniversário da cidade quanto celebrar o novo monumento arquitetônico.

A competição foi patrocinada pela FRSP, e apoiada pelos demais clubes da cidade. Embora o regulamento previsse a disputa em uma distância de 5000 metros, o trecho retificado disponível até aquele momento era de apenas 1300 metros. Além disso, inicialmente a intenção era convidar agremiações estrangeiras, mas as obras inacabadas impediram a realização da prova com muitos barcos (GRANDE..., 1942).

No ano seguinte, uma segunda edição da prova foi realizada, com novo percurso de 2400 metros. Nessa edição, embarcações cariocas e capixabas participaram, o que aumentou o número de concorrentes. A prova foi disputada até 1944, pois, no ano seguinte, uma discussão interna na Federação fez com que o C.R. Tietê, organizador do evento, se afastasse da Federação, e a prova deixou de ser realizada.

Figura 42 – Inauguração da Ponte das Bandeiras e realização da Prova Fundação da Cidade de São Paulo, 25 jan. 1942



Fonte: Acervo do Clube Esperia

Embora algumas tentativas tenham sido feitas para restabelecer o Tietê como local adequado para a disputa de regatas, é sabido que esse retorno nunca ocorreu, e diversos foram os motivos. Pode-se citar as questões políticas, como o enfraquecimento dos clubes paulistanos na diretoria da Federação e mesmo uma diminuição da importância da FRSP frente outras entidades esportivas do estado. Outro aspecto não negligenciável foi a extensão das obras de retificação, que demoraram anos para serem concluídas e atrapalharam os planos promissores dos clubes. Há, ainda, a diminuição da profundidade e da largura do rio, o que o tornava ainda menos adequado para a realização de provas oficiais.

Talvez a somatória dessas questões tenha feito do remo um assunto pouco atrativo às colunas esportivas do *Correio Paulistano* no decorrer da década de 1940. Poucas foram as menções às competições depois da frustrada tentativa de mudança do local das provas oficiais. O encerramento das provas realizadas no Tietê, ao menos nas notificações do jornal, se deu quando a raia de Jurubatuba passou a ser utilizada, em 1948. A partir desse momento, a nova raia, localizada entre os quilômetros 30 e 32 da Via Anchieta, abrigou as competições oficiais da Federação e ganhou a alcunha de “raia paulistana” (EFETUA-SE..., 1948; NA RAIÁ..., 1948).

Foi possível perceber que os clubes reagiram de maneiras distintas à retificação do rio. Ao mesmo tempo em que temiam por seus terrenos, sonhavam com a utópica raia do Tietê,

sonho compartilhado entre os clubes desde o início do século. Embora certa positividade estampasse os jornais, fica a impressão de que os clubes já conheciam o resultado que a excessiva urbanização e a transformação do rio trariam a seu futuro.

Havia, ainda, outra mudança, que diferente da retificação com todas as suas máquinas e trabalhadores, se fazia silenciosa e contínua: a poluição. Entretanto, da mesma forma como ela se aproximava de forma invisível, os clubes fechavam os olhos para sua existência, especialmente aqueles que ainda dependiam da benevolência do rio para continuarem usufruindo do *status* de clubes aquáticos.

5.3 Outro revés da urbanização – a poluição

De acordo com Jorge (2006a, p. 198), “no início dos anos 1940, [...] o Tietê era um rio cada vez mais degradado e perigoso para a maioria dos seres vivos que se aproximavam de suas águas”. As análises médicas, exploradas ao longo dessa tese, atestam a afirmação do historiador, e conclui-se que o crescimento desenfreado da cidade traria mais essa alteração aos trechos urbanos deste rio.

Assim, ao longo do tempo, os estudos a respeito das práticas esportivas aquáticas nos rios de São Paulo se muniram da associação entre águas e poluição para justificar o fim das competições no Tietê. Há, inclusive, a afirmação de que João Havelange, competidor do clube Esperia (à época denominado clube Floresta) contraiu tifo após participar da Travessia de São Paulo a Nado em 1944, o que teria sido crucial para o cancelamento da prova³⁸.

Entretanto, na tentativa de um entrecruzamento de fontes, o fato não foi noticiado em nenhuma das fontes elencadas para esta pesquisa. As frequentes menções ao ocorrido são sempre oriundas da citação do mesmo livro de Nicolini (2001).

Na realidade, nas fontes aqui analisadas, não há referências sobre o fim da Travessia, o que leva a crer que esse episódio surpreendeu os clubes e os veículos da imprensa que geralmente o narravam. Nas reportagens que precederam a disputa da prova em 1944, nenhuma menção foi feita a um possível encerramento no ano seguinte; ao contrário, esperavam-se grande número de competidores e bom público (DISPUTA-SE..., 1944). Em

³⁸ Essa afirmação foi popularizada na história das práticas esportivas no rio Tietê por Nicolini, autor da obra *Tietê: o rio do esporte* (2001). De acordo com o jornalista, a informação chegou a ele a partir de depoimento do próprio nadador: “Em correspondência pessoal, quando eu redigia o livro *Tietê – O Rio do Esporte*, Havelange nos contou que havia sido contaminado por tifo negro, por causa daquela prova aquática.” (NICOLINI, H. A Travessia de São Paulo a Nado. Disponível em: <https://blogs.gazetaesportiva.com/henriquenicolini/2015/05/20/a-travessia-de-sao-paulo-a-nado/>). Acesso em: 25/08/2020).

relação à poluição das águas naquele trecho, ou algum tipo de impedimento ou precaução nesse sentido, não havia nenhuma menção.

No dia seguinte à competição naquele ano, os vitoriosos Vitorio Filelini e Elizabeth Huttenlocher foram exaltados, assim como a presença do público e a numerosa participação de clubes esportivos de todo o estado (VITORIO..., 1944). Novamente, nenhum problema foi relatado a respeito da realização da prova.

Ao se analisar o(s) processo(s) de esportivização das práticas aquáticas nos rios paulistanos, entende-se que inúmeros outros pontos incidiram no fim da realização da Travessia, não só a poluição. Uma das questões que pode ser suscitada foi a morte de Cásper Líbero, em 1943. O jornalista foi um grande incentivador da prova, e sua morte pode ter mudado o entendimento sobre tal evento na diretoria do jornal *A Gazeta*, o patrocinador do certame.

Um segundo ponto possível de ser abordado foi a diminuição do entusiasmo dos participantes com relação à prova que, conforme analisado no capítulo 4, atingiu seu ápice em meados dos anos 1930 até o ano de 1940, quando engajou mais participantes e público. Pesa sobre essa questão a esportivização da natação, que elegia as piscinas como aliadas muito mais importantes para a obtenção de marcas e recordes.

Outra questão foram as obras no Tietê que, além de alterar todo o entorno dos clubes, foram excessivamente longas, e adentraram as décadas seguintes, transformando o rio em um verdadeiro “canteiro de obras”. Esse fator certamente atrapalhou o desenvolvimento de práticas regulamentadas em suas águas.

Assim, é possível relativizar a importância dada à poluição no encerramento da prova. Esse fator não foi suscitado nas fontes da pesquisa; ao contrário, foi encontrado no jornal *Correio Paulistano*, em 1945, uma nota em que o clube Ipiranga convidava os associados para treinamentos sistemáticos com o objetivo de realizar a prova:

“Travessia de São Paulo a Nado”

O treinador do departamento de natação do C. A. Ipiranga está convidando os associados do “veterano” que irão participar da tradicional prova aquática “Travessia de S. Paulo a Nado” a comparecer, durante toda a semana, aos treinos habituais que vem sendo realizados, quando, também, terão oportunidade de receber instruções. (TRAVERESSIA..., 1945)

Em outro ponto do rio, na região da Penha, a Travessia da Penha a Nado seguia promovendo competições aquáticas. É certo que essa porção do rio recebia menos afluentes de esgoto urbano, mas, de todo modo, o clube desafiava os indícios de má qualidade da água.

Isso não significa que a poluição não era apontada como um aspecto negativo à realização da prova. De acordo com reportagem publicada no *Correio Paulistano*, o acúmulo

de sujeiras na água era problemático para a saúde dos competidores, mas seria um fator facilmente minimizado com o aumento do volume do rio por conta das chuvas, o que dissipava as partículas de sujeira:

A época para realização desta sugestiva competição aquática não podia ser das melhores. Em face do prolongado período de chuvas, o leito do rio Tietê aumentou consideravelmente em seu volume de água, permitindo, assim, um concurso mais interessante, e evitando as impurezas que tanto comprometem as iniciativas desta natureza, constituindo focos perigosos para os praticantes da salutar especialidade. (AGUARDADA..., 1950, p. 8)

A prova sobreviveu até 1951. No final de 1952, o clube aboliu a prova, frente a impossibilidade de realizá-la por conta das obras de retificação do Tietê na região. Em seu lugar foi instituída a “Volta da Ilha”, que consistia em um percurso de aproximadamente mil metros, ao redor de uma ilhota próxima ao clube, que seria contornada cinco vezes.

Esta nova versão da prova teve apenas uma edição, em 1953. Nesse momento, as reportagens já sugeriam que a retificação do rio não mais permitiria a realização de provas naquele trecho. Com a impossibilidade de utilizar o rio, o C.E. da Penha, que ainda não possuía piscina, perdia aos poucos a qualidade de clube náutico (REALIZADA..., 1953). Em síntese:

Á medida que as obras de retificação do rio Tietê vão se desenvolvendo as possibilidades dos clubes ribeirinhos são reduzidas, porque as características do grande plano não oferecem margem de aproveitamento de suas águas, como aconteciam antigamente, com a paisagem pitoresca que o seu curso oferecia.

Dentro de um limite cada vez mais reduzido, vêm os clubes realizando as suas competições, prosseguindo, assim, a jornada empreendida há longos anos [...]. (EFETUA-SE..., 1953, p. 8)

Pode-se afirmar, portanto, que a poluição do rio Tietê e de seus afluentes gerou entraves dos mais diversos com relação às práticas realizadas em suas águas. Contemporaneamente, quando se observa o estado deplorável em que os trechos urbanos dos rios se encontram, pode-se supor que a extrema poluição é resultado de décadas de descaso com o descarte de esgotos e a irresponsabilidade ambiental. É, inclusive, um exercício grande de imaginação pensar que, outrora, práticas esportivas, de pesca e de outros divertimentos foram realizadas nas águas desses rios e em suas margens.

A intenção desse item não foi minimizar a importância negativa da poluição nas águas dos rios. O que foi pretendido neste estudo foi colocar esse fator, que tanto chama atenção na contemporaneidade, em perspectiva. Ao contrário das afirmações que o estabeleciam como elemento principal para o abandono das práticas nos rios, o intuito foi mostrar que os entraves gerados pela degradação ambiental não eram maiores do que outros já analisados ao longo da tese, ao menos no entendimento dos clubes. Entende-se, portanto, que esse foi mais um fator

que atestou a separação entre clubes e rios, e entre as práticas diversas que colocavam em contato corpo e água.

5.4 A urbanização extinguiu os esportes nos rios?

Embora a intenção desta tese não seja estudar a cidade de São Paulo em seus aspectos econômicos e urbanos, é inegável como tais questões foram fortemente relevantes nas transformações dos rios aqui estudados e, em consequência, nas práticas neles realizadas. Se desde o final do século XIX, pequenas intervenções vinham sendo feitas no traçado e na margem dos rios, foi na década de 1940 que um plano urbano resolveu deliberadamente tomar os cursos d'água e transformá-los a serviço da urbanização.

Mesmo com controversas opiniões a respeito de como um plano deveria ser colocado em ação para conter a volúpia dos rios, a verdade é que havia uma unanimidade a respeito da ideia de que sua natureza volátil deveria ser contida. Com maior ou menor respeito às suas características fundamentais, era questão de tempo até que obras urbanas transformassem a passagem dos rios pela área urbana.

Em geral, as notícias a respeito da retificação do Tietê foram bem aceitas na cidade (CUSTODIO, 2002). Os problemas das cheias afetavam sobremaneira a população, que viu no Plano de Prestes Maia um alento a tal problemática. Essa euforia com tais modificações não foi compartilhada pelos clubes que ocupavam suas margens. Para essas agremiações, ao mesmo tempo em que centelhas de esperança surgiam em relação à possibilidade de criação de uma raia para a prática do remo, havia uma questão mais elementar: garantir sua sobrevivência e manter as sedes dos clubes nos mesmos locais.

Em relação ao rio, embora algumas disputas ainda tenham sido travadas no início da década para a realização de regatas, havia um sentimento generalizado de que o distanciamento entre rio e clubes – já cristalizado no plano simbólico – seria concretizado também no plano material principalmente com a instalação de rodovias marginais.

Para o remo, dada a falta de solução em relação ao espaço da prática, a saída foi apostar em outro destino, a raia de Jurubatuba, utilizada a partir de 1948. Certamente, muitas outras disputas se deram até a construção, em 1973, da Raia Olímpica da USP (Universidade de São Paulo), localizada no campus principal da universidade. Entretanto, essas questões não foram investigadas, já que ultrapassam os limites temporais desta pesquisa.

Na natação, as piscinas já haviam dominado a prática esportivizada. O rio era utilizado ainda por aqueles que não eram habilitados à utilização das piscinas nos clubes, ou

para a realização de travessias. A Travessia de São Paulo a Nado era uma prova bastante tradicional da cidade, e sua extinção se deu em meio a essas grandes alterações urbanas que afetaram a utilização do rio, somadas a outros fatores, dentre eles a morte de seu grande incentivador, Cásper Líbero. A Travessia da Penha a Nado, mais duradoura, resistiu motivada pela ausência de piscina no C.E. da Penha, o que tornava o rio o único espaço para a prática da natação. Entretanto, o encerramento da prova se deu no início da década de 1950, momento em que as obras de retificação impediram sua continuidade.

Por fim, é preciso pensar que o percurso da desenfreada urbanização paulista, iniciado já no final do século XIX, destinou ainda um outro produto aos rios urbanos: a poluição. Os resíduos sem tratamento, depositados nos rios e denunciados por médicos e sanitaristas, acabaram por arrebentar o último fio de união que existia entre a prática de esportes, divertimentos e os rios. É válido lembrar aqui que esse aspecto já tinha sido utilizado em favor das piscinas no momento de sua construção, para associá-las à ideia de higiene. Nas mesmas águas em que a prática esportiva foi indicada e divulgada, por suas características salutaras e higiênicas, temia-se agora pelos níveis de insalubridade e riscos gerados à saúde. A mesma água que curava foi aquela, que mais tarde, enfermou.

Em suma, esses foram os capítulos finais de uma relação que já se mostrava estremeçada desde meados da década de 1930, entre a prática dos esportes, os clubes e os rios. O remo, a natação e o polo aquático, que tanto movimentaram as águas e alvorçaram a correnteza, saíam de cena para saltar em direção a novos espaços para as práticas.

Figura 43 – Salto no rio Tietê [s/d]



Fonte: Acervo do Clube Esperia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Estas águas
 Do meu Tietê são abjetas e barrentas,
 Dão febre, dão a morte decerto, e dão garças e antíteses
 [...]
 Isto não são águas que se beba, conhecido, isto são
 Águas do vício da terra. Os jaburus e os socós
 Gargalham depois morrem. E as antas e os bandeirantes
 e os ingás,
 Depois morrem. Sobra não. Nem sequer o Boi Paciência,
 Se muda não. Vai tudo ficar na mesma, mas vai!... e os
 corpos
 Podres envenenam estas águas completas no bem e no
 mal
 [...]
 ...e tudo é noite. Sob o arco admirável
 Da Ponte das Bandeiras, morta, dissoluta, fraca,
 Uma lágrima apenas, uma lágrima,
 Eu sigo alga escusa nas águas do meu Tietê
 (ANDRADE, Mário. *A meditação sobre o Tietê*, 1960)

Ao longo desta tese, que investigou as práticas da cultura física nos rios urbanos da cidade de São Paulo, foi possível analisar como, ao longo de um período de aproximadamente cinquenta anos, houve um crescimento e um declínio no incentivo ao uso dos rios para esportes, divertimentos e passeios. O período analisado não é tão longo se pensado em escalas temporais da história, mas ainda assim conjugou transformações diversas na utilização dos rios.

Inicia-se esta narrativa antes dos fatos. Isso significa que, antes de encontrarem os usos das águas dos rios para banhos, divertimentos, ou suas margens para passeios e observação, encontra-se a construção de um discurso que elegia a natureza como um espaço a ser apreciado e utilizado, em contraposição à cidade. Foi esse discurso, inspirado naqueles europeus e readaptado à realidade brasileira, que possibilitou a eleição de espaços da natureza – dentre eles os rios – como objeto de contemplação.

As primeiras narrativas que contam sobre esse contato entre corpos e água, investigadas nesta tese, mostram os receios existentes. A imprevisibilidade das águas e a volúpia da correnteza geravam temor na população e, conseqüentemente, no Poder público, que diversas vezes agiu na tentativa de impedir que um contato mais amplo e íntimo existisse entre os corpos e as águas.

Entretanto, ainda que contrariando as iniciativas policiais, as novas sensibilidades frente aos rios fizeram com que uma miríade de atividades surgisse em meio àquelas que já estavam estabelecidas, que associavam o rio ao trabalho, ao transporte e à obtenção de

alimentos. Rapidamente, instituiu-se a presença de homens e mulheres nas águas dos rios da cidade, que saltavam nas águas para refrescarem-se (ou correr dos policiais); que passeavam de barco, ação que, de tão bucólica, acabou por se tornar cartão postal da cidade; que desafiavam outros nadadores e tinham como meta vencer o medo, o adversário e a correnteza.

Nesse momento, determinou-se um recorte nesta pesquisa, e enveredou-se pelas investigações de práticas que lentamente foram se institucionalizando e transformando-se em elementos da cultura física. Certamente, as pescarias e a utilização das margens para a lavagem de roupas estavam presentes durante toda a narrativa; entretanto, o objetivo era olhar mais especificamente para aquelas atividades que mudavam de significado e se aliavam a outros discursos que eram produzidos na cidade a respeito da cultura física.

Não tardou para que barcos, nadadores, saltadores, jogadores e curiosos figurassem nos rios e em suas margens, especialmente nos finais de semana e nos dias de calor: os rios se tornavam, já nas primeiras décadas do século XX, espaço privilegiado de divertimentos da população paulistana.

Os grandes incentivadores e promotores dessas práticas foram os clubes esportivos, agrupados aqui sob a denominação “clubes de regatas”. Essas agremiações, as quais tiveram seu cotidiano perscrutado nesta tese, se instalaram nas primeiras décadas do século XX nas margens dos rios – em sua maioria do rio Tietê, palco das maiores narrativas aqui presentes, mas em menor medida também no Pinheiros – e foram imprescindíveis para os novos contornos que tais práticas assumiam.

Nesse sentido, o cotidiano dos clubes foi constantemente retomado nesta tese, por inúmeras razões. Uma delas foi a nova roupagem dada aos divertimentos não esportivos, que também adentraram o escopo da cultura física. Aos passeios, bailes, piqueniques, também foram atribuídas características que os associavam a benefícios morais, físicos e psicológicos da cultura física em questão. Além dessas práticas, inúmeras competições internas foram estimuladas, essas com características mais competitivas, e que claramente aportavam para o apelo moral e higiênico da cultura física propalada.

Foi no cerne desses clubes que também surgiram as primeiras movimentações para a criação das federações esportivas, inicialmente as de remo (que agrupavam todas as práticas aquáticas) e mais tarde as específicas de natação. Os clubes de regatas paulistanos, associados aos santistas, tinham interesse em promover competições mais esportivizadas, e a criação das federações foi de grande valia para essas intenções.

Nascia, nas margens dos rios, entre os praticantes e dirigentes dos clubes, um apreço pela velocidade, pela comparação de resultados, pela obtenção de marcas. Outras cidades

brasileiras já participavam de campeonatos nacionais e internacionais, e os clubes paulistanos começavam a considerar a importância de transformar suas práticas em um conjunto mais esportivizado.

Dessa forma, pôde-se perceber que, mais especificamente entre as décadas de 1910 e 1930, as práticas de nado e remo promovidas pelos clubes e federações ganharam elementos como a contagem do tempo, regras mais rígidas, ranqueamento dos vencedores. Pouco a pouco, os clubes começaram a se aproximar das disputas com outros estados e países, e novas necessidades surgiram, visando à melhoria das marcas obtidas pelos atletas. Começou-se a considerar a necessidade de melhores métodos de treinamento, de aumento na precisão da contagem do tempo, de obtenção de melhores barcos. Começou-se, também, a cogitar que o leito do rio não se configurava como o espaço mais adequado para a prática de esportes de marca, em que frações de segundo são determinantes. Esse aspecto foi bastante importante na mudança da relação estabelecida entre clubes e rios, pois, às agremiações começavam a surgir dúvidas da relevância do parceiro fluvial frente a suas novas demandas.

Além das práticas mais esportivizadas, os clubes transformaram também a relação dos divertimentos aquáticos de seus frequentadores. Ainda no período em que se utilizavam prioritariamente do rio para as atividades aquáticas, os clubes construíram cochos, organizaram passeios, promoveram piqueniques nas margens. Era imperativo, na utilização do rio, dominar os riscos que pudessem ser provenientes de sua natureza incontrolável. Mais tarde, essas mesmas agremiações foram responsáveis por paulatinamente levarem para dentro de suas sedes esses divertimentos, com a construção de piscinas.

Assim, as singelas brincadeiras das crianças, ou o período em que mulheres e homens se debruçavam para tomar sol tiveram uma mudança de espaço, dos rios às piscinas. Estabelecia-se, então, uma separação entre aqueles que podiam usar as piscinas para tais divertimentos – os associados – e aqueles que continuaram se divertindo nos rios, pessoas essas que sequer eram mencionadas nas revistas e nos jornais aqui elencados para a pesquisa.

No âmbito das experiências em meio à natureza, uma leve mudança na sensibilidade também se produziu ao longo das décadas. O uso desses espaços para fugir do burburinho das cidades continuava em voga; o que havia mudado era saída dos rios do escopo de espaços dignos de adentrarem o destino dos associados dos clubes. Assim, passeios, piqueniques e excursões continuaram a ser incentivados rumo à serra do mar ou ao Parque da Cantareira. Porém, as águas dos rios não figuravam mais como destinos prováveis de encontros bucólicos entre corpo e elementos da natureza. Aparentemente, ao longo das décadas estudadas, que

conjugaram um espantoso crescimento da cidade, os rios se configuraram cada vez mais como parte do cenário urbano.

Dessa forma, inúmeros foram os fatores que atestaram uma separação entre os clubes e seu antigo parceiro fluvial. Em um curto espaço de tempo, essa relação passou de mútua a indesejada. Se os clubes se instalaram nas primeiras duas décadas do século XX nas margens dos rios procurando precisamente pelos benefícios que suas águas poderiam proporcionar às atividades atléticas, não demorou para que os empecilhos causados pelas águas (exemplificado de forma mais incisiva pelas enchentes) se tornassem a principal narrativa a respeito do vizinho fluvial.

Essas questões levadas à cabo principalmente pelos clubes de regatas não significou que, de repente, os rios tenham deixado de receber atletas, pescadores, curiosos, casais apaixonados e crianças intrépidas com desejo de desafiar as águas. O fato é que, no âmbito das práticas da cultura física, incentivadas principalmente pelos clubes e pela imprensa da cidade, começou a se estabelecer uma cisão muito clara entre o que ocorria sob a tutela dos clubes – balizadas pelos ideais da cultura física – e o que ocorria fora deles. Os muros que começam a ser erguidos, separando os clubes dos rios, não significaram apenas uma separação física, mas uma barreira que se dava também de forma simbólica e que dividia o que acontecia nas águas fluviais do que era regulamentado, higienizado e disponível só para os associados dos clubes.

Uma das mais expressivas cisões se deu no momento em que as piscinas foram construídas. A partir dessas obras, os clubes promotores de natação se viam finalmente livres da necessidade de utilizar os rios para preparar seus atletas e divertir seus associados. Na produção dos discursos voltados ao benefício do uso do novo artefato esportivo, um dos elementos utilizados foi a higiene dos participantes e o cuidado com a água, o que diferenciava a água das piscinas daquela dos rios, esta constantemente apontada como suja e promotora de doenças. No ápice dessa produção de novos sentidos, o C.R. Tietê usou a própria água dos rios para abastecer sua piscina, reformulada através de tratamentos e higienizações. Ironicamente, estas eram as mesmas águas que, até o dia anterior à inauguração utilizavam seus associados para treinamentos, pulos, saltos e desafios.

Essa separação, bastante evidente no plano simbólico, especialmente a partir do momento em que os clubes construíram suas piscinas, foi reafirmada na década de 1940. Nesse período, reformas urbanas acabaram por estabelecer entraves físicos entre os clubes e os rios, que ficaram separados pela construção de grandes avenidas marginais.

No momento em que essas reformas foram colocadas em ação, embora os clubes tenham criado até mesmo expectativas com relação à construção de uma raia nas águas do Tietê,

a verdadeira preocupação era não perder terrenos para as novas obras. Assim, zelava-se pela própria existência, mesmo que ela dependesse da mudança de localidade e perda de contato com as águas dos rios.

Poucas atividades sobreviveram ao intenso processo de transformação dos cursos d'água. Algumas regatas insistiam em ocorrer – e se faziam em meio a barcos, dragas e trabalhadores que se ocupavam de retificar os rios – além das travessias aquáticas. A Travessia de São Paulo a Nado ocorreu até 1944, e, frente às mudanças ocorridas no traçado dos rios, à diminuição do público e à morte de Cásper Líbero, sucumbiu em sua décima oitava edição. A Travessia da Penha a Nado durou até o início da década de 1950, incentivada sobretudo pela ausência de piscina no C.E. da Penha. Entretanto, as mudanças no leito do rio também foram responsáveis por sua finalização.

Em meio a essas questões, havia também a poluição que, conforme apontavam os médicos desde o início do século, tornava as águas perigosas e insalubres. Esses discursos finalmente começaram a ser incorporados pelos clubes na década de 1940, momento em que eles não mais necessitavam das águas para promover provas de natação, saltos e jogos de polo aquático.

Em suma, em um período de aproximadamente cinquenta anos, os rios urbanos da cidade de São Paulo passaram de lugar inóspito e evitado para o cerne dos divertimentos e esportes na cidade e, mais tarde, novamente a locais insalubres, agora principalmente com o advento da poluição e a separação física proporcionada pelas grandes avenidas.

As transformações que foram direcionadas aos rios – sob os pretextos da modernização – foram, certamente, responsáveis pelo estado deplorável em que se encontram suas águas atualmente no trecho urbano. Há décadas, os rios se tornaram, para os moradores da capital paulista, um lugar de memória dos efeitos da urbanização desenfreada. Pouco se sabe sobre os momentos em que esses rios também tiveram outras atribuições e usos. Esta tese pretendeu contribuir para que eles sejam também lugar de memória de intensos e profícuos momentos de divertimentos e prática de esportes.

Aos rios ora estudados, discursos diversos foram propalados ao longo do tempo, em geral associando-os aos miasmas, às bactérias, à poluição. Pretendeu-se também, com esse trabalho, tornar essa definição mais polissêmica, e pensar que, em determinado momento da história, esses também foram os rios da saúde e da higiene exortada pela prática de esportes e dos divertimentos.

Mario de Andrade, ao perambular nas margens do Tietê, absorto em pensamentos, perguntava ao rio: “Meu rio Tietê, para onde me levas?”. A essa pergunta, nenhuma resposta

foi formulada ainda hoje, décadas depois. Entretanto, abriu-se caminho para pensar as memórias desse rio e do rio Pinheiros, tratados aqui em momentos de alegria, diversão e prática esportiva.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. S. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 e 1955). **Estudos Históricos**, n. 40, jul./dez. 2007, p. 154-171.

ADORNO, V. **Tietê: uma promessa do futuro para águas do passado**. São Paulo, SP: Cel Lep, 1990.

AMARO, F. Os diversos usos de jogos olímpicos na imprensa carioca nas décadas de 1890 a 1910. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, p. 195-212, 2018.

ANDRADE, M. **Pauliceia desvairada**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1946.

ARNAUD, P. Pratiques et pratiquants: les transformation de la sociabilité sportive. L'exemple de Lyon et du département du Rhône entre 1850 et 1914. *In*: ARNAUD, P.; CAMY, J. **La Naissance du mouvement sportif associatif en France: sociabilités et formes de pratiques sportives**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986.

ASSMANN, A. B.; SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. A natação em piscinas nos clubes da cidade de Porto Alegre (décadas de 1930 e 1940). **Kinesis**, [S.l.], mar. 2014.

ASSUNÇÃO, P. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura**. Barueri, SP: Editora Manole, 2012.

BAHIA, L. M. S. **Histórias e memórias de mulheres nadadoras: o que a travessia Mar Grande – Salvador revela sobre a educação das mulheres em Salvador/BA**. 2017. 105p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia. 2017.

BAHIA, L. M. S.; SILVA, M. C. P. Relações de gênero no esporte: “o belo sexo” na competição de natação em mar aberto – travessia mar grande – Salvador, Bahia, Brasil. **Movimento**, p. 569-580, jun. 2018.

BARBOUR, V. M. **O patrimônio existe? Os sentidos da Vila Itororó**. 2017. 280p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2017.

BARTHE-DELOIZY, F. **Le pique-nique ou l'éloge d'un bonheur ordinaire**. Paris: Editions Bréal, 2018.

BERTO, R. C.; FERREIRA NETO, A.; SCHNEIDER, O. Parques infantis e colônias de férias como espaços/tempo de educação da infância (1930-1940). **Pensar a Prática**, v. 12, n. 1, 12 mar. 2009.

BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In: Questões de sociologia*. Lisboa, Portugal: Fim de século, 2003a.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In: Questões de sociologia*. Lisboa, Portugal: Fim de século, 2003b.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, SP; Porto Alegre, RS: Edusp; Zouk, 2006.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRESCIANI, M. S. Cidade e História. *In: OLIVEIRA, L. L. Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRESCIANI, M. S. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. *In: CORDEIRO, S. L. (org.). Os cortiços de Santa Efigênia: sanitário e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

BRITO, B. O Espaço na obra de Almeida Júnior: Aspectos da Propriedade Rural Paulista e Sistemas Vernaculares de Medição. *In: 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil 2017, Anais...* São Paulo, 2017.

BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1954. v. 3.

BUENO, L. Nação, Nações: os modernistas e a geração de 30. **Via Atlântica**, n. 7, p. 83-97, out. 2004.

CAMPOS, C. São Paulo e seus rios em finais do século XIX: dos planos à criação da Comissão de Saneamento de Várzeas. **Histórica**, ano 10, n. 62, p. 23-30, 2014.

CAPELATO, M. H. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARPINTÉRO, M. V. T. Arte, técnica e política na trajetória de Francisco Prestes Maia. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, n. 2, v. 5, p. 20-46, 2 jul. 2013a.

CARPINTÉRO, M. V. T. Tempo e história no plano de avenidas. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 2, n. 1, p. 1-11, 9 abr. 2013b.

CARVALHO, M. M. C. Fernando de Azevedo, pioneiro da Educação Nova. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 37, p. 71-79, 1994.

CARVALHO, T. C. Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 19, ago. 1999.

CERASOLI, J. F. **Modernização no plural:** obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. 2004. 360p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Departamento de História; Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

CHARTIER, R.; VIGARELLO, G. Les trajectoires du sport: pratiques et spectacle. **Le Débat**, Paris, França, v. 2, n. 19, 1982, p. 35-58.

CORBIN, A. **L'homme dans le paysage.** Paris: Textuel, c2001.

CORBIN, A. **O território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta:** periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 35, dez. 2009.

CUSTODIO, V. **A persistência das inundações na grande São Paulo.** 2002. 345p. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, SP. 2002.

CUSTODIO, V. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 38, jul./dez. 2004.

DACOSTA, L. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Shape, 2005.

DALBEN, A. **Educação do corpo e vida ao ar livre:** natureza e educação física em São Paulo (1930-1945). 2009. 158p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física Universidade Estadual de Campinas, SP. 2009.

DALBEN, A. Práticas educativas em uma natureza jardim: a educação extraescolar da cidade de São Paulo, seus parques infantis e colônias de férias (1930-1950). *In:* SOARES, C. L. (org.). **Uma educação pela natureza:** a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana. Campinas: Autores Associados, v. 1, p. 91-112, 2016.

DALBEN, A. Escola de aplicação ao ar livre de São Paulo. **Educação em Revista**, v. 35, e219650, 2019.

DALBEN, A.; DANAILOF, K. Natureza urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, set. 2009.

DALBEN, A.; SOARES, C. L. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo (1940). **Pró-Posições**, v. 22, p. 167-182, 2011.

DALBEN, A.; GÓIS JUNIOR, E. Embates esportivos: o debate entre médicos, educadores e cronistas sobre o esporte e a educação da juventude (Rio de Janeiro e São Paulo, 1915-1929). **Revista Movimento**, v. 24, p. 161, 2018.

DALBEN, A. *et al.* Criação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (1925-1932). **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 264-286, mar. 2019.

DANAILOF, K. **Crianças na trama urbana**: as práticas corporais nos Parques Infantis da São Paulo dos anos 1930. 2006. 195p. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP. 2006.

DANAILOF, K. A “educação physical” nos parques infantis de São Paulo (1935-1938). **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, p. 167-184, jan. 2013.

DIAS, D. C.; SOARES, C. L. Entre velas, barcos e braçadas: Belém no espelho das águas (do final do século XIX à década de 1920). **Projeto História**, v. 49, p. 19-49, 2014.

DRILL. *In: OXFORD Dictionary of English*. Coautoria de Judy Pearsall *et al.* 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, p. 225, c2005.

DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: EDARTE, 1971.

DUNNING, E. A história e o desenvolvimento do esporte moderno. *In: DUNNING, E. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. São Paulo: Annablume, p. 171-83, 2004.

ELIAS, N. A gênese do desporto: um problema sociológico. *In: ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação*. Lisboa, Portugal: Difel, 1992, p. 39-99.

FARIA, A. L. G. **Direito à infância**: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). 1993. 217p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1993.

FARIA, A. L. G. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 69, p. 60-91, 1999.

FAGGION, M. O.; SOUZA, S. C. O Correio Paulistano (1918-1929) e a popularização do ideário de eugenia. *In: BOARINI, M. L. (org.). A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta*. Maringá: Editora Eduem, p. 57-82, 2019.

FARIA, D. Makunaima e Macunaíma: entre a natureza e a história. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 263-280, jun. 2006.

FERREIRA, F. M.; WIGGERS, I. D. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

FERREIRA, L. C.; GARCIA, D. C. F. A recepção do folhetim pelo *Correio Paulistano*. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 89-100, jul./dez. 2013.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. **Revista Estudos Econômicos**, v. 2, n. 6, p. 7-69, 1972.

FOUCAULT, M. "La gubernamentalidad" *In*: FOUCAULT, M. **Estética, ética y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, p. 175-197, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 17 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Direção de François Ewald, Alessandro Fontana. Edição de Michel Senellart. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 315-328, dez. 2005.

GALLOTTA, B. C.; PORTA, P. Cronologia: 1890-1954. *In*: PORTA, P. (org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, p. 603-617, 2004.

GAMBETA, W. R. **A bola rolou**: o Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol, 1895-1916. 2014. 408p. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GLEYSE, J.; DALBEN, A.; SOARES, C. L. Estudo comparativo da recepção do Método Natural de Georges Hébert no Brasil e na França. *In*: XIII Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport and XII Brazilian Congress for the History of Physical Education and Sport, 2013, Rio de Janeiro. **Esporte e Educação Física ao Redor do Mundo**: Passado, Presente e Futuro. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, v. 1, p. 107-117, 2013.

GLEYSE, J.; DALBEN, A.; SOARES, C. L. L'ouvre de Georges Hébert au Brésil et en France dans les écrits sur l'Education physique. Deux facettes de la nature (1909-1957). **Sport History Review**, v. 45, p. 171-199, 2014.

GÓIS JUNIOR, E. O esporte e a modernidade em São Paulo: Práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Revista Movimento**, v. 19, p. 95-117, 2013.

GÓIS JUNIOR, E. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior De Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, v. 23, n.2, p. 701-714, jun. 2017.

GÓIS JUNIOR, E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidade e Continuidades do Movimento Higienista no Brasil do Século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, p. 41-55, set. 2003.

GOIS JUNIOR, E.; LOVISOLO, H. R. A educação física e as concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, p. 322-328, 2005.

GÓIS JUNIOR, E.; SOARES, A. J. G.; MELO, V. A. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação e sociedade**, São Paulo, v. 36, p. 343-360, 2015.

GÓIS JÚNIOR, E.; LÓDOLA, S.; DYRESON, M. The Rise of Modern Sport in *Fin de Siècle* São Paulo: Reading Elite and Bourgeois Sensibilities, the Popular Press, and the Creation of Cultural Capital. **International Journal of the History of Sport**, v. 32, p. 1661-1677, 2016.

GUIDON, N; PESSIS, A.M (curad.). **Antes: histórias da pré-história**. Idealização de Marcello Dantas. Rio de Janeiro, RJ: Centro Cultural Banco do Brasil, 2004.

GUTTMANN, A. **The Olympics: a history of the modern games**. Chicago: University of Illinois Press, 1992.

GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University Press, 2004.

HASSE, M. **O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do séc. XIX para o XX, em Portugal**. Lisboa, Portugal: Ed. Temática, 1999.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

HOLT, R. Amateurism, and its interpretation: the social origins of British Sport. **Innovation**, v.5, n.4, 1992.

JAYO, M. Trajetórias e ideias de Cásper Líbero (monografia). **Revista PJ: Br. Jornalismo brasileiro**. São Paulo, ECA-USP, jan./jun. 2003.

JOHNES, M. Archives and historians of sport. **The International Journal of the History of Sport**. v. 32, n. 15, p.1-14, 2015.

JORGE, J. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006a.

JORGE, J. A pesca na cidade de São Paulo, 1890-1940. **Histórica**, v. 14, p. 1, 2006b.

JORGE, J. São Paulo das enchentes, 1890-1940. **Histórica**, v. 47, 2011.

JORGE, J. Rios e Saúde na Cidade de São Paulo, 1890-1940. **História & Perspectivas** (Online), v. 24, p. 103-124, 2012.

JORGE, J. Morar no extremo sul de São Paulo: sociedade e natureza na região da Guarapiranga em meados do século 20. **Caderno Cedes**, v. 40, n. 112, p. 266-275, set.-dez. 2020.

KINOSHITA, C. T. **Um d. Quixote científico a pregar para uma legião de panças: os manuais escolares de higiene à sombra da eugenia (1923-1936)**. 2013. 192p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2013.

KIRK, D. “Thanks for the history lesson”: some thoughts on a pedagogical use of history in educational research and practice. **Australian Educational Researcher**, v. 22, n. 3, dec.1995.

KIRK, D. Foucault and the limits of corporeal regulation: the emergence, consolidation and decline of school medical inspection and physical training in Australia, 1909-30. **The international journal of the history of sport**, v. 13, n. 2, p. 114-131, aug. 1996.

KIRK, D. Physical Culture, Physical Education and Relational Analysis. **Sport, Education and Society**, v. 4, n. 1, p. 63-73, 1999.

KIRK, D. Los futuros de la Educación Física: la importancia de la cultura física y de la «idea de la idea» de Educación Física. *In: AA. VV. Actas V Congreso Asociación Española de Ciencias del Deporte*. León: Universidad de León. (CD-R), 2008.

KIRK, D. **Physical education futures**. New York, NY: Routledge, 2010.

KIRK, D.; TWIGG, K. Constructing Australian bodies: Social normalization and school medical inspection (1909-1919). **Journal of Australian Studies**, v. 18, n. 40, p. 57-74, 1994.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. 4. ed. rev. São Paulo, SP: Ateliê, 2012.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, v. 35, p. 223-244, 2019.

KUHLMANN JÚNIOR, M.; FERNANDES, F.S. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, p. 693-716, 2014.

LADISLAU, C. R. **Auroras da vitória: letras do treinamento esportivo no Brasil (1920-1968)**. 2010. 182 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

LAPA, J. R. A. **A Cidade: Os Cantos e os Antros Campinas 1860-1900**. São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, J. **Historia e memoria**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, J. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1990.

LEVY, W. **The Picnic**: a history. Walnut Creek, CA, United States: AltaMira Press, 2014.

LICHT, H. **O remo através dos tempos**. Porto Alegre, CORAG, 1986.

LINHALES, M. A. **A escola e o esporte**: uma história de práticas culturais. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

LIRA, J. T. C. Ruptura e construção: Gregori Warchavchik, 1917-1927. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 78, p. 145-167, jul. 2007.

LOVE, C. **A social history of swimming in England, 1800-1918**: splashing in the Serpentine. Nova York: Routledge, 2008.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, M. T. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1982.

MACHADO, F. M. **“Morram” os cariocas! O regionalismo paulista nas páginas esportivas (1901-1938)**. 2016. 196p. Tese (doutorado). Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2016.

MACHEMEHL, C. La Seine et les loisirs sportifs: le site rouennais dans l’entre-deux-guerres. **Vertigo-la revue électronique en sciences de l’environnement**, Quebec – Canada, n. Hors-série 10, 2011.

MARQUES, R. A. **Modernização e sujeitos periféricos em Paulicéia Desvairada de Mário de Andrade**. 2014. 104p. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MARRICHI, J. M. O. **A cidade termal**: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931. 2009. 157p. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2009.

MARRICHI, J. M. **Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940**. 2015. 245 p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

MARTIN-FUGIER, A. Os ritos da vida privada burguesa. *In*: PERROT, M. (org.) **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Coautoria de Philippe Aries, Georges Duby. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

MARTINS, A. L. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo, SP: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MASTROMAURO, G. C. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência (Instituto Butantan)**, v. 6, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2010.

MASTROROSA, A. **Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física: o ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Coautoria de Claude Lévi-Strauss, Georges Gurwitsch, Henri Levy-Bruhl. São Paulo, SP: CosacNaify, 2003.

MEDEIROS, D. C. C. **Viagens às estâncias hidrominerais de São Paulo: cura, regeneração, divertimento e educação do corpo nas décadas de 1930 e 1940**. 2016. 143p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2016.

MEDEIROS, D. C. C.; SOARES, C. L. Entre a cura e o divertimento: as viagens de férias junto à natureza em estâncias hidrominerais (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 3, p. 213-219, set. 2016.

MEDEIROS, D. C. C.; SOARES, C. L. Uma natureza que educa: as estâncias hidrominerais no estado de São Paulo (1930-1940). **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, p. 949-962, set. 2017.

MEDEIROS, D. C. C.; QUITZAU, E. A. Educação do corpo e natureza: prescrições da revista Educação Physica (Brasil, 1932-1945). **Educación Física y Ciencia**, 20(1), e042, 2018.

MEDEIROS, D. C. C. de; MONTENEGRO, N. R. Entre rios, mares e piscinas: a natação nas cidades de São Paulo e Fortaleza (décadas de 1920 a 1940). **Conexões**, v. 18, p. e020039,

MELO, V. A. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 41-60, 1999.

MELO, V. A. **Cidade sportiva: o turfe e o remo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará; FAPERJ, 2001.

MELO, V. A. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. (org.) **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

MELO, V. A. Antes do club: as primeiras experiências esportivas na capital do império (1825-1851). **Projeto História (Online)**, v. 49, p. 1-40, 2014.

MELO, V. A. Enfrentando os desafios do mar: a natação no Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista de Historia (USP)**, v. 172, p. 299-334, 2015.

MELO, V. A.; PERES, F. F. Primeiros ventos olímpicos em terras tupiniquins. **Revista USP**, n. 108, p. 39-48, 2016.

MOLLES, O. **Piquenique classe C**: Crônicas e flagrantes de São Paulo. São Paulo, SP: Boa Leitura, [1960?].

MORAES E SILVA, M. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar**: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918). 2011. 227p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2011.

MORAES E SILVA, M. Comportamentos urbanos e Esportes: contribuições para a esportivização do Turfe e da Pelota Basca em Curitiba (1899-1905). **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 18, p. 86-115, 2015.

MORAES E SILVA, M.; CAPRARO, A. M. O tiro de guerra 19 Rio Branco: apontamentos acerca da institucionalização esportiva de Curitiba (1909-1910). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, p. 229-243, 2015.

MORAES E SILVA, M.; QUITZAU, E. A.; SOARES, C. L. Práticas educativas e de divertimento junto à natureza: a cultura física em Curitiba (1886-1914). **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 178-293, 2018.

MORAES E SILVA, M.; QUITZAU, E. A. A cultura física na cidade de Curitiba: a emergência de uma pedagogia corporal (1899-1909). **Revista de Ciências Sociais – Arturo Prat**, v. 41, p. 275-296, 2018.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I. C. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos. **Confins** (Online), n. 27, 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/10884>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MOTA, S. R. **Dar à luz um jardim**: a natureza e a educação do corpo em São Paulo (1890-1930). Orientação de Carmen Lúcia Soares. Campinas, SP: [s. n.], 2012. 60p.

NASCIMENTO, N. O.; BERTRAND-KRAJEWSKI, J. L.; BRITTO, A. L. Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 102-133, 11 abr. 2016.

NICOLINI, H. **Tietê**: o rio do esporte. São Paulo, SP: Phorte, 2001.

NICOLINI, H. **Cluster esportivo do rio Tietê-SP**. In: DACOSTA, L. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2005.

NIEMEYER, C. A. C. **Parques infantis de São Paulo**: lazer como expressão de cidadania. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 2002.

NUNES, V. Revolução Constitucionalista de 1932: articulações de um movimento. **História Artigos**. n. 25, nov. 2011.

OLIVEIRA, K. C. **Jornal Correio Paulistano – constituição e mudança do gênero anúncio de emprego (1854 a 1900) sob a perspectiva crítico-discursiva**. 2012. 470p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

PAGNI, Pedro Ângelo. **Fernando de Azevedo: educador do corpo (1916-1935)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 1994.

PAOLI, M. C.; DUARTE, A. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. *In: História da cidade de São Paulo*. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

PARKER, C. Swimming: the 'Ideal' Sport for Nineteenth-century British Women. **The International Journal of the History of Sport**, v. 27, n. 4, p. 675-689, mar. 2010.

PERROT, M. (org.) **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Coautoria de Philippe Aries, Georges Duby. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo: da Educação Física às Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Universidade de São Paulo, SP, n. 37, p. 81-98, 1994.

PINTO, M. I. M. B. "Urbes industrializada: o modernismo e a pauliceia como ícone de brasilidade". **Revista Brasileira de História**, Universidade de São Paulo, SP, v. 21, n. 42, p. 435-455, 2001.

POCIELLO, C. **Les cultures sportives: pratiques, representations et mythes sportifs**. 3e ed. corr. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

PRIORE, M. D.; MELO, V. A. (org.) **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

QUEIROZ, S. R. R. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1899-1954. *In: História da cidade de São Paulo*. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

QUENET, G. La Catastrophe, un objet historique? **Hypothèses**, v.1, n. 3, p. 11-20, 2000.

QUITZAU, E. A. **Educação do corpo e vida associativa: as sociedades ginásticas alemãs em São Paulo (fins do século XIX, primeiras décadas do século XX)**. 2011. 173p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP. 2011.

QUITZAU, E. Different Clubs, Similar Purposes? Gymnastics and Sports in the German Colony of São Paulo/Brazil at the Turn of the Nineteenth Century. **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, p. 963-975, 2013.

QUITZAU, E. A. Entre a ginástica e o esporte: educação do corpo e manutenção da identidade nas sociedades ginásticas teuto-brasileiras. **Educação em Revista**, v. 35, p. e217174, 2019.

QUITZAU, E. A.; SOARES, C. L. "A força da juventude garante o futuro de um povo?" A educação do corpo no Sport Club Germânia (1899-1938). **Movimento** (Porto Alegre. Online), v. 16, p. 87-106, 2010.

RAGO, M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. *In: História da cidade de São Paulo*. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

RAUCH, A. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). *In: CORBIN, A.; CSERGO, J. História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa, Portugal: Teorema, 2001.

REGGIANI, A. H. “Eugenesia y cultura y cultura física. Tres trayectorias históricas: Francia, Gran Bretaña, Argentina” *In: Scharagrodsky, Pablo Ariel (org.) Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina*. 1880-1970. Buenos Aires: Prometeo, p 17-58, 2014.

REGGIANI, A. H. Cultura física, performance atlética e higiene de la nación. El surgimiento de la medicina deportiva en Argentina (1930-1940). *História Crítica*, Bogotá, Colombia, n. 61, p. 65-84, set. 2016.

RICHEZ, J. C.; STRAUSS, L. Um tempo novo para os operários: as férias pagas (1930-1960). *In: CORBIN, A.; CSERGO, J. História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa, Portugal: Teorema, 2001.

RIOUX, J. P. Sport et association: remarques de precaution. *In: ARNAUD, P.; CAMY, J. La Naissance du mouvement sportif associatif en France: sociabilités et formes de pratiques sportives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003.

ROCHA, H. H. P. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. *Historia de la Educación*, Universidade de Salamanca, Espanha, v. 28, p. 89-107, 2009.

ROCHA, H. H. P.; GONDRA, J. G. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva** (Florianópolis), Florianópolis, SC, v. 20, n. 2, p. 493-512, 2002.

RODRIGUES, J. P. Informação e mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionalista de 1932. **Patrimônio e Memória**, CEDAP, UNESP, Assis/SP, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2007.

ROQUIGNY, P. Loisirs dansants de la bourgeoisie anglo-montécalaise. Transformation et persistance des lieux de pratique, 1870-1940. **Revue d’histoire urbaine**, v. 40, n. 1, p. 17-29, 2011.

ROSENBERG, A. M. F. A. **Guerra à peste branca**: Clemente Ferreira e a “Liga Paulista contra a Tuberculose” 1899-1947. 2008. 249p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

SAES, F. São Paulo republicana: vida econômica. *In: História da cidade de São Paulo*. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

SANT'ANNA, D. B. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo, SP: SENAC, 2007.

SANTOS, F. A. **Domando águas**: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo, SP: Alameda, 2011.

SANTOS, F. A. *et al.* A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 8, p. 149-166, 2014.

SANTOS FILHO, J. O turismo na era Vargas e o departamento de imprensa e propaganda – DIP. **CULTUR**: Revista de cultura e turismo, v. 2, n. 2, p. 102-115, jul. 2008.

SANTOS NETO, S.; GÓIS JUNIOR, E. Boliches e discurso esportivo: a distinção e as disputas envolvendo os jogos de azar na São Paulo dos anos 1930. **Record**: Revista de História do Esporte, v. 12, n. 2, 2019.

SARTORI, C. **Na alvorada de um sport**: o remo na ilha de Santa Catarina. 2013. 140p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

SCHARAGRODSKY, P. A. Palabras preliminares. *In*: SCHARAGRODSKY, P. A. **Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

SCHARAGRODSKY, P. **Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

SCHARAGRODSKY, P. ¿Cruzando fronteras? La prensa y el primer cruce a nado del Río de la Plata, Uruguay-Argentina, 1923. Claves. **Revista de História**, v. 5, n. 8, p. 211-233, 2019.

SCHOSSLER, J. C. **História do veraneio no Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SCHOSSLER, J. C. **Utopias marítimas no Atlântico Sul**: imaginário e tipologias no litoral do Uruguai e do Rio Grande do Sul (1860-1950). 2016. 254p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP. 2016.

SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo, SP: Editora SENAC: Boitempo, 1999.

SCHPUN, M. R. Luzes e sombras da cidade (São Paulo na obra de Mário de Andrade). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 11-36, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SEGAWA, H. São Paulo, veios e fluxos (1872-1954). In: **História da cidade de São Paulo**. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, A. G. **A cidade e a doença**: a tuberculose e o tuberculoso em São José dos Campos – SP (1920-1945). 2018. 128p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

SILVA, A. L. S. **A perfeição expressa na carne**: A educação física no projeto eugênico de Renato Khel – 1917 a 1929. 2008. 141p. Dissertação (mestrado) – Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, C. F. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. 2011. 151p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2011.

SILVA, C. F. **Esportes náuticos e aquáticos no Rio Grande do Sul, Brasil**: a esportivização e contatos culturais nos clubes. 2015. 263p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. O conflito do trapiche preto: um confronto entre as torcidas dos clubes de remo porto-alegrenses. **Revista de educação física da UEM**, Maringá, v. 24, n. 3, p. 401-412, Set. 2013.

SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. uma história das instrumentalidades do esporte no campo do associativismo esportivo em Porto Alegre/RS. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 377-389, fev. 2015

SILVA, C. F.; ASSMANN, A.; CARMONA, E; MAZO, J. Z. . Associações de remadores teuto-brasileiros em Porto Alegre (1917): recomposições identitárias em um conflito bélico. **Journal of Physical Education**, v. 27, p. 2720, 2016.

SILVA, C. F.; MONTEIRO, A. ; MAZO, J. Z. . Os clubes de remo em Porto Alegre (RS) e a recomposição de fronteiras de identidades culturais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 3, p. 441-452, 2014.

SILVA, M. R. B. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

SOARES, C. L. **O pensamento médico higienista e a Educação Física**: 1850 a 1930. 1990. 256p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1990.

SOARES, C. L. **Educação Física**: Raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, C. L. **As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOARES, C. L. As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940). **Pró-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 67-80, 2011.

SOARES, C. L. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). *In*: SOARES, C.L. (org.) **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SOARES, C. L. (org.) **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Organização de Carmen Lúcia Soares. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SOARES, C. L.; SANTOS NETO, S. R. À sombra das árvores... respirando ar puro: educação e divertimentos junto à natureza na São Paulo dos anos 1920. **Educação em revista** (online), v. 34, p. 418-431, 2018.

SOARES, C. L.; ROCHA, H.H.P. Viver ao ar livre: entre prescrições higiênicas, alegria e aventura. **Caderno CEDES**, v.40, n.112, p. 198-206, set-dez. 2020.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, D. A. **O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, M. A. A. Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização. *In*: **História da cidade de São Paulo**. Orientação de Alzira Lobo de Arruda Campos. Coorientação de Paula Porta, Antonio Arnoni Prado, Adriano Duarte. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, R. R. **Educação, corpo e natureza na obra "O Emílio" de Jean-Jacques Rousseau**. 2016. 101p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP. 2016.

STEINBERG, T. **Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America**. Londres: Oxford University Press, 2000.

STEPAN, N. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STEVOLLO, P. L. A casa modernista de Flávio de Carvalho: arte, política e um território em disputa? **Revista CPC**, n. 22, p. 10-36, 26 dez. 2016.

STYCER, M. J. Líbero, Mazzoni e a criação de a gazeta esportiva. *In*: 1º encontro da Alesde "Esporte na América Latina: atualidades e perspectivas", Curitiba/PR, 2008. **Anais...**, 2008.

TERRET, T. **Naissance et diffusion de la natation sportive**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994.

TERRET, T. Professional swimming in England before the Rise of Amateurism, 1837-75. **The International Journal of the History of Sport**, London – UK, v. 12, n. 1, p. 18-32, 1995.

TERRET, T. Educative pools: water, school and space in twentieth-century France. *In*: VERTINSKY, P.; BALE, J. (org.). **Sites of sport: space, place, experience**. London: Routledge press, 2004.

THALASSA, Â. **Correio Paulistano**: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna. 2007. 158p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação a plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

TIMÓTEO, J. P. **A cidade de São Paulo em "escala humana"**: Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado. 2008. 115p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008.

TOLEDO, L. H. A cidade e o jornal: a Gazeta Esportiva e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX. *In*: HOLLANDA, B. B. B.; MELO, V. A. *et al.* (org.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2012.

VASQUES, H. C. **Nado e educação**. 2020. 100p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2020.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. Fernando de Azevedo e a questão da “Raça Brasileira”: sua regeneração pela educação física. **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 1, jan./jul. p. 57-70, 2009.

VIANNA, P. V. C.; ELIAS, P. E. M. Cidade Sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, jun. 2007.

VIDAL, D. G. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 37, p. 35-51, 1994.

VIGARELLO, G. **Le propre et le sale : l'hygiène du corps depuis le Moyen Age**. Paris : Éditions du Seuil, 1985.

VIGARELLO, G. **Une histoire culturelle du sport**: Techniques d'hier... Et d'aujourd'hui. Paris: Éditions Robert Laffont S.A., 1988.

VIGARELLO, G. **Passion sport**: histoire d'une culture. Paris: Textuel, 2000.

VIGARELLO, G. **Du jeu ancien au show sportif**: la naissance d'un mythe. Paris: Éditions Seuil, 2002.

VIGARELLO, G. “Treinar”. *In*: VIGARELLO, G.; CORBIN, A.; COURTINE J. J. **História do Corpo**: as mutações do olhar – o século XX. São Paulo : Vozes, v. 2., p. 197-252, 2008.

VIGARELLO, G. **Le sentiment de soi**: histoire de la perception du corps, XVIe-XXe siècle. Paris: Editions du Seuil, 2014.

VIGARELLO, G.; CORBIN, A.; COURTINE J. J. **História do Corpo**: as mutações do olhar – o século XX. São Paulo: Vozes, v. 2, p. 197-252, 2008.

VIVIER, C. Pleasures of the senses: the history of the disappearance of the “La Nautique de Besançon”, 1865-1930. **The International Journal of the History of Sport**, v. 15, n. 2, p. 176-185, aug. 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, c2004.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.

WILTSE, J. **Contested Waters**: A Social History of Swimming Pools in America. University of North Carolina Press, 2007.

WRIGHT, J. Educacion corporal en Australia: 1870-1910. *In*: SCHARAGRODSKY, P. A. (org.). **La invencion del "homo gymnasticus"**: Fragmentos historicos sobre la educacion de los cuerpos en movimiento en Occidente. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2011.

XAVIER, L. N. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**, Universidade de São Paulo, SP, v. 24, n. 1, p. 70-86, 1998.

ZANETTI, V. **Cidade e identidade**: São José dos Campos, do peito e dos ares. 2008. 242p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

FONTES

25 ANOS Sport Club Germânia. **25 Jahre – Sport Club Germania 1899-1924**, São Paulo, 1924.

33º ANIVERSÁRIO do Clube Tietê. **Tietê – Orgão oficial do C.R. Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, abr./mai. 1940.

A Gazeta vae fazer resurgir a tradicional prova "travessia de S. Paulo a nado", que foi e será a maior competição brasileira de natação. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7779, p. 9, 9 jan. 1932.

“TRAVESSIA de São Paulo a Nado”. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 27278, p. 8, 23 fev. 1945.

A AGUA do Tietê. **O Estado de S. Paulo**, ano 24, p. 2, 17 out. 1898.

A.A.S.P. **A Gazeta**, São Paulo, ano 13, n. 3783, p. 2, 26 ago. 1918.

A ATHLETICA S. Paulo. **A Gazeta**, São Paulo, ano 14, n. 4297, p. 4, 6 mai. 1920.

A ATLETICA promovera uma regata domingo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26198, p. 10, 1 ago. 1941.

A DEFINIÇÃO oficial da palavra "eugenia". **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 42, p. 5, abr. 1932.

A EDUCAÇÃO physica do estudante americano. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 17373, p. 8, 9 dez. 1911.

A ELIMINAÇÃO de Virgilio Martini. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 6/7, p. 9, mar./abr. 1929.

A ENCANTADA volta da Ilha. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 24539, p. 8, 18 mar. 1936.

A ENCHENTE do rio. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 25-26-27, p. 15, nov./dez./jan.1931.

A ENCHENTE do rio Tietê. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, fev. 1929.

A ETERNA questão dos barcos. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 28, p. 11, fev. 1931.

A FESTA do dia 20 para inauguração dos melhoramentos da sede. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 12, p. 26, nov/dez. 1934.

A GRANDE regata do Valongo. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n.18-20, p. 5, mar/abr/mai. 1930.

AGUARDADA com entusiasmo a disputa da “Travessia da Penha a Nado”. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 28804, p. 8, 03 mar. 1950.

A IIª travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta**. São Paulo, n. 5954, p. 5, 10 dez. 1925.

A III travessia de S. Paulo a nado. **Correio paulistano**. São Paulo, n. 22764, 05 dez. 1926.

A INAUGURAÇÃO hoje, de sua Piscina. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 22701, p. 9, 3 out. 1926.

AINDA a lei do amadorismo. **Associação Atlética São Paulo** – sexagésimo quarto aniversário de sua fundação comemorado no dia 26 de julho de 1978, São Paulo, p. 19, 1978.

A INICIATIVA oficial em pról da educação physica. **Esperia – Revista Mensal do Club Speria**, São Paulo, ano 5, n. 60, p. 8, out./nov. 1933.

A IV travessia de S. Paulo a nado. **Correio paulistano**. São Paulo, n. 23107, p. 8, 7 dez. 1927.

A IX TRAVESSIA da Penha a Nado proporcionou momentos de intensa vibração. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 13, 6 mar. 1939.

À JUVENTUDE. 25 Jahre - Sport Club Germania 1899-1924, São Paulo, p. 14, 1924.
A MANIA dos recordes empolga a natação..., **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 14, 18 abr. 1932.

A MANIA dos recordes empolga a natação. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 8, p. 14, 18 abr. 1932.

A NATAÇÃO no Tietê. **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 32, 3 jun. 1934.

A NATAÇÃO, o remo e os imprevistos. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 61, p. 23-24, nov./dez.1933.

ANDRADE, M. A meditação sobre o Tietê. *In: Lira paulistana seguida de o carro da miseria*. São Paulo, SP: Martins, [1946?].

ANOTAÇÕES de Herbert E. Kremer. 03-02-1972. Acervo Hans Nobiling do Esporte Clube Pinheiros, São Paulo – SP.

A NOVA ponte grande. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 66, p. 6, 10 jan. 1940.

A PISCINA do Club Esperia. **Esperia – Revista Mensal do Club Speria**, São Paulo, ano 5, n. 55, p. 6, mai. 1935.

A PISCINA do Club Esperia será inaugurada com um grande torneio internacional. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 50, p. 4, dez. 1932.

A PISCINA do paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 22689, p. 6, 21 set. 1926.

APRENDA a nadar ou, se já sabe, melhore a sua tecnica. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 2, p. 19, fev/mar. 1934.

A PROXIMA inauguração da piscina da Athletica. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 13, p. 9, out. 1929.

A QUALIDADE da agua é o principal factor numa piscina. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 12, p. 31, nov/dez. 1934.

A QUESTÃO das piscinas. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5716, p. 3-4, 20 fev. 1925.

A QUESTÃO dos campeonatos de natação e polo aquático. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 9, p. 8, jun. 1929.

A RAIÁ de Santo Amaro não serve para regatas? **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 7, 5 out. 1940.

A RAIÁ do Macuco. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26159, p. 12, 17 jun. 1941.

A REGATA de ontem. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 16768, p. 4, 11 abr. 1910.

A REGATA interna do clube Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26153, p. 12, 22 abr. 1941.

A RETIFICAÇÃO do terceiro trecho do grande rio paulista será iniciada dentro em pouco. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26555, p. 3, 23 mai. 1942.

A REUNIÃO náutica de ontem no Vallongo. **A Gazeta – Caderno esportivo**, ano 10, São Paulo, p. 12, 30 nov. 1936.

AS CHUVAS designarão a data da "Johnny Weissmuller". **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 15, 13 mai. 1940.

AS COMPETIÇÕES Boqueirão x Esperia. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 6/7, p. 7, mar./abr. 1929.

AS ELIMINATÓRIAS de ontem na enseada do Valongo. **A Gazeta – Caderno Esportivo**, São Paulo, ano 10, p. 5, 11 mai. 1936.

AS NOSSAS realizações. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 7 e 8, p. 16, set./out. 1934.

ÁS 4 e meia horas da tarde. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15758, p. 5, 29 jun. 1907.

[ASSOCIADOS na piscina do C.R. Tietê]. 1936. Fotografia. *In*: E NADE-SE com um barulho desses. **Tietê**, n. 4, ano 1, p. 4, jan. 1936.

ATHLETICA, Esperia e Tietê vencem os jogos de polo aquático do campeonato, contra o Palmeiras, Saldanha e Estrella. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 4, p. 13, 27 jan. 1930.

A TORCIDA do Tietê. **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 46, 3 jun. 1934.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado. **A Gazeta**, São Paulo, ano 19, n. 5643, p. 3, 19 nov. 1924.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5599, p. 4, 23 set. 1924^a.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado. **Correio paulistano**, São Paulo, n. 23437, p. 9, 29 dez. 1928.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado – abertura das inscrições. **A Gazeta**. São Paulo, n. 5643, p. 3, 19 nov. 1924b.

A VOLTA da Ilha. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23950, p. 9, 23 ago. 1930.

A VOLTA da Ilha. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 24408, p. 10, 18 out. 1935.

A V TRAVESSIA da Penha a nado. **A Gazeta – Caderno Esportivo**, São Paulo, ano 9, p. 15, 18 jan. 1935.

AZEVEDO, M. A. **Ponte sobre o rio Tietê**. 1865. Fotografia. Acervo Digital *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.era-uma-vez-em-sp-ponte-grande,10992,0.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

AZUL Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 10/11, p. 25, jul./ago. 1929.

AZUL Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 39, p. 26, jan. 1932.

AZUL Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano, 5, n. 53, p. 18, mar. 1933.

BARCOS, remos, remadores, etc. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano, 1, n. 5, p. 6, fev. 1929.

BONS resultados na regata de domingo. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1942.

CALIXTO, B. **Inundação da Várzea do Carmo**. 1892. Pintura. Acervo Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24718/inundacao-da-varzea-do-carmo>. Acesso em: 1 out. 2020.

CAMPEONATO paulista de polo aquático. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 28, dez. 1928/jan. 1929.

CAMPOS, T. Ao correr da Penna. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 8, 07 fev. 1941.

[CARTÃO-POSTAL]. [1900]. Cartão-postal. Disponível em: LIMA, S. F. Tarjetas postales y miradas extranjeras: la producción de los fotógrafos Guilherme Gensly y Werner Haberkorn en São Paulo. In: BORGES, L.; MINGUEZ, M. E. **La fabricación visual del mundo atlántico (1808-1940)**. Valencia: Editora Universitat Jaume I, 2010.

CASTAGNETO, G. B. **Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo ‘Ponte Grande’**. 1895. Pintura. Acervo do Museu de Arte de São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-com-rio-e-barco-ao-seco-em-sao-paulo-ponte-grande>. Acesso em: 1 out. 2020.

CHO-CHO: Folha clandestina no seio do Club de Regatas Tietê. São Paulo, n. 4, 2 ago. 1931.

CHO-CHO: Folha clandestina no seio do Club de Regatas Tietê. São Paulo, n. 11, p. 2, 22 nov. 1931.

CHO-CHO: Folha clandestina no seio do Club de Regatas Tietê. São Paulo, n. 11, p. 23, 25 dez. 1931.

CLUB ATHLETICA S. PAULO. Movimento do quadro social. **CLUB ATHLETICA S. PAULO. Relatório esportivo Club Athletica S. Paulo.** São Paulo: [s. n.], p. 9, 1920a.

CLUB ATHLETICA S. PAULO. Parte Sportiva. **CLUB ATHLETICA S. PAULO. Relatório esportivo Club Athletica S. Paulo.** São Paulo: [s. n.], p. 9, 1920b.

CLUB Athletico Paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 22702, p. 5, 4 out. 1926.

CLUB de Regatas de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14724, p. 4, 9 ago. 1904a.

CLUB de Regatas de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14772, p. 2, 26 set. 1904b.

CLUB de Regatas de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 17141, p. 4, 21 abr. 1911.

CLUB de Regatas Tietê. **A Gazeta**, São Paulo, n. 3647, p. 4, 19 mar. 1918.

CLUB ESPERIA S. PAULO. **Relatório da directoria.** São Paulo: Tipografia Brazil de Carlos Gerke, p. 7, 1906.

CLUB ESPERIA S. PAULO. **Relatório da directoria.** São Paulo: Officinas do "sportman", 1907.

CLUB ESPERIA S. PAULO. **Relatório administrativo e financeiro aos sócios.** São Paulo: [s. n.], 1918.

CLUB ESPERIA S. PAULO. **Relazione morale e finanziaria ai soci.** São Paulo: Martinelli e Passos a.c., 1921.

CLUB Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14735, p. 3, 20 abr. 1904.

CLUB Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14816, p. 3, 9 nov. 1904b.

CLUB Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14735, p. 4, 05 fev. 1905.

CLUB Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14729, p. 4, 14 ago. 1904a.

CLUBE esportivo da Penha. **A Gazeta**. São Paulo, n. 8169, p. 9, 4 abr. 1933.

CLUB Esperia S. Paulo. **Relatorio da directoria.** São Paulo: typografia Brazil de Carlos Gerke, 1904.

CLUB Esperia S. Paulo. **Relatorio da directoria.** São Paulo: officinas do "Sportman", 1906.

CLUBES esportivos em 1899. **Revista do Clube Germânia**, São Paulo, 1949.

CLUBS esportivos. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 7, n. 5, p. 4, ago./set. 1935.

[COCHO no rio Tietê]. [1940]. Fotografia. Acervo do Clube Esportivo da Penha. Disponível em: <http://cepenha.com.br/index.php/historia-do-clube/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

COMO SE FAZEM campeões de remo. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, jan. 1940.

[CONCENTRAÇÃO de clubes esportivos no rio Tietê – SP nas décadas de 1900-1940].

NICOLINI, H. Cluster esportivo do Rio Tietê – SP. *In*: DACOSTA, L. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2005.

CONFIRMADA a supremacia do remo paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 8, 16 jul. 1940.

CONSTITUIU um bonito espetáculo esportivo-social o festival de ontem do Clube Esperia. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 9, p. 6, 21 jan. 1935.

COUBE ao Tietê- S. Paulo a vitória nas regatas de domingo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26868, p. 8, 12 out. 1943.

C.R. TIETÊ – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina, São Paulo, p. 33, 3 jun. 1934.

DA HISTORIA tieteanana. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, mar. 1936.

DEPARTAMENTO de Educação Physica. **Esperia – Revista Mensal do Club Speria**, São Paulo, ano 6, n. 6, p. 5, jul./ago.1934.

DIA 28 de fevereiro, será disputada sob o patrocínio da "Gazeta", a "VI Travessia de S. Paulo a nado". **A Gazeta**. São Paulo, n. 7790, p. 9, 22 jan. 1932.

DISPOSIÇÕES do árbitro. **Correio paulistano**. São Paulo, n. 23431, p. 8, 21 dez. 1928.

DISPUTA-SE hoje a primeira regata oficial. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 14, 22 mar. 1942.

DISPUTA-SE hoje a Travessia de São Paulo a Nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 14, 13 fev. 1944.

DOS SALTOS ornamentaes. **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 19, 3 jun. 1934.

E A TRAVESSIA de São Paulo em que ficou?.... **A Gazeta**. São Paulo, n. 5515, p. 4, 27 mai. 1924.

ECOS das Olympiadas. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 49, p. 13, nov. 1932.

EDITAL. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 28, p. 1, fev. 1931.

EDITAL. **Tietê – Orgão oficial do C.R. Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 1, jan. 1940.

EFETUA-SE amanhã a terceira regata da temporada. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 28386, p. 8, 30 out. 1948.

EFETUA-SE, depois de amanhã, a prova "Volta da Ilha". **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 29671, p. 10, 30 dez. 1952.

EFETUA-SE hoje a prova aquática "Volta da Ilha". **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 8, 1 jan. 1953.

EMPOLGOU a "Travessia da Penha a Nado". **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 29112, p. 10, 06 mar. 1951.

EMPREITADA gigantesca. **A Gazeta**, São Paulo, n. 2427, p. 1, 23 mar. 1914.

ENCERRAM-SE hoje as inscrições de clubes e concorrentes á XIII Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 13, p. 11, 10 abr. 1939.

É NECESSÁRIA a fundação de uma federação de natação. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7226, p. 9, 19 fev. 1930.

ESPERIA – **Revista Mensal Do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 12, set. 1929.

ESPERIA – **Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 51, p. 1, jan. 1933.

ESPERIA vitorioso no concurso aquático de ontem. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 13, 09 jan. 1939.

ESTÃO abertas as inscrições para a prova "Johnny Weissmuler". **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 13, p. 5, 16 out. 1939.

FALA um desistente... **A Gazeta**, São Paulo, n. 8165, p. 7, 30 jan. 1933.

FEDERAÇÃO do remo. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 7, p. 10, abr. 1936.

FEDERAÇÃO do remo de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26637, p. 8, 09 jan. 1943.

FEDERAÇÃO Paulista das Sociedades de Remo – O grande concurso de saltos desta manhã. **A Gazeta – Caderno Esportivo**, São Paulo, p. 15, ano 6, 17 jan. 1932.

FEDERAÇÃO paulista do remo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15796, p. 4, 6 ago. 1907.

FESTIVAL do Esperia registrou optimos resultados. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 4, p. 5, 3 fev. 1930.

FOI superado o recorde das inscrições da "VI Travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 2, 15 fev. 1932.

FOZ, J. Defeza de uma orientação. **Tietê – Orgão oficial do Clube de Regatas Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, fev. 1940.

GARCIA, A. O remo nas olympiadas de Los Angeles. **Revista do Clube Regatas Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 15, jun. 1935.

GARDEN-PARTY. **A Gazeta**, São Paulo, ano 12, n. 3695, p. 4, 14 mai. 1918.

GRANDE parada nautica, domingo, na Ponte Grande. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1942.

GRUPO C.R.T. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 10, fev. 1936.

HELMUTH von Schuetz vence a XIV Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 14, 26 fev. 1940.

HOJE hoje. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15651, p. 5, 14 mar. 1907.

IMPRESSÕES das Olympiadas. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 49, p. 15, nov. 1932a.

IMPRESSÕES das Olympidas (continuação do nº predédente). **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 50, p. 12, dez. 1932b.

IV Travessia da Penha a nado. **A Gazeta**, São Paulo, n. 8180, p. 9, 18 abr. 1933.

INSTITUTO de cultura physica da infancia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21443, p. 1, 19 mar. 1923.

IV travessia de São Paulo a nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23114, p. 8, 15 dez. 1927.

IX Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 9, p. 11, 18 fev. 1935.

JUNIOR, A. **Pescando**. 1894. Pintura. Acervo Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18736/almeida-junior/obras?p=2>. Acesso em: 26 ago. 2020.

JUNIOR, A. **Piquenique no Rio das Pedras**. 1899. Pintura. Acervo Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18736/almeida-junior/obras?p=2>. Acesso em: 26 ago. 2020.

JUNIOR, A. **Salto de Itu**. 1886. Pintura. Acervo Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18736/almeida-junior/obras?p=2>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LORENZO, J. A Piscina do C.R. Tietê no esporte nacional. **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 16, 3 jun. 1934.

MAIS uma etapa vencida: a inauguração da piscina do Tietê. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 4, p. 6, mai. 1934.

MARCONDES, A. V. **Cultura física, estética e higiene**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1932.

MENOR afogado. **O Estado de S. Paulo**, ano 33, n. 10299, p. 5, 17 fev. 1907.

MENS sana in corpore sano. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 32/33/34, p. 1, jun./jul./ago. 1931.

MOMO vem ahi! **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 51, p. 23, jan. 1933.

NA RAIA de Jurubatuba a II regata oficial bandeirante. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 28286, p. 12, 17 out. 1948.

NA REPRESA de Guarapiranga teremos amanhã disputa das regatas dos campeonatos. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 14, 9 nov. 1940.

NAS MARGENS do Tietê. **A Gazeta**, São Paulo, ano 17, n. 5156, p. 1, 13 mar. 1923.

NATAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 12446, p. 2, 27 fev. 1898a.

NATAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 12452, p. 2, 6 mar. 1898b.

NATAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14759, p. 3, 13 set. 1904.

NATAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15214, p. 5, 16 dez. 1905.

[NATAÇÃO nos cochos do rio Pinheiros]. [1920-1929]. Acervo do Esporte Clube Pinheiros. Fotografia. Disponível em: <http://www.ecp.org.br/as-aguas-pinheirenses/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

NETTO, C. Higiene e cultura physica. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 1, fev./mar. 1935.

NETTO, C. Palavras de Coelho Netto, que devem ser sempre lembradas. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, set. 1928.

NICOLINI, H. A Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta Esportiva – Blog “Além dos Fatos”**. 20 mai. 2015. Disponível em: <https://blogs.gazetaesportiva.com/henriquenicolini/2015/05/20/a-travessia-de-sao-paulo-a-nado/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

NO AZUL club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 16 e 17, p. 5, jan./fev. 1930.

NO MUNDO dos esportes. **A Gazeta – Caderno Esportivo**, São Paulo, ano 12, p. 3, 16 nov. 1940.

NOS ULTIMOS dias... **A Gazeta**, São Paulo, n. 4527, p. 1, 11 fev. 1921.

NOTICIARIO do Azul Clube. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 4, p. 18, mai. 1934a.

NOTICIARIO do Azul Clube. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 6, p. 15, jul./ago. 1934b.

NOTICIARIO do Azul Clube. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 12, p. 8, nov/dez 1934c.

NOTICIARIO do Azul Clube. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, ano 7, n. 3 e 4, p. 17, mar/abr/mai 1935.

NOVAS perspectivas para o remo. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 25904, p. 8, 16 ago. 1940.

NOVO recorde da prova: 45"38" de Havellange e Delfine. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 9 p. 2, 25 fev. 1935.

NUMEROSAS inscrições para a IX Travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 9, p. 10, 11 fev. 1935.

O AFOGADO que não morreu. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 26, dez./jan. 1929.

O ANIVERSARIO do C.R. Tietê. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 3, mai. 1929.

O AZUL Club realiza um convescote no 1 e baile no dia 7 de dezembro. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 13, p. 2, out. 1929.

O "CASO" do Club Esperia. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 6, dez./jan. 1929.

O CONCURSO aquatico da Federação foi um sucesso para os nadadores do Esperia. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 16, dez./jan. 1929.

O CONCURSO aquático promovido pelo paulistano. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 3, out. 1928.

[O CONVESCOTE do Azul Club]. 1929. Fotografia. *In*: **ESPERIA – Revista Mensal do Club Esperia**, ano 2, n. 14 e 15, p. 25, nov./dez. 1929.

[PERCURSO da prova da Travessia de São Paulo a Nado]. 1933. Ilustração. *In: A Gazeta*, São Paulo, NÚMERO, p. 9, 21 mar. 1933.

O DEPARTAMENTO de Educação Physica poderá ser util ás sociedades esportivas? **Esperia – Revista Mensal do Club Speria**, São Paulo, ano 6, n. 7/8, p. 7, set./out.1934.

O DR. FERREIRA dos Santos, membro do Comité Internacional Olympico, fala á GAZETA. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5273, p. 3, 1 ago. 1923.

O DESASTRE de ante-hontem, no Tietê. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5407, p. 4, 15 jan. 1924.

O ESPERIA obteve o primeiro lugar na regata oficial. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 4, p. 10, 28 jul. 1930.

O ESPORTE pelo esporte. **Tietê – Orgão oficial do C.R. Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 5, jun./jul. 1940.

O FESTIVAL com que o Esperia comemorará o 40.o aniversario de sua fundação. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 13, p. 10, 6 nov. 1939.

O FESTIVAL esperiota do dia 16 de dezembro. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 61, p. 10, nov./dez. 1933.

OFFICINA de construcções. **Relatório anual do Clube Esperia**, 1929.

O FRUCTO dos demolidores. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 24553, p. 10, 3 abr. 1936.

O PERIGO que apresentam as aguas das piscinas. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 53, p. 4, mar. 1933.

O PESO exigido para os padrões nos jogos olympicos internacionaes vai ser tambem exigido para os do rowing carioca. **A Gazeta**, São Paulo, n. 4525, p. 4, 9 fev. 1921.

O PICNIC do Azul Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 16, mai. 1929.

O PICNIC do Azul Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 19, nov. 1928.

O PRÓXIMO concurso aquatico da Federação Paulista. **A Gazeta – Todos os Esportes**, São Paulo, n. 5701, p. 4, 3 fev. 1925.

O QUE a retificação do Tietê póde significar para os clubes da Ponte Grande. **Revista do Clube Regatas Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, mar. 1940.

O QUE é necessário para poder ser um esportista? **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 7, mar. 1936.

O QUE é o Azul Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 6/7, p. 16, mar./abr. 1929.

O REMO em Santos. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 7, 22 jun. 1940.

O REMO nas olimpiadas de Los Angeles. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 27, jun. 1935.

O RESULTADO dos diversos páreos. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15759, p. 4, 30 jun. 1907.

ORIENTAÇÃO inteligente e patriótica. **Tietê – Orgão oficial do C.R. Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, mar. 1940.

OS ATHLETICANOS venceram o torneio inicio. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 10, p. 6, 12 dez. 1936.

OS BARCOS nacionaes. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 21, p. 4, jun. 1930.

OS CLUBES nauticos de São Paulo. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 57, p. 29, jul. 1933.

OS CUIDADOS de uns são garantia para todos **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 4, p. 10, mai. 1934.

OS PAULISTAS são campeões brasileiros do remo. **Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 5, jan. 1935.

O SPORTMEN. **Sportmen**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, jan. 1906.

OS PRIMORDIOS da fundação do Club de Regatas Tietê.

OS PROGRESSOS da natação. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 29-31, p. 12, mar./abr./mai. 1931.

OS PROXIMOS jogos dos certames de polo aquatico. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 13, 8 jan. 1940.

OS RECORDS mundiaes de natação. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 15, set. 1928.

OS REMADORES do Germania levaram a effeito uma boa prova de resistencia. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 2, p. 12, fev./mar. 1934.

OS RESULTADOS de nossas festas de 15 e 18 de novembro. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 10, nov. 1928.

OS RUDIMENTOS da natação. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 14 e 25, p. 34, nov./dez. 1929.

O TIETÊ-S. PAULO venceu a 1.a Regata da Federação Paulista de Remo. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 10, p. 11, 20 jul. 1936.

O TIETÊ vai organizar novamente uma festa beneficente. **A Gazeta**, São Paulo, ano 13, n. 3767, p. 2, 7 ago. 1918.

O VALOR dos esportes: O remo. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 12, fev. 1928.

O VERDADEIRO esportista. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 42, p. 6, abr. 1932.

PÁGINAS de natação. **Revista do Sport-Club Germania**, São Paulo, p. 48, 1940.

PARQUE da Ponte Grande. **A Gazeta**, São Paulo, ano 8, n. 2375, p. 6, 20 jan. 1914.

PELA ATHLETICA. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 11, 14 jan. 1935.

PELO C.E. da Penha. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7766, p. 10, 23 dez. 1931.

PESCA no rio Pinheiros. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 20 jan. 2000.

PIC-NIC do Azul Club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 55, p. 22, mai 1933.

PIC-NICS no club. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 40, p. 6, fev. 1932.

PISCINA. Club Esperia – Relação Moral e Financeira. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 39, p. 9, jan. 1932.

PISCINA. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 1, p. 14, jan/fev. 1934.

[PISCINA flutuante do C.E. da Penha]. [1940]. Fotografia. Acervo Digital Clube Esportivo da Penha. Disponível em: <http://cepenha.com.br/index.php/historia-do-clube/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PISCINAS em todo mundo. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 60, p. 17-31, out./nov. 1933.

PONTE Grande e Ponte Das Bandeiras, antes da demolição da primeira. 1942. Fotografia. SOUZA, M. A. A. MetrÓpole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização. In: PORTA, P. (org.). **HistÓria da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, p. 572, 2004.

[PONTE Grande vista do Clube Esperia]. [1912]. Fotografia. Acervo Digital *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-ponte-grande,10992,0.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

POR S. PAULO... **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 25, 3 jun. 1934.

PROBLEMA higienico das piscinas em São Paulo. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, p. 5, 5 jun. 1932.

PROGRAMAÇÃO esportiva do S.C. Germania. 1900.

PROGRAMA de jogos. **Esporte Clube Germânia**. 1901.

PRÓ-PISCINA. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 40, p. 4, fev. 1932a.

PRÓ-PISCINA. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 42, p. 4, abr. 1932b.

PROSEGUIRÁ hoje a regata inter-clubes. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26399, p. 14, 29 mar. 1942.

PROVA "A volta da ilha". **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 35 e 36, p. 4, set./out. 1931.

PULOS no rio Tietê. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15700, p. 4, 2 mai. 1907.

QUARENTA mil pessoas assistiram ontem ao desenrolar da "VI Travessia de São Paulo a nado". **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 6, p. 2, 29 fev. 1932.

QUE TAL um pouco de história? **Revista Esperia**, São Paulo, ed. 156, p. 14, mai./jun. 2015.

RAID fluvial. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 31, dez./jan. 1929.

REALIZADA com exito a prova aquatica "Volta da Ilha". **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 29677, p. 8,7 jan. 1953.

REFORMA da ficha medica. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 7 e 8, p. 4, set./out. 1934.

REGATAS em Santo Amaro. **CHO-CHO: Folha clandestina no seio do Club de Regatas Tietê**. São Paulo, n. 11, p. 23, 25 dez. 1931.

REGATAS na recta da antarctica. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 16 e 17, p. 4, jan./fev. 1930.

REGULAMENTO. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7782, p. 9, 13 jan. 1932.

RELATÓRIO ANUAL. **Esperia – Sociedade Italiana dos Esportes do Remo**, p. 78, 1927.

RELATÓRIO ANUAL. **Revista do Sport-Club Germania**, São Paulo, p. 3-9, 1929.

RELATORIO anual. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 10, n. 1-3, p. 4, jan./fev./mar. 1938.

RELATORIO da directoria. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 8, n. 1, jan./fev. 1936.

REMO. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 2, n. 14 e 15, p. 46, nov./dez. 1929.

REMO. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 3, n. 25, 26 e 17, p. 27, nov./dez./jan. 1931.

REMO. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 7, n. 1, p. 11, jan./fev. 1935.

REMO. **Revista do Sport-Club Germania**. São Paulo, p. 63, 1929.

RENÉ Maccori venceu a Travessia da Penha a Nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 28198, p. 8, 9 mar. 1948.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15456, p. 5, 29 ago. 1904a.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14789, p. 3, 13 out. 1904b.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14828, p. 2, 21 nov. 1904c.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14842, p. 2, 5 dez. 1904d.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14897, p. 2, 30 jan. 1905a.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14925, p. 2, 27 fev. 1905b.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15021, p. 2, 5 jun. 1905c.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.15125, p. 4, 18 set. 1905.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15758, p. 5, 29 jun. 1907.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 16793, p. 4, 06 mai. 1910.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 17342, p. 7, 08 nov. 1911.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 9, n. 2624, p. 1, 9 nov. 1914.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 11, n. 3259, p. 2, 9 dez. 1916.

SEM TÍTULO. **A Gazeta**, São Paulo, ano 15, n. 4527, p. 1, 11 fev. 1921.

SÃO convidados. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7817, p. 9, 24 fev. 1932.

SEMANA paulista. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 19641, p. 10, 13 mar. 1918.

SEXTO congresso médico. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15828, p. 4, 7 set. 1907.

SILVA, O. P. O aumento do abastecimento de água de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 30, p. 3, 10 nov. 1904.

SOUZA, A. S. **Esperia 100 anos**. São Paulo: Clube Esperia, 2000.

S. PAULO sailing club. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21084, p. 4, 17 mar. 1922.

STEMPNIEWSKI, E. O progresso dos esportes. **Esperia – Revista Mensal do Club Speria**, São Paulo, ano 7, n. 5/6, p. 1, jun./jul. 1935.

SUCUPIRA, L. M. A. Um pouco de história da "Associação Atlética São Paulo" na comemoração do seu cinquentenário. **Resumo histórico da Associação Atlética São Paulo**, São Paulo, p. 5, 28 jun. 1964.

TEMPOS e recordes em natação. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5715, p. 3, 19 fev. 1925.

TIETÊ – Revista Do Club De Regatas Tietê/Sp. São Paulo, ano 1, n. 4, jan. 1936.

TRANSCORREU bastante animado o curso nautico de ontem. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 6, p. 4, 15 fev. 1932.

TRANSCORREU brilhantemente o festival de aniversario da Associação Athletica São Paulo. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 4, p. 10, 18 ago. 1930.

TRATAMENTO da agua. **C.R. Tietê – Revista Commemorativa da Inauguração da Piscina**, São Paulo, p. 29, 3 jun. 1934.

TRAVESSIA da Penha a nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26669, p. 8, 16 fev. 1943.

TRAVESSIA da Penha a nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 27897, p. 10, 15 mar. 1947.

[TRAVESSIA de São Paulo a Nado – Saída Feminina]. [s/d]. Fotografia. Disponível em: <https://fcl.com.br/fundacao/marcas/travessia/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

TRAVESSIA de S. Paulo á nado. **CHO-CHO**: Folha clandestina no seio do Club de Regatas Tietê. São Paulo, n. 15, p. 12, 21 fev. 1932.

TRAVESSIA "Serafim Rodrigues", uma prova de natação da Penha. **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 15, 13 mai. 1940.

TRAVESSIA de S. Paulo a nado. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 39, p. 30, 1 jan. 1932.

[TROFÉU de remo partido ao meio]. s/d. Fotografia. Disponível em: <https://clubeesperia.com.br/esportes/tv-globo-clube-esperia-e-atletica-sao-paulo-convidam-para-evento-remo-na-raia-olimpica-da-usp/>. Acesso em: 9 dez. 2019.

UM BANHO á phantasia. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5130, p. 9, 9 fev. 1923.

UM NOVO club de regatas e natação. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 6/7, p. 9, mar./abr. 1929.

UM VERDADEIRO campeão. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, jun. 1929.

UMA ARROJADA excursão. **A Gazeta**, São Paulo, n. 3598, p. 4, 17 jan. 1918.

UMA EXCURSÃO de outros tempos. **Revista do Clube Pinheiros**, p. 16, 1949.

UMA EXCURSÃO do Azul Clube nas praias Santistas. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 6, n. 6, p. 11, jul./ago. 1934.

UMA IMPORTANTE competição nautica. **A Gazeta**, São Paulo, n. 5595, p. 4, 18 set. 1924.

UMA TRANSFORMAÇÃO. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 61, p. 5, nov./dez. 1933.

VAMOS fundar a Federação Paulista de Natação? **A Gazeta**, São Paulo, n. 7476, p. 11, 13 jan. 1931.

VÃO ter início as obras na Ponte das Bandeiras. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 86, n. 25732, p. 3, 24 jan. 1940.

VIDA nova. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 44-48, p. 1, jun./out. 1932.

VINTE e nove annos de vida. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 1 nov. 1928.

VISÃO retrospectiva da XIV Travessia de S. Paulo a Nado! **A Gazeta – Caderno esportivo**, São Paulo, ano 14, p. 14, 26 fev. 1940.

VISITA de confraternização do Esperia ao Germania. **Esperia – Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 5, n. 53, p. 12, mar. 1933.

VISITA do dr. Adhemar de Barros aos clubes Tietê e Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 25786, p. 1, 29 mar. 1940.

[Vista do Parque da Cantareira], s/d. **Vistas de São Paulo**. Fotografia. Acervo digital do Arquivo Público do estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/vistas_sp. Acesso em: 3 out. 2020.

VITORIO Filelini triunfou na “Travessia de S. Paulo a Nado”. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 26791, p. 8, 14 fev. 1944.

ICONOGRAFIA

Foram consultadas as seguintes fontes: Acervo do Clube de Regatas Tietê, Centro Pró-Memória Hans Nobiling, Acervo do Clube Esperia, Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo/Gazeta Press, Acervo do C.E. da Penha, Acervo do Esporte Clube Pinheiros, Acervo da Associação Atlética São Paulo, Acervo jornal *O Estado de São Paulo*. Dentre as imagens encontram-se: quadros, fotografias, cartões postais, e carteira de associação em clube. Essas fotografias foram retiradas de revistas, páginas da internet, acervos digitais, álbuns de fotografia, caixas ou porta-retratos existentes nos acervos dos clubes.

APÊNDICE A – Termo de responsabilidade do uso das fontes do Clube Esperia

DECLARAÇÃO

Eu, Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, RG 47603147-3, pesquisadora doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp, declaro que utilizarei as fontes do Arquivo Histórico Clube Esperia, dentre elas atas, revistas, relatórios, fotografias, e outros materiais, referenciando-as sempre ao Arquivo e seu acervo.

Declaro ainda que nenhuma fotografia tirada será publicada sem referências bibliográficas e sem a nomeação do arquivo. Comprometo-me, ainda, a enviar uma cópia da versão final do trabalho aos cuidados do Arquivo.

Campinas, 5 de junho de 2017,

**APÊNDICE B – Termo de responsabilidade do uso das fontes do Centro
Pró-Memória Hans Nobiling – Esporte Clube Pinheiros**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Daniela Cristina Carquejão de Medeiros

portador do RG 47603147-3 CPF 379 277 808-40

residente no endereço: rua Heitor Drummond de Souza, 375, apto 64614

Solicito cópia das fotos: 4753; 4967; 4969; 473; 1084; 1092;
1623; 3990; 4049; 4970.

Com a finalidade de utilizá-las como fonte de pesquisa para meu trabalho de licenciado, que tem como título "Práticas corporais e esportivas nos rios de estado de São Paulo" (1899-1940). Neste

trabalho, analiso o impacto do esporte e dos clubes esportivos no uso dos rios paulistas.

DECLARO: Utilizar as fotos observando os dispositivos da legislação nacional e exclusivamente com a finalidade acima descrita e comprometo-me a mencionar os créditos para "Arquivo Centro Pró-Memória Hans Nobiling", bem como a autoria de todas as fotografias utilizadas.

Para qualquer outra utilização deverá haver uma consulta prévia ao CENTRO PRÓ MEMÓRIA.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.

Daniela C. Carquejão de Medeiros
Assinatura

AUTORIZADO POR:

Data: _____

Assinatura do Responsável pelo Departamento